

intelligere

Edição nº 6 | Dez. 2018

Revista de História Intelectual

ISSN: 2447-9020





SUMÁRIO

~ I ~

Editorial

Sara Albieri

ARTIGOS

~ 1 ~

A gramática da história: Wittgenstein, a pragmática da linguagem e o conhecimento histórico

Mauro Lúcio Leitão Condé

~ 11 ~

As balizas de um método de investigação epistemológico, histórico e cultural da ciência

Márcio Suzuki

~ 17 ~

As diferentes concepções de Francesco Redi (1628-1698) sobre a geração animal e tradução de excertos de *Experiências sobre a geração de insetos*

Maria Elice de Brzezinski Prestes e Lilian Al-Chueyr Pereira Martins

~ 53 ~

Pandiá Calógeras e as Fontes de Energia na República Velha

Gildo Magalhães

~ 62 ~

Raça e evolucionismo, as Ciências Sociais no Brasil: querela entre Sílvio Romero e Manoel Bonfim em torno da herança portuguesa na formação brasileira

Cícero João da Costa Filho

~ 88 ~

Finalmente um lugar para a história da arte no Brasil? Controvérsias e disputas entre comunidades científicas

Danielle Rodrigues Amaro

~ 110 ~

O passado como metáfora, exemplos para o futuro: os casos de Herman Kahn, nos anos 1947 a 1970, e David Staley, no século XXI

Fabio Sapragonas Andrioni



INTELLIGERE, REVISTA DE HISTÓRIA INTELECTUAL
EDITORIAL

Neste número *Intelligere* reafirma a vocação multidisciplinar da história intelectual. Autores e obras são convocados a propósito de questões provindas de diferentes campos de investigação. Textos e temas usualmente relacionados à história do pensamento científico e filosófico são retomados e deslocados a partir de diferentes perspectivas de leitura crítica e reconstrução analítica.

As noções de gramática e pragmática da linguagem de Wittgenstein vem balizar uma reflexão renovada sobre a natureza do conhecimento histórico enquanto rede gramatical que, embora flexível e múltipla, acaba por sustentar nossas atribuições de sentido aos processos históricos.

A historiografia filosófica da ciência é examinada pelo valor heurístico de um método de investigação que reúne epistemologia e cultura, vida e pensamento, na reconstrução histórica do conhecimento científico.

Erudição histórica e filosofia da biologia se mesclam na tradução e comentário dos textos seiscentistas de Francesco Redi sobre geração animal, apresentados em sua complexa posição de transição entre tradição e modernidade.

Ciência e técnica também formam agentes que encontram expressão na sociedade. Do ponto de vista dessa inserção social, o pensamento brasileiro é visitado em várias frentes.

Pandiá Calogeras, engenheiro e intelectual, além de gestor pragmático, pensou políticas públicas para o desenvolvimento de fontes de energia no Brasil.

Sívio Romero e Manoel Bonfim, intelectuais polígrafos e intérpretes da cultura brasileira, divergem quanto à melhor política para um novo Brasil, num debate que traveja a construção da identidade nacional e de seu povo. Os argumentos provem tanto da recepção de teorias científicas contemporâneas quanto da recuperação dos traços intrínsecos à configuração sócio-política do país.

A dimensão social da produção do conhecimento emerge com maior clareza no caso de disciplinas ainda em constituição. A criação recente de bacharelados em história da arte em universidades públicas brasileiras provoca disputas institucionais e epistemológicas que, recuperadas a partir das controvérsias entre seus atores, iluminam o papel das comunidades científicas na constituição dos campos de conhecimento.

Finalmente, história e ciência tem os caminhos cruzados nas projeções sobre o futuro elaboradas por Herman Kahn, físico, estrategista militar e futurólogo estadunidense, ao longo de grande parte de sua trajetória profissional. O autor defendia a utilização de casos do passado como metáfora heurística para pensar desdobramentos futuros. A proposta teve revisão recente do historiador David J. Staley a favor do papel da história na especulação do futuro.



ARTIGOS - ARTICLES

A gramática da história: Wittgenstein, a pragmática da linguagem e o conhecimento histórico

Mauro Lúcio Leitão Condé¹

Professor Titular do Departamento de História
Universidade de Minas Gerais
mauroconde@ufmg.br

Como citar este artigo: CONDÉ, M.L.L. “A gramática da história: Wittgenstein, a pragmática da linguagem e o conhecimento histórico”. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº6, p. 1-10. 2018. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Inspirado nas noções de gramática e pragmática da linguagem de Wittgenstein, a proposta desse artigo é apresentar a ciência da história como uma “gramática”. Talvez o sentido geral da noção de gramática do segundo Wittgenstein pudesse ser expresso da seguinte forma: o que é lógico ou racional está expresso nas regras da gramática de nossos comportamentos sociais. O que é lógico ou não é dito pela gramática. Podemos estender essa concepção de racionalidade gramatical de Wittgenstein para a ciência da história que em seu *modus operandi* também pode ser entendida como uma gramática. Essa “gramática da história” – como uma caracterização da racionalidade científica que insere sentido aos processos históricos – pode ser concebida como uma “teoria da história” que compreende tais processos históricos como uma “teia”, uma rede flexível e multidirecional de linguagens, práticas e interações sociais que se estende por meio de “semelhanças de família”. Essa rede gramatical não se propõe a fornecer “uma” inteligibilidade total e completa de uma “grande narrativa” do mundo, mas simplesmente proporcionar a compreensão de nossa condição de seres inseridos na gramaticalidade de nossa própria história, ainda que nossa gramática compartilhe “semelhanças de família” com outras gramáticas.

Palavras-chave: Conhecimento Histórico, Teoria da História, Gramática, Pragmática da Linguagem, Wittgenstein, Gramática da História.

The grammar of history: Wittgenstein, the pragmatics of language and historical knowledge

Abstract: Inspired by Wittgenstein’s notions of grammar and pragmatics of language, the purpose of this article is to present the science of history as a “grammar”. Perhaps the general meaning of the notion of grammar of the later Wittgenstein could be expressed as follows: what is logical or rational is expressed in the rules of the grammar of our social behaviors. What is logical or not is said by the grammar. We can extend Wittgenstein’s conception of grammatical rationality to the science of history which in its *modus operandi* can also be understood as a grammar. This “grammar of history” – as a characterization of scientific rationality that inserts meaning into historical processes – can be conceived as a “theory of history” that understands historical processes as a “web”, a flexible and multidirectional network of languages, practices, and interactions that extends through “family resemblances”. This grammatical network is not intended to provide a “complete” intelligibility of a “grand

narrative” of the world, but simply to provide an understanding of our condition as beings inserted in the grammaticality of our own history, even though our grammar shares “family resemblances” with other grammars.

Keywords: Historical Knowledge, Theory of History, Wittgenstein, Grammar, Pragmatics of language, Grammar of History.

I. Introdução

Em suas *Investigações Filosóficas*, o filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein (1889-1951) comenta uma passagem de Santo Agostinho sobre a questão do tempo, “o que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém me pergunta, eu sei; se quiser explicar a quem me pergunta, já não sei” (Wittgenstein 1979 [1953], § 90), para concluir que nossa compreensão sobre o tempo reside, essencialmente, em um aspecto filosófico e não propriamente, como poderia sugerir a passagem de Agostinho, em uma perspectiva científica que procura estabelecer considerações sobre a duração do tempo: passado, presente e futuro. Para Wittgenstein, não refletimos sobre o fenômeno do tempo em si, mas sobre as “possibilidades” do fenômeno do tempo, isto é, sobre o modo como o qualificamos a partir de nossa linguagem e inserção social.

É como se devêssemos *desvendar* os fenômenos: nossa investigação, no entanto, dirige-se não aos fenômenos, mas, como poderíamos dizer, às ‘possibilidades’ dos fenômenos. Refletimos sobre *o modo das asserções* que fazemos sobre os fenômenos. Nossa consideração é, por isso, gramatical. (Wittgenstein 1979 [1953], § 90)

Com efeito, pensar a questão da temporalidade não se resume, sobretudo, a pensar o fenômeno físico do tempo, mas, fundamentalmente, pensar o que, em uma perspectiva wittgensteiniana, poderíamos compreender como uma “gramática do tempo” ou dos processos que se dão no tempo, isto é, uma “gramática da história”.

Contudo, fazer esse exercício de analisar as possibilidades interpretativas da história a partir da obra do pensador austríaco não foi algo que historiadores e filósofos da história consideraram como uma tarefa muito frutífera. Como sabemos, Wittgenstein não foi um filósofo da história e influenciou relativamente pouco ou quase nada a reflexão sobre a ciência da história.² Não foi nem mesmo um filósofo de uma tradição dialética, mas, talvez, o mais alto representante de uma tradição analítica que se consolidou no mundo britânico, onde a sua filosofia floresceu, em certa medida, exatamente como uma possibilidade de contraposição à tradição dialética, hermenêutica ou fenomenológica. Como bem já demarcou a história da filosofia contemporânea, a filosofia da ilha se contrapõe à filosofia do continente. Contudo, ainda que o fenômeno da temporalidade ou da historicidade tenha uma importante perspectiva filosófica que possa estar longe do centro das preocupações do autor das *Investigações Filosóficas*, é possível pensar alguns aspectos da história a partir da obra de maturidade de Wittgenstein. Para tal, como assinalado, precisamos compreender em que medida a ciência da história (teoria da história) é um processo de compreensão das variadas possibilidades gramaticais das

múltiplas interações sociais que se constituem em torno do fenômeno do tempo. Explicitar, em linhas gerais, no que isso consiste é o objetivo desse artigo.

Um primeiro ponto a destacar é que a utilização da filosofia da linguagem de Wittgenstein para compreender a história nos impõe um tipo de ontologia minimalista e dinâmica ou uma ontologia “deflacionada” que se contrapõe às tradicionais teses filosóficas sobre a história (*à la* Kant, Hegel, Marx, Comte, etc.) – atualmente não mais praticadas pelos historiadores e filósofos da história. Essa ontologia minimalista sinaliza muito mais para o aspecto da contingência pontual de um dado tempo histórico, ainda que com suas complexas redes e ramificações pragmáticas e gramaticais, pouco afeito a grandes sínteses metafísicas ou a afirmação de meta-narrativas. Entretanto, por outro lado, ainda que a obra de Wittgenstein possa permitir compreender a racionalidade da singularidade de um dado tempo histórico a partir da análise de tais intrincadas interações pragmáticas e gramaticais de um tempo histórico contingente, isso não implica necessariamente em assumir o relativismo. Relativismo seria se esse tempo histórico fosse absolutamente fechado em si, isto é, relativo a si próprio, sem conexões com seu passado, presente e horizonte de futuro ou ainda a qualquer contato com outras culturas e sociedades. Mas basta uma primeira análise de qualquer história para vermos que sempre há continuidades e rupturas em qualquer tempo histórico que, assim, se conecta não apenas com a sua própria história, mas abre uma porta para se conectar com outras histórias, com outras sociedades. Enfim, na maioria das vezes, encontramos, como poderíamos dizer em uma perspectiva wittgensteiniana, “semelhanças de família” (Wittgenstein 1979 [1953], § 67) de um tempo histórico consigo mesmo em seu passado, presente e horizonte de futuro, como também é plenamente possível confrontar essa cultura particular com outros diferentes tempos históricos, ou com outras diferentes culturas e sociedades. Enfim, historicidade não é sinônimo de relativismo.

Adotar um tipo de postura ontológica minimalista ou deflacionária é, antes de qualquer coisa, evitar teses metafísicas ou a busca de essências transcendentais. Diante do constante perigo imposto pela metafísica embutida nas filosofias da história tradicional, seria possível utilizar as noções wittgensteinianas para uma compreensão mais eficaz dos processos históricos construindo muito mais uma metodologia que nos permita criar compreensões sobre os processos históricos do que propriamente construindo uma “tese sobre a história”. Assim, em uma perspectiva wittgensteiniana, não se trata de captar a essência metafísica de um tempo histórico, mas de compreender sua abrangência ou extensão. Processos históricos estão relacionados em uma longa e abrangente cadeia de interações de seus múltiplos eventos. Diante de fenômenos com tamanho grau de complexidade nos falta a “visão panorâmica” (*Übersichtlichkeit*) (Wittgenstein 1979 [1953], § 122), como explicitado por Wittgenstein. E é nesse sentido que não se trata propriamente de uma profundidade, de uma essência que se encontra muito longe da superfície, mas de uma complexa rede de interações que se estende de modo demasiadamente amplo para que possamos ter de imediato sua compreensão. Somos engolidos pela amplitude do processo histórico, pois nos falta visão panorâmica para alcançar cada rincão de nossas vivências e memórias históricas.

No que se segue, inicialmente, no sentido de situar a obra de Wittgenstein, tecerei algumas considerações sobre seu pensamento de maturidade. Na sequência, procurarei mostrar como a sua filosofia da linguagem pode constituir as bases de um modelo de racionalidade para, na última parte, mostrar que essa racionalidade, quando aplicada à história, constitui o que aqui chamo de “gramática da história”.

II. A filosofia da linguagem de Wittgenstein

Em sua obra de maturidade, sobretudo representada pelas *Investigações Filosóficas*,³ Wittgenstein reconsidera as concepções de linguagem e de lógica defendidas por ele em sua obra de juventude, o *Tractatus Logico-Philosophicus*. Em sua segunda filosofia – daí comumente a expressão segundo Wittgenstein – , nosso autor entende que abordar a linguagem na perspectiva do logicismo seria agora uma atitude vista como reducionista perante as muitas funções que a linguagem apresenta (Wittgenstein 1979 [1953], § 23). Assim, a partir dessa crítica à sua própria filosofia de juventude e às concepções logicistas de linguagem ali defendidas, Wittgenstein formula uma nova filosofia da linguagem. E é essa segunda filosofia wittgensteiniana que pode ser usada como uma nova forma de entender o funcionamento da racionalidade científica. Conseqüentemente, também a ciência da história, ou aqui a “gramática da história”.

A ideia de uma gramática da história baseia-se, em particular, nas noções de “gramática” e “pragmática da linguagem” de Wittgenstein. Portanto, ainda que o pensador austríaco não tenha refletido primariamente sobre a história, mas sobre a linguagem, encontramos elementos que podem nos ajudar a estabelecer uma teoria da história para responder vários problemas de natureza epistemológica na escrita da história. O ponto central de uma narrativa histórica wittgensteiniana se estabelece no fato de a linguagem, para o Wittgenstein de maturidade, não ser vista essencialmente como uma “representação” do mundo, mas, mais que isso, como uma “interação” dos homens entre si e o mundo, isto é, ele abandona uma posição meramente semântica, formal e representativa presente em sua obra de juventude para abraçar uma perspectiva pragmática, social e interativa. Essa mudança de eixo do entendimento da linguagem nos permite vislumbrar parâmetros de compreensão da história e da construção de sua escrita que foge tanto de concepções relativistas, por um lado, quando positivistas, por outro.

A nova abordagem pragmática de Wittgenstein baseia-se em noções como as de “significado como uso” e “jogos de linguagem”. Segundo nosso autor, os usos que fazemos da linguagem em diferentes contextos, situações e eventos imprimem significados em nossas expressões, isto é, “o significado de uma palavra é seu uso na linguagem” (Wittgenstein 1979 [1953], § 43). Este aspecto pragmático, isto é, a consideração da importância de nossas ações concomitantes aos nossos usos das palavras e expressões em diferentes situações e contextos em que elas aparecem, conduziu Wittgenstein a formular a noção de “jogos de linguagem” (*Sprachspiele*). Com efeito, esta noção envolve não apenas palavras, mas também as atividades e contextos com os quais essas expressões estão interligadas (Wittgenstein 1979 [1953], § 7).

Assim como algumas características aparecem e desaparecem de um jogo para outro, o mesmo ocorre entre os jogos de linguagem. Nos múltiplos e variados jogos de linguagem, as únicas conexões que eles possuem são como que as similaridades entre os membros de uma família. Os jogos de linguagem são similares uns com os outros de variadas formas, e é devido a essas similaridades ou “semelhanças de família” (*Familienähnlichkeiten*) que esses diferentes jogos são chamados de jogos de linguagem (Wittgenstein 1979 [1953], §§ 65-7).

No entanto, embora o uso de uma palavra em um jogo de linguagem forneça o seu significado, essa não é uma prática indiscriminada. Apesar de relativamente livre, o uso é regido por regras que distinguem o uso correto do uso incorreto das palavras nos diferentes contextos. Para o pensador austríaco, o conjunto das diferentes regras compõe a gramática, isto é, a gramática é constituída como um conjunto de todas as regras que é formado a partir dos múltiplos e variados jogos de linguagem. Estas regras não são apenas regras linguísticas, mas também regras pragmáticas, isto é, elas envolvem ações (Wittgenstein 1979 [1953], § 7). São regras de usos das palavras em contextos específicos de ações e interações sociais. São regras de comportamento. No conjunto de tais regras há um aspecto dinâmico, o que cria um fluxo contínuo de múltiplas conexões, estabelecendo, por fim, a gramática, enquanto o conjunto de todas as regras.⁴ Com efeito, para além dos aspectos sintáticos e semânticos da gramática – como ocorria no *Tractatus Logico-Philosophicus* –, aspectos pragmáticos também são incorporados porque a gramática necessariamente emerge dessas práticas sociais. Uma regra só pode ser eficaz, enquanto regra, na medida em que se insere em uma práxis social. Na realidade, essa regra apenas faz sentido no contexto dessa práxis social. A gramática é um produto social. Da mesma maneira que o uso afeta uma regra, a regra determina se o uso está correto ou não. No entanto, como a gramática é um conjunto de regras que está em aberto, novas regras podem ser adicionadas ou velhas regras alteradas.

A noção de gramática no segundo Wittgenstein tem, assim, algumas características principais das quais, possivelmente, a mais importante é exatamente a de considerar a regra como um produto da práxis social. Com base nesse importante ponto, segue-se que a regra é uma convenção social que surge da prática social e, portanto, poderia ser diferente se essa práxis fosse outra (ou poderia ser mudada de uma sociedade ou forma de vida (*Lebensform*) para outra). A regra como uma “invenção” ou uma criação social não reflete nenhum tipo de essência transcendental. Ela é uma criação “arbitrária” que dependeu apenas dos diferentes e variados *modus operandi* das interações sociais e, nesse sentido, é uma “invenção”. No entanto, a regra não pode ser completamente arbitrária porque ela deve manter a sua coerência com todas as outras regras e práticas inseridas nos jogos de linguagem, isto é, com o restante da gramática como um todo, pois “se o que é regra se torna exceção e a exceção, regra; ou se as duas se tornassem fenômenos de frequência mais ou menos igual – então nossos jogos de linguagens normais perderiam seu sentido” (Wittgenstein 1979 [1953], § 142).

Portanto, as regras que formam nossa gramática vêm de nossos “padrões” de comportamento, de nossos hábitos, costumes e instituições (Wittgenstein 1979 [1953], §§ 142, 199, 202, 226, 227). Quando entendemos a regra como o produto de um jogo de linguagem, podemos concluir pelo caráter operante da regra. Seguir uma regra é uma operação – este é o

caráter pragmático da regra. “Compreender uma linguagem significa dominar uma técnica” (Wittgenstein 1979 [1953], § 199). Este não é um processo mental isolado. “Seguir a regra’ é uma práxis. E acreditar seguir a regra não é seguir a regra. E daí não podemos seguir a regra ‘privadamente’; porque, senão, acreditar seguir a regra seria o mesmo que seguir a regra” (Wittgenstein 1979 [1953], § 202).

Nas *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein distingue dois níveis da gramática: a “gramática de superfície” (*Oberflächengrammatik*) e a “gramática profunda” (*Tiefengrammatik*) (Wittgenstein 1979 [1953], § 664). A gramática de superfície aborda as características específicas de expressões sem ter em conta o contexto gramatical e social geral em que essas expressões são geradas. Por outro lado, a gramática profunda é uma gramática na qual as regras do uso da linguagem são engendradas em sua relação com todo o conjunto de regras.⁵ Por fim, é importante observar que, para Wittgenstein, a gramática se constitui em uma forma de vida, o que poderíamos entender como a cultura ou a sociedade. Sem a forma de vida não haveria gramática. Por sua vez, a gramática orienta as diferentes práticas no interior de uma forma de vida. Concluímos, assim, que a gramática fornece a “costura” que molda uma forma de vida, isto é, estabelece a racionalidade no interior dessa forma de vida dizendo o que está certo e o que está errado para ambas.

Dito de outro modo, assim como em um jogo de linguagem, em cujo contexto de prática são geradas as várias expressões linguísticas e seus significados, a gramática, enquanto somatória das múltiplas regras e dos múltiplos jogos de linguagem, ao gerar esses significados gera racionalidade. Sendo mais abrangente, a gramática profunda (ou panorâmica) leva em consideração não apenas os aspectos específicos de um determinado jogo de linguagem, mas tudo o que está envolvido na prática da linguagem: usos, ações, produção de regras, enfim, múltiplos jogos de linguagem. A racionalidade é produto desse processo. Talvez o sentido geral da noção de gramática em Wittgenstein pudesse ser expresso da seguinte forma: a racionalidade ou a lógica está expressa nas regras da gramática. Cada possibilidade lógica é gramatical.

Nas *Investigações Filosóficas*, a gramática possibilita a lógica. Mais que isso, a gramática é a própria lógica. É nesse sentido que a gramática nos diz o que é lógico, isto é, o que está dentro e o que está fora dos limites do sentido. “Portanto, depende inteiramente de nossa gramática o que é (logicamente) possível e o que não é” (Wittgenstein 1979 [1953], § 520). Como consequência mais imediata, a racionalidade é, antes de tudo, gramatical. Com efeito, é nesse sentido que, ao considerar a gramática como o conjunto de todas as normas erigidas a partir da interação entre a linguagem e as ações de um modo regular, determinamos aí o que é racional e o que não é. Da mesma forma, a lógica ou a racionalidade de um processo histórico é dado por sua gramática.

III. A gramática da história

Na medida em que a constituição da gramática em uma forma de vida – com suas múltiplas interações sociais e culturais – é um processo que se dá no tempo, a gramática é

essencialmente histórica (visto também que, enquanto um mecanismo dinâmico e aberto, ela está constantemente se modificando). A gramática é um sistema histórico e social que aparece como um tipo peculiar de sistema que tem como um dos seus principais aspectos uma perspectiva “holística”, embora não seja um sistema metafísico “totalizante”. Ao contrário da ideia de uma representação ou elaboração de uma narrativa positivista e neutra, uma teoria da história de inspiração wittgensteiniana, do modo como salientado, não se constitui a partir de uma estrutura hierárquica ou de uma ordem metafísica a priori. Pelo contrário, ela é vista como uma “teia”, uma rede flexível e multidirecional que se estende por meio de semelhanças de família (Wittgenstein 1979 [1953], §§ 67, 77, 108). Não é totalizante porque, além de não ter um fundamento último, não se propõe a fornecer “uma” inteligibilidade total e completa do mundo, como se todas as visões de mundo devessem convergir umas para as outras. No entanto, é holística, pois apresenta uma visão panorâmica do mundo, constituindo um tipo de sistema aberto e descentralizado no qual a racionalidade não está baseada em nenhum lugar especial privilegiado, mas, em vez disso, é configurada a partir das múltiplas relações dentro do sistema. Podemos estender essa concepção de racionalidade linguística de Wittgenstein para nosso entendimento dos processos históricos. A ciência da história, em seu *modus operandi*, também é um tipo de gramática. Essa “gramática da história” pode ser concebida como uma teoria da história.

Com efeito, ao contrário de teorias da história que afirmaram a descrição dos fatos ou visões de mundo metafísicas, em uma perspectiva wittgensteiniana, não se trata de compreender as narrativas históricas de um fato, essencialmente, a partir de sua descrição ou positividade, ou ainda inteligibilidade metafísica, mas, sobretudo, a partir de sua dinâmica gramatical. Como observado no início desse artigo, não se trata de abordar o fenômeno (histórico), mas as “possibilidades” gramaticais do fenômeno (histórico). Possibilidades gramaticais essas que não são pressupostos metafísicos, mas fruto de interações sociais e históricas.

A gramática da história segue um pressuposto básico de toda e qualquer teoria da história, qual seja, o de admitir que embora a história seja um processo que remete ao seu passado (de certo modo à sua possibilidade de horizonte futuro), isso não nos impede de, no presente, estabelecer entendimentos sobre as tramas tecidas da história. Mas, para a gramática da história, certamente, não se trata com isso de compreender o *telos* dos acontecimentos, mas tão somente de entender o sentido da experiência histórica do que foi vivido no tempo, compreender como essa temporalidade constituiu seus valores históricos na trama de seus acontecimentos, isto é, como ela estabeleceu suas regras gramaticais de comportamentos.

Dito de outro modo, se entendido como uma gramática, a ciência da história nos permite estabelecer uma inteligibilidade nos processos históricos a partir da compreensão das regras gramaticais que balizaram os acontecimentos, ainda que jamais possamos predeterminar inexoravelmente a seta do fluxo dos acontecimentos. Nesse sentido, a gramática da história é uma “compreensão” e não uma “explicação”, como estabelecido pela hermenêutica de Dilthey.

Embora seja um sistema autônomo, a gramática da história não é fechada como em um sistema de relativismo extremo, uma vez que ela permanece aberta para outros sistemas de

pensamento (outras gramáticas). Não é apenas através da possibilidade de utilizar o conceito de gramática em muitas áreas (gramática de cores, usos etc.), mas também através da associação da gramática com a noção de instituições formulada pelo filósofo austríaco – instituições do dinheiro (Wittgenstein 1979 [1953], § 584); da escrita e leitura (Wittgenstein 1979 [1953], § 156); do sistema de medidas (Wittgenstein 1979 [1953], § 50) etc. – que podemos pensar a própria instituição da história como uma gramática, isto é, a história como uma instituição enquanto um conjunto de regras e práticas que encerram em si sua racionalidade, ainda que esteja aberta para se conectar com outras gramáticas. Em outras palavras, como a gramática, a história tem os seus valores em si e, nesse sentido, sua autonomia. Uma gramática histórica sempre descreve um processo peculiar mesmo que ela tenha “semelhanças de família” com outras gramáticas históricas, isto é, mesmo que seja contingente com suas regras próprias, uma gramática história pode ir além dessa contingência apresentando semelhanças de famílias entre suas instituições e mesmo potencialmente com as instituições de outras gramáticas (culturas e sociedades).

Com efeito, a gramática da história é o aparato histórico ou o “sistema de referência” (*Bezugssystem*) (Wittgenstein 1979 [1953], § 206) que nos situa historicamente. Comportamentos sociais e linguísticos estruturam nossas práticas cognitivas no contexto particular de uma forma de vida, a partir de onde lidamos com eventos sociais e naturais constituindo nesse processo nossa historicidade. É nesse sentido que essa gramática situada no espaço e no tempo é algo análogo ao que Wittgenstein chamou de “forma de vida”. Entretanto, diferentemente do modo como entendem algumas interpretações da obra de Wittgenstein, uma forma de vida não está fechada a outras. Ao contrário, como já assinalado, ela interage com outras possibilidades de práticas sociais ou outras formas de vida, com mais ou menos conexões. Pela gramática da história podemos estabelecer aproximações, comparações, confrontações, etc., com outras gramáticas históricas ou formas de vida. A partir de nossa forma de vida estabelecemos nosso “sistema de referência” para compreender outras formas de vida, compartilhamos semelhanças de famílias em muitas de nossas práticas e instituições. A partir de nossa gramática histórica encontramos, assim, uma possibilidade de entendimento de outras gramáticas históricas. Evidentemente, as formas históricas sendo peculiares não podemos querer que, a partir de nossa gramática histórica, possamos compreender de modo anacrônico a totalidade de outras gramáticas, ainda que possamos estabelecer pelas semelhanças de família alguma inteligibilidade sobre elas.

Existem rupturas e continuidades entre os diferentes tempos históricos como, por exemplo, as existentes entre o feudalismo e o capitalismo. Ainda que várias instituições (do dinheiro, da escrita, da leitura, da religião, etc.) presentes no feudalismo possam ter semelhanças de família com o capitalismo, apenas no interior das emergentes relações capitalistas, isto é, da gramática histórica do capital, é que passamos a encontrar novos valores sociais como “individualismo”, “concorrência”, “lucro”, “mobilidade social” e o novo modo de produção com sua nova divisão do trabalho. Contudo, uma gramática da história não nos leva necessariamente a afirmar o “porquê” de o capitalismo ter surgido – por mais que elenquemos as condições necessárias para isso –, mas tão somente inferir “como” suas regras

gramaticais de operação se instituíram. Não se trata de buscar o *telos* da história, mas seu modo de evolução em termos muito próximo ao que Darwin estabeleceu com a sua ideia de evolução. Não um processo rumo a algo, mas vindo de algo.

Boa parte das questões colocadas pelas filosofias da história tradicionais desde Santo agostinho são, na realidade, questões que buscaram um porquê metafísico e teleológico da história e não um “como” gramatical. Esse porquê, ainda que possa ter sua legitimidade hermenêutica, acabou sendo, na maioria das vezes, uma metafísica vazia sem um compromisso explicativo efetivo dos processos históricos. Uma gramática da história não busca um porquê, mas um “como” se constituíram as regras de um tal processo histórico em suas circunstâncias políticas, sociais, econômicas, etc., enfim, do contexto em que os eventos ocorreram.

Contudo, para entender a história, é preciso criar as instituições e os mecanismos dessa consciência histórica. Da mesma forma que Wittgenstein salienta que não se pode jogar xadrez sem a instituição do jogo de xadrez, ou medir sem a instituição da medição, seria impossível também entender a história sem algum mecanismo de compreensão da institucionalização das práticas sociais, hábitos e costumes que constroem a historicidade. Esses mecanismos são as diversas configurações que vão desde o mito até a mais refinada e complexa teoria da história possível. Sejam conscientes ou não disso, as diferentes explicações da história (independente de seu grau de complexidade), apenas são possíveis enquanto instituições gramaticais.

Ao tentar compreender o processo histórico, a filosofia da história tradicional e a gramática da história inspirada em Wittgenstein respondem, de certo modo, as mesmas questões, porém, de diferentes perspectivas: uma com base na metafísica do porquê os fatos históricos ocorreram e a outra do “como” gramatical esses mesmos fatos aconteceram, isto é, a gramática da história nos mostra o modo “como” conhecimentos e práticas se institucionalizam dentro de certo contexto histórico (forma de vida), mas tem pouco a dizer sobre as motivações, os acasos, etc. que conduziram esses fatos. Ainda que essa gramática da história tenha essas limitações, talvez, nunca nenhuma teoria da história possa nos dar respostas categóricas a esses “porquês” (sem serem teleológicas e metafísicas) e tenhamos que nos contentar com a compreensão do “como” se engendrou um determinado conjunto de regras gramaticais que ajudaram a dar forma a um momento histórico.

IV. Considerações finais

A linguagem e as práticas sociais, como posto por Wittgenstein, se processam e se organizam por meio dos jogos de linguagem e sua gramática a partir de onde vemos o mundo. A gramática nos diz o que o mundo é. “Que espécie de objeto alguma coisa é, é dito pela gramática” (Wittgenstein 1979 [1953], § 373). Enfim, se existe alguma essência possível, “a essência está expressa na gramática” (Wittgenstein 1979 [1953], § 371). A “essência” da compreensão histórica é circunscrita por sua gramática. Ela é nesse sentido uma convenção e nunca uma essência metafísica. Para Wittgenstein, a busca pela essência é sempre uma busca pela convenção estipulada pela gramática.

Em uma perspectiva wittgensteiniana, podemos entender a sociedade como o conjunto de complexos mecanismos institucionais onde operam as diferentes e variadas gramáticas: gramática da história, gramática da ciência, da arte, da filosofia, da religião etc., em que essas múltiplas gramáticas interagem entre si no todo da sociedade ou de uma forma de vida. No entanto, ainda que haja sobreposições ou “semelhanças de famílias” entre essas várias gramáticas cada uma em si tem sua autonomia dada pelas suas próprias regras. Com efeito, podemos afirmar que, para a perspectiva pragmática wittgensteiniana, a gramática da história tem sua autonomia, embora possa ser permeada por outras gramáticas históricas.

A partir do exposto, levando às últimas consequências as ideias de nosso autor para estabelecer as bases de uma teoria da história, podemos afirmar que nossas ações são atos sociais e, enquanto se dá no tempo, são necessariamente históricas. Portanto, ao fornecer os parâmetros de nossas práticas e nossos conhecimentos, a gramática acaba por nos situar historicamente. Sua função é exatamente construir em um dado tempo histórico a especificidade dos diferentes valores que atribuímos ao mundo.

Ainda que exposto aqui de modo muito sintético, podemos perceber algumas das frutíferas possibilidades de compreender a história a partir da filosofia de maturidade de Wittgenstein.

Referências bibliográficas

- Wittgenstein, L., *Investigações filosóficas*. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Trabalho original publicado em 1953.)
- Wittgenstein, L., *Tractatus logico-philosophicus*. Tradução de L. H. Lopes dos Santos. São Paulo: EdUSP, 1993. (Trabalho original publicado em 1921.)
- Wittgenstein, L. *Philosophical investigations*. Oxford: Basil Blackwell, 1953.
- Shapin, S.; Schaffer, S. *Leviathan and the air-pump: Hobbes, Boyle and the experimental life*. Princeton: Princeton University Press, 1985.
- Condé, Mauro L., *Wittgenstein: linguagem e mundo*. São Paulo: Annablume, 1998.
- Condé, Mauro L., *As teias da razão: Wittgenstein e a crise da racionalidade moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2004.
- Condé, Mauro L., “Léxico versus gramática na ciência: a virada linguística de Kuhn e o segundo Wittgenstein”. In: Condé, M. L.; Penna-Forte, M. (Orgs.). *Thomas Kuhn e a estrutura das revoluções científicas [50 anos]*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.
- Kuhn, Thomas, *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução de Beatriz Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1998. (Trabalho original publicado em 1962.)

¹ Mauro Lúcio Leitão Condé é Professor Titular de História da Ciência [Historiografia da Ciência] do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG (Linha de pesquisa Ciência e Cultura na História). Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 – Belo Horizonte, MG 31.270-901. E-mail: mauroconde@ufmg.br

Uma primeira versão deste texto foi apresentada na mesa do “Simpósio USP de História da Ciência e Tecnologia: Construindo diálogos Interdisciplinares” da Universidade de São Paulo, em 13 de novembro de 2017.

² A influência maior de Wittgenstein na História se deu no campo específico da história da ciência em autores de grande envergadura como Kuhn (1962) e Shapin e Schaffer (1985). Cf. (Condé, 2013) para uma análise da relação entre Kuhn e Wittgenstein. Para a influência de Wittgenstein em Shapin e Schaffer, cf. (Condé 2017).

³ Para uma abordagem da obra de Wittgenstein, além de seus dois principais livros, o *Tractatus Logico-Philosophicus* e as *Investigações Filosóficas*, cf. (Condé 1998, 2004).

⁴ Naturalmente, essa sequência (usos, regras, pragmática, jogos, gramática, etc.) é aqui um mero modo de exposição, pois todo esse processo ocorre de forma simultânea.

⁵ Talvez, para evitar qualquer semelhança com uma posição metafísica ou transcendental, fosse melhor falar em um a “gramática panorâmica”, pois Wittgenstein observa que a não compreensão da gramática e a, conseqüente, ilusão sobre o que nos cerca é porque a “nossa gramática falta de visão panorâmica (*Übersichtlichkeit*)” (Wittgenstein 1979 [1953], § 122).



ARTIGOS - ARTICLES

As balizas de um método de investigação epistemológico,
histórico e cultural da ciência

Márcio Suzuki¹

Professor Titular do Departamento de Filosofia
FFLCH - Universidade de São Paulo
marciosuzuki@usp.br

Como citar este artigo: SUZUKI, M. “As balizas de um método de investigação epistemológico, histórico e cultural da ciência”. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº6, p. 11-16. 2018. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

O fim imediato da natureza é [...] apenas o *processo mesmo*, é apenas a contínua perturbação e restabelecimento do equilíbrio dos princípios negativos do corpo; aquilo que por assim dizer surge *secretamente nesse processo* é contingente para o processo mesmo, e não fim imediato da natureza.

Schelling, *A alma do mundo*, I, 514.

À primeira vista não há outra maneira de avaliar a originalidade e o alcance heurístico de um método de investigação na filosofia e história da ciência senão pela fecundidade de seus resultados. Fecundidade não medida certamente apenas em termos quantitativos, mas pela qualidade da proposta. É bem possível que a intenção, conforme lamenta por vezes o próprio autor, não seja bem compreendida pelos seus pares da história da filosofia, da história da ciência e, sobretudo, da ciência qualificada como tal. A alavanca que desencadeia a indagação não é, porém, travada pela intuição de que o problema não pode ser cabalmente solucionado em termos demonstrativos, e de que só se chega à solução por aproximação tateante, mediante a reconstituição paciente e laboriosa de um *estilo* investigativo. No princípio está a quase convicção de que o véu do enigma não pode ser atravessado, mas os efeitos de seu fascínio, que não se deixam apagar ao longo da história do pensamento, podem sim ser incessantemente perseguidos e compreendidos.

Maurício de Carvalho Ramos tem ensaiado a composição de um método de pesquisa da história e da cultura científica, apresentado em duas versões subsequentes e complementares, que serão analisadas aqui (cf. Ramos, 2015a, 2016a). Por certo, as linhas gerais do método já haviam sido esboçadas antes, na tese de livre-docência do autor (cf. Ramos, 2013), e sua construção continua sendo aprimorada, como uma boa obra em processo. As duas exposições que serão discutidas aqui têm em comum o fato de aplicarem em ato o que

é exposto como desiderato, numa implicação frutífera de objeto e método. Além disso, o que é importante, elas elaboram o que seria o procedimento investigativo em diálogo com os autores dos quais se extraem os elementos estruturantes do método. No primeiro texto, sobre “metamorfoses temáticas, conceituais e emblemáticas”, a conversa é com Carlo Ginzburg, de *Mito, emblemas e sinais*. O segundo já emprega a noção de paradigma indiciário do historiador italiano para encontrar numa passagem de George Canguilhem a reconstituição de uma problemática que vai da alquimia renascentista à biologia contemporânea.

Esse diálogo ou conversa com autores é um dos elementos fundamentais apontado na primeira versão. O trabalho de investigação deve ter como ponto de partida um horizonte inicial de pesquisa que o autor chama de a “tradição” na qual o pesquisador se insere, de maneira pessoal e intransferível. É a essa tradição que o pesquisador lança interrogações desde suas próprias demandas, nas quais se entrecruzam elementos de origem biológica e cultural. Sem dúvida, o complicado ponto de fusão entre natureza e cultura, entre o “simbólico” e o “biocultural”, já seria motivo de perplexidade para alguns, mas aqui está justamente um dos grandes interesses da proposta. A leitura dos dois trabalhos abre margem para que se possa falar de uma constante retroalimentação entre a esfera cultural e a esfera da vida individual, sem que se caia em determinismo do cultural pelo biológico, nem em personalismo ou puro relativismo. Talvez se esteja esboçando um quadro no qual se explicaria melhor o melhor sentido da ideia de se escrever uma “biografia” intelectual ou científica, onde o “bio” se refere paradoxalmente a uma inserção na cultura ou na historiografia. É assim que se pode entender o que o autor diz a respeito de Ernst Cassirer, com o qual estabelece também uma importante relação dialógica, e que não é só de dependência: o pensador Cassirer interessa na medida em que (se) colocou um *problema*, “o problema do conhecimento”. Esse problema é ao mesmo tempo o “lema” ou “semente”, o ponto de partida e de chegada de toda a sua *obra*. Interessa, portanto, observar o caminho de um autor desde o nascedouro de seu problema crucial, o que implica uma interpelação biocultural, de sua inserção numa trajetória histórica mais ampla, e não apenas de um ponto de vista historiográfico neutro. Cada indivíduo teria de lidar com a sua própria tradição a partir das questões que é levado a interrogar reinventando os dados dessa mesma tradição.

Em diversos momentos de seus textos e de suas aulas, o autor precisa que não se trata de uma reconstituição interna do pensamento de um cientista ou filósofo, como no método de leitura estrutural, mas das sugestões, das ideias seminais que tal ou qual pensador propõe. De fato, aqui é preciso fazer algumas distinções. Os materiais de que parte a investigação indiciária pode ter diversa origem, podendo ser encontrado nas visões de mundo, nas ideias, nos sistemas, teorias, conceitos, disciplinas, escolas, periodizações, obras, comunidades de pesquisadores e autores isolados. Talvez se possa dizer que há diversos tipos de recorte: alguns mais pontuais, em que a sugestão vem de uma imagem, de um emblema, de uma citação, que serve de base para uma comparação ou desenvolvimento, e até para outros mergulhos bem mais profundos, em que a sugestão leva a uma exploração mais radical. Aqui surge um imperativo interpretativo importante, que demanda todo um cuidado com o autor interpretado, como acontece no caso do próprio Cassirer e do cientista mexicano Alfonso Luis

Herrera (cf. Ramos, 2016b). Nestes casos, o diálogo exige ter presente o *modus operandi* dos autores com os quais se dialoga. Aplicando o que foi afirmado inicialmente sobre as estratégias individuais do pesquisador em busca de seus temas, parece que se pode pensar que a reconstrução do *modus operandi* dos autores escolhidos é também o resgate de um *modus vivendi*, e, portanto, a “biografia” – no sentido assinalado de integração biocultural – não se descola do fazer científico ou intelectual, evitando-se o sentido banal do termo.

Firmado o ponto de partida, o da inserção do pesquisador num horizonte cultural mais amplo, o “método” passa a explicar então o que seria uma “organização temática”: cada pesquisador individual parte de temas, “conceitos primários” ou também “conceitos-raízes” que operam como “sementes” para a confecção de uma rede conceitual mais ampla e de longo alcance. Ou seja, os problemas, temas e conceitos legados pela tradição são apenas pontos de partida que devem ser inseridos não numa história, mas numa “epistemologia histórica”. A precisão é importante: sem não há dúvida de que toda história é uma forma de conhecimento, o que se afirma aqui é somente mediante o trabalho historiográfico, iconográfico etc., que se pode fazer uma *boa* epistemologia, proposição que merece ser devidamente explorada. Do ponto de vista da *história* da filosofia, é como se toda tentativa de escrever sobre a teoria do conhecimento não pudesse ser feita *ex nihilo*, ou seja, sem o conhecimento mais amplo da história da epistemologia, podendo-se então sugerir que a própria epistemologia só se escreve dessa maneira. Do ponto de vista científico, o autor não se cansa de insistir sempre sobre a cegueira dos cientistas que pensam propor “pela primeira vez” um certo tipo de abordagem, desconhecendo o passado ou o estilo científico de sua própria ciência. É por isso que o que se propõe não é nem história, nem epistemologia *stricto sensu*: não se trata, portanto, de propor uma nova escola ou uma metodologia, que seja restritiva, mas de estabelecer os nexos de uma epistemologia que não volte as costas para sua própria história.

O cuidado com os autores é particularmente notável na leitura de Carlo Ginsburg, cujo método morfológico-indiciário serve como uma luva aos propósitos da epistemologia histórica. A partir de um “texto-raiz” (uma passagem da “Epístola aos romanos” de São Paulo), é possível enxergar o processo de morfogênese de um conceito ao longo da história, num “processo genético racional de conceitualização”. A transformação da semente ou conceito-raiz não é linear, supondo erros e lapsos de toda sorte, sem que se deixe de reconhecer a unidade morfológica em questão, ou seja: “os deslizes textuais”, assim como os desvios biológicos, transcorrem num processo histórico de longo alcance, no qual só superficialmente desaparecem, pois não deixam de agir segundo uma lógica morfológica mais profunda, mas, assim mesmo, perceptível ou reconstituível. Conforme a lição de Canguilhem, não se poderia ou deveria procurar fazer uma história dos “precursores” (Buffon, Goethe etc. precursores de Darwin, como se a evolução fosse o telos da história). Tal direcionamento é sempre empobrecedor; caberia falar antes em descobrir um caminho fecundo, delineado por possíveis precursores, mesmo quando – ou até principalmente e sobretudo quando – essa linha de desenvolvimento tenha sido injustamente esquecida pela história da ciência.

É claro que toda reconstituição depende um pouco do esforço, da inspiração e até da sorte do investigador disposto a mapear onde o seu tesouro pode estar escondido. Assim, se, por um lado, a concepção ginzburgiana inspira o traçado geral da epistemologia histórica, seria interessante se interrogar em que medida, por outro lado, as ciências da vida podem trazer subsídios para o aprimoramento da pesquisa na história e nas ciências humanas em geral; em termos mais concretos, como as noções de conceito seminal ou conceito-raiz, de morfogênese e biocultura podem iluminar caminhos ainda não trilhados nessas ciências. Até para repensar um pouco melhor a própria concepção ginzburgiana da relação entre morfologia e história, que é, como se sabe, o subtítulo de *Mitos, emblemas, sinais*.

Como entender, por exemplo, a seguinte afirmação: “O processo de racionalização e objetivação das formas coincide com o da delimitação e precisão dos conceitos – ‘tomar forma’ equivale a ‘tornar-se conceito’”. Para entender melhor o sentido dessa afirmação é útil recorrer às aulas e aos textos do autor sobre a mônada e/ou moléculas orgânicas. Como lembra, seu trabalho nesse âmbito se vale do mesmo tipo de orientação metodológica explicada nos dois textos aqui estudados. Nele se encontram a discussão a respeito da noção de mônada orgânica em Leibniz e suas metamorfoses nos séculos XVIII, XIX e início do XX (cf. Ramos, 2009, 2012, 2015b). Nesses estudos se encontra também uma explicitação do que é a postulação de equivalência entre forma e conceito. A ligação entre imagem ou forma e conceito não é concebida num nexó extrínseco, como quando a figura serve de ilustração ao pensamento ou à demonstração. O essencial no processo de gênese ou de morfogênese não é a forma estática, mas o devir da forma ou a forma em seu devir, *em seu processo genético-constitutivo ou histórico*, pelo qual a apresentação de sua morfologia é, no mesmo gesto, a apresentação de seu significado conceitual. Parece que assim o projeto histórico-epistemológico pode ser combinado com o paradigma indiciário, permitindo que este seja lido sob a perspectiva da dinâmica transformadora da forma.

Ginzburg parece ter pressentido o que há de “natureza” na história e no seu método histórico. Ao examinar o par conceitual “alto – baixo”, ele postula a generalidade da noção, já que também os primatas reagiriam à contraposição entre alto e baixo. Esse aspecto ajuda a esclarecer melhor o encontro tão temido entre biologia e antropologia. Está-se certamente próximo do homem animal simbólico de Cassirer, mas com uma compreensão mais larga do que seria o biológico e já sem receio de que este tenha uma conformação determinista. Pois se trata, ao contrário, justamente de combater o reducionismo e o determinismo biológico, que fez, desde algum tempo, tábula rasa de todo conhecimento morfogenético.

Parece assim que o grande ganho advém de pensar a tradição não como um repositório de ideologias ou, no máximo, de ideias antiquadas, mas como um acervo que ainda não foi devidamente aprofundado e conhecido. Aqui a história serve talvez de resgate à vida balbuciante dos autores passados, que a ciência standard supostamente enterrou. Daí a afinidade com Ginzburg, mas também com Warburg ou com Panofsky. Não importa se o conceito-raiz é um texto ou uma imagem. O importante, num caso e noutro, é fazer com que a vida volte a falar. De certo modo, pode-se dizer que se faz viva também a velha “história do espírito”, mas obviamente já sem o corte “ciências da natureza” e “ciências do espírito”.

Do texto escrito sob a inspiração de Ginzburg ao texto inspirado por Canguilhem (é, como foi dito, a leitura indiciária que permite encontrar um texto-semente em Canguilhem) nota-se um refinamento e uma integração maior entre método e objeto, muito certamente como apuro do trabalho anterior. Um passo bastante grande nessa direção é dado na descrição do que seria a “tradição”. Enquanto o texto sobre as metamorfoses temáticas fala da comunidade filosófica, tecnocientífica e artística como fazendo parte em geral de uma “cultura intelectual”, no texto sobre o Nostoc ganha corpo a noção de “cultura científica”, com uma precisão conceitual bem maior, pois agora se pode perceber que uma noção ou conceito aceite pela comunidade científica atual não significa necessariamente uma vantagem, mas talvez até um retrocesso do ponto de vista da história da cultura científica. Em certos casos pode até haver achatamento conceitual de tal ordem, que provavelmente uma cultura filosófica e científica digna do nome deveria na verdade combater a distorção. Pois justamente tal modo de proceder interfere, pelo reducionismo, na comunidade científica mais ampla, a qual, como se vê, não se restringe apenas às instituições científicas efetivamente existentes.

A ampliação da noção de cultura científica é claramente marcada pela passagem da ideia de uma “perspectiva” (no primeiro texto) para a de “paisagem”, que já estava anunciada na primeira versão. Diz o texto inspirado em Canguilhem:

Uma cultura científica entendida à luz da epistemologia histórica inspirada em Canguilhem será, neste artigo, a paisagem morfológicamente contínua e de grande amplitude conceitual e histórica que sustentará as metamorfoses que os conceitos sofrerão ao resistirem como fontes de compreensão, inspiração e satisfação que o desafio de resolver problemas intelectuais oferece ao homem (Ramos, 2016a, 116).

O texto do epistemólogo francês sobre a teoria celular é, de fato, libertador, pois que institui muito percucientemente a ideia de uma “autonomia cognitiva e histórica” dos conceitos em relação às teorias (Ramos, 2016a, 116). O potencial de um conceito reside precisamente em não estar preso a um conjunto teórico fixo, o que não quer dizer que ele flutue abstratamente no empíreo, já que ele é sugestivo, inspirador, na medida mesma em que as questões bioculturais têm o condão de exercerem um fascínio recorrente – que as aproxima de modo muito interessante do mito. Faz sentido, assim, falar das “propriedades heurísticas” intrínsecas às “indagações míticas” (Ramos, 2016a, 117), já que existem questões que insistem em voltar. Como afirma Canguilhem:

Eis porque propusemos que as teorias não nascem dos fatos que coordenam e supostamente as teriam suscitado. Ou, mais exatamente, os fatos suscitam as teorias, mas não engendram os conceitos que as unificam interiormente, nem as intenções intelectuais que elas desenvolvem. Essas intenções vêm de longe, esses conceitos são em número pequeno e, por isso, os temas teóricos sobrevivem à sua destruição aparente que uma polêmica e uma refutação se gabam de haver obtido.

Contornando astuciosamente a noção de *a priori*, porque certamente isso restringiria o alcance *histórico* daquilo que se está buscando na reiteração desse “pequeno número” de

conceitos recorrentes, Canguilhem indica claramente o poder encantatório dessas questões, que vão reaparecer à revelia da suposta onisciência da ciência, na condição de “avatares lógicos”. É o que ocorre com a oposição “contínuo – descontínuo”.

É nessa mesma linha que Maurício Ramos anuncia um futuro trabalho que pretende integrar ao método a noção de “fórmulas do pathos” de Aby Warburg. Como se vê, com muita coerência e, pode-se imaginar, com resultados igualmente promissores. A afinidade é, sem dúvida, grande. De certo modo, pode-se dizer que tanto Ginzburg como Warburg podem dar ao método epistemológico histórico uma ampliação daquele “pequeno número” de conceitos recorrentes pensado por Canguilhem. É o que se viu com a oposição “alto – baixo”.

Numa passagem em que cita o artigo sobre a etimologia do nome Nostoc, de M. Potts, Maurício Ramos lembra a relação entre os polissacarídeos extracelulares e anatomia humana (nostryl, Nasenloch) presente na palavra Nostoch. Um autor como Potts vê a etimologia somente numa direção, sem se preocupar com a origem do nome na anatomia humana (nariz, fossa nasal), isto é, sem ver que a semente foi plantada ali. Uma leitura pouco condescendente com o método e com este trabalho tenderia a ver um continuísmo excessivo entre o nostoc alquímico e o biológico, como se o autor tivesse descurado das discontinuidades. Por tudo o que foi dito, o viés é mais que justificado. Trata-se de reconstituir o estilo filosófico-científico presente em todo e cada gesto realmente filosófico e científico. Em muitos casos de pesquisa científica, a evidência morfológica pôde dispensar o microscópio e se valer do preenchimento da discontinuidade pela imaginação. Da mesma maneira, as discontinuidades históricas são aparentes, pois a imaginação morfológica e histórica pode reconstruir a permanência do mesmo estilo da indagação. A fenomenologia não pôde continuar dando crédito à percepção, a despeito de esta ser em muitos casos refutada pela teoria e pelo cálculo? As ciências da vida parecem confirmar o diagnóstico husserliano: com a ênfase no aparato técnico-calculador, a biologia parece ter se esquecido que é ciência da *vida*.

¹ Márcio Suzuki é Professor Titular no Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e-mail: marciosuzuki@usp.br

Referências bibliográficas

RAMOS, M. de C. As mônadas físicas como unidades gerativas no Sistema da natureza de Maupertuis. *Scientiae Studia*, 7, 3, p. 461-472, 2009.

_____. O conceito de mônada orgânica. *Metatheoria*, 3, 1, p. 39-72, 2012.

_____. *A morfologia como conceito epistemológico histórico*. São Paulo: FFLCH, 2013.

_____. Metamorfoses temáticas, conceituais e emblemáticas: a construção de um método epistemológico histórico e morfológico. *Intelligere, Revista de história intelectual*, 1, 1, p. 83-115, 2015a.

_____. Organic monadology in Maupertuis. *Advances in Historical Studies*, 4, 1, p. 17-18, 2015b.

_____. O conceito epistemológico histórico de Nostoc a partir de uma leitura indiciária de “A teoria celular” de George Canguilhem. *Intelligere*, 2, 1, p. 112-128, 2016a.

_____. *A plasmogenia e a síntese conceitual e artificial do protoplasma*. São Paulo: LiberArs, 2016b.



ARTIGOS - ARTICLES

As diferentes concepções de Francesco Redi (1628-1698) sobre a geração animal e tradução de excertos de *Experiências sobre a geração de insetos*

Maria Elice de Brzezinski Prestes¹

Professora do Departamento de Genética e Biologia Evolutiva
IB – Universidade de São Paulo
eprestes@ib.usp.br

Lilian Al-Chueyr Pereira Martins²

Professora do Departamento de Biologia
FFCLRP – Universidade de São Paulo
lilian.pereira.martins@gmail.com

Como citar este artigo: PRESTES, Maria Elice B.; MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira “As diferentes concepções de Francesco Redi (1628-1698) sobre a geração animal e tradução de excertos de *Experiências sobre a geração de insetos*”. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº6, p. 17-52. 2018. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Esta pesquisa analisa a posição de Francesco Redi (1626-1698) sobre a geração animal e apresenta a tradução para o português de excertos de seu livro *Experiências sobre a geração de insetos*, publicado pela primeira vez em 1668. Será mostrado que Redi constatou, por meio de enorme quantidade de observações e experimentos, que o aparecimento de larvas sobre alimentos em decomposição era decorrente da eclosão de ovos ali deixados por moscas que, como a maior parte dos animais, apresenta reprodução sexual. Considerou que tais resultados permitiam negar que aqueles vermes surgissem por geração equívoca (espontânea), como se acreditava desde a Antiguidade. No entanto, repentinamente, no terço final de seu livro, o médico e naturalista da Corte dos Médici, passou a relatar casos como o de cogumelos vivos e galas da árvore de carvalho, concluindo sobre o aparecimento de vermes *a partir* daquelas matérias vivas, segundo um princípio vital. O livro de Redi, portanto, considerado em sua totalidade, mostra que a sua posição sobre o tema era bem mais complexa do que se costuma pensar, pois, ao mesmo tempo em que rejeitou a geração equívoca na matéria morta, Redi afirmou a ocorrência desse tipo de geração *a partir* de outro ser vivo, vegetal ou animal. Além de considerações sobre o trabalho de tradução, o artigo contextualiza a obra de Francesco Redi, destacando o seu papel no desenvolvimento das observações e experimentos com seres vivos nas fases iniciais das ciências modernas.

Palavras-chave: História das Ciências; História da Biologia; Geração Espontânea; Francesco Redi; Século XVII; Tradução de Fontes Primárias.

The different conceptions of Francesco Redi (1628-1698) on the animal generation and translation of excerpts from Experiences on the generation of insects

Abstract: This research analyzes the position of Francesco Redi (1626-1698) on the animal generation and presents the Portuguese translation of excerpts from his book *Experiments on the generation of insects*, first published in 1668. The enormous number of Redi's observations and experiments led him to conclude that the appearance of larvae on decaying food was due to the hatching of eggs left by flies which, like most animals, show sexual reproduction. He considered that such results allowed denying that these worms arose by equivocal (spontaneous) generation, as had been believed since Antiquity. However, suddenly, in the final third of his book, the physician and naturalist of the Court of Medici began to report cases such as live mushrooms and gall of the oak tree, concluding on the appearance of worms from those living materials, according to a vital principle. Redi's book, therefore, considered in its entirety, shows that his position on the subject was much more complicated than is usually thought. In one hand, he rejected the equivocal generation in the dead matter, and, in the other, he simultaneously affirmed the occurrence of this type of generation by another living being, plant or animal. In addition to considerations on the work of translation, the article contextualizes the work of Francesco Redi, highlighting his role in the development of observations and experiments with living beings in the early stages of the modern sciences.

Keywords: history of biology; spontaneous generation; observation; experiments, Francesco Redi; Seventeenth century.

I. Introdução

O médico e naturalista italiano Francesco Redi (1626-1698) é conhecido por seus experimentos sobre a geração espontânea dos seres vivos. A sua pesquisa é corriqueiramente mencionada em livros didáticos de biologia como marcando o início de uma sequência de investigações responsáveis por um longo, mas “progressivo” combate à ideia da geração espontânea dos seres vivos. Depois de Redi, são mencionados os experimentos de Lazzaro Spallanzani (1729-1799) em oposição aos de John Turberville Needham (1713-1781), no século XVIII, e os experimentos do químico francês Louis Pasteur (1822-1895), no século XIX³. Contudo, como pesquisadores da história da biologia já alertaram, Redi defendeu o que pode ser chamado de uma posição moderada ou intermediária em relação ao tema da geração dos seres vivos⁴. Para subsidiar essa análise, o presente artigo oferece uma primeira tradução ao português de trechos da obra em que Redi expôs as suas ideias, destacando as passagens em que ele apresentou suas diferentes opiniões sobre o assunto.

Desde a Antiguidade, considerava-se a existência de diferentes tipos de reprodução entre os animais. Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) descreveu alguns casos de reprodução a partir de brotos de um animal adulto⁵, mas considerava que em geral os animais que possuem sangue vermelho (os que chamamos vertebrados) são produzidos a partir da união entre machos e fêmeas, como ocorre com ratos, macacos e humanos. Outros animais, contudo, possuíam uma terceira forma de geração, “a partir de solo em putrefação e a partir de resíduos” (Aristotle, livro 1, cap. 1, 715^a 17-25), como era o caso de alguns insetos, vermes intestinais e “testáceos” (moluscos, cnidários e poríferos). Essa geração espontânea também ocorria em alguns peixes, como a enguia e a tainha, que surgem após a chuva em lagoas que estavam secas. Dissecando

esses organismos, Aristóteles não encontrou órgãos sexuais para a passagem do sêmen, nem esperma, nem ovas⁶.

Aristóteles relacionava a causa mais fundamental da vida a um componente especial, essencial para a geração de plantas e animais, chamando-o pelo termo grego “psyche”. Embora tenha sido traduzido ao latim por *anima*, alma, a *psyche* era concebida por Aristóteles como um princípio básico da natureza, sem qualquer relação ao sobrenatural. A faculdade de qualquer tipo de alma é dada por uma substância física, mas diferente dos assim chamados “elementos” (ar, água, terra e fogo) do mundo, e mais semelhante à quintessência ou éter encontrado apenas no mundo supralunar, acima da esfera terrestre. O que torna a semente dos animais generativa é algo que lhe é inerente e é chamado de seu “calor”. Esse calor, advertia Aristóteles, não é o fogo, mas o pneuma que está encerrado na semente e na matéria espumosa (sêmen) e possui natureza análoga aos elementos das estrelas (éter). O fogo não gera qualquer animal (lembre-se do mito da fênix que renasce das cinzas). Mas o calor do sol e o calor dos animais, e não apenas o calor que preenche a semente, mas também qualquer outro resíduo da natureza que possa existir similarmente, possui esse princípio vital e é capaz de gerar um animal (Aristotle, livro 2, cap. 3, 736^b).

O polímata grego considerava que os animais gerados a partir desse calor ainda presente na matéria em decomposição (geração espontânea) geravam descendentes de natureza dessemelhante, seja organismos que não eram nem macho nem fêmea, como muitos insetos, seja um tipo de larva (Aristotle, livro 1, cap. 18, 723^b). Por sua vez, o produto da cópula de progenitores (geração sexual) era semelhante aos pais (Aristotle, livro 1, cap. 1, 715^b). Durante a Idade Média, essas duas formas de geração foram denominadas, respectivamente, geração “equivoca” (casos em que animais eram gerados, mas não a partir de pais do mesmo tipo) e “unívoca” (o que quer dizer, “geração propriamente dita”)⁷. Na geração “equivoca” ou “vaga” o poder de engendrar não provinha dos pais, mas de um princípio imaterial, inalterável, que habitaria toda a matéria e conformaria o ser vivo⁸.

Francesco Redi interessou-se em investigar a questão da geração equivoca por meio de observações e experimentos, seguindo os procedimentos da “nova” física da época. O estudo de Redi foi publicado em 1668 no livro *Esperienze intorno alla generazione degl'insetti* (Experiências sobre a geração de insetos). Nessa obra, ele preocupou-se em apresentar, não apenas os resultados, mas a descrição detalhada dos procedimentos adotados em seu estudo. Introduziu uma inovação metodológica na execução de séries de ensaios experimentais *em paralelo* (Meli, 1999, p.73-86), isto é, utilizou simultaneamente alguns frascos cobertos por tecidos e outros frascos à descoberto, para comparação. No interior dos dois tipos de recipientes ele colocou, em cada série experimental, variados tipos de carnes, cruas e cozidas, e outros alimentos, como leite, frutas e legumes⁹. Também usou organismos mortos triturados, como de moscas, abelhas, escorpiões, aranhas e sapos. O objetivo declarado dos experimentos era o de verificar se apareciam vermes sobre esses materiais já sem vida, deixados nos dois tipos de recipientes, abertos e fechados. Como resultado, Redi observou que só apareciam vermes sobre os

alimentos dos recipientes abertos. Novas observações levaram-no à constatação de que tais vermes, na verdade, eclodiam de ovos depositados por moscas atraídas pelo alimento descoberto, o que não ocorria nos frascos tampados. Redi repetiu muitas vezes essas observações e experimentos, bem como as realizou com diferentes tipos de organismos, encontrando sempre os mesmos resultados, isto é, a ocorrência de geração unívoca (geração a partir de progenitores). Como no conjunto numeroso de seus experimentos não obteve um único caso de geração equívoca (geração a partir de matéria não viva), concluiu que esse tipo de geração estava descartada. Essa posição do autor realmente está claramente expressa em seu livro:

Embora contentando-me sempre em ser corrigido, onde quer que eu cometa erros, por quem é mais sábio nesta ou em qualquer outra coisa, não silenciarei em que, por muitas observações, diversas vezes por mim realizadas, me sinto inclinado a crer, que a Terra, depois de ter dado origem às primeiras plantas e primeiros animais, produzidos nos primeiros dias do mundo por ordem do soberano e onipotente Feitor, nunca mais produziu nenhum tipo dessas mesmas ervas, nem árvores, nem animal algum, perfeito ou imperfeito; e que tudo o que nasceu no tempo passado, e que agora nasce neles ou deles, provém da semente [*semenza*] real e verdadeira das próprias plantas e animais, os quais por esse meio conservam a sua espécie (Redi 1688, p.11).

Essa é a parte conhecida da pesquisa de Redi. No entanto, a partir de certa altura do livro, Redi passou a relatar observações que o levaram a conclusões bem diferentes em relação ao assunto. Entre os casos que passou a mencionar, estava o dos cogumelos que *vivem* sobre o chão ou sobre árvores e que Redi considerou *engendrarem* um verme particular, diferente daquele tipo de verme que se transformava em mosca nas carnes em putrefação.

Um caso ao qual deu mais destaque, discutindo-o longamente, foi o dos vermes encontrados nas galhas de algumas plantas *vivas*¹⁰. Em árvores como o carvalho, o salgueiro e outras que dão bolotas, escreveu Redi, que apresentam excrecências como “glândulas, galhas, botões, verrugas” contendo vermes, “*é claramente evidente* que a primeira e principal intenção da natureza é formar um animal voador dentro delas” (Redi, 1688, p.110, ênfase nossa).

Para aceitar a geração espontânea nesses exemplos, Redi levou em consideração ao menos três argumentos, como destacou o filósofo Daryn Lehoux. O primeiro, de que as excrecências das quais os animais surgiam pareciam estar lá desde cedo, tão logo aparecesse o broto da folha, e cresciam junto com a folha. O segundo, de que animais que nasciam em frutas e legumes, como feijões e ervilhas, apesar deles serem protegidos por suas cascas contra a postura de ovos. Terceiro, de que a regularidade da correspondência entre a espécie da planta e a espécie do inseto parecia indicar a geração *pela* planta e não meramente *no interior* da planta: moscas de galhas de carvalho são peculiares à árvore do carvalho do mesmo modo que as flores do carvalho são particulares à árvore do carvalho (Lehoux 2017, p.109). Esse era um resultado que contrastava com o que observou nos organismos sobre a carne em putrefação; naquele caso, a mesma espécie podia surgir de diferentes materiais, assim como muitas espécies surgiam a partir de um único espécime putrefato¹¹. Essa era uma distinção forte entre a geração

a partir de matéria viva e de matéria inerte, morta. Ele manteve-se em oposição à ideia de que matéria *morta* ou em decomposição pudesse gerar seres vivos, mas foi igualmente enfático em defender que, em alguns casos, vermes são gerados a partir de outra matéria viva, vegetal ou animal¹².

Redi apresentou então a tese, metafísica, de que esses vermes são formados *a partir* da planta ou do animal em que se encontram, segundo aquela mesma “alma ou virtude” que “cria as flores e frutos das plantas vivas”¹³. Para sustentar essa tese, Redi enfrentou um argumento presente em tratados da época. Segundo os escolásticos, afirmou Redi, a alma vegetativa (dos vegetais) não poderia produzir um animal (alma animal) sensível, em decorrência do princípio metafísico de que formas inferiores (vegetais) não podem produzir formas superiores (animais). Redi contestou essa ideia com diferentes argumentos. O mais extenso deles é o de natureza empírica, ou seja, derivado do resultado de suas próprias observações, pelas quais não encontrou indícios de reprodução sexual em alguns tipos de vermes. Outro argumento, como salientou Catherine Wilson, foi o de contestar a própria divisão entre organismo “inferior e superior”, para ele, “termos desconhecidos para a natureza, inventados para adequarem-se às crenças desta ou daquela escola, de acordo com necessidades específicas” (Redi *apud* Wilson, 1995, p. 201). Um terceiro argumento, de natureza metafísica, foi o da sua contestação da própria diferença entre a alma vegetal e a animal. Redi defendeu que as plantas desfrutam não apenas da alma ou vida vegetativa como afirmara Aristóteles, mas também da alma ou vida sensível, e esta alma sensível lhes tornaria aptas a engendrar certos tipos de animais.

Para fortalecer esse argumento, dedicou então diversas páginas à discussão de casos da “sensibilidade” das plantas, terminando por concluir:

[...] se viver, e se for verdadeiramente animado, poderá produzir dentro de si algum verme, como nas cerejas, nas peras e nas ameixas, nas bolotas do carvalho, carvalho vermelho, sobreiros, faias, têm nascimento aqueles vermes que se transformam em borboletas, em moscas e em outros animaizinhos voadores semelhantes (Redi, 1688, p.147).

Ou seja, no mesmo livro em que detalhou os experimentos que contestavam a geração equívoca de vermes, a partir de matéria morta (carnes e outros alimentos em decomposição), Redi retomou a defesa da existência de uma *virtude produtiva da alma vegetativa* capaz de engendrar alguns tipos de organismos vivos a partir de outros organismos vivos, plantas ou animais. Essas questões mostram que a posição de Redi no debate entre geração unívoca e equívoca é bem mais complexa do que se costuma indicar, justificando a tradução ao português de excertos de seu livro apresentada como apêndice deste artigo.

Na próxima seção, a seleção dos trechos traduzidos é explicada com base em análise da estrutura do livro de Redi como um todo. Em seguida, são comparadas as diferentes edições do livro de Redi, em italiano e latim, bem como as traduções realizadas ao francês e ao inglês – e que foram cotejadas ao original italiano durante a tradução ao português. São ainda explanados alguns dos princípios que nortearam o ato tradutório aqui realizado.

Por fim, antes de conclusões gerais sobre o trabalho de Redi, e sua tradução, com o objetivo de que os excertos de seu livro possam ser analisados no âmbito mais amplo da sua obra e do papel que ocupou na pesquisa dos seres vivos no século XVII, é apresentada uma breve biografia do autor.

II. A estrutura da obra

Ao tratar da obra, é preciso que se faça um esclarecimento sobre o próprio título da obra, *Experiências sobre a geração de insetos*, pois, diferente da taxonomia atual, o termo “inseto” referia a um grupo bem mais amplo de organismos. Os estudiosos da época usavam o termo para se referir a “diversas espécies de pequenos animais que são considerados menos perfeitos que os outros”, como definido em 1694, por exemplo, na primeira edição do *Dictionnaire de l'Académie française*¹⁴. Assim, além de organismos hoje considerados insetos, como moscas, formigas, pulgas, abelhas, vespas e louva-a-deus, o livro de Redi inclui vários outros organismos inferiores como escorpiões e aranhas (aracnídeos)¹⁵ e sapos (anfíbios).

Seguindo costume dos séculos XVII e XVIII, Francesco Redi escreveu os *Experiências sobre a geração de insetos* ao estilo de uma carta, endereçada ao secretário da *Accademia della Crusca*, Carlo Roberto Dati (1619-1676)¹⁶. Ultrapassando os limites de uma “carta normal”¹⁷, Redi terminou por publicá-la, em Florença, em 1668¹⁸. A formatação da edição corrigida por Redi e aqui traduzida (5ª reimpressão), de 1688, é constituída de 160 páginas de texto, mais 29 pranchas e índice remissivo.

O estilo de carta, fez do livro um texto contínuo, sem subdivisões dos assuntos abordados. Além disso, permeou todo o texto com várias citações da poesia de autores clássicos da literatura greco-latina.

Para focalizar os propósitos do presente estudo, qual seja, o de identificar de modo diacrônico a posição mais complexa de Redi no debate sobre os diferentes tipos de geração dos seres vivos, o texto contínuo foi analisado como consistindo de cinco grandes temas.

O tema inicial, ainda que breve (página 1 a 3 da edição aqui traduzida, de 1688), foi dedicada às reflexões do autor sobre o papel dos sentidos e da razão na obtenção de conhecimentos sobre a natureza¹⁹. Essa seção do texto é finalizada com a explicitação do objetivo do autor, o de relatar as “recentes e numerosas” experiências que tinha realizado “voltadas ao nascimento daqueles seres vivos que até hoje, por todas as escolas, são considerados que nascem por acaso e por sua própria virtude, sem sêmen [*semē*] paterno” (Redi, 1688, p.3).

O segunda tema, que ocupa um número pouco maior de páginas (página 4 a 11), consiste no apanhado de opiniões de autores que, desde a Antiguidade, defenderam a existência da geração equívoca. Em meio à discussão dessas opiniões, Redi antecipou argumentos derivados das próprias observações e experimentos que serão detalhados adiante. Redi finalizou a discussão sobre esses autores, anunciando a sua própria posição, contrária à geração equívoca.

Tem início, então, o terceiro tema, ocupando a mais longa seção do livro (página 12 a 107). Trata-se do relato de suas numerosas observações e experimentos sobre a geração de

diferentes tipos de animais e vegetais. Novamente, aqui, Redi comparou as suas conclusões, contrárias à existência de geração equívoca, com as de seus antecessores. As primeiras quinze páginas desse trecho (página 12 a 27) contêm a descrição dos seus estudos mais conhecidos. Redi descreveu experimentos *em paralelo*, com frascos cobertos com gaze e frascos descobertos, nos quais colocou carnes e outros alimentos e percebeu que só apareciam vermes (que depois se transformavam em moscas) nos frascos abertos, levando-o a adoção de uma posição contrária à geração equívoca. Também comparou seus estudos com os de outros autores, como o Padre Athanasius Kircher (1602-1680), e continuou a ilustrar seus argumentos por meio de citações a poemas clássicos. Redi continua com o exame de outros tantos casos alegados, por estudiosos antigos e modernos, de geração equívoca (página 27 a 107). Nessa seção, ele discutiu organismos particulares, como abelhas e vespas, escorpiões, aranhas, sapos, louva-a-deus. Discutiu também diferentes autores que atribuíram a geração equívoca a vermes que aparecem nos queijos e a outros organismos que surgem na lama e nas paredes de cavernas, criticando-os e acrescentando suas próprias observações. No exame de todos esses casos, Redi encontrou sempre o mesmo resultado, vermes que se desenvolviam a partir de ovos postos por moscas. Embora essas descrições não possuam uma estrutura exatamente uniforme, de modo geral, Redi descreveu as fases de geração do organismo em questão, detalhando a formação de seus ovos e larvas. Muitas vezes, contudo, a descrição do organismo incluía também aspectos da fisiologia (nas moscas, escorpiões e aranhas) e hábitos (abelhas, tartarugas, peixes e mamíferos). A observação das diferentes etapas da geração das moscas, postura do ovo, eclosão do ovo liberando um verme, formação da pupa e metamorfose para o surgimento de uma nova mosca, foi repetida sobre os vermes que aparecem naqueles diferentes organismos observados. Até esse ponto do livro, tudo leva a crer que o objetivo de Redi era submeter todos os casos alegados de geração equívoca ao crivo do exame experimental. Nada, até aqui, leva a estranhar, portanto, que se tenha atribuído esse (único) papel à sua obra.

O quarto tema, que começa a ser tratado na terça parte final da obra (página 107 a 147), anuncia bruscamente uma nova posição do autor. Sem qualquer pista anterior, no meio de um parágrafo, a negação da existência de geração equívoca, até essa altura fundamentada com base em numerosas observações, deu lugar ao reconhecimento de uma forma particular de geração equívoca, à qual Redi dedicou-se praticamente até o final do livro. Ele descreveu o exame de vermes em fungos vivos (contrastados com vermes que surgem sobre fungos em decomposição), vermes no interior de frutas ainda presas à planta e vermes em outras partes de ervas e árvores vivas, como a gala das plantas. Também mencionou os vermes encontrados no interior do intestino humano e dos intestinos e cérebros de cervos e carneiros. Em todos esses casos, Redi considerou que a geração dos vermes não ocorria por meio de progenitores, mas a partir da própria planta ou animal que os abrigava: “[...] se viver, e se for verdadeiramente animado, poderá produzir dentro de si um verme” (*Ibid.*, p.147). Ainda negando que matéria orgânica morta pudesse gerar um ser vivo, ele postulou que a virtude da vida presente em plantas e animais pode, sim, gerar outras formas de vida.

No final do livro (página 151 a 160), pode-se considerar que Redi aborda o quinto e último tema da obra, o dos casos sobre os quais ele não tinha uma posição totalmente definida, como os dos vermes que infestam externamente os homens e outros animais. Afirmando só fazer afirmações a respeito das coisas que viu com os próprios olhos, acrescentou que estava “mais inclinado a acreditar, acompanhando o ilustre Johann Sperlíng, que eles nascem de ovos fecundados durante o coito e postos pelas fêmeas” (*Ibid.*, p.151). Também mencionou a existência de parasitas em peixes e outros animais marinhos, sobre os quais, igualmente, estava mais propenso a acreditar serem derivados de ovos. Os últimos parágrafos do livro descrevem outros parasitas como piolhos e carrapatos de diferentes animais, bem como formigas, porém, sem traçar considerações acerca de seus modos de geração.

Finalizada a obra, seguem-se 14 páginas com índice de termos e autores citados e 29 pranchas com ilustrações de boa parte dos insetos estudados²⁰.

III. A publicação das reimpressões e traduções da obra

No período em que Redi viveu, o *Experiências sobre a geração de insetos* de 1668 ganhou novas edições italianas, em Florença, em 1674 e 1688, e em Nápoles, em 1687. A publicação de 1688 corresponde à “5ª reimpressão” do livro, mas que incorporou erratas das edições anteriores e, por ter sido citada pelo próprio Redi em trabalhos posteriores²¹, pode ser considerada a versão definitiva do autor – razão pela qual foi utilizada para a tradução aqui apresentada.

No século XVIII, a obra foi publicada novamente ao menos seis vezes e, no século XIX, três vezes. No século XX foram localizadas cinco publicações, evidenciando o interesse que se manteve pelo trabalho do estudioso italiano. Dentre estas últimas, destaca-se a mais recente, realizada por Walter Bernardi a partir, também, da quinta impressão florentina, de 1688. Esta publicação de Bernardi, de 1996, contém, à guisa de introdução, um ensaio sobre o autor, a obra e seu lugar na história da biologia²². A contribuição mais significativa dessa edição, sem dúvida, está na grande quantidade de notas com informações sobre as citações literárias do livro, identificando autores, na maior parte das vezes, não indicados por Redi.

Em relação às traduções, a primeira publicada foi para o latim, logo após a versão italiana²³. Apenas no século XVIII surgiu a primeira tradução ao francês, publicada no volume 4 da *Collection Academique*, em 1757²⁴. Contudo, essa versão francesa consiste, não na tradução propriamente, mas em uma narrativa nova, ainda que linear e próxima do original, de *trechos* do livro de Redi de 1668. A narrativa contém apenas os trechos com as descrições das observações dos fenômenos físicos e biológicos, omitindo, inteiramente, e sem deixar qualquer nota ou menção, todas as digressões filosóficas e metafísicas do início da obra, a maior parte da discussão sobre as opiniões dos antigos, bem como todas as citações aos clássicos da literatura com os quais Redi enriqueceu a sua escrita. Trata-se, portanto, de uma publicação que embora tenha oferecido acesso aos achados da sua pesquisa naturalística a leitores do idioma francês²⁵, não foi nada fiel ao modo pelo qual operava o pensamento desse homem do Renascimento, transitando entre diferentes campos do conhecimento²⁶.

No início do século XX, em 1909, apareceu a tradução ao inglês, realizada por Mab Bigelow. Como na recente publicação italiana editada por Bernard, Bigelow se serviu da 5ª impressão italiana, de 1688. Contudo, embora não possa ser considerado um resumo como ocorreu na *Collection Academique*, a tradução de Bigelow também se distancia consideravelmente do original italiano. Suprime, constantemente e sem deixar qualquer indicação, frases e parágrafos inteiros, além de suprimir também parte das citações literárias. Ainda mais comprometedor para o conhecimento da obra, o tradutor introduz termos que não aparecem no original de Redi, incluindo expressões de cunho religioso. Reimpressa em Nova York em 1969, essa tradução constitui o acesso aos achados naturalísticos de Redi aos leitores de língua inglesa, embora, pelos motivos expostos, fica à dever quanto à fidelidade ao original.

Uma tradução integral ao francês foi publicada por André Sempoux em 1970, a partir da 1ª edição italiana, de 1766. Com o intuito de disponibilizar em francês textos originais relevantes da história da ciência, o tradutor ocupou-se, anos antes de Bernardi, de extensa pesquisa que o levou à identificação precisa dos autores e poemas greco-latinos citados por Redi. No contexto do desenvolvimento da teoria tradutória do século XX, a tradução francesa de Sempoux reflete a busca pela fidedignidade ao original, mas sem se prender à literalidade, que certamente trairia o estilo cuidadoso de Redi com as palavras. O tradutor almejou permitir ao leitor francês identificar em Redi a conjugação da figura das Ciências e das Letras do século XVII, realçando o papel literário e artístico de seu legado.²⁷ Objetivos semelhantes inspiraram a presente tradução ao português.

IV. A tradução ao português

Como mencionado anteriormente, foram selecionados para a tradução trechos do livro *Experiências sobre a geração dos insetos* que permitem identificar as diferentes ideias defendidas pelo autor ao longo do livro. Foram traduzidas as 27 páginas iniciais, em que são relatados os experimentos mais conhecidos, com base nos quais Redi negou a ocorrência da geração equívoca (espontânea). A tradução integral desse trecho do texto visou dar a conhecer o estilo da escrita e os diferentes assuntos ali abordados. Estão nesse trecho o que acima indicou-se como os dois primeiros temas da obra (as reflexões sobre o papel dos sentidos e da razão na obtenção de conhecimentos sobre a natureza e as opiniões dos autores antigos e modernos sobre a geração equívoca), bem como a parte inicial do terceiro tema, dedicada à descrição das observações e experimentos mais conhecidos de Redi. Ao longo desse trecho contínuo, é possível conhecer diversas das citações a poemas greco-latinos, com os quais ele permeou todo o livro.

Suprimindo todos os demais casos que também mostravam apenas a geração sexual de diversos animais, a tradução segue com segmentos menores, extraídos da terça parte final do livro. Eles permitem que o leitor conheça a nova posição defendida por Redi nessa obra, que é pouco conhecida, destinada à explicar a geração de vermes a partir de planta ou de animal vivos, graças a uma alma ou virtude de vida.

A tradução do italiano ao português foi realizada concomitantemente ao cotejamento com a versão em inglês de Bigelow (1909) e as duas versões francesas, a da *Collection Académique* (1757) e a de André Sempoux (1970). A análise comparativa permitiu, especialmente, garantir maior acuidade da tradução dos nomes dos insetos e outros animais mencionados por Redi, segundo seus nomes vulgares, como era costume à época. Discrepâncias e dificuldades particulares entre a tradução ao português e o francês e inglês são comentadas em notas de rodapé da tradução.

Além disso, da tradução de André Sempoux e da edição italiana recente por Walter Bernardi foi extraída a identificação das citações de Redi aos clássicos da literatura greco-romana. A partir dessas informações bibliográficas, foi possível buscar e transcrever as passagens dos poemas já publicados em português. As citações de Redi a Plínio, feitas em latim, foram traduzidas ao português a partir de versão inglesa indicada na bibliografia deste artigo. Além da menção a essas fontes, foram acrescentadas notas que contextualizam os poetas, bem como demais autores citados, assim como notas que explanam sobre o emprego de alguns termos e ideias de Redi. Algumas notas ainda aludem às opções de tradução ao português.

Com o intuito de oferecer maior fluidez na leitura e atualidade ao idioma, foram realizadas reduções na extensão dos parágrafos e sentenças originais. O texto contínuo de Redi, cujos parágrafos se estendem por diversas páginas, foram transformados em unidades de parágrafos menores, delineados como seções que oferecem sentido completo e independente. Igualmente, os longos períodos de Redi foram algumas vezes repartidos em frases mais curtas. Todo ato tradutório expressa uma tensão entre a fidelidade ao conteúdo e forma do original e a pertinência linguística e extralinguística do texto de chegada (Barbosa, 2004, p.17). A tradução, portanto, foi orientada pela busca de não se afastar do original na mesma medida em que assumiu uma não literalidade, cujas divergências se justificam para coordenar o sistema linguístico e o estilo do texto original ao do idioma da tradução.

Redi foi um amante das letras e um apaixonado pela língua italiana em particular. Sua atenção com as palavras e sua maneira de conciliar erudição humanista e liberdade de espírito imprimem em seus escritos um estilo muito próprio e prazeroso à leitura (Sempoux, 1970, v-xi, vi). Espera-se que a tradução aqui apresentada não tenha traído gravemente tais aspectos estilísticos do polímata seiscentista.

Uma outra intenção que acompanhou o trabalho, foi a de que a tradução pudesse subsidiar a elaboração de material instrucional para atender demandas do ensino contextual de ciências, na escola básica e superior, por meio de episódios da história da ciência. A disponibilização do texto em português é condição inicial para o planejamento de intervenções de ensino que fazem uso de fontes originais da história da ciência em sala de aula, tendo por objetivos, por exemplo, o de facilitar a aprendizagem de conceitos científicos atuais e oferecer uma visão informada, erudita, da natureza da ciência. Especialmente voltada a essa aplicação no ensino, a próxima seção deste artigo contém uma breve apresentação da biografia científica de Francesco Redi como subsídio para que sua obra possa ser contextualizada em aulas de ciências e biologia.

V. Francesco Redi, um investigador da corte

Natural de Arezzo, na Toscana, Francesco Redi (1626-1698) desenvolveu o seu trabalho em Florença, mesmo lugar em que as ciências modernas haviam sido impulsionadas pelas obras de Galileu Galilei (1564-1642). Filho de médico pertencente à nobreza, iniciou seus estudos (*Belles Lettres*) em colégio de jesuítas de Florença. Depois cursou medicina e filosofia na Universidade de Pisa, onde se formou em 1547, com a idade de 21 anos, seguindo-se o início de sua carreira profissional como tutor de uma família nobre, em Roma. Em 1654, retornou a Florença, onde foi médico pessoal, por mais de 30 anos, dos regentes do Grão-Ducado de Toscana, Ferdinando II de Médici e seu filho e sucessor, Cosimo III de Médici.

Como um típico filósofo natural de meados de século XVII, além de médico, Redi foi também um investigador da Corte (Findlen, 1993, pp. 35-64). Até então, a filosofia natural ou “física”, como em Aristóteles, lidava com todos os aspectos do mundo natural, ou seja, “todas aquelas coisas que contém em si próprias um princípio de mudança” (Dear, 2016, pp.71-83, 80). Os seres vivos, as rochas, os elementos, eram todos parte da “física”.

Nas primeiras décadas do século, o filósofo natural era identificado como uma pessoa *academicamente treinada*, seja por suas próprias posses, seja como clérigo da igreja²⁸. No entanto, a partir dos anos 1750, e de modo cada vez mais frequente, a atividade individual foi dando lugar à coletiva. O filósofo natural passou a ser também aquele que possuía vínculo, seja às universidades²⁹, seja a algum tipo de sociedade voluntária, como a *Académie Montmor*³⁰, que reunia indivíduos em torno de um interesse comum, como a *Académie Royale des Sciences* em Paris, que representava “um braço do estado”, ou, ainda, como a *Accademia del Cimento*, “uma extensão do mecenato aristocrático” (Dear, 2016, p. 75).

A esta *Accademia del Cimento*, entre outras³¹, vinculou-se Francesco Redi. Fundada em 1657 pelos estudantes de Galileu, Giovanni Alfonso Borelli (1608-1679) e Vincenzo Viviani (1622-1703), a *Accademia* foi financiada pelo Príncipe Leopoldo Médici e seu irmão, o Grão Duque Ferdinando II. Entusiasmados com a utilização do método experimental de Galileu, os membros da *Accademia* publicaram, em 1666, os *Saggi di naturali esperienze fatte nell'Accademia del Cimento* (Ensaio de experiências naturais realizadas na Academia do Cimento)³². Contribuindo para o início da padronização de processos, instrumentos e medidas utilizadas em pesquisas experimentais, a obra configurou-se como um manual de experimentação adotado em toda a Europa.

O primeiro mecenas de Redi foi exatamente o Grã-Duque Ferdinando II, um homem culto que seguiu a tradição do fundador da própria dinastia política da família, Cosme de Médice (1389-1464). Admirador e amigo de Galileu, Ferdinando II patrocinou atividades experimentais na corte, animadas com novos instrumentos como o termômetro e higrômetro. Incentivou e financiou as investigações de Redi, seja as voltadas à melhoria da prática da medicina e da cirurgia, seja as dedicadas ao estudo dos animais. Essas condições possibilitaram que Redi produzisse uma grande quantidade de textos anatômicos e sobre plantas e animais, assim como físico-químicos e farmacológicos³³.

Como Aristóteles, Redi buscava a experiência prática sobre plantas e animais junto à gente do povo. Ele consultava camponeses, pescadores, caçadores, passarinheiros, coletores de cobras e escorpiões, cozinheiros da Corte e boticários (Bernardi, 1999, p. 17). Desses diferentes “especialistas”, recolhia informações e recebia material de diferentes regiões para as suas práticas anatômicas. Ele tinha acesso direto aos produtos recebidos como presentes ao Grão-Duque, incluindo plantas e animais raros do estrangeiro. Além do que lhe chegava por essas vias, contando com compensação financeira provida pelo mecenato, Redi podia ampliar o campo de seu objeto de estudo encomendando produtos específicos que atendessem seus interesses de pesquisa (Sempoux, 1970, v).

A condição de filósofo da Corte também lhe garantia a disponibilidade de colaboradores próximos³⁴. A sua pesquisa não era uma realização solitária. Ainda que em geral não citadas nos trabalhos publicados, o seu trabalho envolvia pessoas responsáveis pela coleta, preservação e ilustração dos materiais estudados. Redi contou também com colaboradores “voluntários” que testavam os seus preparados farmacológicos, estimulados por recompensas garantidas pelo mecenato de Ferdinando II.

A condição de estudioso da Corte, aproximou-o dos Grão-Duques Ferdinando II e Cosimo de Medici, de quem tornou-se conselheiro político, além de ocasionar seu envolvimento com atividades diplomáticas. Tornou-se pessoa influente que facilitava o acesso dos que procuravam aproximar-se da Corte³⁵. Além disso, Francesco Redi também se dedicou à poesia e à literatura³⁶. Embora esse material tenha se perdido, seus sonetos lhe renderam fama ainda em vida, tornando-o “um árbitro da vida cultural toscana” (Bernardi, 1999, p. 15).

[...] Redi não foi apenas um observador, um naturalista, um filósofo, ele foi ainda um poeta, e bom poeta, se julgado pelos belíssimos versos italianos que nos deixou, e que escaparam ao fogo que condenou à morte todas as suas poesias (Montbeillard, 1757, vii-xxxi, xxvii).

Citações aos clássicos, como Dante Alighieri, Virgílio, Sêneca, Petrarca e Ariosto, entre outros, permearam ainda os seus ensaios filosóficos e experimentais. Como mencionado anteriormente, várias dessas citações estão nas *Experiências sobre a geração de insetos*. Como Galileu, Redi também interessava-se pelas letras e pela língua italiana em particular, estudando sua etimologia (Sempoux, 1970, vi). Diferentemente da tradição da época, publicou seus livros em italiano, sendo apenas posteriormente traduzidos ao latim que os tornava acessíveis a estudiosos de outros países. As suas obras de filosofia natural foram bastante estimadas pelos contemporâneos pelo estilo da linguagem (Montbeillard, 1757, xxvii).

Da mesma forma que no campo da filosofia natural, a paixão pela língua italiana o aproximou de organizações literárias, sendo um dos primeiros associados da *Accademia della Crusca*. Criada em 1583 para “preservar a pureza da língua toscana”, a associação publicou o que se constituiu em um dos primeiros dicionários de uma língua moderna, um dicionário da língua italiana intitulado *Vocabolario della Crusca*, de 1612, que contou com a colaboração de

Redi em sua terceira edição. Redi também deu aulas de toscano, em Florença, em 1666 (Bigelow, 1909, p. 7), e dedicou-se ainda à música, tocando flauta (Ioli, Petithory & Théororidès, 1997, p. 62).

A visão dessas múltiplas dimensões de interesses, sobre os quais Redi detinha conhecimentos aprofundados, permitem trata-lo como um autêntico “homem do Renascimento”, um polímata. Nesse sentido, faz sentido afirmar a existência de uma “conexão estreita que unificou sua pesquisa científica, histórica, linguística, poética e erudita” (Bernardi & Guerrini, 1999, v).

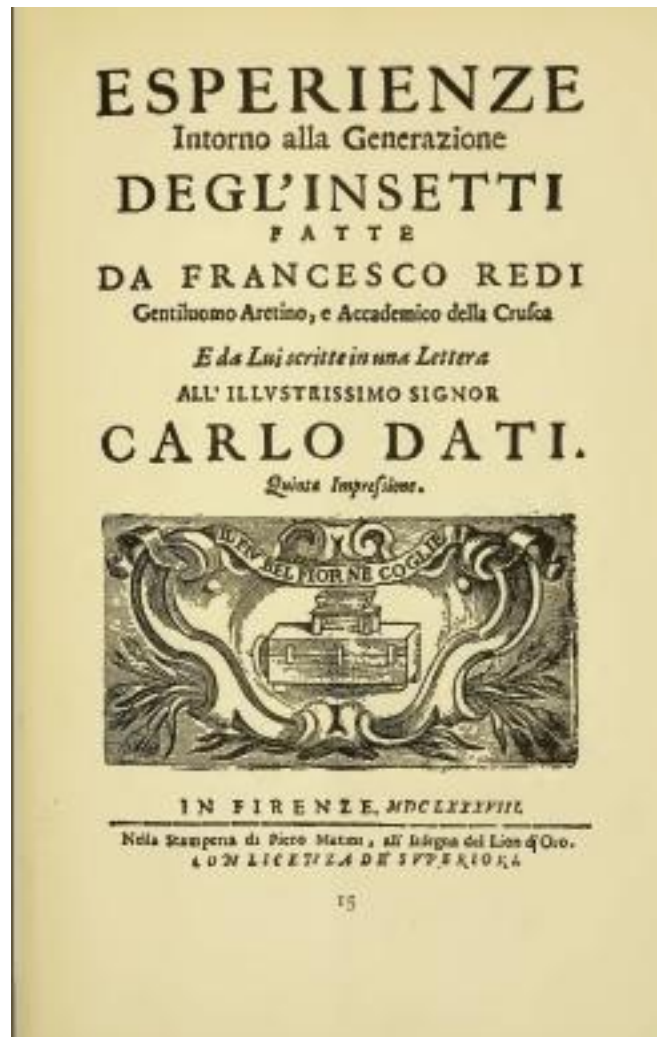
VI. Conclusões Finais

A análise do livro de Francesco Redi permite conhecer a sua opinião sobre diferentes formas de geração dos seres vivos, seja a sua conhecida contestação à existência da geração espontânea, seja a sua pouco conhecida ideia sobre uma alma ou virtude de vida capaz de engendrar vermes no interior de plantas e animais vivos. A leitura dos trechos aqui traduzidos e comentados expõe com clareza a ciência de Redi da ousadia pela qual iria contrapor-se a grande número de estudiosos, antigos e modernos, que aceitavam a geração espontânea de diferentes animais. Simultaneamente, expõe a complexidade de seu pensamento e sua convicção sobre a existência de uma outra forma de geração de animais, engendrados pela alma ou virtude de vida das plantas e animais.

Ao mesmo tempo, a leitura dos originais de Francesco Redi permite rever a questão do planejamento e execução de experimentos com seres vivos nas fases iniciais da ciência moderna. Entre outros protagonistas de seu século, Redi adotou o modelo experimental da física no estudo dos seres vivos e inovou com a execução de séries experimentais *em paralelo*. Tais inovações não implicaram, contudo, uma concepção absolutamente nova e repentina da racionalidade e da cientificidade. As investigações experimentais de Redi sobre a geração dos seres vivos cujos resultados foram considerados a partir de concepções metafísicas constituem exemplo de mudanças graduais na constituição das ciências modernas. Longe de pretender diminuir a importância desse personagem para a história da biologia, esta pesquisa teve por objetivo fornecer um apanhado mais íntegro das observações e experimentos que Francesco Redi realizou e uma percepção mais justa da complexidade de seu pensamento.

Agradecimentos

A primeira autora agradece o apoio da FAPESP (Processo 2016/22410-4) e a segunda autora agradece ao Conselho Nacional para o Desenvolvimento da Pesquisa Científica (CNPq) pelo apoio concedido. As autoras agradecem à gentileza de André Sempoux pelo envio da Introdução e primeiras páginas de sua tradução ao francês, enquanto não se obtinha acesso à publicação, já esgotada, de 1970. Agradecem também a colaboração de Carolina Perozzi Azevedo na localização dos clássicos greco-latinos em português.



EXPERIÊNCIAS
SOBRE A GERAÇÃO
DOS INSETOS
realizadas por Francesco Redi,
Nobre de Arezo e Acadêmico da Crusca,
e por ele endereçadas em carta ao Ilustre Senhor
Carlo Dati
Quinta Impressão

Em Florença, 1886

Quem faz experiências aumenta o saber;
Quem é crédulo aumenta o erro.
Provérbio Árabe, Erpen, 57³⁷.

É nas menores realizações que a natureza pode ser vista em sua totalidade. Por isso, eu suplico aos leitores, apesar do desprezo que possam ter por muitos desses insetos, que não condenem com a sua indiferença também o que aqui se oferece: nada pode parecer supérfluo na observação da natureza.
Plínio, no princípio do Livro XI, onde começa a tratar dos insetos³⁸.

Meu Senhor.

Não há dúvida de que, para o entendimento das coisas naturais, o Arquiteto Supremo dotou de sentidos a razão. Os sentidos são como muitas janelas ou portas através das quais a razão se põe a mirar as coisas naturais, ou pelas quais elas entram para se fazer conhecer³⁹. Para dizer melhor, os sentidos são os vigias ou sentinelas que procuram descobrir a natureza das coisas e tudo reportam à razão, a qual forma, de cada coisa, um juízo que será tanto mais claro e certo quanto saudáveis, fortes e livres de todo obstáculo ou impedimento forem os sentidos. Para sermos sinceros, com frequência, nós nos aproximamos ou nos afastamos daquelas coisas que estamos examinando, mudamos a sua posição, ou a luz sobre elas, e realizamos muitas outras ações, não apenas para satisfazer a própria visão, mas também ao olfato, gosto, audição, tato. Dessa forma, não existe um homem que, sendo dotado de alguma sabedoria, busque na razão o juízo das coisas sensíveis por outra via que não essa, mais fácil e mais segura, aberta pelos sentidos⁴⁰.

Por isso eu dou razão àquele⁴¹ que diz que, se fosse dado à nossa natureza o poder de escolher, ou se alguma mente superior perguntasse se ela se satisfaz com seus sentidos, desde que não corrompidos e inteiros, ou se desejaria coisa melhor, ele não via outra coisa que ela pudesse desejar de mais vantajoso. Guarnecido o homem por tais instrumentos, quanto erraria se, na busca ansiosa pelas verdades da História Natural, abandonasse a clareza dos sentidos e com base seja numa apreensão própria, superficial e ligeira, seja num relato de outros, não sincero e apaixonado, deixasse a razão realizar seu ofício, razão essa que, enganada por sentidos mal informados, poderia pronunciar uma sentença precipitada e falsa. Acontece que hoje ninguém é tão jovem nas escolas filosóficas que não tenha essa opinião, instilada pela própria natureza e ditada por aqueles sábios antigos que foram tão longe nas coisas da filosofia. Entre eles, aquele grande gênio, que tudo conheceu e que soube escrever maravilhosamente sobre tudo, e assim tinha a dizer no canto II do *Paraíso*:

Ela sorriu: “Quando a razão não vem
dos sentidos guiar as sensações,
que em enganos caís sabes tu bem.
Devias, pois, fugir das ilusões,
que sensações erradas a razão
fácil conduzem às aberrações⁴².”

Possui asas curtas a razão que segue os sentidos, pois ela não pode compreender para além daquilo que eles apreendem. E se, mesmo quando fortalecida pelos sentidos, ela própria é tão limitada para penetrar no segredo das coisas mundanas, não estaria em pior condição se fosse privada da necessária ajuda deles? Se os sentidos não preparassem bem o terreno, se não procurassem explorar o país⁴³, se não se informassem bem de tudo o que se passa na natureza, estendendo a mão à razão, seria de estranhar que ela avançasse por saltos obscuros ou que se enredasse entre falácias e caísse nas emboscadas dos erros?

Ainda que eu tenha perseguido os estudos da filosofia com mais fervor de ânimo do que altivez de gênio, sempre empreguei todo esforço e toda precaução possível para que os meus próprios olhos em particular estivessem bem satisfeitos, primeiro por meio de experiências acuradas e contínuas, para depois submeter à apreciação da mente, a matéria do filosofar⁴⁴. Desse modo, embora eu não tenha chegado a um conhecimento perfeito de coisa alguma, eu fui longe o bastante para perceber que continuo inteiramente ignorante de muitas coisas que eu suponha conhecer. E quando percebo algum erro nos escritos dos antigos ou na crença dos modernos, eu me sinto tão incerto e irresoluto de meu próprio conhecimento, que não ousa deixar de consultar os conselhos dos amigos sábios e prudentes.

Por isso, tendo recentemente feito muitas experiências, e muitas delas voltadas ao nascimento daqueles seres vivos que até hoje, por todas as escolas, são considerados que nascem por acaso e por sua própria virtude, sem sêmen [*seme*] paterno, e por não querer fiar-me apenas em mim mesmo, mas ser por outro conferido, ocorreu-me, senhor Carlo, recorrer ao senhor, uma vez que me concedeu lugar entre os seus amigos mais íntimos. Ao senhor, em quem todos os homens cultos veem resplandecer um saber soberano tornado robusto pela filosofia, que com variada erudição foi nobremente adornado, que honra a nossa Toscana e não inveja, nem ao Lácio seus Varrões⁴⁵, nem à Grecia seus Plutarcos⁴⁶. Eu lhe peço, então, por favor, que nas horas de menor ocupação se dê ao trabalho de ler esta minha *Carta*, mas de lê-la com a disposição de dar-me o seu parecer sincero, e com ele, os seus conselhos muito sábios e amigos. Com essa ajuda, eu serei capaz de remover todos os assuntos supérfluos e triviais e acrescentar o que for necessário,

Se puder aturar outros estudos
Farei talvez trabalho mais perfeito⁴⁷.

Muitos acreditavam que esta bela parte do universo que nós chamamos comumente Terra, quando estabelecida pelas mãos do Eterno, ou de qualquer outro modo que se possa, por alguma loucura, imaginar que isso tenha acontecido, muitos, repito, acreditavam que a Terra, naquele mesmo momento original, começou a vestir-se com uma certa penugem verde muito semelhante aos primeiros pelos que recobrem aves e quadrúpedes que acabam de nascer⁴⁸; e que pouco a pouco aquela verde penugem, mais vigorosa e robusta pela luz do sol e alimento materno, transformou-se e cresceu nas ervas e árvores frutíferas capazes de proporcionar o alimento para todos os animais que a terra pudesse produzir. E dizem que ela começou a produzir a partir de suas vísceras todas as espécies, do elefante até a menor e quase invisível besta. Mas a Terra, não contente com a geração de animais irracionais, quis ainda a

glória de que os próprios homens, naqueles tempos primitivos, a reconhecessem como sua mãe.

Segundo Lactânio⁴⁹, os estoicos afirmavam que se viu nascer homens nas montanhas, colinas e planos, do mesmo modo que vemos surgirem os fungos. É verdade que nem todos partilham a opinião de que os humanos surgiram em todos os lugares, pois alguns defendem que ele surgiu em uma só e determinada parte, ou província. Os egípcios, os etíopes, os frígios reivindicam essa honra aos seus próprios países, do mesmo modo que os habitantes da Arcádia, Fenícia e Ática. Entre eles, para mostrar que na Grécia nasceram os primeiros pais do gênero humano, da mesma maneira que da terra se crê ainda hoje nascerem as cigarras, os atenienses portavam nos cabelos, como se sabe, grampos de ouro em forma de cigarras. E Platão, no *Menexeno*⁵⁰, e Diógenes Laércio⁵¹, no prólogo de *Vidas de filósofos*, concederam ao país dos gregos essa honra de ter originado os primeiros homens. Mas qualquer que tenha sido o país em que nasceram, segundo a doutrina de Arquelau, discípulo de Anaxágoras, não foi em terreno pobre e arenoso e nem sobre cascalho morto, mas em algum terreno quente, e vivo, e de natureza poderosa para fazer germinar, produzindo um certo tipo de papa semelhante ao leite que, em seu lugar, pudesse ser oferecida às bestas e aos homens como o primeiro alimento.

Esses viventes, segundo testemunho de Empédocles e Epicuro, nos primeiros dias do mundo, caoticamente nasceram sem ordem e sem regra do ventre da terra, mãe ainda não muito hábil nesse mistério. Não foram apenas esses dois sábios que tiveram essa estranha opinião, pois ela foi sustentada por muitos dentre os antigos e em particular impressa por Apolônio de Rodas no quarto livro de *Os argonautas*:

Feras seguindo a vã, não semelhantes
Às crudívoras Feras, nem aos Homens
Na figura, porém de vários membros
Monstruoso composto, e a Maga seguem
Como as Ovelhas, do curral saindo,
Em rebanho os Pastores acompanham.
Tais a Terra nos tempos primitivos
Corpos compostos de encontrados membros⁵².

É assim que se via por vezes animais nasceram sem bocas e sem braços, outros sem olhos e sem pernas; alguns com um enxerto estranho de mãos e pés, sem ventre e sem cabeça; alguns possuíam membros de animais e o semblante do homem e alguns outros eram como os que os poetas descreveram, o minotauro de Creta, a esfinge, a quimera, as sereias e o cavalo alado de Perseu, ou como aquele Atlante de Carena, de que fala Ariosto:

Não é o corcel miragem, mas real,
Uma jumenta o concebeu de um grifo.
Em cabeça, asas, cara ao pai é igual
E uma pluma e pés frontais, que formam grifo.
Noutros membros parece tal e qual
A mãe, e leva o nome de hipogrifo⁵³.

Mas essa grande mãe, percebendo que esses esboços de geração monstruosa não eram nem bons, nem duráveis, e por meio deles tendo se tornado experiente, por assim dizer, ou mestra mais prática, conseguiu produzir em seguida os homens e os outros animais, todos

perfeitos segundo sua espécie; e os homens, segundo Demócrito, nasciam como pequeninos vermes que, pouco a pouco e imperceptivelmente, assumiam a forma humana. Ou mais, como dizia Anaximandro, escapavam do ventre materno envoltos por uma espécie de casca áspera, espinhosa, não muito diferente da casca que veste o fruto de uma castanha.

Doutrina diferente dessa foi defendida por Epicuro e seu seguidores. Eles acreditavam que dentro do útero da terra estavam os homens e os outros animais, todos envoltos em certa túnica e membrana que, apodrecidas e laceradas quando maduras, ao parto, deixavam-nos nus, e nus, ainda, e sem sofrer pelo calor ou pelo frio, andavam por aí, retirando o primeiro alimento da mãe. Esta, fecundando tais gerações por tanto tempo, envelhecida e exaurida, tornou-se estéril; e não possuindo mais força para gerar os homens e os outros grandes animais perfeitos, manteve, contudo, vigor para poder produzir (além das plantas, que se presume nascerem espontaneamente sem sêmen [seme]) certos outros animais pequeninos, como as moscas, vespas, cigarras, aranhas, formigas, escorpiões e outros insetos terrestres e aéreos que os gregos chamaram *εντομα Ζωα* e os latinos, *insecta animalia*. E nisto concordam todas as escolas, tanto as dos antigos como as dos filósofos modernos. Ensinam que a terra continuou a produzir essas criaturas até os dias atuais e que continuará a produzi-las, enquanto existir.

As escolas não concordam, no entanto, em determinar o modo pelo qual esses insetos são gerados, ou por qual parte a alma lhes aporta. Alguns dizem que não apenas a terra possui essa virtude oculta, mas que esta é possuída por todos os animais, vivos e mortos, por todas as coisas produzidas pela terra e por todos aqueles que estão em processo de putrefação para reverter-se em terra. Acrescentam alguns, como causa poderosa, a própria putrefação, e outros, a cocção natural. Segundo a diversidade de pensamentos, outras muitas causas são adicionadas, chamadas ativas e eficientes, como a alma universal do mundo, a alma dos elementos, a ideia, a inteligência doadora da forma, o calor dos corpos putrefatos, o calor do ambiente e do céu e, deste céu, o movimento, a luz e as influências superiores. Também não faltou a afirmação de que a geração de todos os insetos é feita pela virtude geradora da alma sensitiva e vegetativa de alguns seres pequeninos que por algum tempo permanecem habitando os cadáveres dos animais e plantas; e um calor muito débil os mantém como que num recipiente vazio e dormente, até que, percebendo o calor ambiente e dispondo de matéria, aquele extremo resíduo de alma se acorda, para dar nova vida àquela matéria corrompida e para organizá-la segundo seu próprio fim.

Há ainda uma outra classe de sábios que considerava, e considera⁵⁴, como uma verdade, que tal geração deriva de certas aglomerações minúsculas e agrupamentos de átomos, os quais são os sêmens [seme] de todas as coisas, e desses sêmens [seme] todas as coisas são plenas. E que sendo plenas, confessam ainda muitos outros, tais sementes [semenze], no começo do mundo, foram criadas por Deus e por ele disseminadas e espalhadas, para tornar os elementos fecundos, não mais de uma fecundidade momentânea e provisória, mas durável, tão estável como os próprios elementos. Desse modo, eles dizem, deve ser interpretado o Livro Sagrado, *Deus criou todas as coisas de uma só vez*⁵⁵.

Mas aquele grande filósofo de nosso tempo, o imortal William Harvey, também sustentou que todos os viventes nascem do sêmen [seme], assim como de um ovo; proceda esse sêmen [seme] de animais da mesma espécie ou de outra.

Porque isso é um fato comum a todos os seres vivos, isto é, que sua origem deriva ou do sêmen [semen] ou do ovo, sendo esse sêmen [semen] proveniente de outros indivíduos da mesma espécie tenha ocorrido por acaso ou por alguma outra coisa. De fato, o que se produz às vezes na arte ocorre também na natureza; aquelas coisas que ocorrem por acaso ou acidente, em outras circunstâncias, são realizadas pela arte; um exemplo disso, segundo Aristóteles, é a saúde. E a coisa não é diferente no que diz respeito à geração (desde que seja a partir de uma sementeira [semine]) de certos animais; o seu sêmen [semen] está presente por acidente ou provém de um agente unívoco do mesmo gênero. Pois, mesmo numa sementeira [semine] fortuita há um princípio motor da geração, herdado, que procria a partir de si próprio e por si próprio; e isso é o mesmo que se encontra na sementeira [semine] de animais congêneres – a saber, um poder de formar um animal⁵⁶.

Primeiro, ele havia dito que esses sêmens [seme] invisíveis eram como átomos voando no ar, disseminados e espalhados aqui e ali pelo vento; embora não diga de onde e a quem devem a sua origem, parece derivar de suas palavras a noção de que os sêmens [seme] que voam fortuitamente pelo vento e são por ele transportados procedem e nascem de um agente não mais unívoco, para usar a linguagem da escola, mas equívoco;⁵⁷ talvez tivéssemos uma expressão mais clara e forte de sua opinião, se os tumultos da guerra civil não tivessem se perdido, com deplorável prejuízo para toda a república filosófica, as muitas observações que ele recolheu e anotou sobre essa matéria. É certo que para muitos seria difícil acreditar que Harvey tinha razão, já que afirmam taxativamente que é impossível indicar a causa eficiente da procriação dos insetos; o mais sutil de todos os filósofos dos séculos passados⁵⁸, depois de ter procurado em nosso mundo em vão, teve que dizer que a causa imediata promotora da geração dos insetos e da matéria disposta em sua alma, não era outra senão a mão onipotente daquele cujo saber tudo transcende, isto é, o grande e bom Deus. Ênio⁵⁹ pensava o mesmo de todos os animais voadores, segundo declara Varrão, no livro quarto de *Lingua latina*, onde escreve: “Todos os animais com penas limitam-se a pôr ovos, mas não almas, como diz Ênio. E em seguida: então vem da divindade a alma que penetra espontaneamente em seu corpo”⁶⁰.

Como acrescentam alguns autores, não surpreende que Galeno tenha modestamente confessado não ter conseguido explicar a origem dos insetos, suplicando aos filósofos que lhe comunicassem descobertas sobre o assunto. No entanto, contra a opinião dos platônicos, Galeno confessou não ter razões para acreditar que aquela potência e aquela sabedoria que produzem os animais perfeitos seja aquela mesma que se rebaixa para formar os escorpiões, as moscas, os vermes, as lombrigas e outros animais desse gênero, que foram chamados pelos escolásticos de imperfeitos⁶¹.

Qual é a verdadeira, entre tantas opiniões, ou pelo menos qual mais se avizinha da verdade, eu não saberia dizer; e agora não está em meu poder, nem em minha intenção dizê-lo.

Se venho revelar a crença que eu tenho, o faço com ânimo cuidadoso e grande temor, tendo sempre aos ouvidos a lembrança do que foi cantado por nosso divino poeta:

A verdade com visos de mentiras,
quanto é possível, deve-se ocultar,
pois traz desprezo e muitas vezes iras⁶².

Embora contentando-me sempre em ser corrigido, onde quer que eu cometa erros, por quem é mais sábio nesta ou em qualquer outra coisa, não silenciarei em que, por muitas observações, diversas vezes por mim realizadas, me sinto inclinado a crer, que a Terra, depois de ter dado origem às primeiras plantas e primeiros animais, produzidos nos primeiros dias do mundo por ordem do soberano e onipotente Feitor, nunca mais produziu nenhum tipo dessas mesmas ervas, nem árvores, nem animal algum, perfeito ou imperfeito; e que tudo o que nasceu no tempo passado, e que agora nasce neles ou deles, provém da semente [*semenza*] real e verdadeira das próprias plantas e animais, os quais por meio do próprio sêmen [*seme*] de sua espécie conservam-se.⁶³ E se todo os dias notamos nos cadáveres de animais e de todo tipo de ervas, flores e frutos pútridos e corrompidos, um número infinito de vermes sendo produzidos,

[...] não vês que
os corpos se desagregam com o tempo, se liquefazem por ação
do calor
e se convertem em pequenos animais⁶⁴.

Digo ainda, que eu me sinto inclinado a acreditar que esses vermes são todos gerados do sêmen [*seme*] paterno, e que as carnes, as ervas e outras coisas putrefatas ou passíveis de putrefação não possuem outra função na geração dos insetos do que a de servir de lugar ou ninho adequado, no qual, pelos animais em tempo de procriarem, são levados e nascidos os vermes ou os ovos ou as outras sementes [*semenze*] dos vermes, os quais, assim que nascem, encontram nesse ninho alimento suficiente e muito útil para nutrirem-se; e se em tal ninho não são levadas pelas mães essas sementes [*semenze*] acima mencionadas, nada, absolutamente nada, é gerado e nasce. E para que o senhor Carlo possa bem ver a verdade do que digo, passo a descrever agora minuciosamente alguns poucos desses insetos, dentre os mais comuns e conhecidos.

Portanto, de acordo com o que eu disse, e aquilo que dizem os antigos e novos escritores, assim como a opinião comum do povo, toda matéria apodrecida de cadáver deteriorado e todo resto de qualquer outra coisa putrefata engendra os vermes e os produz. Assim, querendo encontrar a verdade sobre isso, desde o início do mês de junho,⁶⁵ eu mandei abater três cobras, daquelas chamadas serpentes de Esculápio. Elas foram deixadas para apodrecer dentro de uma pequena caixa aberta. Não passou muito tempo para que eu as visse recobertas de vermes cônicos e sem nenhuma perna, pelo menos que fossem visíveis com os olhos. Enquanto devoravam aquela carne, os vermes cresciam e, de um dia a outro, segundo o que pude observar, aumentavam também em número. Embora possuíssem todos a mesma forma, nascidos em dias diferentes, não eram de mesmo tamanho. Mas tanto os menores quanto os maiores, depois de terem consumido toda a carne, deixando intactos apenas os

ossos nus, escaparam todos por um pequeno furo da caixa que eu havia fechado, sem que eu pudesse descobrir para aonde foram.

Curioso em saber que fim levaram, novamente, no dia 11 de junho, preparei três outras dessas mesmas cobras. Passados três dias, viam-se pequenos vermes que hora a hora aumentavam em número e tamanho; todos com a mesma forma, mas nem todos da mesma cor. Os maiores eram brancos por fora e os menores tendiam ao rubro. Quando terminaram de comer aquela carne, procuraram ansiosamente qualquer caminho para fugir; mas, tendo eu fechado muito bem todas as fissuras, observei que no dia 19 do mesmo mês, alguns dos vermes, tanto os grandes quanto os pequenos, começaram como que a adormecer, a tornar-se imóveis; depois, enrugando-se em si mesmos, adquiriram gradualmente uma forma similar ao ovo. E no dia 21, todos haviam se transformado naquela forma de ovo⁶⁶, inicialmente de cor branca, depois, dourada, e pouco a pouco, avermelhada; esta cor se conservou em alguns ovos, mas outros continuaram escurecendo, tornando-se finalmente negros. Os ovos que chegaram nesse estado, tanto os negros como os vermelhos, inicialmente moles e macios adquiriram cascas duras e quebráveis. Pode-se dizer que possuíam alguma semelhança com aquelas chamadas crisálidas, ou aurélias ou ninfas, nas quais se transformam por algum tempo as lagartas, os bichos da seda e outros insetos similares.

Observando melhor, eu notei então que entre os ovos vermelhos e negros havia uma ligeira diferença de forma. Embora parecessem ambos compostos de numerosos anéis reunidos, esses anéis eram mais esculpados e aparentes nos negros do que nos vermelhos. Estes, à primeira vista, pareciam quase lisos e não possuíam, como os negros, uma certa pequena cavidade em uma das extremidades, não muito diferente daquela dos limões ou outras frutas quando são destacadas de sua haste. Eu coloquei esses ovos distintos, separadamente, em alguns recipientes de vidro bem fechados com papel. No final de oito dias, cada ovo de cor vermelha rompia a casca e deixava escapar uma mosca acinzentada, ainda aturdida, ou melhor, um esboço ainda não bem terminado de mosca, com asas ainda não estendidas. Em menos de um quarto de hora, as asas estavam estendidas e expandidas na proporção justa daquele pequeno corpo que, ao mesmo tempo, havia adquirido a simetria conveniente e natural de suas partes; e quase todo reorganizado, tendo perdido aquela cor cinza desbotada, havia se vestido de um verde muito vivo e maravilhosamente brilhante; e o corpo todo havia dilatado e crescido tanto que parecia impossível ter cabido no interior daquela pequena casca.

Enquanto essas moscas verdes nasceram de ovos avermelhados após oito dias, foram necessários 14 dias para as moscas grandes e negras raiadas de branco saírem dos ovos negros. Com o ventre vermelho e coberto de pelos, elas eram daquela mesma raça que vemos diariamente nos abatedouros e nas casas, zunindo sem cessar sobre as carnes mortas. Mal formadas e bem pouco móveis ao nascer, elas possuíam as asas dobradas como ocorrera com as verdes. Mas todos esses ovos negros não nasceram antes de 14 dias; para uma boa parte deles, foi necessário esperar até o vigésimo primeiro dia. Nesse momento, saíram moscas bizarras, em tudo diferentes das duas primeiras gerações, no tamanho e na forma, e que, até onde eu saiba, ainda não foram descritas. Bem menores que as que infestam as mesas, elas voam por meio de duas asas quase prateadas que não ultrapassam o tamanho de seu corpo,

que é de um negro metálico e ventre brilhante que se assemelha pela forma ao das formigas aladas e que possuem alguns raros pelos, mostrados pelo microscópio. Dois longos chifres ou antenas (assim os chamam os escritores de história natural) se elevam da cabeça. As primeiras quatro patas se assemelham às das outras moscas, mas as duas últimas são bem mais longas e mais grossas do que parece convir a um corpo tão pequeno. Elas são constituídas de uma crosta semelhante àquela da lagosta, e possuem a mesma cor, ainda mais viva e vermelha como o zinabre; todas pontilhadas de branco, parecendo um esmalte muito fino.

Essas gerações tão diferentes de moscas saídas de um mesmo cadáver não me saciaram o intelecto. Ao contrário, elas foram um estímulo para que eu fizesse novas experiências. Para esse fim, tendo preparado seis pequenas caixas sem cobertura, eu coloquei, na primeira, duas das cobras descritas acima, na segunda, um grande pombo, na terceira, duas libras de vitela, na quarta, um pedaço grande de carne de cavalo, na quinta, um porco, na sexta, um coração de cordeiro. Em pouco mais de vinte e quatro horas, todas ficaram infestadas de vermes que, cinco ou seis dias depois do nascimento, transformaram-se em ovos. Os ovos sobre as cobras eram todos vermelhos e sem cavidade; ao final de doze dias, nasceram grandes moscas azul turquesa e algumas outras violeta. Os do pombo eram alguns vermelhos e outros negros; dos vermelhos nasceram, oito dias depois, moscas verdes, e dos negros, no décimo quarto dia, depois de romper a casca na ponta oposta à da cavidade, escaparam outras tantas moscas grandes negras listadas de branco. Moscas semelhantes destas últimas foram vistas saindo, ao mesmo tempo, de todos os outros ovos: da carne de vitela, de cavalo, de porco e do coração de cordeiro. Mas com uma diferença: nesta última, além das moscas negras listadas de branco, nasceram ainda algumas daquela cor azul turquesa e violeta.

Ao mesmo tempo, eu coloquei carnes de rãs sem a pele em um recipiente de vidro deixado descoberto. No dia seguinte, eu encontrei alguns poucos vermes que as devoravam e alguns outros que nadavam no fundo do recipiente, na água escorrida da carne das rãs. No dia subsequente todos os vermes haviam crescido e havia nascido uma multidão de outros que também nadavam sob a água e na superfície. Por vezes, eles buscavam os últimos restos das rãs; em dois dias, tudo estava devorado. Eles continuaram a nadar e a brincar nesse líquido fétido. Às vezes emergiam, viscosos e sujos, e ainda que sem patas, serpenteavam livremente de alto a baixo sobre a superfície do vidro e retornavam ao nado. Por fim, sem que eu tenha percebido, no dia seguinte eles haviam todos escalado as paredes do recipiente e desaparecido.

Eu também havia colocado, ao mesmo tempo, alguns daqueles peixes do Arno, chamados carpas [*barbi*], em uma caixa toda perfurada e fechada com uma tampa também perfurada. Passadas quatro horas, ao abrir a caixa, encontrei sobre os peixes um número incalculável de pequeníssimos vermes, e nas quinas internas da caixa e em torno dos furos eu vi dependurados e amontoados muitos diminutos ovos, alguns brancos e outros amarelos. Esmagados entre minhas unhas, quebrando suas cascas, deixavam escapar um líquido esbranquiçado menos espesso e menos viscoso do que a clara dos ovos das aves. Eu fechei a caixa como antes e, no dia seguinte, haviam nascido os vermes de todos os ovos, deixando suas cascas vazias. Os vermes que eu havia visto primeiro haviam crescido o dobro de seu tamanho; mas o que me pareceu mais maravilhoso foi que no segundo dia atingiram um tal

tamanho que cada um deles pesava em torno de sete grãos⁶⁷; e no dia seguinte atingiram vinte e cinco a trinta grãos⁶⁸. Todos os outros que nasceram por último eram pequeníssimos. Todos juntos, quase em um piscar de olhos, acabaram de devorar a carne dos peixes, deixando a espinha e os ossos tão brancos e limpos, que pareciam os esqueletos tratados pelas mãos dos melhores anatomistas da Europa. Todos esses vermes, colocados em um lugar de onde não podiam escapar, apesar de todas as suas tentativas, cinco ou seis dias após seu nascimento, transformaram-se em ovos de diferentes tamanhos, alguns vermelhos e outros negros. Em seguida, em dias determinados, surgiram as moscas verdes, as grandes azul turquesa, as pretas listadas de branco e outras semelhantes às lagostas marinhas e formigas aladas, que eu havia descrito antes. Além dessas quatro raças, vi ainda oito ou dez daquelas comuns que zunem em torno de nossas mesas. Ao final de vinte e um dias, percebi que de alguns dos ovos grandes negros não havia ainda nascido nada, então os separei em um recipiente diferente. E dois dias depois começaram a sair mosquinhas muito pequenas e pretas e em outros dois dias atingiram um número muito maior do que o dos ovos. Eu abri o recipiente e espremi cinco ou seis ovos, encontrando-os tão cheios de mosquinhas que cada casca envolvia pelo menos vinte e cinco ou trinta, no máximo quarenta.

Eu continuei a fazer experiências similares, muitas e muitas vezes, utilizando carnes cruas e cozidas de touro, de cervo, de asno, de búfalo, de leão, de tigre, de cachorro, de cabrito, de carneiro, de veado, de lebre, de coelho, de rato, assim como de galinha, galo da Índia, ganso, pato, codorna, perdiz, papa-figo, pardal, andorinha, andorinhão e, finalmente, com vários tipos de peixe, como atum, pargo, peixe espada, raia, linguado, tainhota, lúcio, tenca, enguia, lagostas de água doce e salgada, caranguejo e mexilhões com conchas. Sempre nasceram indiferentemente ora uma, ora outra espécie de mosca que eu já mencionei. Às vezes, de um só animal, apareciam todas as raças conjuntamente; outras vezes, acompanhadas de muitas gerações de mosquinhas pretas, algumas tão pequenas que mal podiam ser seguidas com os olhos. Quase sempre eu vi sobre essas carnes e peixes, assim como em torno dos buracos das caixas onde elas estavam encerradas, não apenas os vermes, mas também os ovos de onde provinham, como já disse antes. Esses ovos me faziam lembrar aquelas larvas [*cachioni*] depositadas por moscas sobre o peixe ou sobre a carne, que depois se tornam vermes, um fato já muito bem observado pelos compiladores do *Vocabulário* de nossa Academia.⁶⁹ Isso foi igualmente observado por caçadores nas presas abatidas durante o verão, bem como por açougueiros e pelas mulheres que, para proteger as carnes da sujeira colocam-nas sob o mosquiteiro ou recobrem-nas com pano branco. Assim se explicam os apelos de Aquiles no livro 19 da *Iliada*; as moscas não vão cobrir de vermes as feridas do morto Pátroclo, enquanto ele se ocupa de vingar Heitor? Dirigindo-se a Tetis, disse ele:

[...] mas temo que entrem moscas
Nas chagas do guerreiro e criem vermes,
Que ah! sem vida, o cadáver deturpando,
Os dissolvidos membros lhe apodreçam⁷⁰.

E sua devota mãe lhe prometeu que, com seu poder divino tinha mantido longe do cadáver o inoportuno batalhão de moscas e, contra a ordem da natureza, o havia conservado incorrupto e inteiro por um ano.

E a genetriz: “Não cures disso, filho;
Enxotarei eu mesma o agreste enxame
Que imolados belígeros devora.
Jazesse um ano, que seria inteiro,
E inda melhor. [...]”⁷¹

Eu comecei então a especular se todos os vermes que nascem sobre as carnes não proviriam do sêmen [*seme*] das moscas e não das próprias carnes putrefatas. Mais me intrigava essa especulação pelo fato de que, em todas as gerações que fiz nascer, eu sempre havia visto sobre as carnes, antes de se contaminarem de vermes, pousarem moscas da mesma espécie daquelas que depois nasciam. Mas seria vã a dúvida se a experiência não a tivesse confirmado.

Em meados de julho [de 1665], eu coloquei em quatro garrafas de boca larga uma serpente, alguns peixes de água doce, quatro enguias do Arno e um pedaço de vitela; depois, tampei muito bem as aberturas com papel e barbante, bem fechado; em outras garrafas coloquei outro tanto das mesmas coisas e deixei-as abertas. Não passou muito tempo até que os peixes e carnes destes últimos recipientes ficassem cheios de vermes; e nesses recipientes viam-se entrar e sair as moscas voando. Nas garrafas fechadas, porém, não vi nascer nada, ainda que muitos meses tenham se passado depois que eu encerrei aqueles cadáveres. Algumas vezes, uma larva ou um pequeno verme agitava-se no exterior da tampa de papel, esforçando-se em encontrar uma passagem para penetrar na garrafa e alimentar-se das carnes já fétidas, podres e deterioradas⁷².

Com exceção das espinhas, os peixes haviam se transformado em uma água espessa e túrgida que pouco a pouco tornou-se clara e límpida com algumas gotas de gordura flutuando na superfície. Muita água saía ainda da serpente, mas seu cadáver não se decompôs, conservando-se quase inteiro, com as mesmas cores, como se tivessem sido fechadas ali um dia antes. As enguias, por sua vez, fizeram bem pouca água; mas inchando e fermentando, perderam pouco a pouco a sua forma, e se tornaram como que uma massa de cola tenaz e viscosa. O pedaço de vitela, depois de muitas e muitas semanas, tornou-se árido e seco.

Eu não fiquei satisfeito apenas com essas experiências. Eu fiz infinitas outras, em momentos diferentes e em recipientes diversos. E para não deixar de explorar todas as possibilidades, mais de uma vez, eu ordenei que alguns pedaços de carne fossem enterrados; mesmo após muitas semanas sepultadas, não geraram vermes, como os produziram todas as outras carnes sobre as quais as moscas pousaram.

No mês de junho, eu fiz uma outra experiência de não pouca importância. Coloquei as entranhas de três capões numa garrafa de vidro de gargalo bem longo, onde elas se encheram de vermes. Devido à altura do gargalo, aqueles vermes não conseguiram escapar da garrafa, caindo no fundo do recipiente, e, lá morrendo, serviam de alimento e de ninho para as moscas, as quais continuaram a originar vermes durante todo o verão e até os últimos dias do mês de outubro.

Em outro dia, matei uma boa quantidade de vermes nascidos na carne de búfalo e os coloquei, uma parte, em recipiente fechado, outra parte, em recipiente aberto; nos primeiros não foi gerada coisa alguma, mas nos últimos nasceram vermes que, transformados em ovos, finalmente tornaram-se moscas comuns. E o mesmo resultado foi obtido com um grande número das mesmas moscas comuns amassadas e colocadas em recipientes similares, abertos e fechados; jamais apareceu qualquer coisa nos recipientes fechados, enquanto nos abertos nasceram vermes que se transformaram em ovos e depois em moscas da mesma espécie, das quais nasceram os vermes.

Assim talvez se possa explicar porque o sábio padre Athanasius Kircher,⁷³ homem digno dos maiores elogios, tenha se equivocado no livro décimo do *Mondo sotterraneo* [Mundo subterrâneo], no qual propõe o experimento de fazer nascer as moscas de seus próprios cadáveres. Se regarmos, disse esse virtuoso, esses cadáveres de mosca com uma água adoçada com mel e os colocarmos em seguida sobre uma chapa de cobre exposta a calor tênue de brasas, serão vistos nascer ali alguns vermes muito pequenos, visíveis apenas com o microscópio, e que, pouco a pouco, despontando as asas sobre o dorso, tomam a figura de moscas bem pequeninas; estas, crescendo gradativamente, tornam-se moscas grandes e de estatura perfeita⁷⁴.

Na minha opinião, aquela água adoçada com mel não tem outro papel que o de incitar mais ainda as moscas vivas à se alimentarem das mortas e a depositar suas sementes [*semenze*] sobre elas; e penso também que pouco importa fazer a experiência em recipiente de cobre e no calor tépido de brasas; pois sempre, e em todo lugar, daqueles cadáveres nascem os vermes que se transformam em moscas, porque das mesmas moscas nasceram os vermes ou os sêmens [*semz*] de vermes. Eu não compreendo como os pequeninos vermes descritos por Kircher se transformaram em moscas pequenas sem antes, no intervalo de alguns dias, terem se convertido em ovos⁷⁵; não compreendo ainda, ingenuamente confessando a minha ignorância, como aquelas moscas puderam ter nascido tão pequenas e depois tenham crescido, porque todas as moscas, mosquitos e borboletas saem de seu ovo, eu o vi milhares de vezes, com o mesmo tamanho que conservam durante toda a sua vida. Ah, quanto esta única experiência mal examinada, de moscas renascidas de cadáveres de outras moscas, teria deleitado e alegrado aqueles que se imaginaram capazes de poder fazer renascerem homens da carne de homem por meio da fermentação, ou de outra semelhante ou mais estranha maneira. Na minha opinião, eles ergueram sobre ela fundações grandes demais e, com arrogância prepotente, exclamaram:

Os sábios de natura antigamente
afirmavam que nasce a Fênix bela⁷⁶.

Eles teriam tentado mais de uma vez esse experimento incrível, segundo rumores que eu ouvi. Mas não vale à pena o esforço de refutar um absurdo ridículo desses, pois, como disse Marcial:

É torpe possuir difíceis nugas
E é estúpido esforçar-se com inépcias⁷⁷.

E tanto é assim, que o célebre padre Athanasius Kircher no livro décimo do *Mondo sotterraneo* refutou, nobremente, e com raciocínio sólido, a loucura do tagarela Paracelso⁷⁸, o qual impiamente queria divulgar uma maneira ridícula de gerar homenzinhos nos alambiques dos alquimistas. Escandalizam-me ainda mais alguns outros que atiram sobre mentiras como essas os fundamentos e conjecturas do mais alto mistério da fé cristã da ressurreição dos corpos no fim do mundo. O grego Giorgio Pisida⁷⁹ foi um dos que invocou a crença, com o exemplo da fênix, e o muito famoso e célebre senhor Digbi⁸⁰, que exaltou o renascimento de caranguejos a partir de seus próprios saís preparados com manufatura química. Ah, que santos e profundos mistérios de nossa fé escapam ao entendimento humano e não caminham junto às coisas naturais, mas são obra especial e admirável da mão de Deus. Ao crermos na sua onipotência, podemos e devemos aceitar de olhos fechados outras coisas; e crendo de olhos fechados mais se compreende. Como aquele poeta italiano cantou:

Só conhece os segredos do céu
Aquele que fecha os olhos e crê⁸¹.

Mas pondo fim nesta longa digressão, para retomar o primeiro tema é necessário que eu diga que mesmo tendo verificado suficientemente que os vermes não se engendram da carne dos animais mortos senão quando suas sementes [*semenze*] ali são deixadas por animais vivos, quis ainda tentar novas experiências. Para não restar nenhuma dúvida ou qualquer oposição que pudesse ser levantada em razão dos testes terem sido feitos em recipientes fechados, nos quais o ar ambiente não podia entrar ou sair, nem renovar-se livremente, quis ainda tentar novas experiências. Eu coloquei carnes e peixes dentro de um recipiente bem grande e para que o ar pudesse entrar, eu o cobri com um véu bem fino de Nápoles; coloquei-o então no interior de uma caixa, como um guarda-comida, coberta apenas com véu do mesmo tipo. E não foi mais possível que sobre aquela carne e aquele peixe fosse visto qualquer tipo de verme. Não raro, eles eram vistos, em grande número, rodeando o véu do guarda-comida. Atraídos pelo odor da carne, eles escorregavam pelos furos do véu, e se não os tirasse fora, talvez conseguissem entrar no recipiente, tamanho esforço faziam. Uma vez observei que dois vermes, havendo alegremente atravessado o primeiro véu e tendo caído sobre o segundo véu, que fechava a boca do recipiente, agitavam-se de tal modo que metade de seu corpo havia atravessado e pouco faltava para que não fossem, sobre aquela carne, andar e crescer.

Era uma coisa curiosa de ver, as moscas voando ao redor. De tempos em tempos, elas pousavam sobre o primeiro véu e ali punham seus vermes; eu cheguei a ver uma que pôs seis ou sete de uma só vez, e uma outra que soltava os seus no ar, antes de encostar no véu. Talvez esta última pertencesse àquela mesma raça da mosca que pôs alguns pequenos vermes na mão de Scaliger⁸², o que o fez pensar que todas as moscas procriam geralmente vermes vivos, e não ovos. O que escrevi acima é suficiente para mostrar o quanto se enganou esse homem tão erudito. Na verdade, algumas raças de moscas produzem vermes vivos, enquanto outras põem ovos, conforme me foi certificado por experiências e fatos. Não me convenceu o testemunho, muito autorizado, do padre Honoré Fabri⁸³, da venerável Companhia de Jesus, o qual, ao contrário do que sustentou Scaliger, afirmou no livro *A geração dos animais*, que as moscas

sempre põem ovos e nunca vermes. Pode ser que a mesma raça de mosca (eu não afirmo nem nego), em uma vez, ponha ovos e, noutra vez, vermes vivos. E talvez sua natureza a fizesse pôr ovos sempre, salvo quando o calor da estação os fizesse maturar e nascer dentro do corpo e, por consequência, ela gerasse os vermes vivos e móveis, como milhares de vezes eu vi, efetivamente.

Enganou-se também o muito atento Johann Sperling⁸⁴ ao escrever na sua *Zoologia* que os vermes das moscas não nascem dessas moscas, mas nascem do esterco que elas produzem. E para dar razão a isso, com falso pressuposto acrescenta: “A razão disso não pode ser obscura para os espíritos claros; de fato, as moscas experimentam de tudo, absorvem a matéria dos vermes ao mesmo tempo que o alimento e excretam pela cloaca aquilo que absorveram”⁸⁵. Sperling não notou o que qualquer um pode observar diariamente, que as moscas possuem ovários divididos em duas celas separadas, as quais contém os ovos ou larvas [*cacchioni*], e um pequeno canal comum os conduz para fora do corpo e em quantidade tão grande que parece coisa incrível: algumas moscas verdes são tão fecundas que cada uma possui no ovário até duzentas larvas [*cacchioni*]. Portanto, Sperling enganou-se, acreditando que os vermes das moscas nascem no esterco dessas moscas. Com Sperling enganou-se também o sábio padre Athanasius Kircher, que teve uma opinião bem parecida⁸⁶. Um virtuoso e caríssimo amigo também andou próximo das ideias desses dois famosos escritores. Ele viu uma mosca presa em uma teia de aranha que, a cada mordida da aranha, expulsava vermes; opinou então que a aranha tinha o poder de fazer as moscas produzirem vermes. Tudo o que eu disse mostra bem que nenhum animal morto engendra vermes⁸⁷.

[...]

Para encerrar logo esta já longa e tediosa *Carta*, eu direi novamente que assim como todas as carnes mortas e todos os peixes, todas as plantas e todos os frutos são um ninho muito apropriado para as moscas e outros animais alados, assim também o são todas as gerações de fungos, como eu pude ver nas bufas-de-lobo, cogumelos comestíveis, sanchas, clavarias e outros semelhantes. Eu me refiro aí aos fungos que foram colhidos, e, por assim dizer, estão mortos e putrefatos. Ao passo que aqueles enraizados na terra ou nas árvores, e que vivem, geram certo tipo de vermes, alguns dos quais são muito diferentes na forma, em tudo e por tudo, dos vermes das moscas, pois estes vermes derivados de fungos não rastejam, mas andam sobre suas patas, como os bichos-da-seda, e possuem um focinho pequeno e chato, com uma faixa negra sobre ele, e não longo e agudo como os vermes das moscas. Esses vermes, então, quando terminam de crescer, escapam do fungo do qual nasceram e, em vez de se transformarem em ovos, constroem em torno de si um casulo de seda, no qual permanecem enclausurados por certo número de dias, quando sai de cada casulo um inseto voador que às vezes é um mosquito, às vezes um pequeno mosquito preto de quatro asas e outra vezes é um mosquito negro de quatro asas, parecido, com ventre inferior alongado, como uma cauda semelhante à das serpentes.

Qualquer que seja a causa eficiente que produz esses vermes em fungos vivos, eu, de minha parte, acredito ser a mesma que os gera nas plantas vivas e seus frutos, também vivos,

sobre a qual variadas são as opiniões dos filósofos e daqueles que investigaram a virtude das plantas ou sua verdadeira natureza⁸⁸.

[...]

Poderia expor ainda muitas outras opiniões, mas porque quase tudo se reduz ao defendido por que aqueles enumerados no início desta carta, creio oportuno deixá-los de lado e expor a minha opinião, de que os frutos, os legumes, as árvores e as folhas tornam-se cheios de vermes de duas maneiras. Uma, porque os vermes vêm de fora e, procurando alimento, abrem caminho para a mais interna medula dos frutos e lenhos. A outra maneira, que eu estimo não conter nada de irracional para acreditar, é que aquela alma ou aquela virtude, que gera as flores e os frutos nas plantas vivas, seja a mesma que gera também os vermes dessas plantas. E quem sabe, talvez, muitos frutos sejam produzidos pelas árvores, não para um propósito primário e principal, mas para um ofício secundário e servil, destinado à geração desses vermes, servindo a eles como uma matriz na qual permanecem um prefixado e determinado período de tempo, quando então saem para aproveitar a luz do sol.

Eu não imagino que esta minha ideia seja paradoxal. Basta pensar na grande variedade de bolotas [...] que produzem os carvalhos, sobreiros, faias [...] e outras árvores que produzem bolotas semelhantes, e fica claramente evidente que a primeira e principal intenção da natureza é abrigar no interior dessas excrecências o desenvolvimento de um animal voador. [...] (Redi, 1688, 109-110).

[...] Essas diversas considerações me fizeram mudar de opinião. Parece-me mais provável que a geração desses animais nascidos das árvores não sejam uma geração ao acaso, nem feita pelos sêmens [*sem*] depositados pelas moscas grávidas sobreviventes. [...] Constata-se que os vermes das bolotas recebem seu fomento vital do próprio carvalho. [...] (*Ibid.*, p.112).

[...]

Eu não quero encerrar, sem antes retornar ao meu primeiro propósito, que eu acredito não ser um grande pecado filosófico a crença de que os vermes dos frutos são gerados por aquela mesma alma e aquela mesma virtude natural que faz nascer os frutos dessas mesmas plantas. Se em algumas escolas se toma por certo que uma coisa menos nobre não pode gerar uma mais nobre, eu não me engano de que o único exemplo das moscas e mosquitos que nascem das bolotas dos carvalho, parecem tirar todas as dúvidas. Além de que esses termos mais nobres e menos nobres são desconhecidos da natureza e inventados para servir às opiniões desta ou daquela seita, de acordo com o que se faz no ofício. Mas mesmo que, conforme o reclames extraordinários dos escolásticos, fosse verdade que dos ignóbeis não se pudesse produzir os mais nobres, eu não vejo que grande vergonha ou qual extravagante paradoxo seria dizer que as plantas, além da vida vegetativa, ainda apreciam o sensível, o qual as condiciona e as capacita à geração dos animais que dessas plantas são produzidos [...] (*Ibid.*, p. 114).

Para a prova da sensibilidade das plantas acima mencionada, não preciso lembrá-lo dos rebentos da Trácia animados pelo espírito do Polidoro morto, nem menos os jardins de Alcina descritos por Ariosto [...] (*Ibid.*, p. 116).

E quem sabe se Virgílio, Dante e os outros poetas toscanos não quiseram nos ensinar, sob o manto da ficção, que as plantas não são de modo algum privadas de sensibilidade? Eu sei muito bem que não há motivo, nem conjectura, nem prova, nem razão conclusiva seja para afirmá-lo, seja para negá-lo. Mas também é verdade que as plantas se alimentam, crescem e produzem sementes e frutos como os outros animais; buscam com ansiedade o sol e o ar livre e ventilado; esquivam-se como podem das sombras maléficas, torcendo-se por meio de movimentos invisíveis, para lhes escapar; e, quem sabe, se pernas tivessem, e não estivessem tão profundamente enraizadas na terra, não fugiriam daqueles que as ameaçam, e ofendidas e torturadas, não erguessem suas vozes e lamentações, se possuíssem os órgãos dispostos e adequados para se expressarem? (*Ibid.*, p. 118-119).

[...] Eu também sei que sobre muros aquecidos e podres nascem vermes, que se tornam mosquitos e moscas comuns; e que sob a folhagem escura de muros internos se vê nascerem moscas comum e quatro ou cinco outros tipos de moscas pequeninas, as quais ainda nascem sob tantas outras ervas, desde que as sementes [*semenze*] e os ovos de moscas e mosquitos tenham sido levados para lá. Se essas sementes [*semenze*] não foram transportadas, nada se verá nascer, como eu disse em outras ocasiões, nem das ervas, nem das carnes podres, nem de qualquer outra coisa que naquele momento não viva atualmente. Ao contrário, se viver e se for verdadeiramente animado, poderá produzir dentro de si algum verme, como nas cerejas, nas peras e nas ameixas, nas bolotas do carvalho, carvalho vermelho, sobreiros, faias, têm nascimento aqueles vermes que se transformam em borboletas, em moscas e em outros pequeninos animais voadores semelhantes.

Da mesma forma, pode ser verdade, e estou disposto a acreditar, que lombrigas e vermes nascem nos intestinos e em outras partes dos homens; no fel e nos vasos do fígado dos carneiros muitas vezes ganham vida aqueles vermes chamados pelos açougueiros de “pequenas cobras” [*bisciuole*]; e nas cabeças de cervos e ovelhas, são quase sempre encontrados aqueles outros vermes desagradáveis. E porque pode ser uma novidade para algumas pessoas, que os fígados dos carneiros sejam tantas vezes cheios de vermes, e que os carneiros e também os cervos possuem vermes em suas cabeças, eu decidi dizer-lhe brevemente o que observei, e eu lhe transmitirei aqui o desenho dos dois tipos de vermes de maior tamanho, e não dos menores, que são encontradas (*Ibid.*, p. 146-147).

[...]

E os pastores dizem que, quando os carneiros, em certos momentos, tornam-se furiosos, parecendo tomados de uma loucura, a causa é a presença desses vermes na sua cabeça. Nesses animais, os vermes não são tão numerosos quanto nos cervos, chegando, no máximo, e muito raramente, a doze ou quinze. Lembre-se que eu estou me referindo sempre apenas ao que vi com meus próprios olhos, e que afora disso não nego nem afirmo nada.

Daquela mesma vida, que produz dentro das cabeças dos cervos e ovelhas esses pequenos animais dos quais venho lhe falando, pode ser que nasçam, e eu não saberia negar, aqueles outros pequenos animais abomináveis e odiosos [...] que infestam as partes externas dos homens, dos quadrúpedes e das aves; mas, se eu puder expressar livremente o meu

pensamento, sinto-me mais inclinado a acreditar, acompanhando o ilustre Johann Sperling, que eles nascem de ovos fecundados durante o coito e postos pelas fêmeas [...] (*Ibid.*, p. 151).

[...]

Quando eu empunhei a pena, foi com a intenção de escrever uma carta normal. Ultrapassando, no entanto, consideravelmente, não sei como, os limites, eu acabo por lhe apresentar um livro, e com estilo não raro seco e desprovido de qualquer beleza, pelo que muitos podem me condenar e eu não teria nada a dizer em minha defesa. Eu não gostaria, isto sim, que me culpem por eu ter expresso, talvez muito francamente, o meu parecer sobre algumas opiniões dos mais renomados mestres de nosso século e dos séculos passados. Cada um é livre para manter a opinião que mais lhe agrada, e eu não creio que isso seja ruim ou prejudique a estima e o respeito que tenho sobre eles. Na verdade, aqueles que não tem o espírito de tirania não devem, em torno das especulações naturais, desdenhar dessa liberdade de proceder na república filosófica, que visa apenas traçar a verdade. Como dizia Sêneca⁸⁹, “Os homens que fizeram essas descobertas antes de nós não são nossos mestres, mas nossos guias. A verdade está aberta para todos; ainda não foi monopolizada. E ainda há muito dela para a posteridade descobrir”⁹⁰. Eu procuro reunir algumas migalhas dessas sobras, e só me arrependo comigo mesmo, de não poder corresponder com minhas fraquezas aquela enorme comodidade que me presta a soberana bondade do Sereníssimo Grão Duque, meu único senhor. Mas chegará o dia, ao menos assim espero, que renovado e tendo adquirido mais vigor, eu possa apresentar a um tão grande protetor uma obra não completamente indigna de sua grandeza real. Enquanto isso, esteja certo de que esta carta, ou este livro, tenha chegado às suas mãos não para desejar louvores, mas pelo desejo de ser alterado e corrigido, como eu calorosamente lhe suplico, cinte o suficiente⁹¹,

Pois inda o nome meu não muito soa⁹².

Fim

¹ Maria Elice de Brzezinski Prestes é Professora do Departamento de Genética e Biologia Evolutiva, Laboratório de História da Biologia e Ensino (LHBE), Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. Grupo de Pesquisa História da Biologia e Ensino (GHBE). Autora de *A investigação da natureza no Brasil Colônia* (Annablume, 2000). Organizadora de *Teaching science with context: Historical, Philosophical, Sociological Approaches* (Springer, 2018). Editora do periódico *Filosofia e História da Biologia*.

² Lilian Al-Chueyr Pereira Martins, é Professora do Departamento de Biologia, FFCL-RP, USP. Grupo de História e Teoria da Biologia (GHTB), Bolsista de produtividade CNPq. Autora de *A teoria da progressão dos animais, de Lamarck* (2007). Editora do periódico *Filosofia e História da Biologia*. lilian.pereira.martins@gmail.com

³ Discussões sobre os estudos de Spallanzani, Needham, Pasteur e Pouchet podem ser encontradas em Prestes, 2003; Prestes & Martins, 2009; Martins, 2009.

⁴ Wilson, 1995, 217; Martins, 2006; Martins 2009, 86; Prestes, 2012.

⁵ Aristóteles assumia portanto a existência de reprodução sexual, assexuada e por geração espontânea (ver a respeito Martins, 1990).

⁶ A reprodução das enguias só foi esclarecida no século XIX, com estudos como o realizado por Sigmund Freud durante seu curso de medicina, junto com Carl Claus em Trieste. Freud queria verificar a existência, em enguias, de um órgão geminado descrito pelo pesquisador polonês Sirsky, que, em alguns desses animais, substitui os ovários e talvez pudesse constituir as gônadas dos machos, dirimindo também um “problema deixado em suspenso por séculos”, o da diferenciação entre machos e fêmeas nessa espécie (Ades, 2001).

⁷ O termo “espontâneo” aparece uma única vez no livro de Redi, ao mencionar o título do livro de Fortunio Liceti (1577-1657), *Del nascimento spontaneo de' viventi* (Sobre o nascimento espontâneo dos seres vivos). Liceti acreditava que os insetos que apareciam em árvores e outras plantas provinham de germes de insetos da água e do solo, que encontravam um local apropriado para germinar no interior desses vegetais. Na *Cyclopaedia* de 1728 de Ephraim Chambers (1680-1740), encontra-se referência a “esse método de geração, que nós também chamamos espontânea” (Lehoux, 2017, 110-111).

⁸ A geração equívoca, ainda que mencionada nas Sagradas Escrituras, implicava dificuldades de ordem teológica de determinar se os seres assim gerados também eram obra de Deus. Com base nas noções de potência e ato de Aristóteles, Santo Agostinho contornou a objeção afirmando que eles foram criados, desde o princípio, em potência. Pierre Gassendi (1592-1655) para evitar que se considerasse que o seu sistema de geração espontânea fosse considerado equívoco, argumentou que embora fosse usual distinguir a causa da geração equívoca da causa da geração unívoca, a causa era em verdade uma só, ainda que interna e invisível no primeiro caso, e externa e aparente no segundo (Lehoux 2017, 112). Por sua vez, no século XVIII, John Turberville Needham (1713-1781) defendeu a geração equívoca como um processo prescrito por Deus e operado por leis que regulavam o aparecimento da descendência, mas essa era sempre da mesma espécie, tanto nos organismos maiores quanto nos microscópicos (Prestes, 2003, 163).

⁹ Ele utilizou de “touro, cervo, burro, búfalo, leão, tigre, cão, cabra, cordeiro, veado, lebre, coelho, rato ou com galinha, galo da índia, ganso, pato, codorna, perdiz, oriole dourado, pardal, da andorinha e do andorinhão preto, e finalmente com várias formas de peixe” (Redi, 1688, 18-19). Quanto à surpreendente presença de leão e tigre em sua lista, ele próprio explica ao final do livro: “de acordo com os costumes antigos e reais são [presenteados e] mantidos nas *ménageries* do Grão-duque” (*Ibid.*, 159).

¹⁰ Embora tenha aberto, durante alguns anos, mais de vinte mil galas de plantas, e nunca tenha encontrado aranhas, como afirmara Athanasius Kircher, Redi trabalhou com galas coletadas por jardineiros e outros empregados da corte dos Medici. Se ele próprio tivesse passado mais tempo na floresta, ele possivelmente teria observado insetos voando sobre as folhas da planta e poderia ter suscitado o papel desses insetos voadores, do mesmo modo que suscitou daqueles pairando sobre a carne em decomposição. Como conclui Domenico Meli, nesse caso, os recursos da patronagem em vez de prestarem auxílio, esconderam um estágio crucial da investigação (Meli, 2011, 185).

¹¹ Com a apresentação desse resultado contrastante, pode-se finalmente compreender a sanha experimental que havia levado Redi a replicar os experimentos das moscas com múltiplas variedades de materiais. Simultaneamente, parece ser indicativo de que a ordem de realização dos experimentos não seguiu a ordem de sua apresentação na obra publicada.

¹² Durante o século XVIII a questão da origem dos vermes intestinais foi muito discutida e a posição dominante foi que eles eram gerados espontaneamente (Farley, 1972, 95-125; Martins, 2009, 86).

¹³ Redi, 1688, 109. Ao introduzir esse comentário, Jean Rostand curiosamente acrescenta que Redi chamou “xenogênese” essa forma de geração (Rostand, 1951, 21). No entanto, não encontramos no texto original de Redi esse termo nem outro nome qualquer para essa outra forma de geração, referida apenas mais genericamente como “meu pensamento” ou “minha opinião” (Redi, 1688, 110).

¹⁴ Dictionnaire de l'Académie Française, 1794). Mencionado por Plínio, o velho (23 d.C-79 d.C.), em sua obra *Naturalis Historia* (História natural), publicada entre 77 d.C e 79 d.C, em cujo livro XI, citado em epígrafe no livro de Redi, encontra-se: “Alguns deles [insetos] possuem asas, como as abelhas, por exemplo; outros são divididos entre os que possuem asas e os que não as possuem, como as formigas; enquanto ainda outros, são ‘destituídos tanto de asas quanto patas’. Todos esses animais têm sido muito propriamente chamados ‘insetos’, devido às incisuras ou divisões que separam o corpo” (Pliny, 1855).

¹⁵ A separação entre os insetos e aracnídeos foi feita somente no início do século XIX por Lamarck (Martins, 2007, 51).

¹⁶ Além do interesse pela filologia, esse nobre fiorentino mantinha grande interesse pelas ciências, tendo estudado com Evangelista Torricelli (1608-1647) e Galileu (Bernardi).

¹⁷ Segundo Walter Bernardi, em um rascunho da “introdução preparada pelo autor”, encontrado entre suas cartas manuscritas, Redi teria cogitado escrever as *Experiências* ao estilo da *Divina Comédia* de Dante Alighieri. Depois, ele mudou de ideia e escolheu o modelo da carta-tratado, endereçada ao amigo Carlo Dati (Bernardi, 1996, 174).

¹⁸ A 1ª edição de 1668 é composta de 228 páginas numeradas de texto (Redi, 1668).

¹⁹ Na medida em que a obra avança, e que Redi salienta que ao expor as suas opiniões pessoais sobre a geração dos insetos estará, algumas vezes, senão muitas, contradizendo autores consagrados, “tanto antigos quanto modernos”, compreende-se o seu cuidado em iniciar o texto com a sua divisa epistemológica, caracterizada por um empirismo estrito, que lhe autoriza a afirmar apenas sobre o que ele próprio observou e submeteu a experiências.

²⁰ Na 1ª edição, de 1668, seguem-se ainda duas páginas com as autorizações de membros do Santo Ofício, atestando não existir no texto nada contrário à fé católica – como de costume em publicações da época.

²¹ Redi citou a reimpressão florentina de 1688 na edição de 1691 de seu *Bacco in Toscana* (Bernardi, 1996, 5-65, 63).

²² Embora a “Introdução” de Walter Bernardi atualize informações biográficas de Francesco Redi e o seu papel na história da biologia, não escapa, contudo, de tendência historiográfica que erige os heróis das ciências, chamando Redi de “um herói desconhecido” (Bernardi, 1996, 5).

²³ Em Amsterdã, em 1671 e 1688, com o título *Experimenta circa generationem insectorum ad Nobilissimum Virum Carolum Dati*.

²⁴ O tradutor anônimo apresentou ainda a versão francesa *Observations de Redi, sur les animaux vivants qui se trouvent dans les animaux vivants* e um outro tradutor anônimo, *Observations de Redi sur diverses choses naturelles, & particulièrement sur celles qu'on apporte des Indes*, ambas obras importantes do naturalista italiano publicadas no mesmo volume da *Collection académique*, de 1757. O anonimato não era incomum à época, lembrando que o próprio editor desse volume, o naturalista francês Philippe Guéneau de Montbeillard (1720-1785), também foi colaborador anônimo na grande enciclopédia, *Histoire naturelle*, de Georges-Louis Leclerc, comte de Buffon (1707-1788), a qual apenas a partir do terceiro volume da *Histoire des oiseaux* (1775), passou a conter a contribuição de Guéneau declarada na publicação (Montbeillard, 1757).

²⁵ Enquanto não disponibilizada versão digital, o acesso a essa publicação é restrito às seções de obras raras de bibliotecas que possuem a edição impressa da *Collection Académique*, como, por exemplo, na *The John Crerar Collection of Rare Books in the History of Science and Medicine*, da *Regenstein Library*, da Universidade de Chicago.

²⁶ Contudo, o livro de Redi foi citado em seu original italiano por estudiosos franceses da geração espontânea, como Felix Pouchet (1800-1872). No histórico apresentado no início de sua obra *Hétérogénéité ou traité de la generation spontanée* (Heterogênese ou tratado da geração espontânea), de 1859, Pouchet se referiu várias vezes a Redi, inclusive citando

trechos da obra aqui discutida. Nas páginas 4 e 93 a ele se referiu como um opositor da geração espontânea, porém na p. 34, ao discutir sobre a posição de Redi em relação aos vermes intestinais assim se expressou: “Mas quando Redi chega aos vermes intestinais, não resiste à evidência e lá aplica francamente à sua aparição à geração espontânea” (Pouchet, 1859, p. 34). Mais adiante apresentou Redi como admitindo “a existência de uma força plástica nos seres vivos capaz de produzir alguns tipos de organismos” (Pouchet, 1859, 137).

²⁷ André Sempoux, comunicação do autor.

²⁸ Esse primeiro tipo de “novo” filósofo natural das três ou quatro primeiras décadas do século XVII foi representado por “figuras como Descartes, Mersenne, Gassendi, Harriot, assim como Kepler, que servem como exemplos, como também Galileu após mudar-se para a corte toscana em 1610” (Dear, 2016, 74-75).

²⁹ Conterrâneos de Redi vinculados às universidades foram, por exemplo, Giovanni Alfonso Borelli (1608-1679) ou Marcelo Malpighi (1628-1694), que trabalharam nas Universidades de Pisa e de Bolonha, respectivamente.

³⁰ A *Académie de Montmor* reuniu, na casa de Henri Louis Habert de Montmor, entre os anos de 1657 e 1664, filósofos interessados em experimentos, dentre os quais, Pierre Gassendi (1592-1655) e Christian Huygens (1629-1695).

³¹ Redi também participou de outras associações de filosofia natural, como a *Arcadia*, em Roma, e a *Gelati*, em Bolonha (Westfall), além da Lincei, fundada em Roma em 1603 (Bigelow, 1909, 5-11, 7).

³² Como fizeram os *Fellows* da *Royal Society*, os membros da *Accademia del Cimento* apresentaram as primeiras publicações coletivamente, em vez de em torno a experimentos particulares cujas descrições fossem atribuídas a autores específicos (Dear, 2016, 78).

³³ Bernardi, 1999, 13-30, 13). Em levantamento realizado em 10 bibliotecas italianas, Dino Prandi (1941) contabilizou 48 títulos de obras naturalísticas, dentre as quais destacam-se *Osservazioni di Francesco Redi: intorno agli animali viventi che si trovano negli animali viventi* (1684), *Esperienze intorno a diverse cose naturali, e particolarmente a quelle, che ci son portate dall'Indie* (1671), *Osservazioni intorno all'vipere ... scritte in una lettera all'illustriss. signor Lorenzo Magalotti ...* (1687).

³⁴ Os colaboradores de Redi vêm sendo descritos por estudos históricos recentes sobre o vasto acervo dos seus manuscritos, incluindo entre 3.500 e 4.000 cartas e numerosos registros de observações e experimentos que ainda não foram devidamente explorados (Bernardi, 1999).

³⁵ Westfall.

³⁶ De sua poesia, destacam-se *Bacco in Toscana* (51 publicações), *Sonetti, Rime, Poesie toscane* (45 publicações). Ainda publicou 2 vocabulários e 39 cartas (Prandi, 1941).

³⁷ Thomas van Erpen, ou Erpenius (1584-1624) foi um orientalista holandês que publicou, entre outras obras, uma Gramática Árabe célebre (Leiden, 1617). Redi transcreveu a citação apenas nas edições de 1668 e 1688, em árabe e em italiano, indicando a referência. Walter Bernardi não encontrou a frase original na gramática de Erpenius e cogitou que a citação por Redi tenha sido feita de modo indireto, a partir de algum repertório da época (Redi, [1688], 1996), nota de rodapé, 69). Mab Bigelow transcreveu a citação em árabe seguida da tradução ao inglês (Redi, 1909). André Sempoux não incluiu a citação Francesco Redi, *Expériences sur la génération des insectes et autres écrits de science et de littérature*, traduction, introduction et notes par André Sempoux (Sempoux, 1970).

³⁸ Gaius Plinius Secundus (23-79 d.C.), conhecido como Plínio, o Velho, publicou *Naturalis Historia*, 37 volumes de uma compilação dos conhecimentos da época sobre a natureza e as artes. A obra foi parcialmente traduzida ao inglês em 1601, por Philemon Holland, e, de modo mais completo, em 1855, por John Bostock e H. T. Riley. Redi citou em latim, indicando a referência. Bernardi manteve a citação latina, colocando em nota de rodapé a versão ao italiano realizada por Gian Biagio Conte (Torino: Einaudi, 1982-1988), da qual foi feita esta tradução ao português. Bigelow apresentou apenas a tradução ao inglês, atribuindo-a a Bostock e Riley, mas em cuja publicação não se encontra todo o trecho citado, apenas a primeira frase. As duas frases aparecem na tradução ao inglês feita por H. Rackham (Harvard University Press e William Heinemann, 1949-54), mas não coincidem inteiramente com a citação transcrita por Bigelow. André Sempoux não incluiu a citação.

³⁹ Francesco Redi foi saudado entre contemporâneos e sucessores por suas reflexões (epistemológicas) sobre a arte de observar e fazer experimentos com seres vivos. Esta frase inicial de seu livro, por exemplo, foi citada por Lazzaro Spallanzani (1728-1799) em uma memória também destinada a discutir a relação entre a “parte sistemática da ciência” e o “espírito de observação”. Ao salientar a importância de “olhar o objeto em todos os pontos possíveis”, Spallanzani complementou que, como “bem dizia o grande Redi [...], no entendimento das coisas naturais [os sentidos] são como as janelas ou portas pelas quais a razão as analisa ou pelas quais elas se deixam fazer conhecer” (Spallanzani, [1780], 1994, 13).

⁴⁰ Escrito sob a forma de uma carta, o texto original não possui subdivisões e é composto por parágrafos bastante longos. Aqui, como em outros locais desta tradução ao português, optou-se por repartir o texto em parágrafos menores, sempre que foi possível identificar uma unidade própria de sentido. Tais alterações, realizadas com o objetivo de conferir maior fluidez na leitura, não serão mais assinaladas.

⁴¹ Segundo Bernardi (1996, nota de rodapé, 73), esta é uma alusão a Cícero, *Academia priora*, II, VII, 19. No trecho indicado, Marco Tulio Cícero (106-46 a.C.), advogado, político e escritor em prosa da Roma Antiga, escreveu: “Começamos então pelos sentidos, cujos veredictos são tão claros e certos que se fosse dada escolha à natureza humana, e fosse interrogada por algum deus se estava contente com os seus próprios sentidos em condições sólidas e sem danos ou se pediria algo melhor, eu não posso ver outra coisa que pudesse ser pedida” (Cícero, 1967, 493).

⁴² Dante Alighieri (1265-1321), poeta maior italiano, cuja obra *Divina Comédia* (1472) é citada várias vezes no livro de Redi. Sempoux e Bernardi identificaram a referência em: *Paraiso*, II, 52-57. Bigelow transcreveu tradução ao inglês de Longfellow. A tradução ao português é de João Trentino Ziller (Alighieri, [1472], 2011, 380).

⁴³ Esta frase do original de Redi, “Se i sensi dunque non battono bene la strada, se non iscuoprano bene il paese (Red, *Ins*, 3)” é citada como exemplo de um dos sentidos figurados da expressão “scoprire el paese” no *Vocabolario universale della lingua italiana* (1878, 19), indicando o papel que é dado a Francesco Redi na semântica da língua italiana.

⁴⁴ Como destacou Bernardi, Redi afirma aqui o princípio epistemológico que privilegia a resposta imediata dos sentidos e a repetição das experiências, postas em prática na *Accademia del Cimento* (Bernardi, 1996, nota de rodapé, 74).

⁴⁵ Marco Terêncio Varrão (em latim *Marcus Terentius Varro* 116 a.C.-27 a. C.) foi escritor e filósofo romano, autor de *Lingua latina e Sobre a agricultura*.

- ⁴⁶ Plutarco (em latim *Lucius Mestrius Plutarchus* 46 d.C.-120 d. C.) historiador e filósofo grego.
- ⁴⁷ Ludovico Ariosto (1474-1533), poeta italiano do Renascimento, que escreveu o romance épico *Orlando Furioso* de 1516 é citado aqui por Redi. Sempoux e Bernardi identificaram a referência em: *Orlando Furioso* III, IV, vv. 3-4. Bigelow traduz ao inglês essa e todas as demais citações de versos em italiano. A tradução ao português é de Pedro Garcez Ghirardi (Ariosto, [1516], 2011, 70).
- ⁴⁸ Segundo Bernardi, esta imagem provém da obra *De rerum natura* (Sobre a natureza das coisas), livro V, de Lucrécio, que Redi tinha sempre à mão, mas que, “por prudência”, evitava citar explicitamente (Bernardi, 1996, nota de rodapé, 75).
- ⁴⁹ Lucio Célio Firmiano Lactância (ca.240-ca.320), célebre apologista cristão, chamado pelos primeiros humanistas de o “Cícero cristão”. Segundo Bernardi (1996, nota de rodapé, 76) a referência da citação feita a seguir por Redi provém de *Divinae Institutiones* (Instituições divinas).
- ⁵⁰ Seguindo a referência fornecida por Bernardi (nota de rodapé, 76), lê-se em Platão: “[...] nos tempos longínquos em que a Terra inteira produzia e fazia crescer seres de toda a espécie, animais selvagens e domesticados, a nossa Terra mostrou-se estéril e livre de bestas selvagens. Entre todos os animais, escolheu e gerou o ser humano, criatura que se destaca sobre as outras pela sua inteligência e a única a reconhecer a existência da justiça e dos deuses” (Platão, 2015, 237d).
- ⁵¹ Diógenes Laercio, doxógrafo grego do século III, escreveu *Vidas e doutrinas de filósofos ilustres*, traduzida do grego para o português por Mário da Gama Kury (Kury, 1988). Dessa obra, Redi retirou muitas informações relacionadas às opiniões dos filósofos pré-socráticos sobre a origem da vida mencionados nesta parte do texto (Bernardi, 1996, nota de rodapé, 76).
- ⁵² Apolônio de Rodas (c. 295 a.C.-215 a.C.), poeta grego, foi diretor da Biblioteca de Alexandria. Redi citou no original grego. Sempoux e Bernardi identificaram a referência nos vv. 672 sgg. A tradução ao português, de José Maria da Costa e Silva (Rodio, 1852, 214-215) teve a ortografia atualizada neste artigo. Bigelow, sem indicação, suprimiu esta citação e quase todo o parágrafo que a precede.
- ⁵³ Sempoux e Bernardi identificaram a referência em Ariosto, *Orlando Furioso*, IV, XVIII, 1-6 (1516), tradução Pedro Garcez Ghirardi (Ariosto, [1516], 2011, 95).
- ⁵⁴ Como notou Bernardi (1996, nota de rodapé, 78), Redi refere-se aos que defendiam a filosofia atomística da natureza, ou seja, Demócrito, Epicuro e Lucrécio, entre os antigos, e Pierre Gassendi no século XVI.
- ⁵⁵ Segundo Bernardi, a citação de Redi em itálico provém de *Eclesiástico*, 18, 1.
- ⁵⁶ Redi transcreveu a citação em latim. Sempoux e Bernardi identificaram a referência em Harvey, *De generatione animalium, exercitatio* LVII. A tradução ao português foi feita a partir da edição em inglês, utilizada por Bigelow (1909, p. 25), exceto pela última frase, “um poder de formar um animal” traduzida diretamente do latim (*potens scilicet animal eformare*), em lugar do inglês (*a power of forming a living creature*) (Harvey, [1651], 1847, 427).
- ⁵⁷ Como na citação de Harvey acima, aqui Redi empregou o termo aristotélico-escolástico “unívoco”, para referir à reprodução normal, na qual de um indivíduo de uma espécie nascem indivíduos da mesma espécie; contrapõe-se à geração “equivoca”, na qual um indivíduo é gerado seja a partir de indivíduos de outra espécie, seja de substância orgânica em putrefação (geração espontânea), conforme discutido no artigo que antecede esta tradução.
- ⁵⁸ Segundo Bernardi (1996, nota de rodapé, 80), alusão a Platão, *Timeo*, 40 a.
- ⁵⁹ Quinto Ênio (239 a.C.-169 a.C.) foi dramaturgo e poeta épico romano.
- ⁶⁰ Marco Terêncio Varrão (116 a.C.-27 a.C.) foi um erudito romano. Sempoux e Bernardi identificaram a referência em Varrão, *De lingua latina*, V, p. 57. Bigelow mantém o texto em latim apenas. A tradução ao português foi feita a partir do italiano (Bernardi, 1996, nota de rodapé, 80).
- ⁶¹ Claudio Galeno (129 d.C.-c. 200/c. 216), proeminente médico grego, cirurgião e filósofo do Império Romano, cuja teoria humoral, desenvolvida a partir de ideias de Hipócrates, dominou o pensamento médico ocidental por mais de 1.300 anos. Segundo Bernardi, as ideias de Galeno reportadas por Redi provém de *De substantia facultatum naturalium fragmentum*, de sua *Opera omnia*, editada por C. G. Kuhn, Hildesheim, NY: Olms, 1964-1965, t. IV, pp. 759-762 (Bernardi, 1996, nota de rodapé, 80).
- ⁶² Sempoux e Bernardi identificaram a referência em Dante Alighieri, *Divina Comédia*, Inferno, XVI, 124-126 (Alighieri, [1953], 2011, 143).
- ⁶³ Nesta passagem, é clara a tomada de posição de Francesco Redi contra a existência da geração espontânea.
- ⁶⁴ Ovidio (43 a.C.-17/18 d.C.), poeta canônico da literatura latina. Redi citou em latim. Sempoux e Bernardi identificaram a referência em Ovidio, *Metamorfosi*, XV, vv. 362-363. A tradução ao português é de Domingos Lucas Dias (Ovidio, 2017), 811).
- ⁶⁵ Segundo Bernardi (1996, nota de rodapé, 81), os manuscritos dos protocolos de experiências sobre a geração das larvas dos insetos, conservados na Biblioteca de Florença, o ano é 1665.
- ⁶⁶ Redi, assim como Harvey e outros autores contemporâneos, usa aqui o termo “ovo” para se referir à pupa. Como salientou Bernardi (1996, 82), após um primeiro experimento sem êxito, Redi conseguiu observar a transformação da larva em ninfa ou pupa e o nascimento dos insetos adultos a partir da pupa.
- ⁶⁷ Sempoux (1970, nota de rodapé, 12) e Bernardi (1996, nota de rodapé, 85) identificam “grão” como medida baseada no peso médio de um grão de trigo, equivalente a 0,0648g; assim: 7 grãos (de trigo) = 0,45g.
- ⁶⁸ 25 a 30 grãos (de trigo) = 1,62g a 1,94g.
- ⁶⁹ *Accademia della Crusca*, sociedade de linguistas e filólogos italianos, fundada em 1583. Redi afiliou-se em 1655, colaborando ativamente na terceira edição do *Vocabulario della lingua italiana*, publicada em 1691. Segundo Bernardi (1996, nota de rodapé, 86), a citação a “cacchioni” refere à segunda edição (Veneza: I. Sarzina, 1623, 138).
- ⁷⁰ Homero é o nome atribuído para o autor legendário da *Iliada* e da *Odisseia*, dois poemas épicos notáveis da literatura grega antiga. Redi citou em grego. Sempoux e Bernardi identificaram a referência em Omero, *Iliade*, XIX, vv. 24-27. Bigelow suprime, sem indicar, esta e a próxima citação de Homero. A tradução ao português é de Manoel Odorico Mendes (Homero, 2009, Livro XIX, vv. 19-22).
- ⁷¹ Redi citou em grego. Sempoux e Bernardi identificaram a referência em Homero, *Iliada*, XIX, vv. 29-33. A tradução ao português é de Manoel Odorico Mendes (Homero, 2009, vv. 23-27).
- ⁷² Neste parágrafo se encontra o relato do experimento “crucial” de Francesco Redi, fazendo uso de experimentos “em paralelo”, em que todas as condições são mantidas iguais, exceto uma (o acesso do ar ambiente às garrafas fechadas e

abertas), mostrando que as larvas sobre as carnes provêm dos ovos deixados pelas moscas que vêm de fora do frasco. Segundo Bernardi, Redi menciona em seus manuscritos já ter feito antes esse tipo de experimento (com frascos fechados), com base no que o historiador conclui: “Desde o início da pesquisa, portanto, Redi sabia que se os vasos fossem fechados hermeticamente, as formas de vida não se manifestavam” (Bernardi, 1996, nota de rodapé, 87).

⁷³ Athanasius Kircher (1601-1680) foi um jesuíta de origem alemã dedicado à matemática, física, alquimia e invenções.

⁷⁴ Redi resume aí uma passagem do tomo II, livro II, seção II, cap. VII, do célebre livro de Kircher, *Mundus subterraneus*, in XII libros digestus (Amsterdam: I. Janssonium & E. Weyerstraten, 1665, p. 361-362), segundo Bernardi, 1996, nota de rodapé, 89.

⁷⁵ Pupas.

⁷⁶ Sempoux e Bernardi identificaram a referência em Dante Alighieri, *Divina Comédia*, Inferno, XXIV, 106-107 (Alighieri, 2011, 175). Considerando, contudo, o original italiano de Dante (*Così per gli gran savi si confessa / che la Fenice muore e poi renasce*) uma tradução mais literal seria: Assim pelos grandes sábios se atestava / que a fênix morre e depois renasce.

⁷⁷ Marcos Valério Marcial (c.38-c.104), poeta satírico nascido em Bilbilis, nordeste da atual Espanha, radicado em Roma. A sua obra *Epigramas* contribuiu para promover o epigrama a gênero literário, deixando de ser tão somente uma inscrição em objetos, túmulos, estátuas. Redi cita em latim. Sempoux (1970, p. 16) identificou a referência em *Épigr.*, II, 86, v. 9-10. Bernardi manteve o latim sem traduzir ao italiano, e indicou em nota de rodapé uma referência equivocada: “Poeta bizantino do século VII, autor de um *Hexaëmeron*” (Bernardi, 1996, nota de rodapé, 90). A tradução ao português é de Fábio Paifer Cairolli (Cairolli, 2014, 212).

⁷⁸ Paracelso é pseudônimo de Phillipus Aureolus Theophrastus Bombastus von Hohenheim (1493-1541), suíço-alemão, dedicou-se à medicina, botânica, alquimia, astrologia. Suas teorias eram relacionadas ao neo-platonismo italiano do Renascimento.

⁷⁹ George Pisida, poeta bizantino do século VII.

⁸⁰ Sir Kenelm Digby (1603-1665) foi diplomata e filósofo natural inglês, membro da *Royal Society* e líder da intelectualidade católica romana.

⁸¹ Segundo Bernardi, Guidubaldo Bonarelli (1563-1608), *Filli di Sciro*, atto V, scena IX (Bernardi, 1996, nota de rodapé, 91). A tradução ao português foi feita a partir do italiano.

⁸² Julius Caesar Scaliger (1484-1558), médico, naturalista e humanista italiano.

⁸³ Honoré Fabri (1607-1688) foi um jesuíta francês dedicado a estudos de matemática, física e astronomia.

⁸⁴ Johann Sperling (1603-1658) foi um médico, zoólogo e físico alemão. O seu *Zoologia physica* foi publicado em Leibniz, em 1661.

⁸⁵ Redi citou em latim. Bernardi identificou a referência em Sperling, *Zoologia Physica Posth.*, Lipsiae, Impensis haeredum J. Bergeri, 1661, pp. 457-458. A tradução ao português cotejou as traduções de Sempoux ao francês e de Bernardi em italiano.

⁸⁶ Kircher, *Mundus subterraneus*, op cit., livro XII, seção II, cap. IV, p. 362 (Bernardi, 1996, nota de rodapé, 93).

⁸⁷ Redi encerra neste ponto, à página 27 da edição de 1688, o relato do conjunto principal de observações e experiências que lhe forneceram as evidências para negar a existência de geração espontânea dos vermes que aparecem sobre as carnes.

⁸⁸ Redi, 1688, 107-108. Em seguida, Redi discute as opiniões de Fortunio Liceti (1577-1677), expressas em seu livro *De spontaneo viventium ortu* (Do nascimento espontâneos dos seres vivos), de 1628, e de Pierre Gassendi (1592-1655).

⁸⁹ Lucio Aneu Sêneca (4 a.C.-65 d.C.), célebre escritor e intelectual do Império Romano, considerado pensador estoíco pelos Renascentistas.

⁹⁰ Bernardi identificou a referência em Sêneca, *Epistulae ad Lucilium* (Cartas morais a Lucílio), XXXIII, II. A tradução ao português é de Alexandre Pires Vieira (Sêneca, 2017, 11).

⁹¹ Redi, 1688, 160.

⁹² Sempoux e Bernardi identificaram a referência em Dante, Purgatório, XIV, v. 21 (Alighieri, 2011, 284).

Referências bibliográficas

ADES, CESAR. Freud, as enguias e a ruptura epistemológica. *Psicologia USP*, 12 (2), 2001.

Alighieri, Dante. *Divina comédia* [1472]. Com desenhos de Sandro Botticelli, tradução e notas de João Trentino Ziller, notas de leitura de João Adolfo Hansen e notas à *Comédia* de Botticelli de Henrique P. Xavier [1953]. Cotia: Ateliê Editorial / Campinas: Editora Unicamp, 2011.

ARIOSTO, LUDOVICO. *Orlando Furioso: Tomo I* [1516]. Tradução, introdução e notas Pedro Garcez Ghirardi, ilustrações Gustavo Doré. Cotia/Campinas: Ateliê/Editora da Unicamp, 2011.

ARISTOTLE. *De Generatione Animalium*. English Translation by A. L. Peck. London: William Heinemann, 1943.

BARBOSA, HELOISA G. *Procedimentos Técnicos da Tradução*. Campinas: Pontes, 2004.

BERNARDI, WALTER & GUERRINI, LUIGI (eds.) *Francesco Redi: un protagonista della scienza moderna, documenti, esperimenti, immagini*. Firenze: Leo S. Olschki, 1999.

BERNARDI, WALTER. INTRODUZIONE. Pp. 5-65, in: Redi, Francesco. *Esperienze intorno alla generazione degli insetti*. Introduzione e cura di Walter Bernardi. Firenze: Giunti, 1996.

- BERNARDI, Walter. Teoria e pratica dela sperimentazione biológica nei protocolli sperimentali rediani. Pp. 13-30, in: Bernardi, Walter & Guerrini, Luigi (eds.) *Francesco Redi: un protagonista della scienza moderna, documenti, esperimenti, immagini*. Firenze: Leo S. Olschki, 1999.
- BIGELOW, Mab. Introduction. Pp. 5-11, in: Redi, Francesco. *Experiments on the generation of insects*. Translated from the Italian edition of 1688 by Mab Bigelow. Chicago: Open Court, 1909.
- CAIROLI, Fábio Paifer. *Marcial brasileiro*. São Paulo, 2014. (Tese de doutorado) – Universidade de São Paulo.
- CICERO. *Cicero in Twenty-Eight Volumes, XIX De Natura Deorum Academica*. With an English translation by H. Rackham. Cambridge, MS: Harvard University Press, 1967.
- DEAR, Peter. The Natural Philosopher. Pp. 71-83, in: *A companion to the History of Science*. Edited by Bernard Lightman. Chichester, UK: Wiley Blackwell, 2016.
- DICTIONNAIRE DE L'ACADEMIE FRANÇAISE. Paris: Chez la Veuve de Jean Baptiste Coignard / l'Académie Française, 1794).
- FARLEY, John. The spontaneous generation controversy (1700-1860): the origin of parasitic worms. *Journal of the History of Biology*, 5: 95-125, 1972.
- FINDLEN, Paula. Controlling the experiment: Rhetoric, court patronage and the experimental method of Francesco Redi. *History of Science*, 31 (1): 35-64, 1993.
- HARVEY, William. *Anatomical Exercises on the Generation of Animals* [1651]. In: Harvey, William. *Works of William Harvey*. Translated by Robert Willis. London: Sydenham Society, 1847.
- HOMERO. *Iliada*. Em Verso Português por Manoel Odorico Mendes. Lisboa: Typographia Guttemberg, 1874 / eBooksBrasil, 2009.
- IOLI, Antonio; PETITHORY, Jean Claude; THÉORORIDÈS, Jean. Francesco Redi et la naissance de la parasitologie expérimentale. *Histoire des sciences médicales*, 31 (1) : 61-66, 1997.
- LAERCIO, Diógenes. *Vidas e doutrinas de filósofos ilustres*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora UnB, 1988.
- LEHOUX, Daryn. *Creatures born in Mud and Slime: The Wonder and Complexity of Spontaneous Generation*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2017.
- MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira. A geração espontânea e a origem da vida. *Scientific American Brasil – História*, Edição Especial: Os Grandes Erros da Ciência. São Paulo, 24 out., 27-31, 2006.
- MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira. *A teoria da progressão dos animais de Lamarck*. Rio de Janeiro/São Paulo: Booklink/FAPESP, 2007.
- MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira. Aristóteles e a geração espontânea. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, 2 (2): 213-237, 1990.
- MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira. Pasteur e a geração espontânea: uma história equivocada. *Filosofia e História da Biologia*, 4: 65-100, 2009.
- MELI, Domenico Bertoloni. Francesco Redi e Marcello Malpighi: ricerca anatomica e pratica medica. Pp. 73-86, in: Bernardi, Walter & Guerrini, Luigi (eds.) *Francesco Redi, un protagonista della scienza moderna*. Firenze: L. S. Olschki, 1999.
- MELI, Domenico. *Mechanism, Experiment, Disease: Marcello Malpighi and Seventeenth-Century Anatomy*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2011.
- MONTBEILLARD, Philippe Gueneau. Avertissement de l'éditeur. Pp. vii-xxxi, in: *Collection Academique*. Tome IV° de la Partie Etrangère et le 1°volume de l'Histoire Naturelle séparée. Dijon/Paris: François Desventes/Michel Lambert, 1757.
- OVIDIO. *Metamorfoses*. Tradução, introdução e notas de Domingos Lucas Dias, apresentação de João Angelo Oliva Neto. São Paulo: Editora 34, 2017.

-
- PLATÃO. Menexeno ou a oração fúnebre (gênero ético) de Platão. Tradução de José Colen. *Gaudium Sciendi*, 7: 39-54, 2015.
- PLINY THE ELDER. *The Natural History*. Translated by John Bostock, and Henry Thomas Riley. London: Taylor and Francis, Red Lion Court, 1855.
- POUCHET, Felix Archimède. *Hétérogénie ou traité de la génération spontanée basé sur de nouvelles expériences*. Paris: J. B. Baillière et Fils, 1859.
- PRANDI, Dino. *Bibliografia delle opere di Francesco Redi*. Reggio-Emilia: Libreria Nironi & Prandi, 1941.
- PRESTES, Maria Elice Brzezinski. Experimentos e concepções de Francesco Redi sobre a geração de insetos e plantas: outra pseudo-história da ciência a ser corrigida nos livros didáticos. *Encontro de História e Filosofia da Biologia 2012*, Ribeirão Preto, de 15 a 17 de agosto de 2012.
- PRESTES, Maria Elice de Brzezinski. *A biologia experimental de Lazzaro Spallanzani (1729-1799)*. São Paulo, 2003. (Tese de doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- PRESTES, Maria Elice de Brzezinski; Martins, Lilian Al-Chueyr Pereira. História da Biologia no ensino: Needham, Spallanzani e a geração espontânea. Pp. 87-97, in: Caldeira, Ana Maria de Andrade; Araujo, Elaine S. Nicolini Nabuco (orgs.) *Introdução à Didática da Biologia*. São Paulo: Escrituras, 2009.
- REDI, Francesco. *Esperienze intorno alla generazione degl'insetti*. Introduzione e cura di Walter Bernardi. Firenze: Giunti, 1996.
- REDI, Francesco. *Esperienze intorno alla generazione degl'insetti*. Firenze: Stella, 1668.
- REDI, Francesco. *Esperienze intorno alla generazione degl'insetti*. Firenze: Piero Matini all'Insegna del Lion d'Oro, 1688.
- REDI, Francesco. *Esperienze intorno alla generazione degl'insetti*. Introduzione e cura di Walter Bernardi. Firenze: Giunti, 1996.
- REDI, Francesco. *Experiments on the generation of insects*. Translated from the Italian edition of 1688 by Mab Bigelow. Chicago: Open Court, 1909.
- RODIO, Apollonio. *Os Argonautas*. Tradução de José Maria da Costa e Silva. Lisboa: Imprensa Nacional, 1852.
- ROSTAND, Jean. *La genèse de la vie: histoire des idées sur la génération spontanée* [1943]. Paris: Hachette, 1951.
- SEMPOUX, André. Introduction. Pp. v-xi, in: Redi, Francesco. *Expériences sur la generation des insects*. Traduction, introduction et notes par André Sempoux. Louvain: Presse Universitaire de Louvain, 1970.
- SÊNECA, Lucius Annaeus. *Cartas de um estoico, volume 1: um guia para a vida feliz*. Seleção, introdução, tradução e notas de Alexandre Pires Vieira. São Paulo: Montecristo, 2017.
- SPALLANZANI, Lazzaro. *Picciola memoria relativa al modo com cui il Professore di Storia Naturale della Regia Università di Pavia suole combinare la parte sistematica della Scienza che insegna com lo spirito di osservazione* (1780). Pp. 11-16, in: Spallanzani, Lazzaro. *Edizione nazionale delle opere di Lazzaro Spallanzani*, Parte seconda: Lezione, Volume primo, ed. por Pericle Di Pietro. Modena: Mucchi, 1994.
- Vocabolario universale della lingua italiana*. Milano: Giuseppe Civelli, 1878.
- WESTFALL, Richard S. Redi, Francesco. In: *The Galileo Project*.
- WILSON, Catherine. *The invisible world: early modern philosophy and the invention of the microscope*. Princeton: Princeton University Press, 1995.



ARTIGOS - ARTICLES

Pandíá Calógeras e as Fontes de Energia na República Velha

Gildo Magalhães dos Santos Filho¹
Professor Titular do Departamento de História
FFLCH - Universidade de São Paulo
gildomsantos@hotmail.com

Como citar este artigo: Magalhães, Gildo “Pandíá Calógeras e as Fontes de Energia na República Velha”. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº6, p. 53-61. 2018. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Pandíá Calógeras, um nome hoje relativamente esquecido, pertenceu à geração que tentou construir a República brasileira. Suas ideias políticas o lançaram no tumulto de embates partidários, com vitórias e insucessos. Engenheiro, enfrentou grandes desafios nacionais, em que seu dinamismo de executor o distinguiu, ocupando cargos ministeriais de importância. Apesar de seu pragmatismo, foi adepto do planejamento para encontrar boas soluções. Foi também diplomata e escritor, gozando de grande popularidade em sua época. Neste artigo pretende-se mostrar como Calógeras tinha uma visão abrangente das fontes de energia e como pensava que o país deveria desenvolvê-las.

Palavras-chave: Pandíá Calógeras; fontes de energia; República Velha.

Pandíá Calógeras and the Sources of Energy in the Old Republic

Abstract: Pandíá Calógeras, a name relatively forgotten nowadays, belonged to the generation that tried to build up the Brazilian Republic. His political ideas threw him into the turmoil of party disputations, amid victories and failures. Engineer, he faced major national challenges, and excelled with his dynamical executive profile, occupying key ministerial positions. Despite his pragmatism, he endorsed planning to help finding good solutions. He was also diplomat and writer, enjoying a large popularity in his time. The present article intends to portray Calógeras' wide vision in terms of energy sources, and his thoughts on how the country should develop them.

Keywords: Pandíá Calógeras; energy sources; Old Republic.

I. Um engenheiro da República

João Pandiá Calógeras gozou de grande prestígio técnico e político na República Velha, estando atualmente relativamente esquecido. Nasceu no Rio de Janeiro em 1870, e a família de seu pai era de origem grega.² Formado em 1890 como engenheiro pela Escola de Minas de Ouro Preto, trabalhou na mineração de manganês em Santa Catarina e publicou *As minas do Brasil e sua legislação* em 1903. Nesta obra, com a qual ganhou projeção nacional, fazia a distinção entre a propriedade do solo e a propriedade do subsolo, defendendo o direito do governo de desapropriar o subsolo para explorá-lo. Essa tese, mais tarde, foi transformada na chamada Lei Calógeras.³

Elegeu-se deputado federal pela primeira vez em 1897, pelo Partido Republicano Mineiro (PRM) e em 1903, voltou à Câmara Federal, novamente pelo PRM. Reelegeu-se sucessivamente, tornando-se uma das figuras de maior prestígio no Congresso e participando de debates sobre grandes temas nacionais, como: a valorização do café; a caixa de conversão que emitia papel lastrado em ouro para garantir o preço do café; a reforma tributária; a política de transportes; a consolidação das fronteiras, a generalização da instrução pública de nível primário; e a atividade de mineração. Em seu último mandato fez cerrada oposição ao governo do marechal Hermes da Fonseca, e colaborou com a revista *Defesa Nacional*, dirigida pelo grupo dos “jovens turcos”, oficiais que haviam estagiado no Exército alemão e pretendiam modernizar as forças armadas brasileiras.

Com a posse de Venceslau Brás na presidência da República, em novembro de 1914, Calógeras assumiu o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, permanecendo no cargo até julho de 1915. Em sua curta, mas profícua gestão, promoveu a reorganização de todos os departamentos do Ministério, fixou as bases do crédito agrícola, aplicou a lei de sua autoria na regulamentação da propriedade das minas e estudou o uso do álcool como substituto da gasolina, em virtude de problemas de abastecimento causados pela Primeira Guerra Mundial.



Figura 1. João Pandiá Calógeras (1870-1934). Fonte: Wikipedia

Passou então Calógeras a dirigir a pasta da Fazenda, onde encontrou uma situação precária, marcada pela carência de rendas para cobrir as necessidades mais urgentes, uma grande dívida flutuante, a arrecadação aduaneira reduzida a um terço, a suspensão da cobrança de impostos até que se resolvessem alguns protestos e reclamações, a paralisia dos transportes marítimos e a existência de um *funding loan* pendente (consolidação dos empréstimos brasileiros junto aos credores ingleses). Superando os obstáculos, o novo ministro realizou detalhado trabalho de saneamento das finanças do país, conseguindo regularizar a dívida flutuante, reorganizou a Casa da Moeda e assumiu a responsabilidade integral pelo *funding loan*, promovendo um acordo com os credores estrangeiros que impediu o desastre já aguardado, que seria o seu controle e confisco das alfândegas brasileiras.

Em 1918 com o final da Grande Guerra integrou e depois chefiou a delegação brasileira à Conferência de Paz de Versalhes. Ao retornar ao Brasil foi nomeado ministro da Guerra pelo presidente Epitácio Pessoa, escolha que foi aprovada por um grande número de oficiais do Exército, sendo o único civil a ocupar essa pasta no período republicano. Sua gestão no ministério foi marcada pela modernização e ampliação do Exército, tarefa para a qual

contratou a colaboração de uma missão militar francesa, que muito influenciou no desenvolvimento técnico dessa arma (cf. McCann, 2007). Calógeras promoveu também a reforma da instrução dos quadros e da tropa, tornando-a mais técnica, com a criação de escolas para cada especialidade, entre elas a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Fez grandes aquisições de material bélico moderno para as diversas armas e serviços, modernizando e incrementando a indústria militar nacional, sobretudo as fábricas instaladas em Realengo (Rio de Janeiro), e em Piquete (São Paulo), além de vencer os prognósticos totalmente negativos e, de forma que à época se considerou brilhante, recuperou uma frota de navios alemães que se considerava inaproveitável.

Calógeras se destacou com muito êxito como engenheiro e administrador, criando uma marca de combate à negligência e à incompetência. Além desses problemas, Calógeras enfrentou a incúria administrativa e a corrupção, o que lhe valeu ataques publicados na imprensa pelos beneficiários desse estado de coisas. Data também dessa época a formulação da primeira política que se poderia dizer de defesa nacional, no sentido das forças armadas, abrangendo muitos aspectos de vida do país, desde a preparação militar propriamente dita até a discussão sobre a necessidade do desenvolvimento de indústrias estratégicas, como a siderurgia. Foi o desdobramento dessa concepção que levou à criação, em 1927, do Conselho de Defesa Nacional.⁴

Em julho de 1922, pouco antes de deixar o ministério, teve de enfrentar o primeiro dos levantes tenentistas, que se repetiriam pela década, rebeliões que traduziam reivindicações da nova classe média contra as oligarquias tradicionais. O movimento, que se desenrolou em guarnições do Rio de Janeiro, então capital federal, com prolongamentos pelo estado do Mato Grosso, teve como causa imediata as ordens dadas por Eptácio Pessoa ao ministro Calógeras determinando a prisão do ex-presidente da República e marechal Hermes da Fonseca, em virtude de suas críticas ao governo, e o fechamento do Clube Militar - então presidido pelo marechal e considerado foco de agitação contra Eptácio Pessoa. Isto provocou uma revolta militar no forte de Copacabana e, sob o comando do tenente Antônio Siqueira Campos, os revoltosos resolveram continuar a luta marchando pela avenida Atlântica de encontro às forças legalistas, desencadeando então o episódio conhecido como “Os 18 do Forte”, última escaramuça da revolta de 1922, que resultou na morte de vários revoltosos e ferimentos em outros.

Calógeras deixou o ministério em novembro de 1922, quando terminou o mandato de Eptácio Pessoa, e se afastou por algum tempo da vida política. Entre 1923 e 1929, trabalhou como engenheiro e presidiu a Companhia Nacional de Artefatos de Cobre, desenvolvendo também grande atividade intelectual como jornalista, conferencista e escritor. Nesse período, publicou *A política exterior do Império*, em três volumes, considerada sua obra mais importante como historiador e, em 1930, *Formação Histórica do Brasil*.⁵ Em 1928, foi eleito presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia. Em 1930 deu apoio à candidatura presidencial de Getúlio Vargas, derrotada nas urnas pelo situacionista Júlio Prestes, e ficou a favor do movimento revolucionário liderado por aquele, que tomou o poder em novembro daquele ano. Após a

implantação do novo regime, colaborou com o governo de Vargas em questões relativas à legislação de minas.

Em 1932, tornou-se presidente da Liga Eleitoral Católica e manifestou simpatias pela Revolução Constitucionalista, deflagrada em São Paulo para exigir a imediata reconstitucionalização do país e a devolução da autonomia estadual. Mesmo derrotada, a revolução paulista teve influência na convocação de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em 1933. Nesse pleito, concorrendo em Minas Gerais pela legenda do Partido Progressista (PP), Calógeras obteve a maior votação até ali alcançada no Brasil por um candidato a deputado, morrendo no ano seguinte em Petrópolis.

II. Um liberal com algumas notas intervencionistas

Francisco Iglésias fez um primoroso levantamento das ideias de Calógeras em uma introdução aos seus discursos legislativos, publicados pelo Senado Federal (cf. Iglésias, 1987, 19-101). Apresenta-o ideologicamente como defensor do liberalismo econômico inglês, com posições favoráveis ao livre comércio, equilíbrio orçamentário e rejeitando a intervenção econômica do Estado, opondo-se ao nacionalismo de Friedrich List e ao socialismo em geral.

Há, todavia, limites à escola do liberalismo de Adam Smith, que os próprios britânicos às vezes reconheceram, embora seus epígonos costumem se negar a ver, quando se tornam porta-vozes de ortodoxias econômicas. A imposição de freios ao liberalismo aconteceu no governo Hermes da Fonseca, quando a Primeira Guerra Mundial dificultou a importação de corantes e Calógeras adotou uma posição mais colbertista, pois impulsionou a indústria química nacional para substituição das importações. Coerentemente, apoiou a fiação e a tecelagem brasileiras, assim como as instalações hidrelétricas, a exploração do carvão do Sul e do minério de ferro em Minas Gerais. Contrariamente ao que pregava, como ministro da Fazenda acabou por apoiar a emissão de moeda, desculpando-se por se tratar de uma medida de emergência – o fato é que sua política intervencionista, fora dos moldes liberais do mercado, facilitou o crescimento econômico lastreado nessa onda de industrialização.

Essa contradição também se torna explícita em sua correspondência de 1923 com o engenheiro Roberto Simonsen, conhecido professor da Escola Politécnica e diretor da Companhia Construtora de Santos (responsável pela construção de grande quantidade de quartéis modulares e outras edificações propostas por Calógeras, além de posteriormente ter criado a FIESP, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Em suas cartas, Calógeras justifica a intervenção do Estado para proteger certas atividades econômicas incipientes, citando explicitamente o caso de uma futura indústria petrolífera brasileira. Confirmava assim na prática sua ação contrária à teoria liberal das vantagens comparativas, de David Ricardo.

Era, portanto, um liberal heterodoxo e contraditório. Se Calógeras foi tanta vez a favor da participação do capital estrangeiro na economia do país, por outro lado chegou a defender a nacionalização de certas indústrias no Brasil (como a do tório e da monazita) e a coletivização de terras e dos meios de produção. E entre os nomes que cita a favor de suas ideias está o de Karl Marx, pois via com bons olhos (mas só no futuro!...) a socialização das

forças produtivas. Ao mesmo tempo e paradoxalmente adotava uma atitude paternalista e assistencial para com o proletariado, pois não aceitava o trabalhador reivindicante, antecipando o tratamento que daria à questão trabalhista o próprio Vargas depois de 1930.

III. Fontes de energia no Brasil

Pouco se tem atentado para a produção de cunho mais técnico e científico de Calógeras. Entre 1926 e 1928, ele fez uma série de conferências em São Paulo, certamente um indicativo da relevância crescente do estado na vida nacional. Em especial, em 1928, a convite do Grêmio da Escola Politécnica de São Paulo, apresentou conferência intitulada “Fontes de Energia”, uma análise técnica e econômica das perspectivas energéticas brasileiras (cf. Calógeras, 1928a, 103-132).

O artigo foi depois publicado numa coletânea desses ensaios “paulistas” do autor, *Problemas de Governo* (cf. Calógeras, 1928b).⁶ O apresentador (desconhecido) do volume fez questão de advertir logo de início: “O presente livro é integralmente brasileiro”. A lista de temas e o seu conteúdo evidenciam um autor preocupado em analisar a situação contemporânea e pensar diretrizes de planejamento para o desenvolvimento brasileiro: “Aspectos da economia nacional”, sobre o café, transportes, indústria química, carvão e ferro; “Fontes de energia”; “A mineralogia em São Paulo”, sobre possibilidades já detectadas e a pesquisar de minérios e metalurgia no estado; “Os valores produzidos”, sobre as estatísticas de produção nacional agrícola e pastoril; “Os meios de comunicação” um apanhado da história dos transportes terrestres, aquáticos e aéreos no Brasil, com visão mais larga, propondo a articulação com os países vizinhos da América do Sul; “O ministério incompreendido”, sobre como entendia que deveriam ser as funções do Ministério do Interior, dadas as carências sociais do país; “As classes armadas”, sobre a evolução histórica da função do exército nacional; “As diretrizes internacionais”, análise de cunho também histórico sobre as relações internacionais e a diplomacia brasileira.

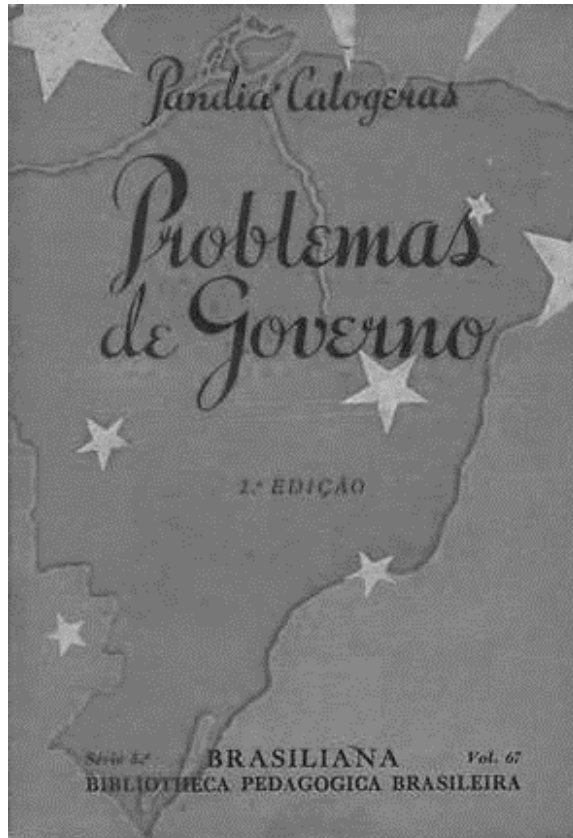


Figura 2. Capa da segunda edição de *Problemas de Governo*

Não teremos espaço para analisar todos os ensaios do volume, portanto vamos nos concentrar no já citado segundo texto, sobre as fontes de energia no Brasil. Demonstrando estar informado sobre o desenvolvimento científico contemporâneo, começa por citar como fonte promissora a energia de desintegração nuclear, observando, porém, que ela ainda não estava dominada.

Ressalta então que é importante levar em conta o rendimento energético das várias fontes para comparar suas vantagens e desvantagens, ponderando que o rendimento é baixo para o vento e a máquina a vapor, mas bem alto para a eletricidade, menor para queima de gases do que para combustíveis líquidos como querosene e gasolina. Neste sentido, não hesita em apontar a energia elétrica como a melhor forma e, para o caso particular brasileiro de eletricidade, a geração hídrica como sendo a mais adequada para as necessidades do país.

A seguir faz considerações sobre as regiões brasileiras conhecidas e suscetíveis de usar a energia eólica firme, com vantagem para o Nordeste. Reclama a necessidade de desenvolver o Serviço Meteorológico, para se conhecer o regime de ventos no interior do país, estimando que talvez a região que vai de Florianópolis ao Rio Grande do Sul seja favorável para bem aproveitar a energia do vento.

Destaca o alto potencial hidroelétrico do país (a chamada “hulha branca”) para grandes usinas, as aplicações de pequena potência e o aproveitamento de barragens das hidroelétricas para irrigação no Nordeste (que denomina “hulha verde”). A estimativa da época é que as quedas d’água no Brasil forneceriam uma potência de cinquenta milhões de cavalos

(HP), mas segundo ele este número estaria subestimado.⁷ A bacia mais conhecida era a do rio Paraná, mas Calógeras cita a recente usina de Cubatão, da Light, que era a maior do mundo na época, como exemplo de aproveitamento de altas quedas d'água na vertente atlântica. Menciona ainda a necessidade de reflorestar áreas necessariamente desmatadas para a construção de barragens. Para ele, seria necessário multiplicar o esforço da comissão telegráfica dirigida por Rondon para se fazer o levantamento do potencial hidráulico amazonense, que estima ser alto, mas em contrapartida haveria um alto custo da transmissão elétrica até os centros de consumo. Chama a atenção ainda para as vantagens do uso da eletricidade na metalurgia do ferro e do cobre.

Analisa então a madeira como fonte de calor para as locomotivas das ferrovias, que condena por ser energia de custo alto e obrigando ao desmatamento, lembrando que havia a alternativa do gasogênio extraído do carvão vegetal. Considera nociva a importação de carvão e conclama a que se aproveite a hulha nacional, mesmo com baixo teor energético e grande porcentagem de cinzas, e já conhecida nos estados do Sul do Brasil. Lembra a necessidade de investimentos técnicos e de capital para criar uma política nacional do carvão, tocando no problema da infraestrutura de transporte necessária para distribuir o carvão pelo território brasileiro.

Critica ainda a prospecção insuficiente do petróleo, pela quantidade pequena e pela inadequação das sondas utilizadas, defendendo, até que se encontre o petróleo nacional, a exploração do xisto betuminoso, conhecido no Maranhão, na parte paulista do vale do Paraíba e no Sul do país.

O álcool combustível vinha sendo estudado internacionalmente, e no Brasil Calógeras enxerga um futuro promissor para o álcool extraído da cana como substituto da gasolina, desde que equacionados os custos. Cita os estudos técnicos da Estação Experimental de Combustíveis do Rio de Janeiro a esse respeito e nota a dependência brasileira de importação da gasolina norte-americana.

O ensaio conclui com um apelo para que os produtores nacionais deixem o que considera ser uma herança portuguesa má. O produtor brasileiro insiste em obter um alto lucro com baixas quantidades de produção, quando seria muito melhor inverter o raciocínio e lucrar com o barateamento do custo unitário por meio da grande produção e do aumento do consumo.

IV. Conclusões Finais

O que ressalta desta conferência sobre fontes de energia é seu caráter de reflexão para o Brasil, que pode ser considerada pioneira na política científico-tecnológica do país, pois não havia até essa época nenhum planejamento energético nacional visando um uso conjunto e complementar de fontes diversas. A visão de Pandiá Calógeras teria, todavia, ainda de esperar vários decênios para que a energia fosse pensada como parte básica da infraestrutura e um fio condutor do desenvolvimento econômico nacional, um desenvolvimento que beneficiasse a maioria da população – e mesmo no século XXI isto não tem sido a tônica da política brasileira.

¹ Gildo Magalhães dos Santos Filho é Professor Titular do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, professor de História colaborador do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa) e da Universidade de Lisboa (Centro de Filosofia da Ciência). Dirige o Centro Interunidades de História da Ciência da Universidade de São Paulo.

² cf. “João Pandiá Calógeras”: Verbetes biográfico. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV). Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira.republica./CALÓGERAS,%20Pandiá.pdf>>. Acesso em: 17/10/2017. As principais informações biográficas vêm desta fonte.

³ A Lei Calógeras e a que lhe sucedeu, Lei Simões Lopes (1921), sofreram muitas contestações jurídicas, com o que resultou terem pouco efeito prático, situação que só começou a ser modificada pela promulgação do Código de Minas no governo Vargas (1940) (cf. Guimarães, 1981, 105-106).

⁴ Em 1931 foi criada a Comissão Nacional de Siderurgia para tratar deste que era um dos assuntos mais candentes na época. Pandiá Calógeras fez parte dessa Comissão (cf. Telles, 1993, 216), mas não pôde participar dela muito ativamente, por estar adoentado, segundo Gomes (1983, 202).

⁵ Emília Viotti da Costa, em *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, considera Calógeras como um historiador que ecoa as avaliações sobre o advento da República que vêm daquela época; neste caso, a versão de que a monarquia caiu por culpa de seus próprios erros (cf. Costa, 1999).

⁶ Mais tarde, houve uma segunda edição, feita em São Paulo pela Companhia Editora Nacional (1936), na Coleção Brasileira.

⁷ Isto equivale a 35.000 MW. Para se ter uma comparação, Itaipu tem uma potência instalada de 14.000 MW.

Referências bibliográficas

CALÓGERAS, P. Fontes de energia. *Revista Politécnica*, 85, 86, p. 103-132, 1928a.

_____. *Problemas de Governo*. São Paulo: Rossetti, 1928b.

COSTA, E. V. da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 1999.

GOMES, F. M. *História da siderurgia no Brasil*. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1983, p. 202.

GUIMARÃES, J. E. *Epítome da história da mineração*. São Paulo: Art/ Secretaria de Estado da Cultura, 1981, p. 105-106.

IGLÉSIAS, F. (Org.) *Idéias políticas de Pandiá Calógeras*. Introdução, cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados. Brasília/Rio de Janeiro: Senado Federal/ Casa de Rui Barbosa, 1987, p. 19-101.

MCCANN, F. *Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TELLES, P. C. da S. *História da engenharia no Brasil: século XX*. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, 1993, p. 216.



ARTIGOS - ARTICLES

**Raça e evolucionismo, as Ciências Sociais no Brasil:
querela entre Sílvio Romero e Manoel Bonfim em torno da
herança portuguesa na formação brasileira**

Cícero João da Costa Filho¹
Doutor em História Social
FFLCH – Universidade de São Paulo
cicerojoaofilho@gmail.com

Como citar este artigo: COSTA FILHO, Cícero João da “Raça e evolucionismo, as Ciências Sociais no Brasil: querela entre Sílvio Romero e Manoel Bonfim em torno da herança portuguesa na formação brasileira”. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº6, p. 62-87. 2018. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Sílvio Romero juntamente com Manoel Bonfim foram dois importantes intérpretes da cultura brasileira. Dialogando com teorias à época concebidas como a última verdade científica, os dois escritores analisaram o Brasil e pensaram seus problemas, propondo sua superação. Com uma visão minuciosa possibilitada pela gama de autores da crítica moderna, Sílvio Romero buscou esquadrihar a cultura brasileira tendo por base as leis orgânicas, ao passo que Manoel Bonfim, embora conhecesse alguns teóricos que influenciaram o bacharel, fugiu ao determinismo, trazendo as causas do atraso para o campo político, econômico, da cultura no geral. Vivendo momentos conturbados de um Brasil moderno que estava por vir, os dois escritores acima de tudo refletem problemas maiores que os de uma obra literária, expõem os problemas do país, suas causas e apontam a “melhor política” para o novo Brasil.

Palavras-chave: Sílvio Romero. Manoel Bonfim. Brasil. Ciência. Século XIX.

*Race and Evolutionism, Social Sciences in Brazil:
between Sílvio Romero and Manoel Bonfim about the Portuguese
heritage in the Brazilian*

Abstract: Sílvio Romero together with Manoel Bonfim were two important interpreters of Brazilian culture. Dialoging with theories the conceived as the last scientific truth, the two writers analyzed Brazil and thought their problems, proposing their overcoming. With a detailed view made possible by the range of authors of modern criticism, Sílvio Romero sought to scrutinize Brazilian culture based on organic laws, while Manoel Bonfim, although he knew some theorists who influenced the bachelor fled to determinism, bringing the causes of backwardness For the political, economic, and cultural field in general. Living in troubled times of a modern Brazil that was to come, the two writers above all reflect problems greater than those of a literary work, expose the country's problems, their causes and point to the "best policy" for the new Brazil.

Keywords: Sílvio Romero. Manoel Bonfim. Brazil. Science. XIX century.

I. Introdução

O advento das Ciências Sociais no Brasil é produto do conjunto de transformações operadas na Europa, especificamente em meados do século XIX. Assim como na Europa onde as ideias liberais e iluministas eram sintomas das novas forças produtivas, no Brasil é a partir de 1850 em decorrência de do surgimento da economia do café que se esboça uma intrincada discussão em torno das ideias modernas. Uma nova forma de pensar o Brasil se anunciava. Caio Prado Júnior indica o ano de 1850 como “o ponto de partida de toda a evolução posterior brasileira” (Prado Junior, 2007, 50). Essa conjuntura acolheria as novas ideias científicas e filosóficas, com as quais se deparou a geração de Silvio Romero, misturadas às teorias raciais que o escritor usaria para analisar o Brasil. Há uma intrínseca relação entre o surgimento das nascentes classes médias, o advento dos centros de saber e as ideias científicas chegadas ao Brasil neste momento. Toda uma movimentação de ideias que começou com a vinda da Família Real para o Brasil (Costa, 1967; Paim, 1984) tempos depois marcaria o pensamento da elite intelectual e política brasileira ganhando foros de verdade com a *Geração de 1870*, responsável pela gestação de um novo Brasil. (Schwarz, 1993; Alonso, 2002).

Se num primeiro momento a elite brasileira fora treinada nas universidades europeias (Carvalho, 2003) de modo específico, em Portugal, formando nossa burocracia de estado, com uma base canônica e humanista diante de um quadro intelectual contraditório, quanto mais evidente parecia ser o desenvolvimento das letras, artes e ciências, florescendo nomes ilustres, cada vez mais a população geral encontrava-se despossuída e analfabeta. Com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, rompe-se formalmente a situação de dependência política e começa a fazer-se necessário o desvendar de uma cultura tipicamente nacional, objetivo dos escritores reunidos em torno do romantismo brasileiro e do IHGB (Candido, 2004).

Após um período de aproximadamente cinquenta anos, da independência ao advento das *ideias novas*, em que os letrados brasileiros assimilaram os elementos formadores da nação brasileira até certo ponto tributária de uma história de efemérides, que omitiu o massacre físico e cultural das populações indígenas como a espoliação do negro, o que vingou foi uma História produzida por uma sociedade branca, conservadora e católica, influenciada por Cooper e Chateaubriand. No bojo da dança das elites, surgiria outra geração, a dos bacharéis apegados aos esquemas explicativos oferecidos pelo evolucionismo na interpretação da cultura brasileira.

Em parte, são estes setores médios em ascensão que adentrarão as instituições de saber (academias, institutos históricos e geográficos, e museus), assimilando esse arcabouço científico, passando a interpretar a sociedade brasileira de forma funcional em concomitância com as necessidades das formulações burocráticas imprescindíveis à formação de um novo Brasil formado às benesses da elite latifundiária. A maior queixa da geração de 1870 era a falta de oportunidade política, eram homens oriundos de famílias bem estabelecidas, mas sem espaço no cenário político do país, eram homens marginais apenas politicamente. Os ensaístas brasileiros foram conquistados pela linearidade do processo histórico composto por etapas, onde a sociedade percorria inevitavelmente o caminho da barbárie à civilização (do menos diferenciado ao mais complexo), concepção oriunda da História natural, regida pelas leis inquestionáveis. Diga-se de passagem, esta concepção marcou em

maior ou menor grau todos os países da cultura ocidental que sofreram a influência da cultura europeia.

É por demais conhecido o circuito empírico das ideias do Determinismo e do Darwinismo Social disseminadas nas instituições brasileiras como também a divulgação do catecismo positivista nas escolas militares, figurando como principal nome dessa tradição Benjamim Constant. Assim é que o Evolucionismo é o argumento principal para pensar a vindoura nação para a superação de todo o estágio anterior brasileiro que para a elite política e intelectual era de puro atraso. Para os predecessores da Sociologia brasileira, o passado do país era vergonhoso, por ser o Brasil constituído por uma população mestiça que atravancava o estabelecimento do progresso. A Sociologia no Brasil nasce das mãos desses jovens bacharéis pertencentes a camadas sociais bem estabelecidas, por vezes jovens oriundos de famílias remediadas que pensam o Brasil conforme o olhar europeu. Por isso é que Antonio Candido descreve

O jurista foi o intérprete por excelência da sociedade, que o requeria a cada passo e sobre a qual estendeu o seu prestígio e maneira de ver as coisas. Mas como as Teorias dominantes na segunda metade do século se achavam marcadas pelo surto científico de então, notadamente a Biologia, que saiu dos laboratórios para se divulgar de maneira triunfante, os juristas mergulharam na fraseologia científica e se aproximaram, neste terreno, dos seus pares menos aquinhoados, médicos e engenheiros, que com eles formavam a tríade dominante da inteligência brasileira. Vemos então, na Sociologia, os juristas inaugurarem uma orientação científicista – como se dizia – que contou desde logo com a cooperação de engenheiros e, sobretudo médicos (Candido, 1959, 272)

Não era difícil compreender o sentido da empolgação pela ideia da evolução social: o Brasil precisava se adiantar na escala do progresso, uma vez que era desprovido dos valores exigidos pelos países europeus civilizados. Para tornar-se uma nação moderna, era preciso antes de tudo elaborar uma ideia nacional, camuflando os ódios de raça e de cultura, e só assim entrar no rol da cartilha científica dos países europeus. Mas, a adoção do princípio evolucionista não conseguia nublar nem a barbárie cometida contra os inúmeros grupos indígenas nem a intolerância cometida anteriormente em relação aos milhares de negros ao longo de quatro séculos de nossa história. É claro que no Brasil a leitura sobre a ideia de evolução não foi unívoca, ora misturando-se como crítica à monarquia, devido ao estreitamento das relações de uma sociedade aristocrática, ora incidindo sobre uma população mestiça, com costumes nada condizentes a uma nação moderna coberta por etiqueta. O certo é que a imagem de índios e, sobretudo, de negros esteve presente desde as primeiras reflexões brasileiras, mostrando a inferioridade dos grupos não brancos. O que as anotações dos primeiros cronistas e viajantes não conseguiam esconder era a constituição de um país composto por índios e negros. O racismo impiedoso de Oliveira Viana, posteriormente ao grupo de Romero, bem pode servir de exemplo à visão de boa parte da elite brasileira que sobreviveu ao Império e a escravidão,

Muito ao contrário do que acontece com os povos europeus e o norte-americano, entre nós o problema das raças não apresenta, no ponto de vista político, nenhuma complexidade. Em nenhum país do mundo coexistem, em tamanha harmonia e sob tão profundo espírito de igualdade, os representantes de raças tão distintas. Homens de raça branca, homens de raça vermelha, homens de raça negra, homens mestiços dessas três raças, todos tem aqui as mesmas oportunidades econômicas, as mesmas oportunidades sociais, as mesmas oportunidades políticas. Está por exemplo, ao alcance de todos a propriedade da terra. Francos a todos, os vários campos do trabalho, desde a lavra da terra as mais altas profissões. Quanto aos Direitos políticos, não figura em nossas leis, entre as condições da sua investidura, o critério das raças. (Vianna, 1991, 15)

O sentido de todo o frenesi em torno da ideia de evolução se deu por uma simples questão: omitir um passado de conflitos entre o colonizador europeu e as “raças inferiores colonizadas” vistas a partir de um mundo bárbaro, degenerado por conta da mestiçagem, que impedia o progresso do país. Somente com a formação de uma raça homogênea, conforme a leitura de nossa elite intelectual a par de pressupostos pseudocientíficos seria possível alcançar o estado moderno. A mentalidade clássica do pensamento social brasileiro é simplória, pragmática, está sempre a serviço das maquinações políticas por mais sutis que sejam.

Uma vez não delimitado cada ramo do conhecimento, um pensador como Sílvio Romero pensava numa intuição geral e irredutível, a sociedade a todo custo seria concebida pela infalibilidade das leis e os intelectuais brasileiros do período, estabelecidos nas instituições de saber, tentaram extrair do ‘todo’ a parte que melhor podia ser trabalhada para identificar os males brasileiros, na busca pelos remédios! Fosse qual fosse o ramo do conhecimento oriundo da especialização do saber que já se iniciava, a ideia central era o tema da evolução. Dispensando a farta discussão que gira em torno da primazia do Recife com relação à assimilação das ideias, defendidas por Sílvio, evolução era tema que estava por todas as partes do Brasil. Em universidades, academias militares, museus e institutos históricos e geográficos, evolução era o argumento basilar para avaliar o estágio brasileiro frente aos países considerados modernos. Empolgados pelas certezas que só a *religião científica* poderia fornecer, os jovens ‘sociólogos’ reverberavam o tema da evolução sob todas as formas. Na verdade, por nenhum motivo, deve-se omitir a grande teia que encobriu um passado de dores, horrores e marcas jamais esquecidas num Brasil que foi o último a abolir a escravidão. O medo de uma *onda negra* era iminente, enfim, houve no Brasil toda uma estrutura que tornou a concepção de evolução uma verdadeira palavra de ordem. O pano de fundo não poderia ser mais propício para a justificativa evolucionista! (Azevedo, 2004)

Os conceitos emprestados das Ciências Naturais, que tinham por base a Zoologia e a Botânica, tempos depois, com o surgimento da ideia de evolução disseminada a partir do conhecimento da publicação da obra de Darwin (1859), passaram a servir de base teórica para analisar o estágio evolutivo ou de desenvolvimento dos países no Novo Mundo, configurando a maneira de pensar da elite intelectual e política brasileira. A nascente Sociologia surgia parcialmente sob o influxo das Ciências Naturais, nas quais as categorias do meio e da raça eram termômetro de avaliação do grau de civilização ou de barbárie dos agrupamentos humanos. Homens como Max Weber e Émile

Durkheim, todavia, não consolidaram a questão racial em seus escritos inaugurais como problemática sociológica e até criticaram esta concepção naturalista.

Como prova da crença inabalável nas leis científicas, os campos da Antropologia Física que se estendiam às áreas de Craniometria e Frenologia determinavam as análises das interpretações brasileiras de boa parte da produção ensaística a partir das três últimas décadas do século XIX (GOULD, 1999). O impacto destes conceitos modelou o pensamento brasileiro até à década de 30 do século seguinte, quando ocorre em tese uma virada historiográfica decorrente da influência da Antropologia de Franz Boas no pensamento de Gilberto Freyre (que elogiou aspectos do pensamento de Romero), além dos desdobramentos dos debates modernistas envolvendo nomes como os de Mario de Andrade (a rapsódia *Macunaíma*) e Paulo Prado (o ensaio *Retrato do Brasil*). Segundo Skidmore,

Obras social-darwinistas, sobretudo, tinham grande influência no Brasil. Praticamente, todo pensador social brasileiro – antes de 1914 – se viu a braços com o Darwinismo Social. São frequentes as citações de figuras como Spencer, Le Bon, Lapouge e Ingenieros. Os brasileiros, de regra, aceitavam o Darwinismo Social, em princípio, tentando apenas descobrir como aplicá-lo à sua situação nacional. (Skidmore, 1976, 70)

Incumbidos de gerirem o progresso do país, nossos ensaístas da segunda metade do século XIX voltavam seus olhares para o elemento raça, que hipoteticamente obstava o desenvolvimento e formação das nações. No fundo, a discussão racial no Brasil era respaldada por uma pseudociência determinista que tolhia toda e qualquer discussão em torno da cidadania dos menos favorecidos, uma vez que, segundo os preceitos do darwinismo social, era dado incontestemente a hierarquia racial. O certo é que, com a presença de tantas ideias, não deixa de ser simplismo atribuir o atraso brasileiro aos critérios morfológicos como a cor da pele, a forma do nariz, o tamanho da cabeça, tudo isto somado às influências das contingências de um meio que totalmente inóspito (O Brasil estava situado abaixo da linha dos trópicos), debate controverso que se espreitou nossos escritores românticos.

Para Maria Isaura Pereira,

estes cientistas sociais acusavam a persistência de costumes bárbaros, aborígenes e africanos de serem obstáculos impedindo o Brasil de chegar ao esplendor da civilização européia. Consideravam-nos assim como uma barreira retardando o encaminhamento do país para a formação de uma verdadeira identidade nacional, que naturalmente embaraçava também um desenvolvimento econômico mais eficiente (Queiroz, 1989, 30)

Desse modo, o Darwinismo Social tornou-se a vertente do pensamento científico predominante porque pregava a superioridade do homem branco em detrimento de índios e negros, forjando a identidade nacional brasileira constituída a partir de suas respectivas representações. Chacon é categórico:

O Darwinismo foi a maior escola de presença filosófica no século XIX, não lhe faltando em seguida inúmeros avatares. Até na hora do sepultamento de Karl Marx, seu fiel amigo Friedrich Engels se sentia na obrigação de evocar uma analogia: “assim como Darwin descobriu a lei da Evolução da natureza orgânica, assim Marx descobriu a lei pela qual se rege o processo da História Humana (Chacon, 1977, 47)

A partir de 1870, segundo Roberto Ventura (1991), as teorias raciais adentram o universo institucional brasileiro das faculdades de direito e de medicina, museus e demais instituições nacionais. De acordo com Thomas Skidmore, “quanto mais os brasileiros tomavam conhecimento das últimas ideias geradas da Europa tanto mais ouviam falar da inferioridade do negro e do índio” (Skidmore, 1976, 69).

Fosse por meios literários, científicos ou políticos, o cenário nacional brasileiro dos três últimos decênios do século XIX era representado e apresentado no exterior tendo como parâmetro a sociedade considerada requintada e fina, com as normas e os padrões da cultura europeia que alijavam a maioria da população pobre e mestiça, despossuída dos mínimos direitos de cidadania. Gerou-se, portanto, toda uma política sutil de controle social tendo por base a triste ideologia das *classes perigosas* fincada sob particularidades da raça (Chalhoub, 1990). Nas últimas décadas do século XIX, os ensaístas brasileiros trataram de elaborar mais um projeto de identidade nacional. Enfrentando uma ampla diversidade cultural constituída pela rica cultura africana, misturada a credos de um catolicismo dissidente formada por superstições da população rural que, paradoxalmente, era presa fácil do catolicismo oficial, sobrava à cultura de índios e mestiços, urgindo a construção da identidade nacional brasileira.

As categorias do meio e da raça serviram estrategicamente para construir o modelo de nação almejada pelas elites política e intelectual do Brasil, sufocando toda a diversidade cultural das raças consideradas inferiores como índios e negros. É agradavelmente surpreendente que um pensador como Romero, tão apoiado naquelas referências, tenha dado atenção a cantos e contos populares, inclusive de negros e indígenas, contribuindo para a legitimação desses grupos no universo da identidade nacional.

Em meio à grande fachada da *belle époque* carioca, buscou-se o “melhor” modelo de pensamento para condenar a sociedade “atrasada” do Império e instaurar o progresso no país. Reconhecendo que as teorias científicas adentraram no Brasil a partir de 1870, bem no momento da febre do afrancesamento carioca, é preciso salientar a importância do Rio neste momento no cenário nacional. É somente assim que se compreende o porquê da adoção dos elementos climáticos e raciais como parâmetros para analisar o Brasil, investigar os problemas nacionais, apontar os caminhos para uma sociedade civilizada (equivalência da nova sociedade republicana que estaria por vir), na construção da identidade nacional.²

Tomava corpo à ânsia nervosa de procurar os elementos constituintes desta identidade, do caráter nacional brasileiro. Aqui, o elemento racial é recurso imprescindível para a ideologia do caráter nacional, cara ideologia instrumentalizada para colonizar o país.

O racismo estava, pois, presentes nos trabalhos destes pesquisadores do século XIX, de envolta, em doses variadas, com o pessimismo pelo futuro econômico e cultural do país, assim como a negação da existência de características especificamente brasileiras, e até mesmo da possibilidade de sua formação um dia. Estes medos ora apareciam em determinadas apreciações, oram permaneciam latentes, mas eram facilmente discerníveis num adjetivo, na construção de uma frase, e sublinhavam a maioria dos raciocínios e das inferências. De qualquer modo, uma pergunta estava sempre presente, explícita ou implícita: chegaria um dia todos os brasileiros, apesar da variedade de seus grupos étnicos e de suas posses a configurar um patrimônio cultural harmonioso e refinado, que seria partilhado por todos, em todas as regiões, em todas as camadas sociais? Pois para estes cientistas, sem harmonia não haveria civilização. (Queiroz, *Ibidem*, 30)

Não é sem razão que as ideias sobre a evolução e o determinismo (racial e climático) são assimiladas no Brasil como forma de mostrar o atraso do país, para a superação do atraso, tendo como fundamentação mais significativa o darwinismo social, que credita a superioridade cultural ao homem europeu por sua superioridade racial e biológica, inseparável de suas condições morais e mentais. Para boa parte dos ensaístas brasileiros, o atraso do país residia na mestiçagem que a cada dia levava a elite econômica e política a temer a degeneração do país, o que era posição também de Silvio Romero – que, todavia, abraçou a causa da mestiçagem. Como lembra Lilia Schwarcz (2006) raça fora um *conceito negociado* que serviu de estratégia política para a elite no momento em que o país libertava seus negros e caminhava em direção à nova ordem republicana. Entre a ideia de miscigenação e a teoria do branqueamento, passavam-se os dias e a elite manipulava muito bem, tendo por base os preceitos ‘científicos’, barrando qualquer forma de contestação por parte da população em geral. Em grande parte dos ensaístas brasileiros dessa época, a solução para livrar o país da degeneração era embranquecê-lo, unir-se a outros povos, criando a ideia de um país verdadeiramente democrático que nunca enfrentou nenhum ódio de raças. Nesse sentido, o problema de assimilação desses grupos era adiado para um futuro indefinido – estratégia semelhante ao adiamento quase secular do fim da escravidão, no Brasil Império.

Para Sílvio, era necessária a mistura das três raças na formação da identidade brasileira, resultando na importante contribuição do mestiço como a maior singularidade do país. Se para grande parte dos escritores da época a causa do atraso brasileiro residia na presença de uma vasta população negra e mestiça, para Romero, especificamente, a alternativa para se buscar a identidade seria favorecer a imigração europeia do homem branco, considerado o *trabalhador ideal*, espalhando tais imigrantes no território brasileiro de maneira racional. A mestiçagem era para boa parte da elite intelectual brasileira a raiz do atraso brasileiro porque era reflexo direto da degeneração social que só provava o caráter bárbaro do país. Começava a ganhar corpo no Brasil toda uma vasta produção de saberes que tinha como centro a discussão em torno da origem racial, marcando, delimitando e constituindo o campo da nascente Sociologia no Brasil.

Os estudos de Nina Rodrigues atestam em grau máximo a crença na superioridade do homem branco, resultado das leituras que tinha dos teóricos racistas europeus. Contrário ao livre arbítrio por parte dos seres, baseando-se em autores como Ferri e Tarde, Rodrigues acreditava na diferença das raças e, como desdobramento, na diferença evolutiva dos seres humanos:

Se de fato a Evolução mental na espécie humana é uma verdade a medida que descemos a escala evolutiva a mais e mais nos deveremos aproximar das ações automáticas e reflexas iniciais. Deste jeito, nas raças inferiores, a impulsividade primitiva, fontes e origem de atos violentos e anti-sociais, por muito predominarão sobre as ações refletidas e adaptadas que só se tornam possíveis nas raças cultas e nos povos civilizados com o aparecimento de motivos físicos de uma ordem moral mais elevada. (Rodrigues, 1895, 88)³

De acordo com o médico maranhense, a evolução biológica explicaria o grau civilizatório de determinados grupos humanos. Juntamente com o darwinismo social, pode-se afirmar sem receios que a ideia de evolução social, consoante suas interpretações (uma delas a *lei da recapitulação*), definiu a visão de mundo dos ensaístas brasileiros até a virada cultural da década de 1930. Analisar a categoria abstrata da raça é trazer para a discussão a questão da desigualdade inata dos homens juntamente com sua triste conclusão: a superioridade do homem branco em detrimento de índios e negros. As teorias raciais que se esboçaram de maneira explícita são tributárias e se confundiram na era moderna com os argumentos de liberdade, igualdade e fraternidade que, de maneira paradoxal, à medida que se desprenderam da argumentação metafísica da Igreja, legitimaram a hierarquização entre as mesmas. É aqui que surgem os princípios do racismo considerado científico, que terá seu auge nos meados de 1870, servindo de justificativa colonialista para explorar as populações nativas de diferentes partes do mundo em nome da missão civilizadora do homem branco.

O darwinismo social caiu como uma luva nas mãos da *intelligentsia* brasileira, servindo de justificativa para argumentar a superioridade do homem branco e as vantagens do regime republicano que estaria por vir, equivalência do estágio positivo para a formação do estado nacional. Uma vez existindo diferenças entre as raças e sendo a ideia de evolução argumento nas leituras brasileiras, resultou que aquela concepção, em muitas ocasiões, confundiu-se com a ideia de progresso⁴ (Le Goff, 2008; Herman, 1999; Morgan, 2005). Cabe ressaltar que o impacto da ideia de evolução adentrou também o senso comum e o pensamento acadêmico científico até em correntes como o Marxismo e em áreas de conhecimento como a Psicanálise, a Antropologia e a Etnografia. Desse modo, entendia-se que, assim como acontecia com os reinos animal e vegetal, a espécie humana tendia sempre do estágio mais simples ao mais complexo ou do menos diferenciado ao mais diferenciado. Fora esta a grande mudança na maneira de conceber a humanidade. Lembremos que Sílvia muito recorre a Kant para validar seus argumentos acerca de todo o processo de conhecimento. Mas ao mesmo tempo em que a ciência avançava e colocava o homem como o único ser capaz de produzir cultura, os antropólogos concluíam que quase não existia diferença entre os seres humanos e os grandes primatas como símios e chimpanzés.

Quanto mais se buscava os possíveis antepassados do homem, mais o tema da evolução inquietava os estudiosos. Lembra Poliakov: “Bertrand Russel observou que a Teoria de Darwin foi essencialmente uma extensão ao mundo animal e vegetal da Economia política do *laissez-faire*” (Poliakov, 1974, 198). O abalo provocado a partir da ideia evolucionista fora geral porque contrariava a tese criacionista. Segundo Silas Guerriero: “Em meados do século XIX, a humanidade levou um choque. Um cientista inglês, geólogo e naturalista, ameaçou nosso lugar sobre o pedestal dos seres

vivos. Charles Darwin colocou-nos na incômoda companhia de todos os outros animais” (Guerriero, 2008, 8).

A ideia evolucionista demonstrou ser um excelente argumento para colonizar os países habitados por seres “incapazes”, que viviam num meio inóspito, onde as forças da natureza eram tamanhas que não favoreciam o alvorecer civilizatório. A Europa era o centro de seres evoluídos e superiores. A ironia sofrida por Darwin logo causou inquietação suscitando teorias das maiores celebridades (naturalistas europeus e americanos), como Lamarck, Mendel, Buffon, Etinne Serres, Agasiz, Morton, Gliddon, Cuvier, Lyell, Humboldt, os últimos “os três maiores naturalistas do século”, (Poliakov, 1974) marcando os estudos da Antropologia evolutiva, onde também figuravam nomes como os de Tylor e Frazer.

Trilhando os caminhos da cartilha de Comte, a elite brasileira condenou o atraso da sociedade imperial em nome dos ideais modernos padronizados pelas categorias abstratas do meio e raça. Tornou-se imprescindível erigir instrumentos analíticos para avaliar o estágio civilizatório dos países colonizados, sentido maior da adoção da escola do darwinismo social. Diante do alvoroço de ideias na transição Império/República, a teoria da evolução era, para Romero, a principal em sua interpretação brasileira

O que sabemos ser a lei máxima de todos os fenômenos da História, como a de todos os fenômenos do mundo físico, a lei da Evolução, cuja fórmula mais completa é aquela que é devida ao gênio de Herbert Spencer; o que sabemos que não podem existir fatos sem antecedentes imediatos, sem a passagem de um estado de diferenciação e coerência, não podemos admitir o milagre da existência de instituições, quatro vezes seculares, no ar, sem a menor base na vida nacional.

Tal idéia pode ser de muito efeito na boca de declamadores e ignorantes; mas não tem poder ter apoio da Ciência. (Romero, 1969, 269)

O evolucionismo tornou-se, não apenas para Romero como para a maioria dos ensaístas brasileiros das três últimas décadas do século XIX, a base explicativa para entender o país. Foi pelas teias do evolucionismo que o crítico preteriu toda uma ordem imperial e atrasada a favor do progresso brasileiro diante da miséria e do analfabetismo do povo de seu país. Como desdobramento do vasto repertório de leituras que conhecia, num primeiro instante, aderiu ao determinismo climático de Buckle, mesmo discordando de algumas de suas ideias, mas não de sua teoria. Preocupando-se com a influência dos fatores do meio ambiente, procurou explicar o atraso da cultura brasileira responsável pela falta de vitalidade literária do país.

Embora sua concepção de meio não se reduzisse aos fatores geográficos, mostrou a morte precoce dos escritores do país e a falta de talento de nossos primeiros poetas devido aos elementos climáticos e naturais do país. Discordando do autor da *História da Civilização na Inglaterra*, que nunca conheceu o Brasil, concluía Sílvia que “Buckle é verdadeiro na pintura que faz de nosso atraso, não na determinação dos seus fatores” (Romero, 1960, 87). A apatia da literatura brasileira, sem criatividade, decorria do calor e da umidade “daí um certo abatimento intelectual, uma superficialidade inquieta, uma irritabilidade, um nervosismo, um hepatismo que se revela nas Letras” (Ibidem, 91). As teorias climáticas e as análises raciais justificavam o atraso brasileiro e, com isso, Sílvia discordava de toda a

história do país porque os interpretes não analisavam o país a luz das novas ideias naturalistas. As categorias raciais e climáticas passavam a ser a chave explicativa para explicar o estágio brasileiro, ao mesmo tempo em que davam suporte científico para a modernização das estruturas sociais e políticas do país explicando assim o atraso brasileiro.

As categorias raciais e mesológicas estavam em pauta porque subsidiavam a formação da identidade nacional brasileira. Era indispensável identificar a que raça pertencia o brasileiro. Nesse sentido, fez-se uma radiografia dos elementos integrantes do Brasil, balizadas por questões como: O que fundava a nação brasileira? Quais os temas abordados pelos polígrafos em seus trabalhos no momento de formação do estado nacional brasileiro? Até que ponto o método adotado pela elite simbólica e política, recorrendo às teorias raciais e mesológicas, não contribuiu para o não conhecimento do próprio Brasil? Estavam na natureza em geral ou na raça em particular os atributos que dariam as respostas cabíveis, na visão desses homens ilustrados, para esclarecerem as razões do atraso brasileiro?

Com o fim da economia escrava,urgia encontrar a identidade brasileira centrada não por acaso na questão racial num país possuidor de uma *identidade pela falta* (Schwarcz, 1995) caldeada pelo cadinho de raças mergulhado no processo de transformações econômicas e tecnológicas que se processavam desde 1850, com o fim do tráfico de escravos. Tinha sido a era do surgimento dos bancos, assim como dos correios, telégrafos e ferrovias, sob a iniciativa de Irineu Evangelista de Souza, Barão de Mauá, e de outros empresários ou grupos mercantis ligados a diversos ramos do comércio. O Brasil atravessava uma nova fase da expansão capitalista, inserindo-se nas relações econômicas do mercado mundial e no mundo da cultura europeia. Em contraposição à elite intelectual do Primeiro Império, assentada sob a economia agrária que se formara sob o reformismo da Universidade de Coimbra, não atingida pelo Iluminismo (Carvalho, 2008) agora, nas cidades, emergiam os filhos da antiga aristocracia colonial, assimilando as teorias do Positivismo, do Evolucionismo e do Determinismo. Estes homens buscavam, por meio de seus escritos, encontrar os porquês do atraso brasileiro, partindo das condições raciais no seio de um verdadeiro laboratório racial, recorriam aos fatores climáticos, na análise do grau evolutivo da sociedade brasileira. Temas como a questão servil e a mudança de representação política estavam na ordem do dia, a farta produção ensaística e romanesca tratava de tais questões. Os *meetings* ocorridos nas praças públicas, com toda sua efervescência panfletária, as discussões anunciando melhorias do regime republicano assegurando uma sociedade mais democrática, sem a presença da escravidão, deram suporte as leituras do cientificismo europeu (Carvalho, 1987). Não é por acidente que as teorias raciais adentram os centros de formação de saber no Brasil a partir de 1870, respaldando e tonificando os discursos científicos de boa parte do ensaísmo brasileiro. De acordo com Roberto Ventura,

As Teorias das desigualdades raciais se difundiu no Brasil, junto com os ideários naturalistas, cientificistas, positivistas e evolucionistas, nas três últimas décadas do século XIX. A afirmação da existência de etnias inferiores justificava a formação de um novo imperialismo, o que foi percebido por Araripe Júnior e Manoel Bonfim, tornando-se objeto de polêmica com Sílvio Romero, que defendia o caráter científico das ideias racistas (Ventura, 1991, 55)

Embora José Veríssimo afirme que as *ideias de fora* demorassem cerca de vinte anos para chegarem ao Brasil ao longo da colônia e do Império brasileiro, no que concerne ao conhecimento das ideias deterministas e do evolucionismo, a assimilação parece ter sido muito precisa. Segundo Thomas Skidmore, “Um tal corpo de pensamento racista sistemático não existia, ainda, na Europa de 1800. Por volta de 1860, todavia, as Teorias racistas tinham o beneplácito da Ciência e plena aceitação por parte dos líderes políticos e culturais dos Estados Unidos e da Europa” (Skidmore, 1976, 65). É o mesmo Roberto Ventura que em sua tese afirma a centralidade da questão étnica no Brasil, enviesando o discurso liberal a partir de 1880 (Ventura, 1991, 192). Percebe-se a sintonia das *ideias de fora* quando se tratava do cenário brasileiro. Cabe salientar a enorme discussão (já ultrapassada e talvez superada na historiografia brasileira) sobre o problema do *mal da cópia* com relação a seus centros de origem, o que foge ao escopo deste trabalho. Apenas é necessário salientar, sem sermos reducionistas, à seleção de ideias e à recodificação destas para a aplicação no cenário brasileiro, no que reside seu caráter de originalidade.

O sentido e a adoção das ideias do determinismo e do evolucionismo se confundem com a busca do caráter brasileiro, ou seja: os argumentos oferecidos pelas teorias do Evolucionismo, do determinismo racial e geográfico, foram indispensáveis para a criação da identidade nacional. Desse modo, mesmo que reconheçamos que as teorias e doutrinas europeias estivessem fora de lugar, que a imagem que a elite brasileira queria para o país era completamente diferente do cenário de origem, seguramente é este o sentido da assimilação das inúmeras ideias científicas. À medida que o *corpus* científico europeu servia de parâmetro para análise do “atraso” ou do “progresso” dos países, e especificamente, vivia o Brasil uma situação de atraso, a elite forjou um discurso bem urdido de que a *involução* se dava pela constituição de um país constituído por raças biologicamente inferiores. A mudança para o regime republicano e para a abolição da *nódoa escrava* eram os principais indícios reveladores do atraso brasileiro e esperanças para sua superação.

De maneira estratégica, a elite confeccionou dois discursos para impedir qualquer forma de protesto social por parte dos não-brancos e dos menos favorecidos: o Brasil estava se degenerando por conta do *laboratório racial* fazendo-se necessário a vinda do branco europeu para modernizar o país. O evolucionismo oferecido pela leitura de Darwin, juntamente com a contribuição de Comte, permitiam a interpretação de que as sociedades percorrem inevitavelmente sempre o mesmo caminho civilizatório: caminham inevitavelmente do estágio inferior-bárbaro em direção ao superior-moderno-positivo-civilizado. Enfim, estava em pauta pensar o Brasil com um *patrimônio cultural homogêneo* (Queiroz, 1992) na busca dos elementos constituintes da nação. Desse modo, os ensaístas brasileiros se detinham na investigação sobre a singularidade do país, no que resultava um saber puramente prático. Como lembra Renato Ortiz, analisando os precursores das Ciências Sociais no Brasil de raiz durkheimiana e seus respectivos cientistas sociais, “O que se propõem os intelectuais do período é a construção de uma identidade de um Estado que ainda não é”. (Ortiz, 2003, 34)

Como se depreende da citação, o que estava por detrás de todo um aparato baseado nas categorias analíticas do meio e da raça era esboçar o Brasil como nação. Raça e meio se tornaram um verdadeiro fetiche nas leituras sociais brasileiras. Os *homens de Ciência* propõem uma análise evolutiva da sociedade, dando margem não somente à ideia do atraso brasileiro, como também a condição para

solucionar o atraso do país. A adoção das teorias do meio e da raça não escondia o maior problema brasileiro: abolir gradativamente a escravidão e substituí-la pelo trabalhador ideal branco, sem causar rupturas na estrutura social vigente. Os ditames científicos capacitaram todo o processo de formação da identidade nacional brasileira.

A questão da identidade nacional brasileira já era tema central quando do surgimento do romantismo brasileiro e da fundação do IGHB, em 1838. Criado justamente para forjar uma História brasileira e, por conseguinte, uma identidade nacional a partir de suas efemérides no mais alto teor positivista, bem condizente a uma sociedade estamental e de corte, a questão das três raças já era preocupação da elite imperial brasileira quando dos encontros de poetas e escritores protegidos do mecenas, amante das Letras e das Artes D. Pedro II (Schwarcz, 1998). Ganhador da melhor dissertação intitulada *Como se deve escrever a História do Brasil?*, elaborada sob encomenda de Pedro II, a monografia do bávaro Von Martius já trazia a questão sobre a participação das *forças diagonais* (Romero, 2002, 562) identificando o brasileiro como o resultado das três raças, ⁵suscitando a cara ideologia da democracia racial brasileira (Damatta, 1987, 70). Nessa perspectiva, vivendo uma democracia racial, o povo brasileiro era um povo mestiço, uma mestiçagem que caracterizava a singularidade da cultura brasileira.

II. Interpretações brasileiras: entre o parâmetro racial de Romero e a natureza cultural de Bomfim

Em *A América Latina*, mesmo título de um livro de Manoel Bonfim, Sílvio analisava a obra do seu conterrâneo e médico sobre a situação social do Brasil. Para compreender a sociedade brasileira, partia o crítico literário de um arsenal por demais complexo, que o mesmo denominava da “nova intuição moderna”. Ancorado pelas teias do cientificismo, do que era considerado a última moda em ciência na época (no decênio de 1870), no caso, as teorias do determinismo (climático e racial), do evolucionismo e do positivismo, somava-se a este arsenal teórico a influência da Escola de Le Play, que considerava o modo de organização social das famílias. Figura polêmica, um verdadeiro turbilhão como nos lembra Antonio Candido, um homem que rosnava pela inveja, Sílvio não poupou a visão de Bomfim, afirmando que “tal a razão pela qual, tiradas as divagações, o livro se reduz a cinza e nada”. (Romero, 1906, 53) ⁶

Com sua característica ímpar de turbilhão, lembremos que a único escritor poupado pelo polemista fora seu conterrâneo Tobias Barreto, que embora não tenha sido seu mestre como chegou a afirmar alguns pesquisadores sobre a figura do bacharel, criou o conhecido movimento filosófico em 1868, a *Escola do Recife*. Era de sua personalidade e do momento da época as arengas literárias, momento de nossa história bem trabalhada por Roberto Ventura. As agressões chegavam a ferir a honra pessoal do adversário, o próprio Sílvio descreve em *Questionário a João do Rio* sua ‘predisposição’ para a crítica literária, devido aos maus tratos sofridos por seus irmãos, durante o tempo de meninice, no engenho Moreira, de seu avô. Adiantamos que toda a produção literária de Sílvio é extremamente comprometida por sua face polêmica, o que em nada faz desmerecer um autor tão importante e com sua contribuição nova de olhar a herança do negro na historiografia brasileira. Romero não fora um agitador como pensa Lilia Schwarcz, transmitindo uma ideia de ser a obra do escritor fundamentada a

partir da característica de agredir o adversário. Martius, Varnhagem, Capistrano, Machado de Assis, Laudelino Freire, José Veríssimo, dentre tantos outros sofreram os ataques do escritor sergipano. Como era hábito em seus livros, Sílvio começava a atacar e algumas vezes escrevia um livro em resposta ao escritor que iria guerrear literariamente.

Não bastassem as duras críticas ao livro de Bomfim, acrescentava Sílvio que além da leitura elaborada pelo médico sergipano não ser nenhuma novidade, uma vez que já tinha sido abordada por Oliveira Martins, afirmava que das quais 2.276 páginas do livro, 1.444 foram parasitadas do escritor português, e em menor parte da obra de Rocha Pombo. Publicado em 1905, *A América Latina: males de origem* trazia uma leitura da realidade e da espoliação das colônias pelas metrópoles latinas. A leitura de Bomfim não estava restrita, como indica o próprio nome, ao Brasil, explicava a situação de espoliação dos países colonizados em toda a América Latina por suas metrópoles, tema de extrema relevância para o Brasil. Bomfim oferece uma nova leitura de Brasil, baseada na Educação como meio de superação do atraso, fugindo ao determinismo da geração de escritores de 1870, que apontavam o meio e a mestiçagem racial como causa do atraso brasileiro.

Por ter formação médica, em que a História era vista a partir da ótica das ciências naturais, ou melhor, tratava-se de uma história natural, Bomfim tomava metaforicamente o fenômeno do parasitismo presente nos reinos animal e vegetal para constatar a espoliação das colônias, detectando a ação deste. Se a teoria do parasitismo na História, como pensava Bomfim, “produziria a exploração predatória e o gosto pela vida sedentária, que levariam ao esgotamento dos recursos e à decadência das sociedades. A eterna luta entre parasita e parasitado seria, portanto, o principal fator das transformações históricas” (Ibidem, 40). Sílvio combatia o posicionamento de Bomfim afirmando que, “o parasitismo social, no que tem de real, é sempre a exceção num povo dado; absurdo é supô-lo estendido por uma nação inteira. Não poderia ela subsistir e menos ainda representar uma função histórica distinta”. (Ibidem, 47)

A teoria do parasitismo de Bomfim mostrava, segundo a análise de Sílvio, “uma linha de investigação falha”, uma vez que o conceito de parasitismo era utilizado de maneira desproporcional e tinha um sentido metafórico, algo que para o crítico literário acabava por ir de encontro à própria História Natural, tornando evidente que, “esse pretensão qualificativo não pode servir de base para a explicação da vida política, econômica, científica, histórica, em suma, de povos quaisquer”, redundando num *profícuo empirismo*. Num momento em que se buscava fundamentar as ciências humanas, de modo específico, a Sociologia a partir de leis, sob a égide do evolucionismo, enquadrando esta no amplo quadro das Ciências naturais, a causa da pobreza das colônias residia sobre o fato do caráter depredador da raça ibérica. Desse modo, “Foi mister transcrever longamente; transcrever e repetir. Repetições propositais para deixar bem evidente o caráter da conquista portuguesa: saquear, sem nenhum outro objetivo – a rapina, a pirataria, o parasitismo depredador”. (Bomfim, 2008, 58)

A questão central para Bomfim se dava sob a ideia de parasitismo, fenômeno existente tanto nos reinos das formigas quanto no das abelhas, impedindo assim o desenvolvimento das sociedades colonizadas. Fundamentado em Nordau e Schaeffle, autores de que Sílvio tomou conhecimento para interpretar o Brasil, Bomfim baseava-se justamente neles para se contrapor a ideia da *lei abreviada da História* de que a filogênese reproduz a ontogênese, a par da teoria da evolução. De forma apressada

traçamos a teoria da lei abreviada da história. Em *Ensaio de Sociologia e Literatura* Sílvio argumenta que a tese da recapitulação não é nova, daí escreve sobre a existência da lei fundamental da biologia formulada por Haeckel que afirma que o desenvolvimento embrionário (ontogênese) recapitula a evolução da espécie (filogênese). Seguindo o escritor, afirmava que autores como Bagehot, Schieffle, Lilienfeld, Le Bon, Spencer e Schleicher já aplicavam ideias darwinistas à história, à linguística, ao direito e à sociologia em geral. No Brasil, intelectuais como Clóvis Beviláqua, Martins Junior, Tobias Barreto e Arthur Orlando já falavam sobre ontogênese e filogênese do direito ou da sociedade em seus livros. Portanto, a influência da biologia na sociologia era amplamente conhecida.

Formado em Medicina na Bahia, o historiador e político mereceu elogios de Darci Ribeiro como um dos mais originais pensadores brasileiros, chegando a ocupar o cargo de secretário da Educação do Distrito Federal, de diretor e redator da revista pedagógica *Educação e Ensino*, além de ter produzido obras de cunho psicológico e didático. A teoria de Bomfim é construída pela noção de parasitismo, onde o médico sergipano analisa as consequências do processo nos países espoliados - as colônias latino-americanas. Alegava Sílvio que a pretensão da obra de Bomfim era semelhante à sua, sendo que sua obra perscrutava um quadro mais vasto. O historiador sergipano explicava a pobreza dos países colonizados pelo parasitismo, o que impedia a evolução de determinados órgãos. Sofrendo, pois, de leis semelhantes às dos reinos animal e vegetal, a sociedade era regida por leis inevitáveis, no que concluía:

Se a marcha do progresso e da evolução é a mesma nos organismos biológicos e nos sociais, é fatal que as circunstâncias capazes de entrar esse progresso nos primeiros há de forçosamente produzir os mesmos efeitos nos segundos. Demais, o simples exame do fato em si é bastante para mostrar que um grupo, um organismo social, vivendo parasitariamente sobre outro, há de fatalmente degenerar, decair, degradar-se, evoluir, em suma. Em que consiste, em última análise, o progresso social? No desenvolvimento da inteligência, pelo esforço contínuo para aproveitar do melhor modo possível os recursos havidos da natureza, da qual tiramos a subsistência, e no apuro dos sentimentos altruísticos, que tornam a vida cada vez mais suave, permitindo uma cordialidade maior entre os homens, uma solidariedade mais perfeita, um interesse maior pela felicidade comum, um horror crescente pelas injustiças e iniquidades... Ora, uma sociedade que viva parasitariamente sobre outra perde o hábito de lutar contra a natureza; não sente necessidade de apurar os seus processos, nem de pôr em contribuição a inteligência, porque não é da natureza diretamente que ela tira a subsistência, e sim do trabalho de outro grupo; com o fruto desse trabalho ela pode ter tudo. Não há mais necessidade de ver, observar, guardar a experiência e manter-se em contato com a natureza. Deriva daí que não há o esforço íntimo para conhecer as coisas e os fenômenos, pois que as necessidades são satisfeitas; nem há o estímulo contínuo, vivaz e eternamente novo, da natureza sobre o nosso entendimento, visto como vivemos dela afastados. Em tais condições, é lógico que a inteligência não poderá progredir, decairá. (Ibidem, 24)

Para Sílvio duas formulações sociológicas valiam-se da teoria de Haeckel: a primeira diz que “cada povo se desenvolve e recapitula as fases anteriores da evolução da espécie humana” e a segunda

defende que “sempre que a civilização se desloca de uma região para outra e o grupo civilizado se põe em contato e fusão com gentes em períodos inferiores de cultura, a história volta séculos atrás e passa a recapitular sumariamente as fases passadas da história da humanidade”. O crítico literário critica a forma genérica com que se apresentava a primeira lei, afirmando que ela não dizia em que grupo, ramo ou raça da espécie humana deveríamos procurar a evolução exemplar. Já a segunda formulação não poderia aspirar à universalidade, como gostariam autores como Tarde e Comte, devendo ficar restrita a colonização moderna, datavam no máximo da Idade Média. Outra falha, para Sílvio é esta segunda formulação ignorar a pré-história, a alta antiguidade e as civilizações originais e autóctones.

Para entender a ideia de recapitulação histórica, afirma o autor, é preciso aceitar a existência de diferentes fases da evolução da história humana e a ideia de que cada povo repetiria necessariamente cada uma delas. Mesmo aceitando a coexistência de diferentes povos em graus diferentes de cultura, como o ponto de partida deles seria o mesmo (monogenia), o resultado final seria igual para todos e isso, mostra Romero, não acontece. Os escritos do transformista Letourneau sobre direito, família, religião, casamento e propriedade, juntamente com os de Spencer, Tylor, Lubbock, Morgan, S. Maine, Mac-Lennan “e cem outros”, “torturam a recapitulação histórica em todos os sentidos” (Romero, 1906, 5). Citando grandes trechos de autoria de Letourneau e Daresle, o autor procura mostrar *sem sombra de dúvidas* que a ideia de recapitulação está presente em todos eles e conclui afirmando ser a Lei um “exagerado monogenismo da cultura que certo grupo de filósofos evolucionistas ensina por imitação ao monogenismo das espécies animais, dogma fundamental da doutrina em biologia”. Aceitar a origem única para todas as raças humanas parece um equívoco para Romero, já que “uma interpretação mais vasta do sistema, pelo que diz respeito ao homem e à civilização, chegou de há muito a admitir o poligenismo destes.” (Ibidem, 6)

Voltando ao livro de Bomfim, afirmava este o principal motivo da pobreza das colônias: devia-se ao caráter depredador das metrópoles. O luxo e a ostentação eram parte integrante da ganância, dos ataques fortuitos seguidos pelo gosto da depredação; tudo isso levou, segundo Bomfim a degeneração das colônias. Frente este trágico quadro “Como se poderão desenvolver e apurar os sentimentos altruísticos, de justiça e equidade, de cordialidade e amor, numa sociedade que sucede viver, justamente, de uma iniquidade – do trabalho alheio?...” (Bomfim, 2008, 24)

Assim como na vida orgânica de seres pertencentes aos reinos animal e vegetal, a sociedade era regida pela inevitabilidade das leis fatais integrantes do processo evolutivo-histórico, ou seja, a sociedade poderia ser explicada a partir de leis. Bomfim lançava um olhar à História pelo menos num primeiro momento de sua *América latina* atinando para a relação entre o *explorador* e o *explorado*, composto o último grupo por milhares de negros e ignorantes, produtos do parasitismo que se operou nas colônias. Tratava-se, como designava Roberto Ventura e Flora Sussekind, de uma *teoria biológica da mais valia* (1984). Embora elabore Bomfim uma leitura por demais científica acerca das sociedades espoliadas, o escritor não pensa que seja a raça, e como consequência, a mestiçagem, a raiz do atraso da sociedade, ao contrário de Sílvio que atribui a esta a causa do atraso brasileiro. Sobre Bomfim anota Antonio Candido que o médico

Rebate inclusive o aproveitamento errado da teoria da seleção natural pela luta das espécies, de Darwin, que segundo ele não se referia às sociedades humanas, nas quais são decisivas a solidariedade e a cooperação, sendo curioso que neste passo adota sem citar o ponto de vista de Kropotkin, no livro "O auxílio mútuo", uma das grandes bases teóricas do Anarquismo. Manoel Bomfim diz também que a mestiçagem não é fator de inferioridade, pois não há nela degenerescência de raças pseudopuras. (Candido, 1988, 12)

Em seu estudo sobre *radicalismos*, em que busca identificar o que faz de um escritor um radical, Antonio Candido lembra a injustiça cometida ao médico sergipano,

Creio que foi o primeiro a elaborar um modo inconformado e desmistificador de ver a nossa Independência, assim como a natureza e o papel das classes dominantes, que estudou à luz da sua tradição irremediavelmente conservadora. E terá sido dos primeiros a rejeitar a noção pseudocientífica de superioridade das raças, atribuindo as diferenças e os graus de progresso a fatores de ordem social e cultural (Ibidem, 12)

Um dos motivos aludidos por Candido para o esquecimento de Bomfim deveu-se justamente a convicção de Sílvio, que na época exercia grande força. Para além dos revides de Romero a Bomfim, podemos perceber pontos em comuns entre os dois sergipanos. Trata-se de dois escritores que buscavam encontrar leis explicativas no desenrolar da sociedade brasileira num período marcado pelas certezas oferecidas pela visão evolucionista e pelo darwinismo social. Se ao mesmo tempo estes intérpretes brasileiros buscaram as chaves explicativas para investigar os problemas ou as raízes do atraso do país, por outro lado, enfrentaram os dissabores para explicar os problemas internos a luz das teorias alienígenas.

Não existiam somente diferenças no olhar de Bomfim com relação ao tempestuoso Sílvio. Em primeiro lugar, esses dois polígrafos pensavam que o conhecimento de causa pudesse trazer uma *chave explicativa* na confecção de seus projetos ideológicos de nação, daí suas investidas minuciosas nesta ou naquela corrente de ideias em busca da superação do atraso brasileiro. Neles, as ideias confundem-se com a busca pelo atraso brasileiro. A mesma paixão pelos problemas nacionais do médico era a característica principal do bacharel. Sempre no prefácio de suas obras Sílvio se antecipava às possíveis críticas de seus adversários em nome de um ideal maior, fosse remetendo a justiça ou mesmo se justificando de maneira clara com a afirmação de que não visava interesse pessoal, mostrando-se neutro, reforçando ainda mais seu *espírito geométrico* (Rabello, 1967) e científico, quando de uma república de vespas, coberta de agraciados ou medalhões literários que atingiam seus objetivos devido a relações de amistosidade. Já Bomfim falava que “A América Latina era um livro nascido, animado, alimentado e divulgado pelo sentimento; não o sentimento dos interesses pessoais, que obscurecem a razão e pervertem o julgamento, mas um sentimento que só aspira alcançar a verdade – a causa efetiva desses males, dentro dos quais somos todos infelizes; o desejo de subir à civilização, à justiça, a todos os progressos”. De forma semelhante em *História da Literatura Brasileira*, a obra mestra de Sílvio, que contém as bases do pensamento do escritor, logo no prólogo continha a seguinte frase: “este livro é um livro de amor, feito por um homem que sente há perto de vinte anos sobre o coração o peso do ódio que lhe tem sido votado em sua pátria...”. (Romero, 1902, IX)

Nas respectivas obras, podemos perceber a busca dos autores pela imparcialidade, no que a priori se justificavam contra toda e qualquer suspeita de interesse pessoal em nome do conhecimento do “verdadeiro” Brasil. Sílvio, numa espécie de apoteose ao seu próprio pensamento, afirmava que os mesmos problemas no que tange à situação brasileira nos mais variados aspectos era o propósito do médico: “Como se vê, é o mesmo problema abordado, por outras vias, por outros processos, por outras doutrinas, pelo Sr. Dr. Manoel Bomfim em seu livro *A América Latina*. O seu quadro é apenas mais vasto, porque ele cogita de todo o continente e eu me refiro somente ao Brasil.” (Romero, 1906, 10) A palavra de ordem era encontrar os males do país para formação de um projeto nacional, transformando este numa nação a imagem e semelhança das grandes nações europeias, intento da elite intelectual e política brasileira da época. Dessa forma a raiz do atraso brasileiro se dava pelos prejuízos de uma raça mestiça, influência sofrida pela obra de Gobineau, surgida em 1850. Foi um período de pensar uma nação livre, sem a participação do negro na economia, o que corresponderia ao Brasil entrar no rol dos países capitalistas e moderno.

Vertentes e mais vertentes do pensamento de Spencer, por exemplo, por aqui se desenvolveu, afora o interesse político das ideias, tão bem lembrado por Lilian Schwarcz e Ângela Alonso. Por demais conhecida é a colocação de Roberto Schwarcz lembrando que as ideias estavam fora de seus lugares, o que significa dizer que tais ideias para terem sentido precisavam de um terreno adequado. O arsenal teórico do que era conhecido à época serviu para mostrar que as sociedades seguem um caminho linear rumando a civilização e que esta civilização não progride com seres “degenerados” ou impuros. Todos os intelectuais a época de Romero advogavam com a ideia de que “a raça faz uma sociedade”.

O argumento de Sílvio pela observação direta dos fatos, almejando sempre a imparcialidade, traço singular assimilado pelos ensinamentos da Escola de Le Play, era também a pretensão do médico. O amor ao país e a busca pela compreensão dos problemas nacionais em seus mais variados aspectos, para os dois escritores, se mostrava de fundamental importância. Os dois sergipanos buscavam compreender a situação de pobreza do país que diziam amar, buscando a identificação destes, com o objetivo de propor soluções. Se Bomfim utiliza o conceito de *vício*, Sílvio adotava o de *males*. Mais do que simples conceitos, o que há de significativo é a visão que esses dois ensaístas possuíam sobre a colonização portuguesa, responsável pela herança colonial, que, por sua vez, gerou *interpretações de Brasil*, o que nos leva a buscar compreender como pensaram a formação brasileira e projetaram o Brasil do futuro.

III. Herança Portugal: um bem ou um mal?

Ainda que alguns intérpretes movessem críticas à herança colonial portuguesa, foi esta herança que maior influência marcou o Brasil. O romantismo que significou autonomia literária (Candido, 2004) se fez acima de tudo pelo que figuras portuguesas haviam escrito sobre o Brasil, que agora ganharia um tom idílico envolto às particularidades da fauna e da flora nacional. O anti-lusitanismo aludido pela geração cientificista foi tema bastante debatido, uma vez que pensar o Brasil era buscar nossas raízes, o que tínhamos de capaz de erigir uma história digna de um projeto nacional, seria o ponto de partida da história do país. Lembremos a construção erigida pelos homens do IHGB que

transitavam pela geração da corrente romântica, erigindo uma imagem estritamente branca e elitista (Guimarães, 1988) resguardada sob uma pequena elite enriquecida que se formou sob a famosíssima universidade de Coimbra, tema muito bem analisado por José Murilo de Carvalho. Essa pequena elite da primeira metade do século XIX embasou o pensamento político desse Brasil independente, configurando uma sociedade típica do *ancien régime*.

Atuando noutra momento da história do Brasil, buscaram Bomfim e Sílvio compreender o país não mais a partir do quadro gigantesco da fauna e da flora, em que essa natureza não possibilitava o alvorecer de uma sociedade civilizada, tamanha eram as adversidades do meio. Neste momento ganha corpo um vasto manancial teórico que mostra ao ocidente as teorias do evolucionismo, do determinismo e do positivismo, fruto de transformações que marcaram todo o mundo. Pontualmente falando, é desse emaranhado de ismos que surge o racismo considerado científico, hierarquizando os seres a partir de parâmetros cientificamente comprovados, segundo diversos assimiladores dessas ideias. Era o *racismo científico* que formou a mente de nossa elite intelectual dos três últimos decênios do século XIX. Se os escritores românticos bem relacionados ao intelectual e imperador Pedro II concebiam o Brasil de maneira estilizada, a geração de Sílvio e Bomfim se esforçaram tenazmente para retratar um Brasil real, convictos que estavam das certezas oferecidas pela ciência da época.

Bomfim e Sílvio, mesmo vivendo num Brasil independente, se inquietaram com antigas temáticas que remetiam à herança portuguesa, uma delas, o temor da restauração. Os dois escritores bem podem nos servir de base para a imagem que tinham do Brasil da época. Bomfim concebe os males brasileiros ou a involução de todo o organismo social decorrente do parasitismo, ao passo que Sílvio, mesmo reconhecendo traços positivos da herança portuguesa em nosso país, não perde de vista aspectos negativos dessa mesma herança, pois para este ainda que se trate de uma raça europeia trata-se de uma raça que ao tempo da colonização se encontrava em estágio de decadência, havia muito se desvinculado de seu tronco, o que para o crítico, explicava a formação de um Brasil com a predominância da cultura de jardinagem, em que o colonizador português não soube prover da melhor forma a mão de obra escrava, desagregando cada vez mais a família. Não despreza Bomfim o meio, o tempo e a origem para explicar as doenças sociais. Com precaução, podemos afirmar que Sílvio, por vezes, se posiciona da mesma maneira de Bomfim, utilizando apenas terminologias diferentes.

Assim como Romero, Bomfim pensava a sociedade regida por leis, não as mesmas leis aplicadas aos estudos das Ciências naturais, mas acreditava em leis gerais explicativas do grau de desenvolvimento das sociedades: era a cartilha do positivismo, esteio das sociedades civilizadas. Lembremos que Sílvio lutou insistentemente para fincar os Estudos Morais, como a História e a Sociologia, sobre bases científicas, donde classificou as disciplinas como *Ciências e quase Ciências*. A grande diferença entre os dois polígrafos é a relevância do elemento raça como parâmetro de suas interpretações: Romero se apegava ao elemento raça para ler o estágio cultural e biológico, ao passo que Bomfim pretere o viés determinista de toda a geração anterior (e mesmo contemporânea sua) sem perder de vista noções como o meio, o lugar, as condições do tempo, os antecedentes históricos, traços pontuados por Sílvio. Presenciamos alguns elementos da conhecida tríade taeneana que marcou época e orientou as leituras sobre as culturas ocidentais.

Como médico, Bomfim possui uma visão fisiológica, partindo dos estudos dos reinos animal e vegetal, para compreender a situação de espoliação das colônias ibéricas. Com isso, supõe o escritor que a sociedade humana, assim como outros tipos de sociedades vivas, segue a evolução em que determinadas espécies deixam de evoluir porque encontram o comodismo da sustentação, no caso, o parasitismo. A espoliação causada pelo parasitismo impossibilitava a evolução de certos órgãos, visão criticada por Sílvia, uma vez que “não basta dizer que isto aqui foi obra de parasitários e supor que tudo está aclarado, todas as dúvidas resolvidas” (Romero, 1906, 40).

Escrevia Romero que a noção de parasitismo era vaga ou mesmo desprovida de rigor conceitual, não podendo servir de base para a análise da História, da Política e da Economia. *Parasita* referia-se apenas ao predicado, sem deixar claro qual era o sujeito, ou melhor: segundo Sílvia esta terminologia poderia funcionar como sintoma e não como causa, por isto que se tratava de um conceito claro e indeterminado. Acrescentava ainda que o conceito de parasitismo “tem ainda hoje um pronunciado sabor metafórico”, daí é que “muitas vezes, dá-se o caráter parasitário a quem não o merece; crer-se artificial o que é natural; acredita-se inútil quem presta reais serviços.” (Ibidem, 40)

O cerne da teoria de Bomfim, conforme visão de Sílvia Romero ficava sem sustentação, pois a ideia de parasitismo era utilizada de maneira metafórica, representando assim o flagelo da Sociologia. Como sempre se posicionara frente a seus adversários, alegava Sílvia que faltava a Manoel Bomfim base científica. Com relação ao médico sergipano afirmava o bacharel que faltava consistência etnográfica diante de suas doutrinas capitais, das fontes em que bebeu, daí suas precipitações. Aqui não podemos deixar de lembrar o comportamento agressivo de Sílvia, que como bem lembrou Ventura historiando as arengas dos escritores do século XIX tratava de ferir a honra se seu adversário, muitas vezes desqualificando com o uso da terminação *inbo*, representando sua nulidade literária. Era praxe de Romero alegar falta de caráter científico por parte de seu adversário, trazendo para si o fato de ter sido o primeiro escritor brasileiro a interpretar o Brasil a partir de uma teoria racial.

O temperamento forte de Sílvia não permitia reconhecer mérito em nenhum de seus adversários. Sempre se posicionava de maneira agressiva, e com relação à Bomfim não fora diferente, se defendeu como era comum afirmando ter sido agredido, daí que “verifica-se que a nota preponderante nas acusações que me faz é a da inveja... Em cinco ou seis pontos da furibunda epístola, surge essa insinuação insistente” (Ibidem, 240). Alegava Romero que Bomfim era um invejoso, afirmando que: “coitado do Invejado! Tanta sandice! Que curto é esse demônio! Como dá trabalho, como é aborrecido lidar com um rapaz tão tapado! Bomfim não sabe nada de Ciência alguma e exatamente nas Ciências Naturais é que ele é completamente zero. Tudo aquilo está errado”. (Ibidem, 226)

Sílvia revidou tenazmente, numa série de vinte e cinco artigos o livro de Bomfim. Além da acusação de que o livro de Bomfim carecia de base teórica, acrescentou que não passaria o conteúdo do livro de meros temas já abordados por Oliveira Martins e Rocha Pombo, alegando que o universo tratado em *A América Latina* não era nenhuma novidade, mas a grande importância da obra de Bomfim se dava por conta do combate às teorias raciais, as teorias do Positivismo, do Evolucionismo e do Darwinismo social, tão bem conhecidas pelos homens da geração de Sílvia.

A leitura sociológica de Bomfim tinha estrita “fundamentação biológica”, remetia aos mundos do reino animal e vegetal, ao passo que a leitura de Sílvia era balizada especificamente pelo critério

racial. Sílvia era um homem de *espírito geométrico* como bem anotou Sílvia Rabelo, sua intuição moderna que tanto aludia em seus trabalhos aspirava até uma poesia científica, era um homem de visão minuciosa, típica do mundo científico; Bomfim quando usa a metáfora do parasitismo escapa ao determinismo vigente a época de Sílvia Romero, o que o médico defende é que existem leis explicativas ao organismo social.

O organicismo de Sílvia é parte integrante do cientificismo da época, ao passo que a visão de Bomfim é mais localizada, bem mais específica, mas que se estende pelo menos num primeiro momento à trama social, opondo opressores e oprimidos, e que acima de tudo, suprime o fator racial na constatação do progresso ou da decadência das sociedades. De um lado, um médico escritor que entendia de Fisiologia e Parasitologia; de outro, um bacharel ainda preso à visão científica tributária da História Natural que classificava as espécies em busca de situar o homem como as outras espécies.

Os dois escritores são tributários de um campo de conhecimento em formação, formado sob a égide do evolucionismo, mas são dois polígrafos de cientificismos diferentes. Percebemos pontos de encontro entre Sílvia e Bomfim. A Educação era tema de suma importância para os dois escritores na aposta ou regeneração do Brasil do futuro. Se Romero deu tanta importância para o conhecimento da *crítica moderna*, deixando clara sua aposta no que havia de mais recente no plano científico, atinando para a classificação das Ciências, para os diversos tipos de ensino, etc, Bomfim mostrava a importância da Educação para superar o atraso do país, “após a consolidação da República com Floriano, a Educação popular se apresentava como maior problema do país. Tinha a sua atenção voltada, nesse momento, para as dificuldades que representava para a formação do espírito nacional a “massa popular inculta e incaracterizada” que a República tinha como dever educá-la” (Silva, 2006, 22).

Apesar da formação médica, Bomfim afastava toda e qualquer análise apenas fixada na Biologia, acreditando até numa revolução por meio da Educação, Bomfim tirou conclusões inovadoras de sua análise do parasitismo na História da América Latina. Mesmo sendo o “grande mal” dos países do subcontinente, o parasitismo social não traria, ao contrário do biológico, modificações orgânicas irreversíveis, ficando seus efeitos limitados à ordem moral. Apesar de conceber a sociedade como organismo, procurou investigar as leis não biológicas, específicas aos fatos sociais acreditando que a noção de parasitismo social pudesse ser extirpado pelos explorados por meio do ensino popular ou da rebelião contra as diversas formas de espoliação: “as populações podem refazer a sua Educação social, corrigindo os vícios havidos na tradição parasitária, e entrar para o progresso; é uma questão de Educação”. Conforme pontua Roberto Ventura: “Ao colocar limites às analogias entre natureza e sociedade, Bomfim rompeu com o pessimismo e o determinismo das teorias do meio, da raça e do caráter nacional, concebidos como fatores imutáveis e inelutáveis”. (Ventura, 2002, 251)

Tanto para Sílvia como para Bomfim a raça colonizadora portuguesa foi responsável pela conjuntura miserável do Brasil da época. Cabe aqui uma ressalva: nenhum autor esmiuçou categoricamente os conceitos biológicos como Romero e não é gratuito seu esforço em buscar classificar rigidamente as áreas de saber em *ciências e não ciências*. Se para Bomfim foi o caráter parasita que explicava a situação de miséria das colônias espoliadas pelas suas respectivas metrópoles, quais eram as causas do atraso brasileiro na visão de Sílvia?

A herança portuguesa, segundo ele, tinha pontos positivos e negativos. Reconhecia Sílvio à importância de um Camões, de um Pinheiro Chagas e até da *Geração de 70* portuguesa, embora discordasse da geração de Herculano por causa de sua visão romântica. Por mais que considerasse a raça portuguesa inferior quando comparada com as raças do ramo anglo saxão, restava o fato de ter sido o Brasil colonizado por uma raça europeia, “aos portugueses devemos a colonização por uma raça européia, seu sangue e suas idéias, que nos prendem ao grande grupo de povos da civilização ocidental. Pertencente, porém, ao grêmio dos povos iberos-latinos, trouxe também seus prejuízos de toda casta, políticos, sociais, religiosos, econômicos, e tantos males crônicos que lavram na alma daqueles povos”. (Romero, 1960, 107)

Traçando de maneira pormenorizada as regiões mais importantes de Portugal, acompanhado de sua geografia e dos produtos nele cultivados, o que é crucial para Sílvio é o caráter dos povos oriundo do tronco ibérico,

gentes comunárias de origem, descendentes fundamentalmente de berberes patriarcais, na dupla forma da família e da propriedade, os algarvios, como todos os portugueses aliás, foram, no curso de História, reforçados em suas tendências originárias do século VIII ao século XII ou melhor XIII, pois que sua reconquista aos árabes foi em 1249, cento e dez anos após a independência do reino. (Ibidem, 251)

Para analisar os pontos positivos e negativos da colonização portuguesa, era indispensável realizar uma leitura do enorme território ibérico, assim fez Sílvio apontando a seu ver quais eram as regiões mais importantes do Brasil. Antes de algumas análises, vale dizer que o argumento central de Sílvio para pontuar os pontos positivos e negativos da colonização portuguesa no Brasil recaía no fato de ser o colonizador oriundo do tronco ibérico, de *formação comunaria*, o que explicava a forma de legislação civil, a economia e, sobretudo, a falta de iniciativa. Desse modo,

ficaram de posse das fraquezas e defeitos da primitiva e persistente constituição social, sem as suas grandes vantagens. Não tem mais o apoio direto e constante do grupo, do clã, da família, que de patriarcal se tornou instável; falta-lhes a iniciativa do tentar, a autonomia do querer, a audácia do empreendimento, a coragem irrefreável da luta, a audácia do empreendimento, a coragem irrefreável da luta, o estímulo do progredir e do avançar, a atração irresistível do grande, a loucura do futuro, quero dizer, a fé inabalável num ideal coletivo, deslumbrante e invejado no mundo. (Ibidem, 252)

O cerne da argumentação envolvia a questão racial, uma vez que os fatos históricos não deixavam dúvidas, “conhecido o Estado português do povo, uma indução, fundamentada pelos fatos, facilitará a apreciação de suas origens étnicas e de seu evoluir histórico” (Ibidem, 247). Era investindo no caráter nacional do ibérico que Sílvio compreendia a situação do país impelindo a buscar as origens étnicas do colono. Baseando-se nos teóricos da Escola de Le Play, mencionando sempre alguns desses autores para provar que suas ideias eram indiscutíveis, o crítico via pontos negativos da colonização portuguesa no Brasil.

Sempre em busca da índole dos povos, influência do romantismo alemão, especificamente de Herder (o nacionalismo deste marcou os escritos dos irmãos Grimm) e dos teóricos da Escola de Ciência Social, que teve como figura principal Demolins, Sílvio pensava que “só assim se descortinará o motivo porque até ilustres sociólogos e economistas, como Basílio Teles, Anselmo de Andrade, Rocha Peixoto, Bento Carqueja, Ripamonti, são tão hábeis e perspicazes em descobrir os males de sua pátria e tão desazados em procurar-lhes as causas, as fontes e os remédios” (Ibidem, 247).

Mesmo diante de um enorme território português, que Sílvio divide em três grandes regiões, por sua vez subdivididas, prevaleceram o bérbere ou os iberos que foram “a base principal, indelével, inapagável das populações históricas de toda a península, tronco primordial e resistente, no qual todos os subsequentes achegos étnicos não passam de enxertos, mais ou menos fecundos e viáveis” (Ibidem, 248). Buscando encontrar a índole deste Romero discorre sobre as regiões consideradas mais importantes, como o Algarves, analisando o modo de vida das pessoas, sua organização social, seu modo de sobrevivência, etc. Após descrever a origem do berbere, o que interessa a Sílvio é a índole da raça portuguesa, algo que o clima, a forma de viver, e o país, não conseguem alterar. Aqui aparece o determinismo racial do escritor que nada consegue reparar. Somente buscando a índole do íbero ou do berbere é que o escritor pontua os pontos negativos da colonização portuguesa no Brasil: o modo de vida desde as origens deste povo são as causas alegadas para explicar a situação brasileira.

Era sempre a formação de um povo sem iniciativa. Sílvio era categórico com relação à índole da raça portuguesa, “os povos de tronco ibérico, enumerados em Estrabão e cuidadosamente por eles distinguidos dos fenícios, dos célticos, dos romanos e de todos os povos residentes, então, na Península, não eram, nem são, agora, em seus descendentes, de formação particularista, dotadas de forte iniciativa criadora, de audaciosos impulsos de renovação, progresso e riqueza” (Ibidem, 251-252). Após traçar as várias regiões de Portugal e discordar de Alexandre Herculano e Oliveira Martins, remontava ao geógrafo grego Estrabão na busca do caráter português, herdeiro dos bérberes e dos iberos. O resultado de um território grande, com o predomínio de uma vasta colheita era, “como entra pelos olhos adentro, a gente portuguesa, com tão agradáveis espécies de culturas, não passou, em lavoura, da mera jardinagem e da simples colheita remuneradora, quase sem trabalho” (Ibidem, 265).

Era em função da índole de formação comunária que Sílvio justificava tanto a situação portuguesa como os pontos negativos da colonização no Brasil, por ter sido o país colonizado pelos portugueses. A conclusão desse estado de coisas era que

Na sua passagem, **verbi gratia**, para a Península Ibérica, ele se desorganiza em conflito com inúmeras condições do meio e da concorrência de elementos estrangeiros e chega à formação desse tipo comunário de Estado, tendo como base a família instável, como se pode ler em Demolins – *Les Grandes Routes des Peuples*, em Poincard – *La question du Maroc* e *Le Portugal Inconnu*, em de Preville – *Les Sociétés Africaines*. (Romero, 2001, 202)

Concluía Sílvio que “Tal a raiz em que se vai prender a desordem atual da política portuguesa, que serve de Ilustração da nossa” (Ibidem, 202). Como se não bastasse à falta do espírito de iniciativa

da raça ibérica, no brasileiro que habitava desde o extremo norte ao extremo sul, esse caráter ibérico só se desestabilizou devido a passagem da formação da família *patriarcal absoluta* para a *família instável*. Era a partir da formação social ou do tipo de Educação (comunária ou particularista) que Sílvia explicava a importância do trabalho e de toda a organização social, e, sobretudo, o modo de viver de milhares de pessoas chefiadas por um líder local que a ele se submetiam em troca da mera subsistência. Se existia algo de positivo por parte do colonizador português, logo apareciam os problemas, uma vez que “Pode-se até dizer que algumas boas qualidades de que eram portadores os colonos europeus se dissolveram ao contato de índios e negros e do novo meio tropical, que obraram como uma espécie de reagente químico de índole destruidora.” (Ibidem, 58)

Romero ora mostrava um apego ferrenho ao fator racial, ora dava margem para a relativização desta leitura determinista. Do ponto de vista político, quando se perguntava pela melhor forma de representação nos países colonizados pelos ingleses, povo formado sob uma educação particularista, explicava o surgimento do sistema parlamentarista, elemento típico do Estado Moderno, o que não fora possível nas Américas, dada a inaptidão da raça que não saberia viver com a presença de certas instituições. Mesmo reconhecendo o caráter de falta de iniciativa do português, Sílvia percebe uma unidade conjuntural de Portugal e pensa que não existiam no Brasil na época diferenças suficientes para que a colonização tivesse se processado de outra forma.

Se para países como os Estados Unidos, o mais adequado era uma colonização em que a grande preocupação se referia a possíveis separatismos; com relação ao Brasil, afirmava que “tanto era este o tipo adequado ao novo país que se ia povoar, á nova gente que se ia constituir, que as tentativas dispersivas nunca lograram vingar, por si mesmas definham e morriam.” (Romero, 1908, 279-280)

Mesmo com todos os pontos negativos apontados, tinha sido o Brasil colonizado por um país europeu, por uma raça que, mesmo em estado de degeneração, biologicamente era superior a negros e índios. O fato de Sílvia afirmar que outra não poderia ser a colonização no Brasil, em nenhum momento autoriza a conivência com a colonização portuguesa: é que o ideal seria o Brasil colonizado por um povo europeu, mas de formação particularista, com um espírito de iniciativa. Assim, o que resta ao ensaísta é descrever a situação política do Brasil, onde imperavam de norte a sul as oligarquias, a Política como meio de vida, a corrida aos cargos públicos, o desinteresse pelas questões nacionais, tudo isso resultado do caráter nacional brasileiro, mórbido e apático.

¹ Cícero João da Costa Filho realizou os cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado no Programa de História Social na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Autor dos livros *Padaria Espiritual: cultura e política em Fortaleza no final do século XIX (1892-1898)*, *Sílvia Romero: literatura, raça e política (1851-1914)* e *No limiar das raças: Sílvia Romero (1870-1914)*. cicerojoaofilho@gmail.com

² As Teorias climáticas assentada sobre os bons ventos num meio favorável ou inóspito eram ao tempo de Sílvia concebida como a mais consistente teoria. Escreve Sodré: “Não nos surpreende, assim, o apreço que Sílvia Romero, há tantos lustros atrás, concedia a Taine, servindo-se ainda de um sub-Taine, o higienista Michel Levy. Era a ciência de seu tempo. Não aceitaríamos, hoje, por exemplo, a repartição do clima brasileiro apresentada por Sílvia, no capítulo que estudamos. Mas isso é naturalmente um detalhe. O principal, o fundamental está nas conclusões, nos conceitos. Estudo do clima, aliás, não oferecia melhores perspectivas, aqui, ao tempo em que o mestre sergipano escrevia. Alimentava-se mais de conceitos, de impressões, do que de elementos colhidos na observação sistemática. Hoje mesmo, quando os postos meteorológicos estão espalhados pelo nosso território e as estatísticas estão espalhadas pelo nosso território e as estatísticas correspondentes podem ser levantadas, algumas conclusões a propósito do assunto padecem de dúvida. Que não seria, pois, ao tempo de Sílvia Romero?”. A ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. pp. 85-86.

³ Ver análises sobre Nina Rodrigues em: BECHELLI, Ricardo Sequeira. *Metamorfoses na interpretação do Brasil: Tensões no paradigma racial* (Sílvia Romeiro, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna). São Paulo: FFLCH, 2009.

⁴ Para uma ligeira análise sobre a ideia de progresso consultamos as respectivas obras, LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990. HERMAN, Arthur. *A ideia de decadência na história ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1999. MORGAN, L. Henry. *Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

⁵ Nesta obra encontramos as *Zeverissimações Ineptas da Crítica* que apesar de ser endereçada ao crítico paraense José Veríssimo, Sílvio Romero desenvolve de forma detalhada a monografia de Martius apontando os desacertos do escritor bávaro no que diz respeito à contribuição dos índios, negros e do português para a formação do povo brasileiro. pp. 551- 587

⁶ Ver a dissertação de mestrado de José Maria de Oliveira Silva, *Da Revolução à Educação – Radicalismo republicano em Manoel Bomfim*.

Referências bibliográficas

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. 3ª ed. São Paulo: Annablume, 2004.

BECHELLI, Ricardo Sequeira. *Metamorfozes na interpretação do Brasil: Tensões no paradigma racial (Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna)*. São Paulo: FFLCH, 2009.

BOMFIM, Manoel. *América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p.58

CANDIDO, Antonio. *A Sociologia no Brasil*. Tempo Social, 271/301, 18(1), nº. 1, 1959. p. 272

_____. *O romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2004.

_____. *Radicalismos*. Estudos Avançados, 4(8), 1988. p.12

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro que não foi*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Cia. das letras, 1990.

CHACON, Vamireh. *História das Ideias no Brasil*. São Paulo, Grijalbo. EDUSP, 1977. p. 47

COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das ideias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução a Antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p.70

GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: O IHGB e o projeto de uma história nacional*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 01, 1988.

HERMAN, Arthur. *A ideia de decadência na história ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GUERRIERO, Silas. *Antropos e Psique: o outro e sua subjetividade*. São Paulo: olho d'água, 2008. p. 8

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, nº1, 1988. pp. 5-27.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

MORGAN, L. Henry. *Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 34

PAIM, Antônio. *História das ideias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1967.

POLIAKOV, Leon. *O mito ariano*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil. Colônia e Império*. 4º. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. p.50

- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Identidade Cultural, Identidade Nacional no Brasil*. Tempo Social; Revista Sociologia, USP, São Paulo, 1: 29-46, 1 sem, 1989.p. 30.
- RABELLO, Sylvio. *Itinerário de Sílvio Romero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- RODRIGUES, Nina. *As Raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1895. p.88
- ROMERO, Sílvio. *A América Latina: análise de igual título do Dr. Bomfim*. Porto: Editor Lello, 1906, p. 53. *Estudos de Literatura Contemporânea*. (edição comemorativa). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracaju; Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 2002. p.562
- _____. *História da Literatura Brasileira* Rio de Janeiro: José Olímpio, 1902. p.IX
- _____. *Doutrina contra doutrina: o evolucionismo e positivismo na República do Brasil*. Rio de Janeiro: Editor J. B. Nunes, 1984.
- _____. *Obra Filosófica*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1969. p.269
- _____. *O Brasil social e outros estudos sociológicos*. Brasília: Senado Federal, 2001. p.202
- _____. *Provocações e debates. Contribuições para o estudo do Brasil Social*. Porto: Imprensa Moderna, 1908. pp.279-280
- SCHWARCZ, Lília M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- _____. *Complexo de Zé Carioca: notas sobre uma identidade mística e malandra*. São Paulo, 1995. pp. 49-63. Disponível. http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_29/rbcs29_03
- _____. *O espetáculo das raças: raças, cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. *Raça como negociação*. In: FONSECA, Maria Nazaret Soares (Org). *Brasil Afro-brasileiro*. 2º. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- SILVA, José Maria de Oliveira. *Da Revolução à Educação – Radicalismo republicano em Manoel Bomfim*. Dissertação de Mestrado em História Social da FFLCH/USP. São Paulo, 2006. p.208
- SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p.70
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.55
- _____. *Manuel Bomfim: A América Latina: males de origem*. In: Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico. MOTA, Lourenço Dantas (Org). Um banquete no trópico. V.II. São Paulo: SENAC, 2002. p. 251
- VENTURA, Roberto e SUSSEKIND, Flora. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Editora Moderna, 1984.
- VIANNA, Oliveira. *O tipo brasileiro e seus elementos formadores*. In: Ensaio inédito. Apresentação. Marcos Almir Madeira. Campinas: Editora da Unicamp. 1991. p.15
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Identidade Cultural, Identidade Nacional no Brasil*. Tempo Social; Revista Sociologia, USP, São Paulo, 1: 29-46, 1 sem, 1989.p. 30.
- RABELLO, Sylvio. *Itinerário de Sílvio Romero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- RODRIGUES, Nina. *As Raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1895. p.88
- ROMERO, Sílvio. *A América Latina: análise de igual título do Dr. Bomfim*. Porto: Editor Lello, 1906, p. 53. *Estudos de Literatura Contemporânea*. (edição comemorativa). Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracaju; Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 2002. p.562
- _____. *História da Literatura Brasileira* Rio de Janeiro: José Olímpio, 1902. p.IX

-
- _____. *Doutrina contra doutrina: o evolucionismo e positivismo na República do Brasil*. Rio de Janeiro: Editor J. B. Nunes, 1984.
- _____. *Obra Filosófica*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1969. p.269
- _____. *O Brasil social e outros estudos sociológicos*. Brasília: Senado Federal, 2001. p.202
- _____. *Provocações e debates. Contribuições para o estudo do Brasil Social*. Porto: Imprensa Moderna, 1908. pp.279-280
- SCHWARCZ, Lília M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- _____. *Complexo de Zé Carioca: notas sobre uma identidade mística e malandra*. São Paulo, 1995. pp. 49-63. Disponível. http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_29/rbcs29_03
- _____. *O espetáculo das raças: raças, cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. *Raça como negociação*. In: FONSECA, Maria Nazaret Soares (Org). *Brasil Afro-brasileiro*. 2º. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- SILVA, José Maria de Oliveira. *Da Revolução à Educação – Radicalismo republicano em Manoel Bomfim*. Dissertação de Mestrado em História Social da FFLCH/USP. São Paulo, 2006. p.208
- SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p.70
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polémicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.55
- _____. *Manuel Bomfim: A América Latina: males de origem*. In: Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico. MOTA, Lourenço Dantas (Org). Um banquete no trópico. V.II. São Paulo: SENAC, 2002. p. 251
- VENTURA, Roberto e SUSSEKIND, Flora. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Editora Moderna, 1984.
- VIANNA, Oliveira. *O tipo brasileiro e seus elementos formadores*. In: Ensaio inédito. Apresentação. Marcos Almir Madeira. Campinas: Editora da Unicamp. 1991. p.15



ARTIGOS - ARTICLES

**Finalmente um lugar para a história da arte no Brasil?
Controvérsias e disputas entre comunidades científicas**

Danielle Rodrigues Amaro¹
Doutora em História Social
FFLCH - Universidade de São Paulo
[danielle.amaro@gmail](mailto:danielle.amaro@gmail.com)

Como citar este artigo: AMARO, Danielle Rodrigues “Finalmente um lugar para a história da arte no Brasil? Controvérsias e disputas entre comunidades científicas”. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº6, p. 88-109. 2018. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Tendo como ponto de partida as controvérsias acerca da criação recente de bacharelados em história da arte em universidades públicas brasileiras, o presente artigo tem como objeto central as disputas institucionais e epistemológicas entre as comunidades científicas de historiadores e de historiadores da arte. A problematização das histórias da arte produzidas nas universidades brasileiras são fundamentais ao debate acerca do que se compreende por história da arte no Brasil hoje e estão diretamente relacionadas ao amadurecimento e à consolidação da autonomia da história da arte enquanto campo científico no país. Para isso, são usadas como fontes: entrevistas; documentos oficiais produzidos pelas duas comunidades científicas em disputa; e documentos relacionados ao trâmite do PL 4699/2012, que regulamenta a profissão de historiador.

Palavras-chave: história da arte no Brasil; história da ciência; comunidades científicas; processos de legitimação; controvérsias.

*Finally a place for Art History in Brazil?
Controversies and disputes between scientific communities*

Abstract: Taking as its starting point the controversies about the recent creation of bachelor's degree in art history at Brazilian public universities, this article has as its central object the institutional and epistemological disputes between two scientific communities: historians and art historians. The concern to constitute a space of specific formation in art history at graduation level and the problematization of the histories of art produced in the Brazilian universities are fundamental to the debate about what is understood by art history in Brazil today and are directly related to the maturation and consolidation of the autonomy of art history as a scientific field in the country. For this, they are used as sources: interviews; official documents produced by the two scientific communities in dispute; and documents related to the procedure of PL 4699/2012, which regulates the profession of historian.

Keywords: Art History in Brazil; History of Science; scientific communities; scientific legitimation processes; scientific controversies.

Compreender a defesa e o empenho em constituir um espaço de formação específica em história da arte em nível de graduação é fundamental para o debate acerca do que se compreende por história da arte no Brasil hoje. A emergência de tais cursos, particularmente na última década, é aqui compreendida como diretamente relacionada e proporcional ao processo de amadurecimento e consolidação da história da arte enquanto campo de pesquisa científica no país. O esforço da comunidade de historiadores da arte, que antes – deve-se ressaltar – formavam-se a duras penas e de modo difuso, por reconhecimento e a conquista avanços palpáveis (como a implantação de lugares específicos para a formação e a atuação dessa comunidade científica na estrutura universitária) foram significativos o suficiente para ameaçar a retirada de privilégios de outra comunidade científica – a de historiadores. Como bem observa Kostas Gavroglu em “O passado das ciências como história” sobre os processos de legitimação, das controvérsias e dos consensos nas comunidades científicas, “não existem espaços que não sejam dominados por uma determinada comunidade de pessoas. Não existem ‘espaços livres’ que aguardem a criação da ‘comunidade adequada’” (GAVROGLU, 2007, 188). Isso aponta para uma definição do fazer ciência como um exercício que envolve disputas de poder, tal como afirma Steven Shapin: “a ciência não é uma, indivisível e unificada, mas as ciências são muitas, diversas e desunificadas” (SHAPIN, 2013, 5).

O presente artigo é parte das reflexões resultantes de pesquisa de doutorado² que versa sobre as controvérsias acerca da institucionalização da história da arte no Brasil, tendo como objeto central os debates sobre a criação de cursos de graduação na área, por meio do qual objetivou-se refletir sobre a formação e a presença do historiador da arte no Brasil e questionar a relevância da autonomia institucional e epistemológica da história da arte. No Brasil de hoje, são oferecidos cinco cursos de graduação em história da arte. O mais antigo é aquele alocado no Instituto de Artes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), cuja história se inicia em 1963, quando foi criado no extinto Instituto de Belas Artes do Rio de Janeiro (IBARJ), que foi substituído em 1975 pela atual Escola de Artes Visuais do Parque Lage. Sua transferência para a UERJ ocorreu no final da década de 1970 como resultado da Reforma Universitária de 1968 e do processo de unificação dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. A partir do final da primeira década dos anos 2000, foram criados outros quatro cursos em universidades federais, estimulados sobretudo pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, popularmente conhecido como REUNI, que foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (ou seja, no início do segundo mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva), sendo uma das ações que integrava o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Apesar de dispersos em quatro estados e com perfis diversos, os cursos possuem características gerais que, de certa forma, esboçam a fisionomia da história da arte brasileira. Do ponto de vista geográfico, por exemplo, todos estão localizados em capitais do chamado Centro-Sul do país ou em regiões metropolitanas que no entorno delas se organizam. É importante lembrar que, considerando os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), todas as unidades da federação localizadas nessa região encabeçam as primeiras colocações, tanto do ponto de vista geral, quanto em relação a dados específicos, como renda, longevidade e

escolaridade. O que pode-se prever diante desses dados é que no Centro-Sul do país há uma maior oferta quantitativa e qualitativa de serviços públicos e privados, o que faz com que essa região concentre ainda hoje o maior número de destinos de rotas migratórias nacionais e internacionais e os maiores índices populacionais. Nessas regiões, principalmente na faixa litorânea e nas capitais, pontos que concentram renda, é que se encontram o maior número de equipamentos oficiais de cultura, como museus de arte, bem como de órgãos que gerem esses serviços.³ Logo, a história da arte é produzida a partir desses centros e se ocupa maiormente da produção artística que deles emergem, com destaque particular para o eixo Rio de Janeiro – São Paulo.

Com relação ao momento histórico, cabe ressaltar que as duas primeiras décadas do século XXI recortaram um momento particularmente profícuo para o processo de institucionalização da história da arte no Brasil⁴, com a criação de quatro cursos de graduação na área em um intervalo de tempo de menos de cinco anos. Argumento que dois fatores são fundamentais para compreender os avanços recentes na área.

Em primeiro lugar, é inegável que a criação desses cursos tem relação direta com o empenho de uma determinada comunidade científica em convencer as outras de que “está em condições de dominar um conjunto de questões que até então estavam sob a jurisdição de outra comunidade” (GAVROGLU, 2007, 187), ou seja, é parte de um longo processo de reclamação de reconhecimento e legitimidade. A quase total ausência de uma formação em história da arte em nível de graduação no Brasil aponta para uma visão da história da arte como conteúdo secundário e complementar a outros campos de investigação e, por conseguinte, para o não reconhecimento de suas especificidades. Nesse sentido, a criação desses cursos não só oportuniza uma formação de base específica e qualificada e, por consequência, oferece ao mercado de trabalho mão-de-obra especializada, como também gera outros efeitos: demanda o reconhecimento da particular necessidade desses profissionais para atuar tanto nos postos de trabalho já existentes e ocupados por não-especialistas, como também reclama a criação de novas vagas para que os egressos sejam absorvidos. Ao contrário do que possa parecer nessa breve descrição, esse é um ciclo bastante complexo e pouco linear. Há, obviamente, uma série de outros fatores secundários que reforçam ou concorrem com esse processo de legitimação, entre os quais alguns serão aqui abordados.

Em segundo lugar, como é facilmente previsível, somente o desejo de uma comunidade não bastaria. Apesar dos quatro cursos recentemente criados terem perfis muito diferentes, relacionados, em parte, às trajetórias de cada uma das instituições das quais emergem, uma característica institucional comum os congrega: estão todos alocados em universidades federais, o que não se trata de mera coincidência, mas foram oportunizadas diretamente pelo REUNI, como já referenciado. No entanto, da mesma forma que apenas o desejo de uma comunidade científica em processo de legitimação não seria suficiente para viabilizar a criação de um curso superior de história da arte, também deve-se ter em vista que a simples existência de condições favoráveis de orçamento público não explica a decisão institucional das universidades implicadas em criar uma graduação dessa natureza. Com esse argumento, não ignoro o esforço de agentes da área, mas tenho em vista a opinião pública de modo geral e de seus

representantes políticos que observam com certa desconfiança o que consideram “desperdício” de investimento em áreas supérfluas, sem relevância. Tendo isso em vista, considero mais apropriado pensar numa convergência de fatores: pessoas e instituições interessadas aliadas a um projeto público que viabilizou o investimento em tais demandas.

Há ainda outra interessante característica: todos formam apenas bacharéis. Mesmo o curso oferecido pela UERJ – cujas origens no IBA-RJ assentavam-se no desejo de formar profissionais para a docência em história da arte, vocação que permaneceu por quase três décadas após a transferência da EAV Parque Lage para a universidade –, o ingresso de novos alunos para a formação de professores em história da arte foi extinto em 2006⁵. A alegação geral é que não faria sentido manter ou, nos outros casos, criar uma licenciatura para uma disciplina não obrigatória na educação básica. É um argumento honesto e plausível. Se a história do Curso Superior de História da Arte do IBA-RJ nos ensinou algo é que não faz sentido algum formar profissionais para uma demanda que não existe. Criando em 1963, os certificados conquistados pelos concluintes não tinham qualquer valor legal até a transferência para a UERJ no final da década de 1970, quando finalmente a situação do curso foi regularizada. Na realidade, mesmo em relação à real necessidade de existência de um bacharelado em história da arte não há uma aceitação consensual para além dos limites do campo, como será visto em detalhes mais adiante.

Além de questões geopolíticas e conjunturas históricas, com exceção do bacharelado da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (EFLCH/UNIFESP), os cursos recentes foram criados e estão alocados em unidades acadêmicas voltadas ao ensino artístico, a saber: na Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EBA/UFRJ), nos Institutos de Arte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IA/UFRGS) e da Universidade de Brasília (IdA/UnB). Considerando os atores e instituições envolvidas, fica evidente que o lugar institucional da história da arte no Brasil ainda se encontra circunscrito particularmente ao território do ensino e da pesquisa artística, condição que revela duas características fundamentais da história da arte no Brasil. Por um lado, a história da arte que se desenvolve nesses lugares tende a se configurar como uma disciplina e uma narrativa de perfil predominantemente internalista; por outro, o lugar que ocupa institucionalmente é menos (ou quase nunca) questionado, disputado. Uma breve observação se faz necessária: se reforço a perspectiva institucional, é por ter consciência de que, do ponto de vista epistemológico, o objeto da história da arte empurra a disciplina para além dos limites de sua especificidade, o que constitui a agonia e o êxtase existencial de uma disciplina de bordas fluídas.

A institucionalização da história da arte por meio da criação de graduações específicas em departamentos, institutos ou escolas de artes deve-se ao fato de não haver uma disputa de objeto de investigação e de espaço epistemológico-institucional entre artistas e historiadores da arte da mesma forma e na mesma intensidade que ocorre entre historiadores e historiadores da arte, por exemplo. Esse embate não é recente e, no entanto, não deixa de ser atual. O embate particular entre historiadores e historiadores da arte foi colocado em evidência por uma série de episódios recentes, entre os quais são aqui destacados dois que repercutiram nacionalmente.

Em 2009, foi proposta pelo Ministério da Educação uma consulta pública para a constituição de “Referenciais Nacionais dos Cursos de Graduação de Bacharelados e Licenciaturas”, que pretendiam “contribuir para organizar as ofertas de cursos superiores, uniformizando denominações para conteúdos e perfis similares”. Objetivava-se, com isso, “produzir convergências” que facilitassem “a compreensão por todos os segmentos interessados na formação superior, sem inibir possibilidades de contemplar especificidades demandadas por regiões ou setores laborais do País”. De acordo com o Ministério da Educação, a partir da constatação da existência de uma variedade de denominações para os cursos de graduação e “com o auxílio de profissionais e pesquisadores que atuam nas áreas, foi realizado um estudo que resultou em uma proposta de nomenclatura” que adaptaria as denominações então existentes. A consulta esteve disponível até o dia 16 de outubro de 2009⁶. O que incomodou os envolvidos na criação das graduações em história da arte foi o fato dos Referenciais Nacionais não contemplarem e, em certa medida, proporem a extinção dos Bacharelados específicos na área, forçando uma convergência desses cursos para áreas consideradas afins (a saber: Artes Visuais – Bacharelado e Licenciatura; Dança – Bacharelado e Licenciatura; Música – Bacharelado e Licenciatura; História – Bacharelado e Licenciatura)⁷. Como resposta, em 2010, a Associação Nacional de História (ANPUH) endereçou uma carta de conteúdo público à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, a qual versava sobre as “Mudanças nas denominações de alguns cursos”. O trecho a seguir, uma edição da carta integral, esclarece o posicionamento da ANPUH diante da proposta do Ministério:

Compreendendo a necessidade de padronização dos referenciais ou nomenclaturas dos cursos de graduação, evitando a proliferação de cursos com nomenclaturas que dificultam a inserção do egresso no mercado de trabalho, a avaliação e acompanhamento de seus projetos político-pedagógicos e a escolha dos estudantes na hora do ingresso na Universidade. [...]

Aplaudindo o fato de que as denominações tradicionais em nossa área (História – Bacharelado e História – Licenciatura) estão sendo valorizadas e reafirmadas na contramão da emergência de cursos que não têm uma definição clara do perfil do egresso que quer formar, dos temas a serem abordados na formação e em que áreas o egresso poderá atuar.

A ANPUH – Associação Nacional de História vem fazer as seguintes ponderações a respeito das mudanças que estão sendo propostas nas denominações de alguns cursos e que são indicados para convergirem para as denominações tradicionais em nossa área: [...]

Concordamos que não se pode permitir a **proliferação** de cursos em nível de Graduação que representam apenas um recorte, uma especialização em nossa área, o que é pertinente para cursos em nível de Pós-Graduação. Por isso concordamos que cursos com denominações como *História da Arte* e *História, Teoria e Crítica da Arte* devam convergir para a denominação História – Bacharelado e História – Licenciatura dependendo se o perfil do egresso que se quer formar se destina ao ensino ou a atuação profissional específica em instituições que lidam com objetos artísticos. Neste caso é indispensável que o curso venha perder o caráter de especialização que ele tem, verificando se seu projeto político-pedagógico contempla os componentes curriculares formadores do profissional de História. [...]

Nos colocamos a disposição para qualquer esclarecimento sobre nossas considerações e nos propomos a dialogar com esta Secretaria e com este Ministério sobre qualquer assunto atinente à nossa área.⁸

Em primeiro lugar, fica evidente que a questão tratada, tanto na proposta do MEC quanto na resposta dada pela ANPUH, não se restringe apenas à superficialidade de nomes, mas evidencia camadas mais profundas de significado, que envolvem conflitos e resistências entre duas comunidades científicas (historiadores e historiadores da arte). Apesar de, em certa medida, todos pretenderem ocupar um mesmo ofício (historiar), percebem-se distintamente, constituindo assim duas comunidades científicas em disputa.

Outra questão particularmente notória é a repetição por duas vezes do termo “proliferação” para fazer referência à criação das graduações em história da arte. Levando em conta que, no Brasil, entre vários significados, o termo é usado comumente para indicar o crescimento rápido, anormal, sem controle, indesejado de algo ou alguma coisa (ex.: “Quando o poder público não atua, o crime se prolifera”); além das ocorrências relacionadas à Saúde Pública, usado para indicar a rápida reprodução de agentes causadores de doenças (ex.: “O rompimento da barragem da mineradora Samarco, em Mariana (MG), pode ser um dos fatores que levaram à proliferação da febre amarela”); verifica-se que a escolha específica dessa palavra já revela o quanto esses cursos eram rejeitados pela ANPUH.

A polêmica entre historiadores e historiadores da arte, no entanto, não se encerrou por aí. Pouco tempo depois, ao longo do ano de 2013, quando já existiam todos os bacharelados em história da arte atualmente oferecidos, houve uma ampla discussão a respeito do Projeto de Lei nº4.699/2012, de autoria do senador Paulo Paim (PT/RS), o qual encontra-se em tramitação no Congresso Nacional, não tendo sido ainda sancionado, estando no aguardo da apreciação pelo Senado Federal⁹. O PL pretende regulamentar a profissão de historiador, estabelecendo “os requisitos para o exercício da atividade profissional”, bem como determinar “o registro em órgão competente”. Tendo como referência o texto inicial do projeto, o artigo 2º previa: “é livre o exercício da atividade profissional de historiador, desde que atendidas as qualificações e exigências estabelecidas nesta Lei”. As qualificações e exigências eram esclarecidas no artigo 3º, segundo o qual o exercício da profissão seria restrito a portadores de:

- I. diploma de curso superior em História, expedido por instituição regular de ensino;
- II. diploma de curso superior em História, expedido por instituição estrangeira e revalidado no Brasil, de acordo com a legislação;
- III. diploma de mestrado ou doutorado em História, expedido por instituição regular de ensino superior, ou por instituição estrangeira e revalidado no Brasil, de acordo com a legislação. (PL nº4.699/2012, art.3º)

Ainda de acordo com a redação inicial do PL, entre as atribuições dos historiadores (que, de acordo com o artigo 5º, seriam admitidos para o provimento e exercício de cargos, funções ou empregos de historiador mediante a apresentação de diploma condizentes com os quesitos descritos no artigo 3º), caberia:

- I. magistério da disciplina de História nos estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior;
- II. organização de informações para publicações, exposições e eventos sobre temas de História;
- III. planejamento, organização, implantação e direção de serviços de pesquisa histórica;

- IV. assessoramento, organização, implantação e direção de serviços de documentação e informação histórica;
- V. assessoramento voltado à avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação;
- VI. elaboração de pareceres, relatórios, planos, projetos, laudos e trabalhos sobre temas históricos. (PL nº4.699/2012, art.4º)

Em canal oficial no YouTube do senador Paulo Paim, foi publicado, em 09 de julho de 2013, vídeo de uma das sessões do Senado Federal em que pedia urgência na votação do PL pela Câmara dos Deputados. Parte do discurso foi também publicado no site oficial do senador. A transcrição a seguir foi feita diretamente do vídeo:

Lembro ainda, para que não fique nenhuma dúvida, que jornalistas, cientistas sociais, diplomatas, juristas, economistas, enfim todos aqueles que escrevem, poderão continuar a produzir conhecimento no campo histórico. O projeto não veda a ninguém o direito de escrever sobre história, nem pretende impor de uma hora pra outra a especialização de todos. Apenas quer assegurar a presença de historiadores profissionais em espaço dedicados ao ensino e à pesquisa científica em história para que esses possam, em colaboração com outros estudiosos, contribuir para o avanço na área.

Como pode-se prever, esse segundo episódio aliado à primeira ocorrência gerou uma grande comoção em comunidades científicas que reúnem profissionais de “outras histórias”. Além do Comitê Brasileiro de História da Arte (CBHA), outras duas instituições que também congregam profissionais que desenvolvem pesquisas em história da arte e história do ensino das artes também se manifestaram: a Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas (ANPAP) e a Federação de Arte Educadores do Brasil (FAEB). Também se manifestaram a Sociedade Brasileira de História da Ciência (SBHC), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Academia Brasileira de Ciências (ABC), a Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), o Grupo de Trabalho em História da Psicologia da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP). Em comum, esses grupos reúnem profissionais que são oriundos de diversas áreas de formação, mas que se dedicam a diferentes objetos históricos. Como pode-se imaginar, não se sentiram contemplados pelo texto inicial do PL e tornaram públicas suas manifestações contrárias. Além disso, vale destacar que todas as cinco universidades que oferecem hoje bacharelados em história da arte também publicaram na mesma época cartas abertas nas quais repudiavam a posição da ANPUH em relação à criação dos cursos e ao PL 4699/2012.

Como consequência do desconforto gerado, foram realizadas reuniões sobre o projeto de regulamentação da profissão de historiador, entre as quais me deterei particularmente em duas. A primeira, ocorrida em 26 de julho de 2013, durante o XXVII Simpósio Nacional de História, no Auditório da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), foi solicitada pela Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), cujo convite foi ampliado pela ANPUH para outras sociedades científicas. Há um relato redigido pelos professores Cláudia Engler Cury e Wenceslau Gonçalves Neto, historiadores e representantes na ocasião da SBHE, publicado no site oficial dessa sociedade. De acordo com esse registro, como representantes da ANPUH estiveram presentes os professores Rodrigo Patto Sá Motta

(UFMG, novo presidente), Tania Regina de Luca (UNESP-Assis, Vice-Presidente), Angelo Priore (UEM, Secretário) e Benito Bisso Schmidt (UFRGS, ex-presidente da ANPUH). Como representantes de outras sociedades científicas que têm interface com o campo da história, estiveram presentes membros da SBHE, da SBHC, da Sociedade Brasileira de História da Matemática (SBHMat), além de diversas entidades e pesquisadores da área de história da arte. Em comum, todas as outras sociedades (que não a ANPUH) demonstraram certa preocupação em relação ao texto inicial do PL, particularmente na possível limitação da atividade docente em nível superior, bem como da pesquisa histórica, indicando a necessidade urgente de revisões no texto original, antes que sua aprovação avançasse no Congresso Nacional, ao que a ANPUH teria se oposto, já que, segundo a associação, os trabalhos seriam atrasados. Segundo o relato, Cury questionou a possibilidade dos departamentos de história assumirem “todas as aulas das universidades que versam sobre história da educação, história da ciência, história da física, história do direito, história da matemática, história da literatura, história da arte”, caso o projeto fosse aprovado como foi inicialmente apresentado. No relato, não consta se houve uma resposta direta da ANPUH em relação a essa dúvida. Além disso, diante da recusa da ANPUH de revisar o texto do PL, os participantes representantes das outras organizações teriam se mostrado insatisfeitos. Justamente aí reside o ponto mais controverso do relato, o qual é citado a seguir:

Foram apresentadas também sugestões por parte de um dos pesquisadores presentes que se alterassem os nomes das disciplinas de história da educação para algo como “educação brasileira”, o que retiraria essas disciplinas do campo de controle da história e permitiria que especialistas de outras áreas pudessem dar continuidade às suas atividades. Frente a essa proposta os representantes da SBHE posicionaram-se frontalmente contrários, por reduzir esta e outras áreas a um limite da “quase história” e faria eclipsar um esforço de mais de 20 anos pela consolidação da área, plenamente reconhecida atualmente no interior da área de Educação. Essas sugestões não foram retomadas.¹⁰

Esse trecho do relato teria sido facilmente desdenhado por mim, afinal, tais sugestões, não sendo retomadas, teriam sido ignoradas. No entanto, em conversa com o professor André Tavares (UNIFESP), este me relatou algo curioso e que tem relação direta com o referido episódio, já que justamente debatíamos a respeito do PL.

TAVARES: Há situações muito complicadas. Na UFMG, você pode verificar isso depois, nos programas da Escola de Belas Artes não se pode usar a expressão “História da Arte”. Isso me disseram, que história da arte se ensina lá na FAFICH [Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas] e que a Belas Artes não pode. Isso é de uma petulância sem fim.

AMARO: Mas não pode usar o termo “história da arte” nas disciplinas?

TAVARES: Ao que parece, no nome das disciplinas, não. O nome que eles dão é Artes Visuais I, Produção Visual no Ocidente... Veja lá, você pode comparar. Isso foi o que me disseram. Compare os programas e verifique se procede, se a informação é efetiva.¹¹

Verifiquei e, a não ser que as análises feitas por mim desses relatos juntamente com as informações acerca do currículo do curso de licenciatura em artes visuais disponíveis no site oficial da Escola de Belas Artes da UFMG estejam muito equivocadas, realmente a informação

fornecida por Tavares procede. As disciplinas de história da arte geral e do Brasil recebem a nomenclatura oficial de “Artes Visuais” e “Artes Visuais no Brasil”. Analisando seus programas, é evidente que tratam-se de disciplinas de história da arte, que elencam única e exclusivamente como bibliografia autores clássicos para o ensino da história da arte usados no Brasil, tais como Ernest Gombrich, Giulio Carlo Argan, Heinrich Wölfflin, Jorge Coli, Sonia Gomes Pereira, Aracy Amaral, Walter Zanini, Glória Ferreira, Ronaldo Brito, entre outros. Pessoalmente, penso que tal ocorrência é, no mínimo, preocupante. Se, antes da aprovação de tal legislação, é possível que tais arbitrariedades ocorram internamente nas instituições, o que acontecerá com a aprovação de tal PL?

A segunda reunião a qual citarei é aquela ocorrida em 21 de agosto de 2013, das 16h45 às 17h45, na antessala do Plenário do Senado Federal, da qual participaram senadores, deputados e outros representantes do governo federal¹², e professores vinculados às seguintes organizações: ANPUH, CBHA, SBPC e SBHC. No relato do Professor Dr. Thomás Augusto Santoro Haddad (USP), o qual foi reproduzido pela Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos, publicação trimestral da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), há o registro de duas falas que demonstram o grau de incompreensão das particularidades que envolvem a formação do historiador da arte no Brasil por parte da ANPUH enquanto instituição e de parte dos historiadores. Segundo Haddad, o primeiro a se manifestar foi o historiador Rodrigo Sá Motta, professor da UFMG e então presidente da ANPUH (2013-2015), que foi breve, apenas reiterando três pontos conhecidamente públicos defendidos pela associação:

Primeiro, que no Brasil de hoje a ANPUH achava muito improvável a existência de historiadores que não possuam pelo menos algum diploma específico em história; segundo, o apoio total da entidade à regulamentação, vista como necessária para preservar o interesse público (sobretudo na educação básica, em que as aulas de história devem estar a cargo de professores formalmente capacitados) e o dos próprios historiadores portadores dos diplomas específicos (no sentido de tornar obrigatória sua presença em diversos cargos e instituições); terceiro, ele salientou que sua entidade está disposta a negociar emendas que aperfeiçoem o texto do projeto, desde que isso não o descaracterize nem atrase desmesuradamente a tramitação na Câmara e novamente no Senado (para onde o texto deve obrigatoriamente retornar se sofrer alterações).¹³

Em seguida, Haddad relata que tomaram a palavra Emerson Dionisio Gomes de Oliveira e Vera Marisa Pugliese de Castro, ambos professores do bacharelado do IdA/UnB, que avaliaram a situação do ponto de vista dos historiadores da arte.

Ambos frisaram que a história da arte se representa, no Brasil e no mundo, como um campo autônomo, sem relação de subordinação com a história em “senso estrito”. Segundo eles, em nosso país isso se verifica há muito tempo na formação em nível de pós-graduação, que é obtida, via de regra, em programas de artes visuais, e minoritariamente de história. Quem procura esses programas vem de graduações variadas, e, novamente, os que cursaram história não são maioria. Acrescentaram que, na última década, começaram a surgir bacharelados em história da arte em diversas instituições federais e estaduais de prestígio (UnB, UNIFESP, UERJ, UFRGS etc.), baseados em departamentos novos, criados especificamente para isso, ou em departamentos de artes, mas não nos de história. Também é de notar que no CNPq e nas FAPs [Fundações de Apoio à Pesquisa] a história da arte está abrigada em comitês de arte, não de história.

Além de lamentar o posicionamento da ANPUH em 2010, contrário à existência desses bacharelados, os professores explicaram em detalhes que sua preocupação maior é com as consequências dos incisos II a VI do artigo 4o do projeto, que reserva aos diplomados especificamente em história todas as atividades que os historiadores da arte podem e precisam realizar: pesquisas sobre “temas históricos” (da arte), organização de exposições, assessorias, laudos técnicos etc. Também se preocupam com o inciso I do mesmo artigo no que se refere ao ensino superior, pois as disciplinas que os historiadores da arte ministram são “de história”, na linguagem do projeto. Ainda assim, os professores consideraram que é possível apoiar a regulamentação COM EMENDAS.

A questão sobre a atribuição, no caso brasileiro, da paternidade da história da arte à história, é colocada em dúvida também por Tavares:

Essa paternidade, essa afirmação de que a história da arte é história, no caso brasileiro, não se confirma necessariamente de modo empírico. O acolhimento dessa disciplina foi irregular. Entre nós, ela é mais associada às artes, à estética, menos à história. À medida que a história nega esse acolhimento e, ao mesmo tempo, espera que essa área, pela nomenclatura, seja parte do programa dela, uma tensão desnecessária é criada. É simplesmente uma questão de reconhecer especificidades. Por outro lado, para mim, existe uma vinculação mais evidente com a formação artística, essa é a minha visão. O nosso curso de mestrado, dentro do sistema da CAPES [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior], não está vinculada às ciências humanas: ele está na área de artes, em história e crítica da arte. Percebe, não está ligado à história. Ele é uma visão da crítica e história de arte, mas dentro da área de artes.¹⁴[...] Entendo o projeto de profissionalização, acho que é necessário, acho que é uma conquista de uma classe inteira de investigadores, de profissionais, mas nós estamos fora dessa área, nós não somos tributários dessa área. Até podemos ter zonas de contato, mas nós não somos tributários dela. Nós temos uma história paralela e que tem muito mais que responder à história da arqueologia do que necessariamente à disciplina histórica como ela se constitui. [...] Deve-se respeitar as autodenominações profissionais, as divisões entre as áreas de conhecimento, as metodologias, é o caminho, não pressupor o que essa disciplina seja porque tem uma denominação similar. Eu percebo muito uma incompreensão, uma indisposição e um desconhecimento completo. [...] Se você é um professor de literatura e ensina história da literatura, você não pode usar essa denominação, você tem que ter uma formação de historiador?¹⁵

Por fim, depois de um longo período de idas e vindas, em 03 de março de 2015, foi aprovado o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº4.699-B de 2012.¹⁶ A redação do artigo 3º passou por algumas revisões que pretenderam abarcar aqueles que reivindicavam um lugar no texto da lei, passando assim a ser assegurado “o exercício da profissão de Historiador, em território nacional”, aos:

- I. portadores de diploma de curso superior em História, expedido por instituição regular de ensino;
- II. portadores de diploma de curso superior em História, expedido por instituição estrangeira e revalidado no Brasil, de acordo com a legislação;
- III. portadores de diploma de mestrado ou doutorado em História, expedido por instituição regular de ensino ou por instituição estrangeira e revalidado no Brasil, de acordo com a legislação;
- IV. portadores de diploma de mestrado ou doutorado obtido em programa de pós-graduação reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES que tenha linha de pesquisa dedicada à História;

V. profissionais diplomados em outras áreas que tenham exercido, comprovadamente, há mais de 5 (cinco) anos, a profissão de Historiador, a contar da data da promulgação desta Lei. (Projeto de Lei nº4.699-C/2012, art.3º)

Como pode-se imaginar, o desenvolvimento da pesquisa que originou a supracitada tese, da qual parte dos resultados é aqui apresentada, foi marcado substancialmente por esse contexto de debates e embates. Inclusive, nas visitas institucionais para levantamento de fontes, quando foi possível articular, em alguns momentos, o acesso a documentos oficiais a conversas com atores envolvidos diretamente nos processos de criação dos bacharelado em história da arte, a querela entre historiadores e historiadores da arte sempre ressoou. A partir daqui, pretendo colocar essas vozes em diálogo. Serão usados tanto trechos de depoimentos orais coletados especificamente para esta pesquisa, bem como outros de acesso público e que complementam tal debate.

Quando questionado sobre como observava o fato dos cursos de história da arte terem surgido, via de regra, em unidades acadêmicas ligadas ao ensino das artes e não naquelas voltadas às ciências humanas, o professor Alfredo Nicolaiewsky (professor do IA/UFRGS e idealizador do bacharelado em história da arte daquela instituição) indicou que, antes mesmo da criação da graduação específica, alunos dos cursos de artes (particularmente das artes visuais) já encerravam a graduação com o desejo de prosseguir suas pesquisas no campo da história da arte. Comparando tal diagnóstico com a ausência da história da arte nos currículos dos cursos de história, Nicolaiewsky avalia e completa sua observação com uma avaliação sobre os possíveis impactos do PL no IA/UFRGS:

Os cursos de História basicamente não trabalham com Arte, não tem disciplinas de História da Arte. Que eu saiba, o curso oferecido aqui [na UFRGS] não tem nenhuma disciplina de História da Arte. O máximo que eles tem é uma “História da Cultura I e II” [...]. A gente tem dois professores¹⁷ que são professores da história e dão aula no nosso programa de pós-graduação desde a origem, que são professores que tem interesse por arte, mas que não dão aula de história da arte lá [no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS]. Eu acho que a história nunca mostrou interesse por isso. Agora está tendo toda essa briga que tu deves estar acompanhando. [...] Que está correndo, está andando forte e que é uma loucura. Se for aprovado, vai ser uma loucura! [...] Eu não lembro o número exato de quantos professores que agora, dentro do Instituto [de Artes], dão aula de História da Arte ou das Artes... Acho que mais de quinze, talvez vinte, somando os três departamentos, ou até mais. Formados em História, eu acho que tem o Alexandre, a Joana e... Acho que deu. [...] De resto, tem professor formado em Arquitetura, Música, Teatro, Artes Visuais, Poéticas, Comunicação. Aqui do Departamento de Artes Visuais, a imensa maioria [de historiadores da arte] é formada em Artes Visuais, mas o número de formados em História é uma miséria. [...] A maioria não poderia nem se formar em História, Teoria e Crítica [antiga habilitação do curso de Artes Visuais, já extinta] na época. Eles só poderiam se formar em qualquer coisa prática e depois fazer pós-graduação em teórica. Na Arquitetura, tu vais encontrar professor dando aula de história da arquitetura que não é historiador, é arquiteto. Na medicina também, em todos os cursos. E não dá pra imaginar alguém formado em história dar aula de história da música com a mesma competência que tem um músico, que se dedica a isso. Os professores de história da música daqui, na aula, vão lá e tocam: “Ah, porque no momento tal tocava-se assim, e no outro tocava-se assado e não sei o que mais, e muda o tipo de ritmo...” [falando e batendo os dedos sobre a mesa como se tocasse um piano]. O historiador pode ter lido, estudado sobre, mas não tem esse conhecimento. O mesmo com um

pintor que dá aula de história da pintura. Pegando todas as áreas do conhecimento, todas tem história. Como é que a história vai abarcar com isso? É impossível! Eles vão mandar todo mundo pra lá? Eu não sei o que eles querem. Eu vou despedir todo mundo ou o que a gente faz? Eu não sei... É loucura! [...] Na verdade, a proposta deles é eliminar [os bacharelados em história da arte], porque eles não oferecem história da arte e acham que as pessoas não têm que ter conhecimento em arte. Depois vai fazer uma especialização lá no mestrado, mas é zero de conhecimento de história da arte. Tem muita coisa pra saber, não dá tempo. É isso, é uma loucura. Mas, enfim, eu acho que eles não sabem o que estão fazendo, eles não se deram conta do tamanho do pepino.¹⁸

Um dado que aparece na fala de Nicolaiewsky e que não trata-se de uma particularidade da UFRGS é o fato de que os cursos de história não oferecem as mínimas condições curriculares para a formação de historiadores capazes de lidar com as especificidades dos objetos artísticos. Nos currículos dos bacharelados em história que são oferecidos pelas cinco universidades públicas que sediam as graduações em história da arte no país é possível observar que não há um lugar oficialmente instituído para esses conteúdos. Nesses cursos, a história da arte não é componente essencial na formação do historiador, mas um item eletivo, ou seja, só são cursados caso o graduando observe a necessidade ou demonstre interesse particular por essa área de investigação específica. Tal situação não diverge do panorama nacional da formação dos historiadores hoje. Na própria USP, universidade na qual essa pesquisa se desenvolveu, o bacharelado em história oferecido pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) oferece apenas uma disciplina em história da arte e em caráter eletivo. Mesmo no caso do currículo do bacharelado em história com ênfase em história da arte e em patrimônio histórico e cultural oferecido pelo IFCH/UNICAMP, que abarcaria necessariamente um maior número de disciplinas e, por consequência, prevê muito mais espaço para debates acerca do tema, tenho dúvidas se consegue dar conta de boa parte das especificidades contempladas nos bacharelados em história da arte hoje oferecidos. De todo modo, mesmo após a criação do curso da EFLCH/UNIFESP, essa realidade experimentada na UNICAMP pode ser considerada ainda hoje um ponto fora da curva na história da história da arte no Brasil.

André Tavares relata¹⁹ como repercutiu a criação do bacharelado em história da arte na EFLCH/UNIFESP e traça o perfil genérico do historiador da arte brasileiro que, tal como ele próprio e seus colegas atuantes na mesma instituição, gradua-se em áreas muito diversas e apenas na pós-graduação migra para a história da arte, uma realidade que objetiva-se superar com a criação dos bacharelados na área.

Acho que há uma reação mais severa do curso de história em geral, isso é tradicional. Não espero outra reação igual de outros cursos. O de letras e o de filosofia foram sempre mais abertos, claramente abertos. Há uma particularidade no nosso curso: ele de fato é formado por gente que vem das formações das mais diversas. Então nós temos historiadores, nós temos filósofos, nós temos cientistas sociais, então a composição do curso acaba funcionando como uma porta de comunicação com as outras disciplinas. De certa forma, eu acho que cada um de nós, cada um desses personagens que migrou para história da arte, é capaz de dizer qual era a limitação que existia na sua área de origem. Foi por isso que nós convergimos. Muitas vezes você frequenta um curso de história, um

curso de ciências sociais em que vai haver um semestre ou dois, talvez, dedicados a esse tema, o que é absolutamente ineficiente para o conhecimento da literatura, que é absolutamente insuficiente para o conhecimento do repertório da problemática específica da disciplina. Eu percebo no convívio com os meus colegas, aqui e em outras unidades também, que nós somos capazes de dizer que a maneira como a disciplina [história da arte] é tratada nessas outras áreas de humanidades é absolutamente insuficiente. Ela não é história da arte. Ela é como aplicação de metodologias e de discussões teóricas correntes nessas áreas sobre a produção visual ou o que a gente chama de produção artística. Tem essa discussão também se é um objeto de arte, se é arte visual, cultura visual ou o que quer que seja. E nessa conta do desconhecimento, eu incluo também uma ignorância completa da trajetória da história da arte como disciplina dentro da tradição ocidental.²⁰

O professor Luís Edegar de Oliveira Costa, atuante na mesma instituição e unidade acadêmica que Nicolaiewsky, afirma que a forma como a história percebe a história da arte é permeada por intransigências originárias da incapacidade da comunidade de historiadores assumirem as limitações de formação da área na qual atuam. É possível ainda verificar em sua fala uma crítica à improdutiva disputa entre comunidades científicas, que mais visam a manutenção de privilégios do que avanços na área, o que faz com que todos se enfraqueçam institucionalmente.

Acho particularmente uma pena, porque poderíamos ser muito parceiros pra brigar assim: tem que ter historiador da arte, tem que ter historiador, tem que ter museólogo, tem que ter arquivista, tem que ter tudo lá no Museu de Arte do Rio Grande do Sul. Mas também passa por aí o medo de que estamos tirando espaço dos historiadores. [...] Não sou contra ter só [o curso de] história, se for o caso, mas tem que reconhecer que o curso de história não dá conta. [...] Acho que, pra começar, deveria-se abrir uma conversa e não chegar dessa maneira que eu estou vendo. Me parece que tem um dado muito importante do qual a gente está fugindo um pouco: eu acho que quem propõe isso [a extinção dos bacharelados em história da arte] desautoriza as instâncias que aprovam os cursos. Aqui na UFRGS, quem aprovou a história da arte também aprovou o bacharelado em história. Se eles [os historiadores] desautorizam quem aprovou o bacharelado em história da arte, estão desautorizando também quem aprovou o bacharelado em história. Do meu ponto de vista, se dizem “olha, o cara que diz que tem mercado de trabalho, que é necessária uma formação específica está errado”, estão desautorizando a instância mais próxima na qual trabalham e onde atuam. Eu acho que a gente está no meio de uma conversa que é muita perda de tempo nessa coisa do PL. Está se fazendo uma bobagem, mas agora tem que enfrentar, virou embate.²¹

Apesar do recolhimento temporário do debate, penso que até por uma conjuntura política adversa para todos, é importante ressaltar que a dúvida sobre o lugar da história da arte não é uma questão fechada, resolvida. Em concordância com o posicionamento adotado pela ANPUH em 2010, há historiadores que se opuseram e ainda se opõem à existência dos bacharelados em história da arte, como é o caso da historiadora Carla Mary da Silva Oliveira, professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Isso se torna evidente em trechos da entrevista concedida à *Temporalidades*, revista discente da UFMG, a qual foi publicada em 2011, entre os quais destaco os seguintes:

REVISTA TEMPORALIDADES: Atualmente, existe um aumento considerável no número de pesquisas que abordam a Arte como fonte historiográfica. Como a professora vê o campo para o historiador que trabalha com Arte no Brasil?

OLIVEIRA: Creio que o grande problema no Brasil, neste tipo de pesquisa, ainda é a formação teórica insuficiente destes pesquisadores. Para se trabalhar com a Arte como fonte histórica, queira-se ou não, é preciso construir durante anos uma certa erudição, que não surge do nada. Como gosto de dizer a meus alunos e orientandos, é preciso muita “ralação” para se conseguir chegar frente a uma obra de arte e “decifrá-la” com o olhar de um historiador. [...] E nossos graduandos e até mesmo pós-graduandos leem, hoje, quase nada em outro idioma, mesmo tendo às mãos o gigantesco acervo de textos acadêmicos, artigos, revistas e livros disponíveis na web. [...] Sem o aprofundamento teórico que estes acervos podem propiciar, a discussão sobre a relação entre Arte e História tende a ficar, quase sempre, na superfície. Além disso, no Brasil há somente duas ou três revistas acadêmicas de qualidade dedicadas à História da Arte, poucos dossiês são organizados em revistas de enfoque mais aberto e os eventos na área são pouquíssimos e restritíssimos, o que inibe, em meu entendimento, a ampliação da interface entre História e Arte, especialmente tomando as obras artísticas como fontes históricas/ historiográficas. Em síntese, este campo/enfoque, na História, ainda é uma seara inóspita em nosso país, infelizmente.

REVISTA TEMPORALIDADES: Durante algum tempo, muitos historiadores da Arte, ao analisar seu objeto, pouco extraíam das imagens propriamente ditas. Seus estudos restringiam-se a informações que outras fontes forneciam e a Arte entrava como ilustração. A ideia de pensar uma cultura visual chegou tardiamente à História. Você acha que a produção recente tem se esquivado desse problema?

OLIVEIRA: Sim, e muito. Já dei esse exemplo num de meus artigos: as diversas telas de Frans Post mostrando engenhos de açúcar no litoral do Nordeste são imagens quase que obrigatórias em livros didáticos, mas nunca vi ninguém questionar o fato de que em NENHUMA dessas imagens produzidas pelo artista flamengo no século XVII há algum instrumento de tortura ou algum índio ou africano escravizado sendo castigado. Isso por acaso queria dizer que os engenhos da WIC [*West Indische Compagnie*, mais conhecida como Companhia das Índias Ocidentais] durante sua ocupação no Brasil eram mais corteses no trato com a escravaria? Obviamente que não! Além disso, a análise formal de uma obra de arte não se esgota em si, é preciso percebê-la em seu *Zeitgeist*, em seu tempo, em seu contexto, a partir da técnica utilizada em sua construção, tentar imiscuir-se nos motivos de sua feitura, aproximar-se do universo e da cultura artística e histórica vivida por seu autor. Poucos historiadores fazem isso hoje no Brasil. Gosto muito do que a professora Maraliz Christo, da Federal de Juiz de Fora, fez com o Tiradentes Esquartejado do Pedro Américo em sua tese de doutorado. É um belo exemplo de como um historiador deve mergulhar numa obra de arte para tentar compreendê-la aos olhos da História.

REVISTA TEMPORALIDADES: Em alguns países (França, Estados Unidos, Itália ou Portugal, por exemplo), há a separação entre departamentos de História e departamentos de História da Arte. O que a professora acha desta divisão?

OLIVEIRA: Não me parece uma boa solução, assim como também não sou fã dos cursos específicos de graduação em História da Arte que têm surgido no Brasil nos últimos anos. Em meu entendimento, com esta divisão se perde o que deve ser essencial para a base da análise histórica de uma obra de arte: a visão de conjunto. A arte não surge apartada dos outros campos da vida cotidiana, como a economia, a política, a religião, a educação, as subjetividades... Estudá-la per si, e somente per si, para mim, empobrece as possibilidades de aprofundamento da pesquisa, tolhe os movimentos possíveis ao historiador num intrincado tabuleiro que, sem elementos destes outros campos, podem tornar os detalhes de tais obras imperceptíveis, impenetráveis mesmo em seus sentidos e significados mais profundos e instigantes. Além disso, é preciso certa maturidade intelectual e pessoal para trabalhar com uma obra de arte e acho que isso só começa a se construir durante a pós-graduação. Obviamente, se pode e se deve fazer as

primeiras tentativas ao longo da graduação, ir tateando o terreno, mas como diz o historiador francês Antoine Prost, “(...) é necessário ser já historiador para criticar um documento (...)”, e vejo as obras de arte como documentos, é claro. Para mim, então, um pesquisador só está pronto para fazer sua primeira tentativa válida de análise de uma obra de arte, portanto, no seu mestrado ou até mesmo no doutorado, quando já pode acumular uma bagagem intelectual e uma erudição minimamente suficientes para se dedicar a tal empreitada: aí é que ele deve se especializar em História da Arte, depois de ter tido a formação geral em História na graduação... (OLIVEIRA, 2011, 13-15)

Como é possível observar no citado trecho da entrevista, Oliveira justifica sua posição à existência dos bacharelados em História da Arte por causa de uma falta de visão de conjunto que acometeria o graduando. Por outro lado, ela aponta para a necessidade de “maturidade intelectual” para lidar com os fenômenos artísticos, entendidos pela historiadora como documentos históricos muito específicos, complexos e difíceis de compreender. Oliveira reconhece a dificuldade de historiadores brasileiros em trabalhar com objetos artísticos, que isso dependeria de um longo processo de formação, considerado ainda como um campo de trabalho que muito precisaria se desenvolver. No entanto, ao mesmo tempo, considera a criação de bacharelados em história da arte como uma especialização precoce, além, é claro, de pensar a disciplina da história da arte como filiada e subjugada à história. Devo concordar que a formação do historiador da arte em nível de graduação carece, em certa medida, de uma abordagem de cunho externalista, estando muito mais preocupada com as questões internas ao campo. Penso que isso se deva às escolhas implicadas no recorte proposto por qualquer projeto de formação e pelo fato de o próprio objeto artístico-cultural, apesar de se lançar para além das fronteiras da disciplina, também trazer em si complexidades próprias do campo e que só o campo pode dar conta. Além disso, deve-se ressaltar, mais uma vez, que esses cursos estão abrigados em unidades acadêmicas dedicadas ao ensino e à pesquisa artística. No entanto, se a própria Oliveira reconhece a especificidade de historiar os fenômenos artísticos, isso já não justificaria uma ação contrária ao seu argumento? Sua compreensão a respeito do ofício do historiador da arte já não demonstraria a necessidade da existência de uma formação para um campo de pesquisa tão particular? Do meu ponto de vista, tais argumentos se articulam de uma forma que a conta não fecha, fica sempre faltando um calço.

Felizmente, como parte da pesquisa, foi possível entrevistar o historiador da arte Jorge Coli, professor do Departamento de História da UNICAMP e uma importantíssima referência para esse debate. Logo no início da conversa, Coli retoma a questão por ele já debatida em momentos anteriores²² e que é objeto central desta análise: o lugar da história da arte no Brasil.

O Brasil tem uma tradição muito sólida em várias disciplinas das humanidades: a filosofia, a ciências sociais, estudos literários etc. Mas nunca teve uma tradição em história da arte. Eu acredito que isso se deveu ao modelo de universidade que a USP foi, como universidade moderna, para todo o Brasil. Como primeira universidade moderna fundada no país, ela pensou em formar vários departamentos, várias graduações em vários setores, trazendo inclusive professores do exterior, mas ela nunca pensou, por alguma razão que eu não explico, na criação de um departamento de história da arte como existia tradicionalmente na Europa. Não sei o porquê, mas não existe. Então, a história da arte, que é uma disciplina muito específica, ficou vinculada a uma visão cuja

característica óbvia é, na verdade, falsa. Isto é, a história da arte ficou vinculada à ideia de que ela se trata de uma disciplina artística e ela tem que ser dada para os artistas. Ora, se a formação de história da arte para os artistas é uma formação importante, os artistas não se formam historiadores da arte, eles se formam outra coisa. A disciplina de história da arte para os artistas é uma disciplina de formação e não uma disciplina com um enfoque em si mesma. Quer dizer, a história da arte era uma disciplina acessória, de formação e que não tinha lugar dentro da universidade. Os historiadores da arte que existiram antes de aparecerem os primeiros programas de pós-graduações e, agora, as primeiras graduações, eram historiadores da arte formados nas brechas, por acaso, seja porque frequentaram faculdade de jornalismo, seja porque frequentaram faculdade de ciências sociais, seja porque frequentaram departamentos de história e encontraram algum professor que, por algum meio indireto, chegou na história da arte. Não é rara a existência de professores formados assim, porque, é claro, não tinha um lugar institucional. Eles foram muito importantes para a história da arte brasileira, justamente por serem pioneiros, mas isso significava uma situação extremamente limitada e problemática para a história da arte no Brasil. [...] O atual estado de história da arte na USP é um exemplo desse problema histórico. Porque você tem dois lugares ainda em que se fazem belas teses em história da arte hoje na USP, mas dois lugares nos quais não existe ainda exatamente uma legitimação da história da arte. Um deles é a ECA [Escola de Comunicações e Artes], que, quando foi criada nos anos 1970, a ideia de uma formação artística ficou parecendo como uma coisa um pouco, como dizer, fora de moda. Se criou uma escola de artes onde triunfava a ideia dos estúdios de comunicação. E aí, dentro dessa escola, da forma como pôde, a história da arte fez o seu caminho. E um outro lugar é a FAU [Faculdade de Arquitetura e Urbanismo], porque tem história da arte para os arquitetos. Lá também começou a aparecer, a serem formados professores de história da arte, e hoje, mesmo alunos que não são arquitetos, entram na pós-graduação da FAU. Mas a própria situação hoje da USP indica o problema, ao mesmo tempo de história da legitimidade da disciplina e de ausência de um projeto claro para história da arte. Brotou ali, onde deu certo, com ótimos resultados, não estou fazendo crítica nenhuma, mas mostra essa dificuldade.²³

Ainda que Oliveira e Coli tratem da questão de um ponto de vista institucional comum, é perceptível que Coli observa a formação em história da arte deva ter como objetivo o desenvolvimento da própria disciplina e que, sim, deveriam existir espaços institucionais nos quais pudesse haver essa formação desde a graduação. Com relação à diferença que observava na formação oferecida nos bacharelados alocados em escolas de arte em comparação com uma formação em história da arte oferecida por um instituto ou departamento voltado à história, Coli considera que, no Brasil, o atributo “de arte” à história faz com que considere-se, de modo geral, que uma formação em história da arte tenha que ficar submetida a uma unidade voltada ao ensino artístico, opinião com a qual ele claramente não concorda.

No fundo é a mesma coisa que você achasse: nós vamos fazer aí um setor de história das ciências e isso tem que ficar na física, por exemplo. Quer dizer, da mesma forma que não é papel dos físicos conhecerem os métodos do historiador, acontece com a História da Arte. Então, isso foi um equívoco, isso é um equívoco que continua existindo, mas há uma evolução, porque, hoje, a História da Arte ganhou uma importância muito maior do que possuía, no Brasil, nos anos de 1980. Os historiadores da arte tem uma formação histórica muito mais sólida, eles têm também contatos internacionais muito mais importantes e, mesmo que estejam dentro de um instituto de artes, o espírito mudou. O espírito em grande parte desses historiadores mudou e, é claro, isso é positivo. Mas é ainda um equívoco. Tanto é que muitas vezes, quando existem

concursos para historiador da arte, a gente pega os pontos relativos à história da arte sorteados em escolas de artes plásticas e é notória, com muita frequência, uma espécie de, como dizer, de ausência de conhecimento do que é a história da arte, do que é um historiador da arte. E são pontos que muitas vezes ficam fazendo apelo à estética, à teoria da arte, que é uma outra disciplina, que deve estar na filosofia, que é uma outra disciplina completamente diferente. Quer dizer, elas se cruzam, é claro, é importante que cada um tenha uma formação múltipla, mas os focos são diferentes.²⁴

Mesmo compreendendo a perspectiva de Coli e, em certa medida, concordando com seus argumentos, há uma questão que precisa ser tratada como um fato dado: a história da arte no Brasil é uma disciplina majoritariamente vinculada às escolas de arte, lugar institucional e epistemológico no qual ela teve condições de sobreviver e se desenvolver. Não é possível considerar a exceção bem resolvida da UNICAMP como parâmetro para uma análise da forma como a história da arte é compreendida e praticada em âmbito nacional. Contra isso, penso que não há argumentos, pois é uma realidade irrefutável do caso brasileiro. Na fala de Paula Ramos, professora do bacharelado do IA/UFRGS, essa questão se mostra de forma muito clara.

Ele [um bacharelado em história da arte] nem poderia nascer em outro lugar a não ser dentro de um instituto, de uma escola de belas artes. Não poderia nascer, seria um alien se nascesse em outro lugar, diria até que seria quase ilegítimo se ele nascesse em outro lugar, porque onde é que estão os departamentos das áreas que pesquisam isso? São as áreas de artes visuais. [...] Porque é um conhecimento absolutamente fundamental para quem trabalha com artes visuais. Seria ilegítimo, seria um alien se isso surgisse em outro departamento, em outro curso. Ele não teria essa tradição. E se tu pegares a própria CAPES, olha aonde está a história da arte. História da arte está dentro da grande área Letras e Artes. Lá dentro de artes.²⁵

Com relação ao PL nº4.699/2012, que, como foi visto, pretende regulamentar a profissão do historiador, Coli percebe a questão de um ponto de vista bastante crítico em relação à história. Ao mesmo tempo que acredita que a história da arte é uma disciplina histórica e que, desta forma, é um equívoco mantê-la em escolas de artes, por outro, observa no PL uma postura conservadora da parte dos historiadores, como pode ser observado no trecho a seguir:

Do meu ponto de vista, essa é uma questão produzida por uma mentalidade muito estreita, que enxerga a história de uma maneira conservadora e a partir de uma ideia de corporação muito forte. É meu ponto de vista e não tenho muito receio de dizer isso: durante um longo tempo, a história no Brasil foi muito marcada por inflexões ao mesmo tempo ideológicas, teóricas e políticas, que fortaleceram uma espécie de rochedo do que se queria como a história. Evidentemente, de quarenta anos para cá, de trinta anos para cá, as brechas mostraram que esse rochedo virou areia. Só que as pessoas que ainda estão lá não querem que o rochedo se desfaça. Então, eu acho que essa é uma postura conservadora. Conservadorismo pode ter aspectos positivos, mas essa não é a ideia. [...] Quando você vê resistências desse tipo [como a carta aberta “Mudanças nas denominações de alguns cursos” à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e o PL nº4.699/2012] tão fortes em relação a uma disciplina como a história da arte, você percebe que essa disciplina, que é uma disciplina tão aparentemente inofensiva, ela é na verdade altamente

subversiva, porque ela implica em uma mudança de parâmetros de pensamento, ela insiste em uma abertura de formas da inteligência, uma abertura epistemológica que uma parte dos historiadores não consegue perceber. Eles continuam no campo epistêmico deles, querem que esse campo epistêmico seja o mesmo por toda a eternidade, e a História da Arte chega e diz: “Olha, para pensar as coisas em história da arte tem que pensar de uma maneira diferente”. A inteligência da história da arte é uma inteligência diferente da inteligência discursiva, habitual do historiador. Você tem que introduzir novas práticas para que essa inteligência possa se desenvolver. Então é muito curioso, porque a história da arte, nas circunstâncias atuais do pensamento brasileiro, é uma forma altamente subversiva de pensamento.²⁶

Se por um lado, Oliveira e Coli divergem sobre a necessidade de criação de cursos de história da arte, bem como de departamentos e institutos específicos na área nas universidades brasileiras, parecem consentir, por outro lado, no pressuposto de que a história da arte é uma disciplina histórica (e não uma disciplina artística). No entanto, considerando as cargas horárias diminutas ou inexistentes de disciplinas que se ocupem dos fenômenos artísticos nos currículos das graduações em história, como um historiador pode se submeter a um objeto de estudo com o qual simplesmente não consegue lidar por carência de formação básica, algo que é difícil de suprir no âmbito da pós-graduação? Que tipos de questões podem ser levantadas diante de objetos com os quais o historiador em formação pouco tem contato?

André Tavares pontua aspectos interessantes e sua pertinência está no fato de serem observados por alguém que leciona em um curso de história da arte em um espaço institucional compartilhado com a história. Em sua fala fica claro que, apesar da história da arte compartilhar com a história discursos sobre o passado, há algo particular que a define, que a particulariza. E isso se expressa, por exemplo, na demanda do público que procura por tal formação e, em última instância, na dimensão epistemológica da disciplina.

O fato de nós compartilharmos com a história, eventualmente, a prerrogativa de fazer discursos sobre o passado, não significa que nós venhamos da mesma matriz. A mesma coisa com a literatura, quer dizer, eu me sinto pessoalmente muito mais tributário da história da literatura do que da história. A história que eu lido é a que analisa a produção de objetos artísticos, que tem um comprometimento com a documentação e com a ideia de recriação de tempo que é limitada, muitas vezes pode ser anacrônica, mas que não deixa de ter valor. O controle sobre o texto temporal dentro da produção artística é outra coisa, isso funciona de outra forma. Nessa batalha das autonomias das disciplinas, eu acho que, em parte, há um desconhecimento da tradição da formação da história da arte como campo de conhecimento separado de fato de outras áreas e, de outro lado, eu identifico uma batalha política, que não tem só ligação com a questão do conhecimento, mas com o fato de que existe um grande número de estudantes, de pesquisadores interessados na produção artística e que se veem obrigados a fazer percursos, os mais diversos e tortuosos, para conseguir chegar na formação que desejam, ou seja, há uma demanda reprimida para essa área e isso, para nós, é claramente identificável. A nossa nota de corte [pelo Exame Nacional do Ensino Médio, ENEM] subiu nesse semestre para setecentos e catorze, que é maior nota de corte aqui na EFLCH. [...] Existe uma procura, existe uma concorrência e existem instituições que simplesmente se dedicam a ignorar a produção artística, a história da produção artística como um campo autônomo. Essas pessoas se veem obrigadas a cursar sete semestres de teoria da história social do trabalho e dois ou, como era no caso da EFLCH, um semestre

de história da arte. [...] Existe uma demanda reprimida e esse público é forçado a outras opções pela ausência, até pouco tempo atrás, absoluta de um curso que o desse habilitação nesse campo. A alternativa que havia antes era você fazer um curso de educação artística ou um curso de artes, cursos que costumam ter mais semestres dedicados à história da arte, mas também com um enfoque distinto que é a utilização da própria história da arte para produção artística. Eu também acho que a visão que o artista tem da história da arte é outra, mas essas eram as alternativas. Eu estou lidando com um grupo muito grande de gente que está interessada nessa área, que não está interessada nem em estudar Max Weber, nem em estudar Hobsbawm. Esse grupo pode se aproximar disso, mas está primeiramente interessada no fato artístico, na criação artística. Essa é a prioridade, é uma prioridade absoluta. Não existe história da arte sem arte. Você pode fazer história sem arte, você pode fazer filosofia sem arte, você pode fazer ciências sociais sem arte, mas história da arte sem objeto artístico não tem. [...] Posso perguntar para os meus alunos e fazer uma proporção para você: quem veio estudar História da Arte porque viu uma pintura, porque leu um texto... “Ah, eu vim estudar história da arte, porque vi um quadro em uma exposição de Picasso”, ou “vi um grafite no meu bairro”, ou “vi um desfile de moda”, ou “li um livro ilustrado”, ou “porque um dia tropecei em uma citação de Freud”. Eu acho que existe uma prioridade. Os nossos alunos vêm aqui ansiosos pela aquisição de uma cultura visual e de uma sistematização do universo da produção artística antes das informações das outras áreas. É ligeiramente diferente, mas faz com que a formação seja completamente outra.²⁷

A partir de tal debate, é possível concluir que, apesar do estado de crise, de tensão, se houve uma resposta forte e incômoda dos historiadores da arte ao PL nº 4.699/2012, isto é um sinal de que o campo de pesquisas se encontra em um estado de maturidade e de autorreconhecimento de suas especificidades, que se evidencia também em outros dados contextuais. A expansão do ensino e da pesquisa em história da arte no âmbito da graduação e da pós-graduação é resultado do empenho de gerações de profissionais que se formaram a duras penas e num ambiente bastante difuso. Com a formação e a profissionalização desse público, cria-se a demanda de infraestrutura, expressa, por exemplo, na necessidade de expansão do mercado editorial; de oferta de bolsas de pesquisa no país e no exterior; de absorção dos formandos ao mercado de trabalho, atuando em cargo para os quais se encontram melhor qualificados. Não se pode negar que a integração e assimilação da produção artística brasileira em circuitos artísticos estrangeiros também contribuiu para estimular o contato entre as produções historiográficas brasileiras e estrangeiras. Com isso, os debates circulam.

A questão que permanece é: qual a necessidade e as implicações de se delimitar ou não um território específico para a história da arte, pensando em uma época em que as fronteiras encontram-se cada vez mais fragilizadas pela necessidade da substituição de um sistema disciplinar por uma postura mais permeável? A perspectiva pós-disciplinar, inclusive, pode em muito contribuir para a investigação do objeto de estudo da história da arte – o fenômeno artístico, que impõe à história da arte um permanente estado de diligência para que não seja absorvida em definitivo por outras disciplinas científicas. Por fim, apesar de estar sujeita a incorrer em equívocos, avalio que o complexo debate levantado nesse artigo aponta para dois problemas fundamentais.

Em primeiro lugar, avalio que o esforço por legitimação pelos historiadores da arte diante da ANPUH não aponta para o desejo de serem aceitos como historiadores tal como os outros, mas para a reclamação do reconhecimento da especificidade do campo no qual atuam. Não me parece também que os historiadores da arte tenham expresso o desejo de atuar em campos que foram conquistados pelos historiadores, como o ensino da disciplina na escola básica, por exemplo. No entanto, a ANPUH e parte dos historiadores se opõem à ideia de que a história da arte goze de autonomia institucional, por compreendê-la como uma das especialidades do que consideram como seu espaço de atuação legítimo. É uma disputa por autonomia ou subjugação que revela o empenho por conquista e manutenção de territórios institucionais e epistemológicos.

Em segundo lugar, a regulamentação da profissão de historiador abre precedente para que os historiadores da arte simplesmente não consigam atuar nos campos para os quais foram especificamente formados (ao contrário daqueles que são bacharéis em história) e para os quais a demanda existe de fato. Abre-se assim precedente para que os historiadores da arte sejam impedidos de atuar em áreas e arbitrar em assuntos sobre os quais versam com desenvoltura pelo fato de uma comunidade científica desejar instituir o que são e não são, o que podem e são capazes e não podem e não são capazes de realizar. A história da arte é assim reafirmada ora como subcategoria da história; ora como campo de saber secundário, disciplina complementar nas matrizes curriculares dos cursos de graduação em Artes (em suas diversas linguagens) como componente educativo para a formação do “artista”. No entanto, deve-se novamente salientar: o desenvolvimento de uma formação profissional específica mostrou-se mais propício nas escolas e institutos de arte do que no território reservado institucionalmente às ciências humanas. Como afirmou-se, não são raros os casos em que há uma ausência total de qualquer disciplina curricular obrigatória ou eletiva que contemple esses conteúdos específicos nos cursos de História.

Diante de um vasto caminho de debates, talvez a única certeza seja a de que serão necessárias algumas gerações para que se possa avaliar o real impacto das mudanças estruturais na formação do historiador da arte e, por consequência, na configuração da história da arte no Brasil advindas da recente criação de cursos de graduação na área.

¹ Danielle Rodrigues Amaro é Bacharel e licenciada em História da Arte pela UERJ, mestre em Artes pela Unicamp e doutora em História Social pela USP. Integra o GEPTEC, Grupo de Estudos do Progresso da Tecnologia e da Ciência da USP. Tem experiência em educação em museus de arte e atualmente dedica-se à concepção de materiais didáticos para a educação formal.

² A tese “Controvérsias acerca da institucionalização da história da arte no Brasil: debates sobre a criação de cursos de graduação e perspectivas epistemológicas” foi orientada pelo Prof. Dr. Gildo Magalhães dos Santos Filho, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo com o auxílio de bolsa CAPES Proex em seu último ano de realização, e defendida em outubro de 2017. Encontra-se disponível para consulta e download em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-21052018-144340/pt-br.php>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2018.

³ Sobre o tema, há um interessante documento produzido pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Ver: BRASIL. IBRAM, Instituto Brasileiro de Museus. *Museus em Números*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011. vol.1. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/11/museus_em_numeros_volume1.pdf>. Acesso em: 24 de janeiro de 2018.

⁴ Uso o verbo no passado, pois, a partir de 2016, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, as políticas públicas educacionais e artístico-culturais foram francamente impactadas (e tendem a continuar sendo com a eleição, em 2018, de Jair Bolsonaro).

⁵ Ver: UERJ. Deliberação nº042/2006, de 09 de agosto de 2006. Reformula os currículos dos Cursos de Artes Visuais. Disponível em: <http://www.boluerj.uerj.br/pdf/de_00422006_09082006.pdf>. Acesso em: 24 de janeiro de 2016.

⁶ As informações aqui citadas entre aspas podem ser consultadas na apresentação dos Consulta Pública dos Referenciais Nacionais dos Cursos de Graduação publicada no site oficial do Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13812:consulta-publica-dos-referenciais-nacionais-dos-cursos-de-graduacao&catid=191:sesu&Itemid=994>. Acesso em: 24 de janeiro de 2018.

⁷ Os quadros de “Convergência de Denominação (De → Para)” se encontram ainda hoje disponíveis no site do Ministério da Cultura, divididos por áreas, sendo que: a) área “Comunicação e Artes” em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/consulta_artes.pdf>; b) área “Humanidades” em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/consulta_humanidades.pdf>. Acesso em: 24 de janeiro de 2018.

⁸ Assinaram a carta: Presidente – Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFRN); Vice-Presidente – Raquel Glezer (USP); Secretário-Geral – Júnia Ferreira Furtado (UFMG); 1º Secretário – Nelson Schapochnik (USP); 2º Secretário – Luis Fernando Cerri (UEPG); 1º Tesoureiro – Marisa Midori (ECA-USP); 2º Tesoureiro – Benito Bisso Schmidt (UFRGS); Editora da RBH – Marieta Moraes (UFRJ).

O conteúdo integral da carta “Mudanças nas denominações de alguns cursos” pode ser consultado no site oficial da ANPUH. Disponível em: <http://www.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=314>. Acesso em: 24 de janeiro de 2018.

⁹ O histórico da tramitação do PL nº4.699/2012 pode ser consultado no site oficial da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559424>>. Acesso em: 24 de janeiro de 2018.

¹⁰ O relato pode ser integralmente consultado em: <<http://sbhe.org.br/modules/news/article.php?storyid=165>>. Acesso em: 08 de agosto de 2015. Na ocasião da revisão do presente artigo, não foi possível localizar o relato na página da SBHE. No entanto, o texto encontra-se disponível no blog “Profissionalização do Historiador”, que reúne várias matérias e documentos relacionados ao PL 4699/2012. Disponível em: <<http://profissao-historiador.blogspot.com.br/2013/07/intransigencia-da-anpuh-que-nao-aceita.html>>. Acesso em: 24 de janeiro de 2018.

¹¹ André Luiz Tavares Pereira (UNIFESP). Depoimento oral. Campinas/SP, 08 de março de 2014. Transcrição realizada entre 2014/2015.

¹² A saber: senadores Paulo Paim (PT/RS) e Rodrigo Rollemberg (PSB/DF); deputados Chico Alencar (PSOL/RJ, com dois assessores), Policarpo (PT/DF, com uma assessora) e Pedro Uczai (PT/SC); Daniel Ribeiro Lemos (assessor do deputado André Moura, líder do PSC, originador do pedido de tramitação do PL 4.699 em regime de urgência); uma assessora da deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ).

¹³ O relato pode ser integralmente consultado em: <<http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/sbhc-divulga-relato-de-reuniao-sobre-pl-que-regulamenta-a-profissao-de-historiador/>>. Acesso em: 24 de janeiro de 2018.

¹⁴ A classificação das áreas de conhecimento proposta pela CAPES é construída em quatro níveis hierárquicos, do mais geral ao mais específico: grande área, área de conhecimento (ou área básica), subárea, especialidade. Abrange nove grandes áreas (a saber: ciências exatas e da terra; ciências biológicas; engenharias; ciências da saúde; ciências agrárias; ciências sociais aplicadas; ciências humanas; linguística, letras e artes; multidisciplinar), na quais se distribuem as 48 áreas de avaliação da CAPES. A história da arte e a crítica de artes são especialidades que integram a grande área “linguística, letras e artes”; a área de avaliação “artes/música”; subárea “artes”. Informações consultadas no site da CAPES. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>>. Acesso em: 24 de janeiro de 2018.

¹⁵ André Luiz Tavares Pereira (UNIFESP). Depoimento oral. Guarulhos/SP, 24 de janeiro de 2014. Transcrição realizada entre 2014/2015.

¹⁶ BRASIL. *Redação final do substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº4.699-C de 2012 do Senado Federal (PLS nº368/09 na casa de origem)*. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1306144.pdf>>. Acesso em: 05 de junho de 2017.

¹⁷ Nicolaiewsky faz referência aos professores Dr. José Augusto Costa Avancini e Dr. Francisco Marshall.

¹⁸ Alfredo Nicolaiewsky (UFRGS). Depoimento oral. Porto Alegre/RS, 12 de agosto de 2013. Transcrição realizada entre 2014/2015.

¹⁹ André Luiz Tavares Pereira (UNIFESP). Depoimento oral. Guarulhos/SP, 24 de janeiro de 2014. Transcrição realizada entre 2014/2015.

²⁰ André Luiz Tavares Pereira (UNIFESP). Depoimento oral. Guarulhos/SP, 24 de janeiro de 2014. Transcrição realizada entre 2014/2015.

²¹ Luís Edegar de Oliveira Costa (UFRGS). Depoimento oral. Porto Alegre/RS, 13 de agosto de 2013. Transcrição realizada entre 2014/2015.

²² Ver: SUGIMOTO, Luiz. Horizontes e fronteiras da história da arte, segundo Coli. Campinas: *Jornal da UNICAMP*. Campinas/SP: UNICAMP, nº318, 3 a 16 de abril de 2006. p.11. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/ju318pg11.pdf>. Acesso em 14 de abril de 2012.

KASSAB, Álvaro. O olhar de Coli sobre a história da arte [entrevista]. In: *Jornal da UNICAMP*. Campinas/SP: UNICAMP, nº345, 27 de novembro a 3 de dezembro de 2006. p.2. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/ju345pg02.pdf>. Acesso em: 24 de janeiro de 2018.

COLI, Jorge. Pela implantação de graduações em História da Arte nas universidades brasileiras. In: RIBEIRO, Marília Andrés; RIBEIRO, Maria Izabel Branco. *Anais do XXXVI Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte*. Belo Horizonte : C/Arte, 2007. pp.132-133.

²³ Jorge Sidney Coli Junior (UNICAMP). Depoimento oral. Campinas/SP, 13 de janeiro de 2014. Transcrição realizada entre 2014/2015.

²⁴ Jorge Sidney Coli Junior (UNICAMP). Depoimento oral. Campinas/SP, 13 de janeiro de 2014. Transcrição realizada entre 2014/2015.

²⁵ Paula Viviane Ramos (UFRGS). Depoimento oral. Porto Alegre/RS, 12 e 13 de agosto de 2013. Transcrição realizada entre 2014/2015.

²⁶ Jorge Sidney Coli Junior (UNICAMP). Depoimento oral. Campinas/SP, 13 de janeiro de 2014. Transcrição realizada entre 2014/2015.

²⁷ André Luiz Tavares Pereira (UNIFESP). Depoimento oral. Guarulhos/SP, 24 de janeiro de 2014. Transcrição realizada entre 2014/2015.

Referências bibliográficas

GAVROGLU, Kostas. *O passado das ciências como história*. Tradução de Custódio Magueijo. 1ª edição. Porto: Porto Editora, 2007.

HONOR, André Cabral; SANTOS, Luís Fernando Amâncio; SILVA, Mateus Alves. Arte, História e História da Arte: uma relação possível? Entrevista com Carla Mary S. Oliveira. In: *Temporalidades*: Revista Discente do Programa do Programa de Pós-graduação em História da UFMG. Belo Horizonte: UFMG, janeiro/julho de 2011. Vol.3, nº1. pp.11-18.

SHAPIN, Steven. *Nunca Pura*: estudos históricos de ciência como se fora produzida por pessoas com corpos, situadas no tempo, no espaço, na cultura e na sociedade e que se empenham por credibilidade e autoridade. Tradução de Erick Ramalho. 1ª edição. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.



ARTIGOS - ARTICLES

O passado como metáfora, exemplos para o futuro: os casos de Herman Kahn, nos anos 1947 a 1970, e David Staley, no século XXI

Fabio Sapragnos Andrioni¹
Instituto de Estudos Avançados – USP
fsandrioni@yahoo.com.br

Como citar este artigo: ANDRIONI, F. S. “O passado como metáfora, exemplos para o futuro: os casos de Herman Kahn, nos anos 1947 a 1970, e David Staley, no século XXI”. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº6, p. 110-131. 2018. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Neste artigo, analisaremos as propostas de uso da história para especular sobre o futuro elaboradas por Herman Kahn, físico, estrategista militar e futurólogo estadunidense, que abordou o futuro ao longo de grande parte de sua trajetória profissional, iniciada em 1947. O principal conceito do autor para essa finalidade foi o de metáfora heurística, pelo qual defendia uma forma de utilizar casos do passado para pensar desdobramentos futuros. Em 2002, em um artigo, o historiador estadunidense David J. Staley recuperou aspectos da ideia e da proposta de Kahn e defendeu o papel do historiador na especulação do futuro.

Palavras-chave: teoria da história, futurologia, historiografia contemporânea, temporalidade

The past as metaphor, examples for the future: the cases of Herman Kahn, in the year 1947 to the 1970, and David Staley, in the century 21st

Abstract: In the 20th century, we can identify some proposals of how to use history to speculate about the future. One of them was elaborated by Herman Kahn, US American physicist, military strategist and futurist, who approached the future during the majority of his career, started in 1947. Herman Kahn's main concept to speculate about the future was the "heuristic metaphor". Through it, Kahn defended a method of comparison and approximation of past events to think future developments. In 2002, an article, by David J. Staley, brought back some aspects of Kahn's heuristic metaphor proposal and idea. Staley also defended historians as one of the most indicated professional to deal with the future to deepen a little more and bring some considerations that may contribute with reflections to what is on the subject.

Keywords: theory of history, futurology, contemporary historiography, temporality.

I. Introdução

O historiador, em sua prática, não consegue aceitar “um pouco de futuro, sem que seja forçado a vê-lo como ameaça à qualidade profissional” (KOSELLECK, 2014, p. 189). Essa condição do historiador, percebida por Kosellek, foi construída ao logo do processo de formação disciplinar da história. Ao se pretender constituir uma história científica, os historiadores ou intelectuais que se preocupavam com tal estatuto para disciplina, elaboraram reflexões filosóficas, epistemológicas, teóricas e metodológicas que determinaram o passado como o objeto de estudo da história. Nesse processo, as outras temporalidades – presente e futuro – foram afastadas. Todavia, essa compreensão parece ter ficado restrita ao campo da história enquanto disciplina acadêmica, pois outras áreas continuaram produzindo conhecimento sobre o passado – sob a mesma alcunha de história – sem, todavia, afastar esse conhecimento das outras temporalidades.

Neste artigo, discutiremos duas interpretações contemporâneas sobre a história que delinearão formas de relacionar o passado e o futuro. Abordaremos a proposta do estrategista militar e “futurólogo” estadunidense Herman Kahn, a partir da historicidade do conceito de “metáfora heurística”, apresentado por Kahn em sua obra *The year 2000*, de 1967, em co-autoria com Anthony Wiener. A ideia por trás desse conceito passou a ser cunhada por Kahn desde 1947.

Já no século XXI, podemos perceber que elementos e estruturas desse pensamento exemplificado aqui com a análise do conceito de Kahn começou a encontrar ecos entre alguns poucos historiadores estadunidenses. Aqui, analisaremos a proposta de David J. Staley em um texto de 2002, publicado em um volume especial, chamado de *Unconventional History*, da revista de teoria da história *History and Theory*, com o título *A history of the future*.

II. O planejamento militar e a consciência do futuro

A elaboração de uma relação metafórica e heurística com a história, na obra de Herman Kahn, acompanha a sua trajetória profissional, a qual, por sua vez, não está desatrelada do desenvolvimento do planejamento militar nos EUA nos anos após o fim da II Guerra Mundial. Em 1947, Herman Kahn, que já era formado em Física, e obteve o mestrado na mesma área pelo California Institute of Technology (CALTECH), foi contratado pela *RAND Corporation* como calculador. A *RAND* era um centro de pesquisa e desenvolvimento com contrato exclusivo com a Força Aérea dos EUA para desenvolver estudos e planejamentos voltados para a área de tecnologia e estratégia militares (DICKSON, 1971, p. 24-25; BRUCE-BRIGGS, 2000, p. 15-16; GHAMARI-TABRIZI, 2005, p. 51-52, 54; SHRADER, 2006, p. 60; STEVENSON, 2008, p. 38).

As primeiras publicações de Kahn na *RAND* abordavam acerca do comportamento de partículas atômicas e, por isso, ele começou a trabalhar com um método probabilístico conhecido como Monte Carlo (BRUCE-BRIGGS, 2000, p. 13, 16-18; GHAMARI-TABRIZI,

2005, p. 63, 132-133). Esses estudos foram desenvolvidos por Kahn até a primeira metade da década de 1950 (BRUCE-BRIGGS, 2000, p. 18-33; GHAMARI-TABRIZI, 2005, p. 65-66). Na segunda metade da mesma década seus interesses mudaram quando ele se aproximou do grupo do filósofo e lógico matemático Albert Wohlstetter, quem ficara famoso pelos seus estudos, bastante detalhados e profundos sobre a defesa dos EUA, para a qual também refletia e propunha elementos da “teoria dos jogos” (SMITH, 1991, p. 119-121; BRUCE-BRIGGS, 2000, p. 34-38; GHAMARI-TABRIZI, 2005, p. 67-68; STEVENSON, 2008, p. 56).

Foi ao trabalhar dentro desse grupo que Kahn desenvolveu metáforas com a finalidade de ilustrar certos argumentos. Em um relatório sobre “teoria dos jogos”, de 1957, Kahn e Irwin Mann pedem para que imaginemos que há uma casa e, nela, vive nossa família. Na casa há um porão de concreto onde um membro de nossa família tem a tarefa de apertar um botão capaz de explodir a casa do vizinho. Todavia, a casa do vizinho está na mesma situação. Há dúvidas sobre a capacidade de o porão proteger toda a família. Além disso, não é possível garantir que a família fique no porão o dia inteiro. A melhor garantia, frente às incertezas sobre a capacidade de o porão proteger contra a explosão ou de saber se, de fato, a explosão acontecerá, seria aumentar o poder das dinamites e a resistência dos porões. Isso, por sua vez, demandaria pesquisa e desenvolvimento e uma reflexão acerca da própria atividade decisória, a qual ganharia muito mais responsabilidade em um contexto como esse (KAHN & MANN, 1957a, p. 58-59, 63-64).

A construção da metáfora da casa e dos porões possuía algumas finalidades. A mais óbvia era ilustrar a postura de defesa dos EUA, a qual Kahn e o grupo de Wohlstetter eram críticos. (KAHN, 1969b, p. 16-19, 28-36, 39, 97; KAHN, 1962, p. 15-16, 21-23, 35-36, 106-108; KAHN, 1971, p. 19-21, 23-24, 35-36, 117-199; DICKSON, 1971, p. 56-57; BRUCE-BRIGGS, 2000, p. 40-41)². Outra finalidade, menos óbvia, era a defesa de instituições como a RAND, as quais possuíam justamente esse papel de pesquisar e promover os desenvolvimentos tecnológicos, técnicos e governamentais, visando fornecer fundos contextuais para que os elaboradores de políticas e tomadores de decisões soubessem o que estava em jogo. Por trás dessa defesa, estava também uma consciência que se adquiria sobre o peso e a importância das decisões em um mundo ameaçado pelas armas nucleares. Essa situação, conforme Kahn, demandava uma análise ampla e variada, considerando os diversos fatores e condições envolvidos (KAHN, 1969b, p. 252; KAHN, 2007, p. xv.).

Essa defesa de Kahn abrangia toda uma prática de pesquisa e o lugar onde ela era realizada, no caso, a RAND. O nome RAND vinha justamente da junção das iniciais das palavras *research and development* (pesquisa e desenvolvimento), logo, R and D. Basicamente, a RAND atuava em três frentes: 1) a pesquisa básica, que era a pesquisa sem objetivos externos; 2) a pesquisa aplicada, a qual era desenvolvida visando um fim determinado; e 3) o desenvolvimento, que consistia em desenvolver artefatos e materiais a partir do resultado das pesquisas, sem, todavia, o compromisso de produzir esses artefatos. Para conseguir atender tanto a pesquisa quanto o desenvolvimento, a RAND empregou cientistas, a maioria físicos e de outras áreas exatas, assim como, em menor número, economistas, cientistas políticos, psicólogos e cientistas sociais. Por essa prática de produção de pesquisas, esses institutos

passaram a pertencer à categoria de *think tanks* (DICKSON, 1971, p. 8, 24-25; BRUCE-BRIGGS, 2000, p. 15-16; GHAMARI-TABRIZI, 2005, p. 51-52, 54; SHRADER, 2006, p. 60; STEVENSON, 2008, p. 38; ; FORTUN & SCHWEBER, 199, p. 628-629).

A metáfora da casa e do porão era um modelo bastante abstrato e pouco ou nada dizia sobre a história. Porém, ela transparecia, de forma sutil, um problema que o planejamento militar tentava constantemente resolver: o da incerteza do futuro. Kahn refletiu sobre essa questão em vários de seus escritos, principalmente em virtude do desenvolvimento das armas atômicas, uma vez que elas impactariam decisivamente o equilíbrio das relações internacionais. A solução proposta por Kahn – a qual também orientava a prática de pesquisa do futuro na RAND – era levantar diferentes possibilidades para o futuro. Nesse sentido, a “pesquisa e desenvolvimento” é novamente defendida como a prática que poderia elaborar planos contingenciais, os quais qualificariam a capacidade das escolhas a serem feitas em um contexto tão complicado. (KAHN & MANN, 1957b, p. 38; KAHN, 1969b, p. 3, 316, 324-325, 357, 387, 626-640; KAHN, 2007, p. xv, xviii.)

Dentre os diversos recursos e métodos para lidar com um mundo incerto e perigoso, Kahn propunha o método de correlação. Derivado das aplicações do Monte Carlo, o método consistia em buscar soluções simultâneas para problemas que possuiriam alguma relação ou semelhança. Assim, a partir da resposta obtida e conhecida para um problema, calculava-se as respostas para aqueles que não as tinham. Havia, dessa forma, um processo de consideração de soluções como um modelo genérico para os outros problemas, o que também revelaria diferenças, quando comparados, denotando o caráter de “paráfrase” da prática (KAHN & MANN, 1957b, p. 124; KAHN, 1954, p. 95, 112).

Porém, o principal recurso “parafrásico” e heurístico desse período foram os jogos, principalmente para obter exemplos para situações reais. O uso de jogos, dessa maneira, tal como o método de correlação, teria uma finalidade altamente prática: a obtenção de “casos” que poderiam esclarecer acerca das situações reais de conflito. Essa crença na qualidade dos jogos para refletir e conhecer o mundo real existia, pois Kahn entendia que a teoria dos jogos não cabia somente aos jogos, mas a qualquer situação de conflito, definida como a situação na qual há dois ou mais participantes com objetivos e interesses distintos. A teoria dos jogos serviria, então, para refletir sobre as ações mais propícias e as estratégias mais indicadas e adequadas para alcançar um objetivo e, então, vencer o conflito (KAHN & MANN, 1957a, p. 21, 24-25).

Os jogos também serviriam para trabalhar a intuição, uma vez que criariam uma “pseudo-experiência”, o que, na opinião dos pesquisadores da RAND, era importante, já que em uma situação histórica onde existiam armas capazes de destruir uma nação ou mesmo o mundo “há áreas grandes e importantes onde ninguém tem ‘experiência’” (KAHN & MANN, 1957c, p. 1-2). De fato, ninguém nunca lutou uma guerra termonuclear e, por isso, situações que criassem algum tipo de experiência eram defendidas como algo necessário e importante. Os jogos visavam justamente cumprir essa função, pois funcionavam como metáforas para

situações reais possíveis e potenciais. Dessa forma, pensar a situação internacional conforme os jogos fez com que Kahn propusesse o a metáfora da casa e dos porões com dinamites, a qual chamou de *deterrence game* (KAHN & MANN, 1957d, p. 4-6; KAHN & MANN, 1957c, p. 159).

Os jogos não eram o único recurso para pensar o futuro e as incertezas inerentes a ele. A história também tinha essa função. Por exemplo, Kahn utilizou a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais para pensar desdobramentos futuros de guerras. Recorrer ao passado era uma forma de compensar a experiência que faltava acerca das guerras termonucleares, não por que se acreditava que o passado, como tal, ensinaria sobre o futuro, mas ele poderia fornecer paráfrases, tal como praticado com a correlação entre problemas usadas no método Monte Carlo.

Ou seja, o passado composto pelas guerras mundiais do século XX seria o problema com a resposta conhecida. Ele seria usado para buscar respostas e soluções para uma situação com as respostas ainda desconhecidas, que eram os resultados futuros de um contexto internacional no qual as armas termonucleares eram uma realidade.

Uma conclusão que Kahn alcançou ao aplicar esse modelo de correlação foi que, tal como a Primeira Guerra, entre os anos de 1960 a 1975, uma guerra poderia ter início, mesmo contra a vontade da maioria dos participantes, por um motivo aparentemente menor e, uma vez iniciada, não haveria mais como impedi-la. Algumas das situações, análogas às da Primeira Guerra, que poderiam gerar ou existir em um conflito seriam ou uma postura indiferente dos governos, mesmo diante de alarmes e crises, ou os governos desconhecem aspectos técnicos da guerra, ou a oportunidade que pequenas nações teriam de manipular as nações maiores (KAHN & MANN, 1969, p. 368-370, 375).

A interpretação de Kahn acerca do futuro do mundo em um ambiente de armas nucleares foi um tema importante, senão central, em seus três primeiros livros, *On thermonuclear war*, de 1960, *Think about the unthinkable*, de 1962, e *On escalation*, de 1965. No entanto, a partir do segundo livro, podemos perceber uma ampliação de algumas das ferramentas aprendidas no período da RAND e uma reflexão também mais ampla e desenvolvida sobre a relação entre passado e futuro. Ao discutir as estratégias de defesa civil, Kahn afirma a busca pela relação entre as propostas de defesa civil e de dissuasão com os exemplos e as lições do passado. Nesse sentido, Kahn claramente aproxima história e a extrapolação do futuro. Porém, isso não significa que a história seja o espaço dos fatos objetivos e a extrapolação do futuro, o da imaginação. A imaginação acaba ocupando a reflexão sobre as duas temporalidades, resultando ou na história imaginada para o futuro, ou no passado imaginado fora de suas amarras temporais. Isso ocorre, pois Kahn acreditava que com essa forma de trabalhar com o passado havia um aspecto racional, uma vez que era, para ele, a única maneira possível de lidar com a guerra atômica (KAHN, 1971, p. 106-107, 288; KAHN, 1962, p. 97-98, 253).

Portanto, se Kahn reconhecia a importância do papel da imaginação na arte de pensar o futuro, o físico ressaltava a superioridade da história em relação à imaginação, pois era mais rica e imaginativa do que qualquer mente. Em seus três primeiros livros, como o foco é a possibilidade de uma guerra futura, o período da história em que Kahn mais busca exemplos é novamente o das duas Guerras Mundiais. No *On thermonuclear war*, por exemplo, ao analisá-las,

Kahn estabelece um ritmo de mudança tecnológica, na qual cada guerra é uma revolução tecnológica em relação à anterior. A partir disso, ele imagina como seriam dois contextos de “guerras” que poderiam ter ocorrido em 1951 e 1956, ou seja, elabora um passado diferente, conforme um desenho contextual dos períodos. A esse passado construído, Kahn dá o nome “passado hipotético”. Além desse exercício, o autor extrapola outros quatro contextos de “guerras” para o futuro, localizados nos anos de 1961, 1965, 1969 e 1973. Kahn não pensa essas guerras como conflitos, mas como recortes cronológicos de períodos de cinco anos usados para extrapolar os desenvolvimentos tecnológicos e políticos. Com essa experimentação, ele conclui que, de fato, as guerras aceleram o avanço tecnológico e também o aprendizado prático sobre como os novos artefatos desenvolvidos funcionam, o que não seria possível nos tempos de paz, quando o uso é desenvolvido em bases somente hipotéticas e especulativas (KAHN, 1969, p.125-126, 193, 239-240, 311-315, 348-349, 416-419, 425-447, 451, 453-457, 475, 481-486, 488-492, 495-498, 501-505, 509, 515, 557; KAHN, 1969a, p. 312-313; KAHN, 1968, p. 201).

Nesse momento, a construção histórica e a extrapolação construídas por Kahn são ainda bastante lineares, pois o passado aparece como uma tendência de mudança, a qual é extrapolada como continuidade para o futuro. Em outras palavras, o passado é uma série que forma um contexto geral e amplo para o futuro. Porém, o passado é também um manancial de episódios para pensar, por aproximação, o futuro e o presente, funcionando como uma correlação entre “problemas”. O aprendizado que Kahn acredita ser possível a partir da história não seria, no entanto, por repetição, uma vez que “a história não se repetirá servilmente, contudo, ela poderá se parafrasear” (KAHN, 1969b, p.312). Conhecer as duas guerras mundiais auxiliaria a analisar a situação da dissuasão de maneira mais sóbria. O passado, como paráfrase, não permite prever os eventos, mas permite delinear fundos contextuais possíveis e prováveis. Em outras palavras, não é esperar o surgimento de um novo Hitler, mas saber que o medo de refletir sobre guerras poderia levar algum líder de alguma nação a usar esse medo para atender seus desejos, tal como, na interpretação de Kahn, Hitler fizera. Outra “lição” que Kahn retira da experiência das duas guerras mundiais é que foram os ingleses que acabaram declarando a guerra. Caso os EUA não realizassem uma dissuasão adequada, Kahn acreditava que o país poderia terminar refém de um ultimato entre a guerra ou a paz desvantajosa (KAHN, 1969b, p. 98, 312, 375, 377, 409, 414, 558-563, 414; KAHN, 1962, p. 78-80, 178-179; KAHN, 1971, p. 84-86, 200-201).

III. O planejamento de um futuro mais amplo e a metáfora heurística

Em 1961, após sair da *RAND*, Kahn fundou seu próprio centro de pesquisa, o *Hudson Institute*. Foi também ao longo da década de 1960 que o interesse pelo futuro se ampliou, indo além da consultoria militar e extrapolando cada vez mais distante no tempo. Parte disso foi devido à diminuição dos investimentos governamentais nas pesquisas militares, principalmente no papel dado aos *think tanks*, o que fez com que os institutos, tal como o *Hudson*, buscassem

outras fontes de financiamento, abordando outros temas e oferecendo os estudos para outras esferas (SMITH, 1972, p. 1; BRUCE-BRIGGS, 2000, p. 133; HUDSON, 1962, p. 1, 3; WILLIAMS, 1962, p. 2). Porém, os próprios estudos do futuro, já praticados havia mais de uma década, geravam essa necessidade de ampliação. Peguemos o exemplo do planejamento militar em um mundo de armas atômicas. Como vimos, a justificativa de estudar o futuro é justamente pela incerteza frente à ameaça das armas nucleares. Uma forma proposta de buscar a solução para esse problema é delinear diversos futuros possíveis. Essa solução, porém, só se torna factível se for possível fazer previsões para depois da ameaça. Assim, cada previsão e planejamento geravam a necessidade de um novo planejamento para além daquele tempo. Essa era a dinâmica constante da ampliação do alcance dos estudos futuros.

Para conseguir elaborar estudos cada vez mais abrangentes e expandidos no tempo, novos conceitos foram elaborados, justamente para abordar as continuidades e como elas dependiam e estavam ligadas às decisões tomadas em momentos-chaves. O conceito usado por Kahn nessa nova fase foi o de “cenário”. É possível entender o cenário como uma ordenação ou uma segmentação sistemática do futuro, visando seu estudo. Uma definição possível para o conceito é: constituir uma descrição narrativa de forma hipotética ou imaginária, que pode ou não ser detalhada, mas que apresenta uma sequência de eventos para o futuro, possibilitando uma análise que leve em conta os diversos aspectos, assim como os desdobramentos possíveis e prováveis. O cenário também pode focar nos pontos críticos de decisão, considerando as alternativas possíveis para os agentes envolvidos. No *Hudson Institute*, o cenário se tornou uma ferramenta muito importante, sendo refinada nos diversos trabalhos desenvolvidos dentro do instituto e apresentada como um carro-chefe qualitativo de seus estudos (HUDSON, Carta 1961, p. 1, 3; KAHN, Carta 1962; KAHN, 1971, p. 157-158; KAHN, 1962, p. 143; KAHN, 1967a, p. 6, 262; KAHN, 1968, p. 32-33, 324; HUDSON Institute, volume 1, 1973, Side B; KAHN, 1969b, p. 368-370, 526-527; KAHN, 1971, p. 194; KAHN, 1962, p. 173-174; HUDSON. 27 de Set. de 1961, p. 3).

Kahn reconhecia que qualquer desenvolvimento tecnológico futuro, a configuração internacional que decorreria desses desenvolvimentos e as crises que surgiriam seriam momentos inéditos. Contra isso, uma fonte rica de cenários seria a história. Assim como a história poderia ser usada como cenário, o cenário também poderia servir como exemplo histórico e “inventar” uma experiência onde ela nunca existiu, tal como os jogos que serviam para imaginar e especular sobre realidades inexistentes (KAHN, 1969b, p. 368-370, 526-527; KAHN, 1971, p. 194; KAHN, 1962, p. 173-174; HUDSON Institute. 27 de Set. 1961, p. 3).

Um exemplo de cenário elaborado a partir do passado para pensar possibilidades para o futuro é o do incêndio no *Reichstag*, quando o parlamento da Alemanha Imperial, em 1934, foi consumido pelas chamas. O atentado foi atribuído a um grupo de comunistas jovens. Conforme Kahn, os nazistas, responsáveis de fato pelo incêndio, usaram esse ato como um motivo para perpetrar uma série de medidas contra os comunistas, como expulsá-los do Parlamento, o que permitiu que a maioria nazista que sobrara no país instaurasse a ditadura de Hitler. A interpretação que Kahn faz desse fato é que algumas nações poderiam criar um

incidente como o do *Reichstag* para justificar o ataque a um inimigo (KAHN, 1969b, p. 529-530; KAHN, 1971, p. 194; KAHN, 1962, p. 173).

É nesse cruzamento da busca por exemplos do passado com a elaboração de cenários sobre o futuro que Kahn idealizou a apropriação metafórica da história. Ao conceber os cenários também como um recurso para estimular a imaginação, a construção de sucessões de eventos passados se torna um campo de atuação da imaginação, visando construir eventos possíveis, ainda que não ocorridos. Dessa forma, criar-se-ia exemplos inexistentes, porém, de alguma forma coerentes com contextos passados. A defesa para essa prática era criar várias possibilidades, as quais auxiliariam no planejamento ao servir como exemplos para a tomada de decisões. Ao criar “cenários do passado” dessa maneira, Kahn apresentava sua proposta de apropriação do passado por metáfora, a qual mantém a estrutura da paráfrase para solução de problemas, como aparecia no uso por correlação do método Monte Carlo: para resolver um problema cuja resposta é desconhecida, parte-se de outro, relacionado com o primeiro, cuja resposta já é conhecida e, a partir dela, estima-se uma resposta para o primeiro (HUDSON, 27 de Set. de 1961, p. 1).

Essa estrutura metafórica e imaginativa ao comparar dois momentos aparecia, inclusive, nas falas de Kahn. Em uma palestra para militares, Kahn contava um episódio ocorrido na Segunda Guerra para ilustrar um ponto que defendia sobre o presente. Ao fim de sua exposição, um general o contradisse, apresentando outra narrativa sobre o mesmo episódio. Kahn, então, questionou o interlocutor sobre a autoridade da informação, ao que o general respondeu que fora testemunha presente do episódio narrado. A réplica de Kahn foi que, apesar da diferença das narrativas, não importava o que de fato acontecera, mas, se a coisa tivesse ocorrido tal como Kahn expusera, o ponto defendido acerca do presente estava ilustrado e embasado (GHAMARI-TABRIZI, 2005, p. 76).

Podemos dizer, então, que há, nas metáforas, um nível de manipulação nas relações entre passado e futuro, fazendo com que a história se torne algo além do relato sobre o acontecido no tempo passado. História, agora, também passa a abranger aquilo que poderia ter acontecido, mas não aconteceu. Em Kahn, essa expansão do conceito de história existe devido à justificativa de o conhecimento do passado poder auxiliar na criação de experiências para situações desconhecidas. Em suma, para situações desconhecidas, experiências inéditas. Essa forma de entendimento da história apresenta aspectos de história contrafactual, a qual normalmente parte de questões sobre possibilidades históricas, normalmente orientadas pela seguinte interrogação: “o que aconteceria se...?” (GALLAGHER, 2013, p. 53-59). Uma forma de representar a concepção temporal da história contrafactual é a letra “Y”, pois ela indica um caminho e uma bifurcação. Essa concepção leva a conceber que há, no passado, um caminho, que é o que de fato aconteceu, o qual podemos chamar de histórico, mas há, ainda, um campo de possibilidades do que poderia ter acontecido. Esse campo de possibilidades estaria atrelado ao contexto passado e, por isso, seria plausível. Assim, as construções de história contrafactual e os cenários do passado, como Staley coloca, parasitam a realidade. Quando Kahn aborda e

constrói dois contextos de guerra mundial na década de 1960, de uma forma historicamente retroativa, Kahn está praticando história contrafactual (GALLAGHER, 2013, p. 56; TETLOCK, LEBOW & PARKER, 2009, p. 17-18, 29-30, 30-31, 33-34, 53-54, 58; 60-65; FERGUSON, 1995, p. 18, 87-89; BUNZL, 2004, p. 845-848, 852-855, 857-858; STALEY, 2002, p. 85-87; STALEY, 2010, p. 63-64, 115, 116, 118-120, 122-125; KAHN, 1969a, p. 207-208; KAHN, 1968, p. 129-130).

Interpretar a história como um caminho possível entre tantos outros está atrelado à compreensão de que o futuro também não é um caminho único. Por outro lado, reconhecer que o futuro é um caminho aberto e repleto de possibilidades, também traz à consciência que o passado foi, quando era presente, um tempo com futuros potenciais. Logo, tanto o trabalho contrafactual, quanto os cenários operam nesse campo, ora com o que poderia ter acontecido diferentemente do que aconteceu, ora com o que poderá acontecer frente a um determinado contexto. Ambas compreensões estão conectadas, de alguma forma, com a realidade presente presente ou presente passada e contra a ideia de um fim predeterminado. Apesar de guardar esses elementos de história contrafactual e de “história” do futuro, as construções de Kahn sobre o passado, e mesmo os cenários, não compartilham da preocupação e da busca de legitimidade entre historiadores, que autores como Staley, Gallagher, Ferguson e outros buscam. Kahn não está preocupado com a legitimidade e com os fundamentos metodológicos que autorizem as construções contrafactuais ou de cenários como exercícios legítimos do ofício do historiador, não realizando distinções que foram buscadas, como a entre história alternativa e história contrafactual (STALEY, 2010, p. 63-64, 116-118, 122-125; STALEY, 2002, p. 85-87; FERGUSON, 1995, p. 68).

Apesar de parecer e ser apontado muitas vezes como extremamente fantasioso e imaginativo, Kahn raramente abre mão da plausibilidade. Inclusive, ele defende que as construções sobre o futuro devem sempre buscá-la. A plausibilidade seria obtida a partir das relações lógicas e “historicistas” que os cenários teriam com o contexto no qual se inserem. Porém, o principal, para Kahn, não é o elemento metodológico e objetivo das construções realizadas. O principal, para ele, é o poder de convencimento sobre a ação no presente que os cenários devem exercer.

Por isso, Kahn e seu instituto insistiam tanto nos cenários. Seu compromisso não era com um conhecimento objetivo sobre o passado, ou com construções de cenário ou históricas contrafactuais que fossem historicamente mais adequadas. Kahn se permitia o elemento ficcional e imaginativo sobre o futuro e sobre o passado. Isso se intensificou ao longo da década de 1960 e 1970, com a busca por novos financiamentos e com a intenção de desenvolver planos e cenários mais amplos e que abordassem aspectos mais gerais e diversos do mundo e do processo histórico. Ao ampliar a análise para anos mais à frente, em 1967, no *The year 2000*, as especulações alcançam trinta e três anos para o futuro, e no *The next 200 years*, de 1976, duzentos anos à frente.

Para realizar especulações conforme esses recortes mais avançados, alguns tipos de cenários se tornaram categorias próprias. Kahn cunhou, por exemplo, a projeção livre de surpresas, que é a projeção mais linear a partir das tendências presentes. Propôs também o

conceito de mundo padrão, que seria o mundo (ou os mundos) resultante da projeção livre de surpresas. Haveria também as variações, que são as alternativas ao mundo padrão. Essa complexidade conceitual a partir do “cenário” visava justamente disciplinar as formas de extrapolações e de especulações a serem elaboradas, buscando compreender tantos os fatores isolados, quanto suas interações e conseqüências (KAHN, 1967a, p. 6; KAHN, 1968, p. 32-33; KAHN, 1979, p. 50-51; KAHN & BRUCE-BRIGGS, 1972, p. 162-163).

É também a partir do *The year 2000* que Kahn passa a utilizar o conceito de metáfora heurística. A essência do conceito é uma adaptação de uma estrutura recorrente nos estudos de Kahn: “A História pode não se repetir, mas pode parafrasear-se”. (KAHN, 1967a, p. 32; KAHN, 1968, p. 64). O conceito e a definição de heurístico também são o reconhecimento definitivo do uso de exemplos históricos para pensar possibilidades para o futuro.

Além disso, a metáfora heurística traz, como algo novo, uma discussão e uma reflexão históricas. Partindo de um ponto conhecido, que é a incerteza sobre o futuro, Kahn recorre agora às interpretações macro-históricas e às Filosofias da História para buscar as tendências históricas mais duradouras e que pareciam possíveis continuar nos próximos anos. Essas diferentes interpretações de longa duração são comparadas como metáforas heurísticas para formular possibilidades de padrões e de tendências para o futuro a partir do presente (KAHN, 1967a, p. 26-27, 32; KAHN, 1968, p. 55-58, 64).

A metáfora heurística também era usada para construir exemplos históricos metafóricos para refletir sobre os resultados em situações análogas ou semelhantes às do passado. Por trás dessa utilização, aparece um novo argumento. Conforme Kahn, muitos acontecimentos ou aspectos de acontecimentos se inserem em padrões, os quais serviriam para pensar temas, questões e hipóteses (KAHN, 1967a, p. 32; KAHN, 1968, p. 64). Ou seja, por mais que reconhecesse os perigos da analogia histórica, justamente pela unicidade dos fenômenos históricos, a defesa metafórica supõe desconsiderar esse aspecto, uma vez que não busca uma aproximação objetiva, mas heurística. A analogia pode ser empregada, pois não intenciona provar, comprovar ou narrar algum evento do passado tal como ele foi (KAHN, 1972, p. 30-31).

Um exemplo de metáfora heurística desenvolvido para entender o período do final dos anos 60 e início dos 70 e especular seus possíveis desenvolvimentos foi compará-lo com a *belle époque*. Conforme Kahn, o início do século XX e o final dos anos 60 tinham, em comum, um sentimento de otimismo e satisfação. No início do século, haveria um sentimento de unidade do Ocidente, sob a liderança da Europa e dos EUA. Porém, outras duas sociedades não ocidentalizadas também se destacavam: Japão e Rússia. No mundo, os processos de industrialização e modernização ganhavam cada vez mais força, representavam a ocidentalização e vinham acompanhados de otimismo e fé no futuro (KAHN, 1967a, p. 13-16, 57, 189-191, 230-242; KAHN, 1968, p. 41-45, 89-90; KAHN, 1972, p. 13,19). Por sua vez, o período de 1953, com o fim da Guerra da Coreia, até 1965, com a desilusão do Vietnã, teria sido de paz relativa, prosperidade e crescimento econômico. Em comum, ambas épocas

presenciaram expansões comerciais e de investimentos, assim como das viagens, da comunicação e de circulação de pessoas, trabalhadores, bens e capitais. Houve também a tentativa de difundir uma moral burguesa, a qual, no início do século XX, era contrária à prostituição, ao jogo, ao álcool, às drogas e defendia reformas políticas e direitos das mulheres. Já o segundo momento, chamado por Kahn de a segunda *belle époque*, presenciou uma defesa pelo direito das mulheres, pelos direitos civis, pelas reformas políticas. A corrida armamentista também era uma realidade em ambas, com pequenas desordens e guerras nas nações em desenvolvimento (KAHN, 1972, p. 32-35).

A diferença principal era que a segunda *belle époque* provavelmente não seria encerrada por uma guerra, como fora a primeira, e estender-se-ia, gradualmente, até a década de 1980. Todavia, o resultado seria um novo contexto, fruto da erosão das bases políticas, militares e econômicas das décadas de 1950 e 60 e, conseqüentemente, uma possível situação de instabilidade. Haveria grandes chances de se manifestar uma contradição entre os defensores dos valores da contracultura e os contrários a ela, principalmente conservadores (KAHN & WIENER, 1967a, p. 127-128; KAHN & WIENER, 1968, p. 174-175; KAHN & WIENER, 1972, p. 36-38).

Outro exemplo de utilização da metáfora heurística é a comparação dos padrões mais longos ou universais, como a realizada entre as hipóteses de flutuação das culturas de Sorokin, os ciclos de governo de Aristóteles e algumas definições de Spengler (KAHN & WIENER, 1967a, p. 31-32).

Sorokin compreende a história que se inicia na Grécia Antiga e estende-se até o século XX d.C. como a transição de três tipos de culturas: a *Ideational*, a *Idealistic* e a *Sensate*. A realidade na cultura *Ideational* é a perenidade de um Ser maior e metafísico. Já na cultura *Sensate*, a realidade é o que os sentidos conseguem perceber, sem a crença ou a busca por uma realidade além. A cultura *Idealistic*, por fim, combina as duas anteriores, de forma equilibrada (SOROKIN, 1970, p. 70).

Na dinâmica das culturas, Sorokin indica que uma cultura *ideational* ruma para a *sensate*, e um dos indícios disso é uma valorização cada vez maior do que os sentidos percebem. Nesse caminho, então, desenvolve-se a ciência em conjunto, com suas tecnologias que ampliam as percepções sensoriais. Nesse processo, o racionalismo é gradualmente substituído pelo empirismo. Politicamente, esse movimento seria acompanhado por uma queda das aristocracias e de características teocráticas religiosas como liderança e prestígio, dando lugar à valorização da riqueza, da força física e militar e da habilidade política. O resultado prático seriam governos tiranos ou oligarcas, ou democracia e monarquias com caráter hedonista e utilitário (SOROKIN, 1937. p. 5, 7-9, 65-66; SOROKIN, 1970, p. 227-229, 259-260, 478). Essa visão de Sorokin parece se inspirar de fato em Aristóteles, quem afirma que, após o estabelecimento da aristocracia, alguns dos aristocratas se corrompem e começam a enriquecer a partir do bem público, formando, com isso, as oligarquias, a forma viciada do governo de poucos, pois ergue ao poder os possuidores de fortuna, que normalmente são a minoria e acabam governando somente pelos seus interesses (ARISTÓTELES, s/d., p. 117, 141, 233).

A sequência apresentada por Kahn, a partir da junção dos três autores, culminaria, politicamente, na democracia, acompanhada pelo relativismo e pelo ceticismo. A democracia, como espaço do relativismo e do ceticismo, indica já o período final do processo *sensate*. A certeza dos sentidos já não é uma base segura, porém, ela já solapara a verdade da fé e a verdade racional. Com isso, o ceticismo cada vez mais se difunde, indicando uma falta de esperança que culmina em um *carpe diem* sensual e niilista defensor da necessidade de que o próprio homem modifique sua mente para atingir a felicidade e a paz mental. Por sua vez, o relativismo nasce da crença de que a mudança define a realidade, porém, compreende que essa condição do temporário impede qualquer certeza absoluta (ARISTÓTELES, s/d., p. 141; SOROKIN, 1937, p. 67-69, 108, 211-217, 229-239; SOROKIN, 1970, p. 260-261, 272, 303-306, 315-322).

Politicamente, a democracia se enfraqueceria, pois o relativismo e o ceticismo se transfeririam para a lei, dando espaço para o surgimento de demagogos. Sendo assim, a democracia se igualaria à tirania, pois os demagogos adulariam a vontade do povo, conquistando influência sobre ele. A disputa se instaura, então, entre facções oportunistas, as quais buscam garantir privilégios e, portanto, superioridade. O processo culmina em conflito (ARISTÓTELES, s/d., p. 238, 306-307). Assim, uma democracia relativizada e cética levaria a sentimentos de cinismo, alienação, anarquia e niilismo, assim como a situações de anarquia ou impasse. Tudo isso, conforme Sorokin, seria resultado do esgotamento das certezas científicas, e com isso, a ausência de qualquer baliza moral, permitindo uma anarquia de valores, representada pelo niilismo. O cinismo, por sua vez, seria a negação filosófica de qualquer existência pós-morte e uma valorização da morte como o descanso eterno e um fim das preocupações e tristezas (SOROKIN, 1937, p. 76-77; SOROKIN, 1970, p. 262, 427-428).

Conforme Aristóteles, no seio da democracia, o demagogo, com a conquista da confiança do povo, torna-se tirano (ARISTÓTELES, s/d., p. 316-317). Para entender essa etapa, Kahn recorre a Spengler e aos conceitos de cesarismo e bonapartismo. Bonapartismo, ou napoleonismo, é o surgimento de poderes amorfos, próprios da decadência política. Para Spengler, esse período corresponderia às transformações rápidas, características da modernidade, as quais acabam com a tradição e com a experiência de governo. A busca por um líder, dentro desse contexto, leva os Estados a entrar em conflito, muito pela sua personalização na figura do líder, o que também culmina no imperialismo. Já o cesarismo seria o fim da democracia, o sucesso do império, acabando com a política. Ele é acompanhado por uma nova religiosidade (SPENGLER, 1964, p. 369-374, 404-405, 409-414).

Sorokin apresenta uma visão semelhante ao analisar o fim da cultura *senstate*. Com governos assentados na força, e ela que é empregada no relacionamento entre os Estados e entre o governo e as pessoas. Assim, os governos *sensate*, representados por facções no poder, culminam na eliminação das leis consideradas inconvenientes ao seu poder, na proibição de crenças, teorias e opiniões contraditórias, na criação de ideologias próprias, para substituir os valores derrubados, na doutrinação de jovens, no silenciamento da oposição, na posse dos

meios de comunicação e na forte propaganda do grupo no poder. Constituí-se, ainda, forças de opressão e extermínio e valorizam-se as artes e as teorias que exaltem o governo. Essa situação conduz a uma constante disputa e desejo pelo poder, redundando em guerras e revoltas (SOROKIN, 1970, p. 480-482). Surgiriam, então, conforme Kahn, os “príncipes”, que seriam as elites ou líderes carismáticos ou mesmo messiânicos. Esses líderes, com o passar do tempo, poderiam recorrer a verdades transcendentais, e autoproclamarem-se como inauguradores de uma nova era.

Portanto, nos termos de Sorokin, a derrocada *sensate* conduz, quase invariavelmente, a um retorno *ideational*. Após lutas constantes entre facções pelo poder, há uma restauração da verdade transcendental, abandonando a relatividade em direção ao universalismo. É a passagem de um homem descrente e quase selvagem, que abdicou de sua própria vontade e entregou-se aos sentidos, para uma fase de controle sobre si mesmo, normalmente de forma muito severa e orientada por algum elemento exterior e considerado acima da materialidade. Esse processo é, por exemplo, explicado com a ascensão do Cristianismo, a qual Kahn sugere um paralelo entre Sorokin e Gibbon (SOROKIN, 1970, p. 282-283, 697-698).

Sorokin indica que a passagem do Império Romano para a Idade Média foi uma transição da cultura *sensate* para a *ideational*. O domínio romano presenciou uma renovação empírica e o aumento do número de descobertas e invenções. Assim, entre os séculos I a.C. e I d.C., presencia-se a derrocada *sensate*, já que ela não consegue sustentar as certezas e diversas revoltas eclodem. Soma-se a isso as invasões de povos estrangeiros e inimigos, a estagnação do Império e a crença cada vez mais difundida do fim do mundo, e a cultura materialista perde ainda mais sua força. Sorokin afirma que os efeitos mentais de tal situação desesperada acaba sendo, de um lado, a crença apocalíptica e o misticismo, e, de outro, o cinismo e o ceticismo niilista. Com isso, os elementos *ideational* começam a ganhar espaço e, a partir do século III d.C., o empirismo enfraquece e o misticismo ganha força (SOROKIN, 1970, p. 260-263; SOROKIN, 1937, p. 69-79).

Gibbon também percebe indicio de esfacelamento cultural em Roma no século I d.C., em relação ao vigor cultural de antanho. Gibbon aponta também que, nesse período, o Império era rico e buscava a satisfação dos prazeres de seu povo, resultando na decadência dos valores. Nesse contexto, somado com a violência crescente, interna e externa, o Cristianismo, como uma religião silenciosa, foi tomando o espaço (GIBBON, 2005. p. 63-64, 68-74, 80-83, 235).

Por mais que as intenções e análises de Sorokin, Gibbon, Spengler e Aristóteles possuam diferenças e intenções diversas, Kahn está interessado em como, ao compará-los, é possível, metafórica e heurísticamente, perceber padrões e tendências.

Essa análise serve ao planejamento futuro, quando Kahn, ao descrever a sociedade atual, aponta uma secularização quase que total da sociedade, o que resulta em uma polarização: há, de um lado, o retorno a atitudes e atividades religiosas e, de outro, o egoísmo, o hedonismo e atitudes e atividades tipicamente *sensate*. Novamente, o Império Romano é recuperado, pois, segundo Kahn, quando uma série de novas religiões surgiram, epicuristas, estoicos e romanos tradicionalistas se aborreceram e desdenharam da “irracionalidade” e da

“emotividade” dessas religiões, dentre as quais estava o Cristianismo. Kahn, nos anos 1960, via na Nova Esquerda e nos hippies, por exemplo, um paralelo em “irracionalidade” e emoção às religiões que surgiram em Roma. Destarte, essas analogias históricas permitiram Kahn especular que esses movimentos poderiam constituir um sinal e uma causa de anarquia, o que poderia conduzir a uma nova religiosidade (KAHN & WIENER, 1967a, p. 343).

IV. A metáfora, a história e os historiadores

A proposta de interpretar a história como metáfora não é uma ideia corrente entre os historiadores, principalmente quando aplicada ao futuro. Em um primeiro momento, ainda no século XIX, a formulação científica da história acreditava na possibilidade do afastamento total do sujeito – o historiador – do seu tempo. Portanto, parte do método científico do historiador seria apagar ou minguar os aspectos do seu tempo que interfeririam em sua pesquisa e em sua leitura do passado. Essa questão determinaria, inclusive, as possibilidades de investigação, já que só caberia ao historiador estudar o passado, pois é a temporalidade passível de conhecimento objetivo e da qual ele consegue se afastar, inclusive temporalmente (MARTINS, 2010, p. 7-13).

Depois, no início do século XX e após a II Guerra Mundial, muito pela influência de Marc Bloch e dos *Annales*, reconheceu-se a importância do presente, do tempo do historiador, ao formular suas questões de investigação sobre o passado (BLOCH, 2001, p. 51-68). Porém, de fato, o afastamento do futuro persistiu.

Em meados do século XX, o fim do processo de duas guerras mundiais foi interpretado como uma crise, mas também uma oportunidade de repensar os rumos do que seria o conceito, complexo e difícil, de civilização ocidental.

O conceito de civilização ocidental abarcava uma grande visão de mundo, que guardava em si a própria ideia de História como um grande processo singular e, junto disso, compreendia também uma série de outros elementos que a acompanhavam (KOSELLECK (et al.), 2013, p. 125-126, 161, 191, 200). Não devemos estranhar, portanto, que aspectos considerados basilares do que costumavam definir o que compunha essa civilização ocidental e que também funcionavam como objetivos a serem mantidos e buscados constantemente passassem por essa revisão fruto da experiência traumática que fora as duas guerras mundiais e todos os seus efeitos concretos e psicológicos, como o desenvolvimento de armas e ideologias de destruição em massa.

Um dos pontos basilares que foi revisado como decorrência dessa crise foi a razão. Por um lado, surgiram diversas dúvidas e posições que descreditavam a existência ou pelo menos a possibilidade de execução da razão. Todavia, houve também aqueles que retomaram a crença da razão não como uma força própria e inerente à história, mas como uma capacidade humana que precisava ser trabalhada, desenvolvida e constantemente aplicada. De qualquer forma, a revisão sobre a razão refletiu, não em poucos casos, em uma resignificação parcial da história

ou de aspectos do estudo sobre o passado. É o caso de Herman Kahn e seu método de estudo do futuro.

Podemos perceber que, logo após o fim da guerra, nos Estados Unidos, iniciou-se um tipo de pensamento pretensamente técnico sobre as possibilidades de guerras vindouras. Houve, assim, a eclosão de uma complexidade das tomadas de decisão, as quais envolviam, agora, diferentes níveis. Basicamente, havia aqueles que delineavam e definiam o que podemos chamar de um “contexto” da decisão e havia os que tomariam a decisão, baseados nos contextos desenvolvidos.

Os historiadores, ao formular sua ciência da história, afastaram-se dessas questões e desenvolveram uma aversão ao futuro. Staley atribui essa aversão à incapacidade que os historiadores acreditam ter sobre fazer previsões. De fato, se avaliarmos a lista de “historiadores” que Staley aponta como os que se dedicaram ao futuro, veremos que são anteriores ou contemporâneos ao início da formulação científica da história, como Vico, Hegel e Marx, o que dificulta categorizá-los como somente historiadores. Eram, de forma geral, filósofos que, em seus sistemas, abordavam a história. Há, por fim, historiadores que, todavia, ao realizarem suas filosofias especulativas da história, acabaram sendo postos à margem daquela prática considerada válida pelos historiadores, como Toynbee e Spengler. Em comum a todos eles, Staley reconhece um esforço em buscar padrões no passado e extrapolá-los para o futuro. Como exemplos mais contemporâneos, Staley aponta Heilbroner, Schlesinger, Strauss e Howe, todos estadunidenses e com formações e atuações interdisciplinares em economia, política e ciências sociais. Em suma, Staley conclui que a prática historiográfica elaborada desde o século XIX e, principalmente, ao longo do século XX formou historiadores com dificuldades de interpretações da história com recortes longos ou como processos duradouros e perenes, em prol de uma historiografia caracterizada pelos estudos de caso e por recortes temporais e espaciais curtos (STALEY, 2002, p. 73-74).

Para Staley, foi o próprio historicismo, como elemento constituinte da epistemologia da história, que trouxe o destaque para a natureza contingente dos eventos. Por isso, os historiadores deixaram de elaborar teorias explicativas sobre as mudanças e permanências no tempo e praticaram uma historiografia que cada vez mais compreendia os eventos como pertencentes a um tempo e a um lugar específicos e que, então, só podiam ser entendidos conforme essas especificidades. Um índice desse afastamento é a aversão nutrida pelos historiadores às histórias universais e especulativas sobre o rumo do processo humano no tempo, principalmente pela sua atenção dada ao futuro (STALEY, 2002, p. 74-75).

Staley, defendendo que os historiadores podem e devem trabalhar com o futuro, argumenta que a previsão é apenas uma forma possível de abordá-lo. Assim, além de fazer previsões ou calar-se sobre o futuro, Staley defende que os historiadores podem aplicar alguns elementos da historiografia para estudar o futuro (STALEY, 2002, p. 76).

O primeiro ponto da defesa de Staley acerca da competência dos historiadores para abordar o futuro parte de um elemento recorrente no argumento de Kahn e dos cientistas dos institutos de aconselhamento: a abordagem sobre o futuro não pode ser única. Por isso, o historiador reafirma a utilidade do uso do cenário e, acrescenta a isso, os historiadores como

um dos profissionais mais indicados para utilizar tal técnica. O método para elaborar cenários defendido por Staley inicia com uma questão do tipo: “o que aconteceria se...”, que deve ser sempre sobre o futuro. Após a questão feita, cabe, então, buscar as forças diretrizes do presente, dentro do contexto da questão. É possível identificar as forças diretrizes como os fatores principais que levam a determinar o resultado da questão no futuro. Isso passa por buscar dados e informações atuais que permitam o historiador levantar possíveis forças potenciais. Essa prática também demanda certa dose de erudição e conhecer, inclusive, as produções culturais mais criativas e alternativas, pois, elas, não raramente, poderão determinar os rumos futuros (STALEY, 2002, p. 78-80).

Ao identificar algumas das forças diretrizes e as formas que elas podem interagir, cabe, a quem escreve o cenário, construir as narrativas do resultado de cada “enredo”. É nesse momento, então, que o cenário se mostra, de acordo com Staley, como uma ferramenta que está além da simples previsão, pois não apresenta um caminho ou um resultado único e inexorável, mas oferece resultados e processos igualmente possíveis e plausíveis, com suas próprias lógicas e coerências. Porém, mais do que apresentar concatenações temporais, o cenário desenvolve contextos de fundo em que os eventos ocorrem (STALEY, 2002, p. 80). Dessa forma, o cenário se torna mais uma narrativa sincrônica do que diacrônica, ou, em outros termos, constitui uma descrição estruturalista, sem dar muita atenção à sequência dos eventos, de forma semelhante a como, conforme Staley, Braudel interpretou o passado (STALEY, 2002, p. 87).

Portanto, segundo Staley, há semelhanças no método de escrever cenários com o método de escrita da história, o que qualifica ainda mais o historiador a elaborar cenários. Inicialmente, o historiador elabora questões e, a partir delas, hipóteses diferentes sobre o passado, de acordo com diversos recortes espaciais, temporais e temáticos. Com as questões definidas, a próxima etapa seria localizar as evidências (STALEY, 2002, p. 83).

Staley desenvolve um conjunto de argumentos para “relativizar” essa categoria de evidências, tanto do passado, quanto do futuro. Inicialmente, afirma que a busca por informações é dependente dos historiadores. É o pesquisador que define o que utilizará para responder a questão que formulou, assim como é ele que define o que é importante para explicar e narrar o passado. Outra característica das evidências usadas pelos historiadores é que elas estão disponíveis no presente e não no passado. O que o historiador acessa, para Staley, são objetos materiais e mentais oriundos do passado. São partes do passado, mas nunca o passado como o todo. Assim, o autor conclui que os historiadores não estudam o passado, mas suas evidências presentes. Seria, portanto, um trabalho retroativo, que parte do presente para construir um relato, uma descrição do passado. Para Staley, com o futuro não é diferente. É o mesmo processo, só que no sentido contrário: o “historiador” parte do presente para descrever ou relatar os futuros possíveis. Isso nos leva a concluir, então, que dentro da compreensão de Staley não há um único passado, mas passados. Ou melhor, cenários do passado (STALEY, 2002, p. 83-84).

O próximo passo da pesquisa do historiador (do passado ou do futuro) é discernir os padrões ou sentidos no corpo de fontes e documentos escolhidos. Esses padrões ou sentidos são o que permitem estabelecer as relações entre eventos distintos no tempo. As conclusões que o “historiador” apresenta, a partir dos padrões e sentidos estabelecidos, devem ser feitas de forma plural, ou seja, por meio de várias narrativas. Essa, conforme Staley, é uma diferença em relação à escrita da história sobre o passado, na qual o historiador é incentivado a escrever somente uma narrativa. Uma alternativa a isso é a história contrafactual, o que seria, para Staley, em outros termos, elaborar cenários sobre o passado (STALEY, 2002, p. 84-87).

Todavia, como os dados, tanto sobre o passado, como sobre o futuro, são incompletos e escassos, é preciso, muitas vezes, usar a criatividade e, nesse sentido, o autor não dispensa a comparação com o passado, para buscar alternativas plausíveis de desenvolvimentos futuros. E o critério para definir o que é plausível é tudo aquilo que se assenta em evidências contemporâneas (STALEY, 2002, p. 85).

Dessa forma, o elaborador de cenários imagina uma estrutura possível para o futuro. Nessa estrutura é que os eventos se manifestariam. Portanto, a elaboração de cenários, além de calibrar a intuição, também se aproxima de uma interpretação heurística, uma vez que o cenário, como contexto futuro, permite pensar exemplos ou indícios de eventos futuros ou de aspectos deles (STALEY, 2002, p. 88).

A diferença entre o trabalho do historiador e o do futurista, que Staley parece desconsiderar, é que a história, ao tratar de evidências presentes do passado, aborda produtos de uma outra temporalidade que, por uma série de processos socialmente significantes ao longo do tempo, foram preservados. Há, portanto, um elemento fenomênico que produziu aqueles materiais estudados. Por outro lado, não há tal materialidade acerca do futuro.

Não reconhecer isso é negar uma diferença importante entre a historiografia e o estudo do futuro e a finalidade de cada prática.

O passado aconteceu e, por mais que não consigamos recuperá-lo integralmente, há uma substância de real que os historiadores pretendem e tentam recuperar. O historiador é cobrado socialmente para contar o que realmente aconteceu, ou chegar o mais próximo disso. Essa é a finalidade historiográfica, a qual possui toda uma tradição de discussão teórica, filosófica e epistemológica sobre os meios e a possibilidade de conhecimento do passado.

Parece que, ao afastar essa responsabilidade do historiador ou mesmo descrever a capacidade da história de, como disciplina, realizar, ainda que minimamente, tal intento, gera, de fato, propostas como a de Staley. Tais propostas não carecem de sentido ou de qualidade, todavia, de forma alguma, substituem a história, como conhecimento do passado e como uma disciplina que, com seu próprio conjunto teórico e metodológico, se dedica a elaborar os meios e as possibilidades desse conhecimento.

O uso da história para especular sobre o futuro parece ter outra finalidade, que não é mais aquela tradicional da história, ou seja, conhecer o passado. O uso da história – entendida tanto como o conhecimento do passado, quanto o estudo e os meios para a elaboração desse conhecimento – proposto por Staley é dar ao conhecimento do passado uma finalidade mais pragmática. É, de certa forma, usar um termo e um significado consagrados para definir outras

coisas. É, portanto, ampliar o significado do conceito de história. Essa ampliação parece visar, justamente, uma concorrência com outras áreas que usam o termo “história” para significar algo diferente daquilo que os historiadores convencionaram como história, principalmente desde o século XIX. Retornar à análise de Kahn nos ajuda a esclarecer essa questão.

Quando Kahn defende o uso da história – real ou imaginada – para pensar possibilidades de futuro, há uma intenção de ou tentar ilustrar algo que se considera desejável ou indesejável no presente ou no futuro. Assim, ao delinear um futuro posto como possível e provável e construir uma narrativa histórica que o ilustre, há algo como um *lobby* sobre o futuro (HUDSON, 1973, SIDE A; ABELSON, 1996, p. 80). A função de um cenário passado para pensar o futuro não é a verdade do passado, mas a verossimilhança que a construção atribuída ao passado possui, não necessariamente com o tempo que passou, mas com a situação que ela busca esclarecer, que normalmente é uma situação presente ou futura (KAHN & WIENER, 1967b, p. 264; KAHN & WIENER, 1967a, Side B; DICKSON, 1971, p. 310-311). Esse esclarecimento, indicando o desejável ou o indesejável, visa, em última instância, a ação, na forma da decisão por políticas feita por um responsável.

Ou seja, estamos tratando de concepções distintas de história, resultantes de práticas distintas. Uma prática não anula a outra, mas é importante perceber que são práticas distintas. A defesa de Staley de os historiadores serem profissionais adequados para elaborar cenários parece ir na linha do que, em 2013, David Armitage e Jo Guldi, no livro *History Manifesto* defenderam: uma participação pública maior dos historiadores, buscando uma significação e, até, uma utilidade da história para as decisões e os rumos das decisões governamentais que impactam na vida das pessoas.

Ao considerar que o futuro é um tempo aberto, no qual cabem várias possibilidades, há o reconhecimento de que nada sobre o futuro ainda está decidido definitivamente. Caberia, então, a escolha. A metáfora heurística cria essa experiência inexistente, com aparência de realidade. Ela se aproveita da autoridade secular da história como verdade ou, pelo menos, verossimilhança do passado para dar robustez e validade às suas especulações. Por isso, também, não se importa muito em chamar os cenários que constrói sobre o passado também de história. Porém, com isso, a prática futurista rearticula o tempo fragmentado pela história, porém, não mais como continuidade, mas como metáfora heurística.

Passado e futuro se assemelham rompendo justamente com a diferenciação temporal cindida pela história e pela historiografia. Ao mostrar, em um passado hipotético – real ou não, pouco importa – como decisões tomadas obtiveram sucessos ou fracassos, cria-se fundamentos para a decisão futura. O tempo, por um instante, some, e, assim, substancia a experiência decisória, esvaziada por aquele futuro sempre acelerado, rumo ao inovador e, portanto, desconhecido. Curioso é o fato que justamente um historiador, no caso, Staley, treinado em perceber o papel da determinação temporal, elabore a proposta de apagamento do tempo que aparece implicitamente em Kahn. Isso ocorre talvez por que a historiografia tenha alcançado um nível muito refinado de definir a determinação temporal, pela qual a experiência

e o conhecimento do tempo passado foi cada vez mais posta de forma historicista e, em alguns casos, relativista, criando uma dúvida sobre a possibilidade da constituição de um conhecimento concreto e, se não definitivo, pelo menos duradouro da e para a história.

Se existe a dúvida da possibilidade de um conhecimento seguro sobre o passado, é possível, então compreender sua manipulação, não só aquela muitas vezes orientadas implicitamente pelo social, pelo cultural ou pelo político, mas uma manipulação consciente e explícita, voltada para a finalidade pragmática da política e da decisão. O que cabe refletir é o que a história tem a ensinar e contribuir sobre como podemos pensar o futuro e auxiliar nas decisões. Porém, também precisamos ponderar os riscos que assumimos ao aproximá-la do futuro, o qual constitui um espaço repleto de potencialidade manipulativa e imaginativa, diferentemente do passado, que possui o peso das vivências e das experiências concretas. O cuidado que devemos ter é se, ao invés de a história trazer um rigor e uma contribuição para a metodologia dos estudos futuros, os estudos futuros acabarem legitimando a manipulação do passado em prol de um discurso voltado para o pragmatismo das decisões políticas.

¹ Fabio Sapragonas Andrioni é pesquisador do Instituto de Estudos Avançados – Grupo Khronos da Universidade de São Paulo e Bolsista da CNPQ/Pós-doutorado Junior.

² O impacto do trabalho da equipe de Wohlstetter acerca da defesa dos EUA mudou a estratégia do país. Os EUA abandonaram a intenção de dissuadir o inimigo por possuir um poder de ataque inicial imenso e adotaram a proposta de Wohlstetter, que era possuir as condições necessárias para sobreviver a um primeiro ataque do inimigo e conseguir contra-atacá-lo. O foco, assim, não era mais constituir uma grande força inicial de ataque, mas possuir uma condição de defesa mais complexa e robusta.

Referências bibliográficas

ABELSON, Donald E. *American think-tanks and their role in US foreign policy*. New York: St. Martin's Press, 1996.

ANDRIONI, Fabio S. *A arquitetura do destino: a ciência do futuro e a teoria da história em O ano 200 (1967)*, de Herman Kahn e Anthony J. Wiener (Dissertação de Mestrado). São Paulo: 2010.

ANDRIONI, Fabio S. *Quando a história também é futuro: as concepções de tempo passado, de futuro e do Brasil em Herman Kahn e no Hudson Institute (1847-1979)*. (Tese de Doutorado). São Paulo: 2014.

BLOCH, M. *Apologia da história, ou, o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 51-68.

BRUCE-BRIGGS, B., *Supergenius: the mega-worlds of Herman Kahn*. Nova York: [s.n.], 2000.
GHAMARI-TABRIZI, S., *The worlds of Herman Kahn: the intuitive science of thermonuclear war*. Cambridge: Harvard University, 2005.

BUNZL, Martin. Counterfactual history: a user's guide. *The American Historical Review*. Vol. 109, No. 3, Jun. 2004, pp. 845-858, disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/10.1086/530560>>, acessado em: 17 de Set. de 2013.

DICKSON, P., *Think tanks*. New York: Atheneum, 1971.

FERGUSON, Niall. *Virtual history: alternatives and counterfactuals*. New York: Basic Books, 1995.

FORTUN, M. and SCHWEBER, S. S. Scientists and the Legacy of World War II: The Case of Operations Research (OR). *Social Studies of Science*, Vol. 23, No. 4 (Nov., 1993), p. 628-629.

GALLAGHER, Catherine. War, Counterfactual History and Alternate-History Novels. *Field Day Review*. Vol 3 (2007), pp. 52-65. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/30078840>>, acessado em 17 de Set. de 2013.

GIBBON, Edward. *Declínio e queda do Império Romano*. (Edição abreviada). São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 63-64; 81-82. Ibid., p. 68-74, 80-83, 235.

GULDI, J.; ARMITAGE, D. *History manifesto*. Cambridge: Cambridge University, 2014.

HUDSON Institute, 1973 *Synoptic Context on The Corporate Environment (1975-1985): methodological comments (HI-1891/2-CC)*, Volume 1. Croton-on-Hudson: Hudson Institute, 1973, I – Card 1. Why independent professional policy research?. SIDE A.

HUDSON Institute, 1973, Volume 1, CE I – Card 3, I – Commentary Card 3 *A perspective on futurology Side B, 1973 CE I – Card 2 Some practical methodological observations Side B*.

HUDSON Institute, Inc. *Certificate of incorporation and by-laws*, April, 1962

HUDSON Institute, volume 1, 1973, I – Card 2 *a perspective on futurology Side B*.

HUDSON Institute. 27 de Set. de 1961.

KAHN, H. Carta 13 de Fev. de 1962.

KAHN, H. e MANN, I. *Game theory*. Santa Monica: RAND Corporation, 1957a.

KAHN, H. e MANN, I. *Techniques of systems analysis*. Santa Monica: RAND Corporation, 1957b.

KAHN, H. e MANN, I. *Ten common pitfalls*. Santa Monica: RAND Corporation, 1957c.

KAHN, H. e MANN, I. *War Gaming*. Santa Monica: RAND Corporation, 1957d.

KAHN, Herman. *A escalada: metáforas e cenários*. Rio de Janeiro: Bloch, 1969a.

KAHN, Herman. *Applications of Monte Carlo*. Santa Monica: RAND Corporation, 1954.

KAHN, Herman. *On escalation: metaphors and scenarios*. Baltimore: Penguin, 1968.

KAHN, Herman. *On thermonuclear war*. New Brunswick/London: Transactions, 2007.

KAHN, Herman. *On thermonuclear war*. New York: Free Press, 1969b.

KAHN, Herman. *Pensando no impensável*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1971.

KAHN, Herman. *Thinking about the unthinkable*. New York: Horizon Press, 1962.

KAHN, Herman. *World economic development: 1979 and beyond*. Boulder: Westview, 1979.

KAHN, Herman; BROWN, Willian; MARTEL, Leon. *The next 200 years: a scenario for America and the world*. New York: Morrow, 1976.

KAHN, Herman; BROWN, Willian; MARTEL, Leon. *Os próximos 200 anos: uma visão otimista do futuro*. Rio de Janeiro: Record, 1976.

KAHN, Herman; BRUCE-BRIGGS, B. *Things to come: thinking about the seventies and eighties*. New York: Macmillan, 1972.

KAHN, Herman; WIENER, Anthony J. *Faustian powers and human choices: some 21st century technological and economic issues*. Croton-on-Hudson: Hudson Institute, 1967a. HI-891/2-DP, September 15.

KAHN, Herman; WIENER, Anthony J. *O ano 2000: uma estrutura para especulação sobre os próximos trinta e três anos*. São Paulo: Melhoramentos/USP, 1968.

KAHN, Herman; WIENER, Anthony J. *The year 2000: a framework for speculation on the next thirty-three years*. *S/I*: Hudson Institute, 1967b.

KOSELLECK, R. (et al.). *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 125-126, 161, 191, 200.

KOSELLECK, R. *Estratos do tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, R. Modernity and the planes of historicity. In: *Economy and society*. Vol. 10, nº2, Londres, Boston and Henley: Routledge & Kegan Paul, maio de 1981.

MARTINS, E. de R. *A história pensada*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 7-13.

SHRADER, C., *History of Operations Research in the United States Army*. Volume I: 1942-62. Washington D.C.: United States Army, 2006.

SMITH, James Allen. *The ideas brokers: think tanks and the rise of the new policy elite*. New York: The Free Press, 1991.

SMITH, Mark J. *A short history of Hudson Institute 1961-1972*. Croton-on-Hudson: Hudson Institute, 1972 (1 Aug) – HI-1718-P

SOROKIN, Pitirim A. *Social and cultural dynamics*. New York/ Cincinnati/ Chicago/ Boston/ Atlanta/ Dallas/ San Francisco: America Book Company, 1937. v.2

SOROKIN, Pitirim A. *Social and cultural dynamics: a study of change in major systems of art, truth, ethics, law and social relationships* (abridged by Sorokin, P.A.). Boston: Extending Horizon/Porter Sargent, 1970.

SOROKIN, Pitirim A. *Social philosophies of an age of crisis*. Boston: Beacon Press, 1950.

SPENGLER, Oswald. *A decadência do Ocidente: esboço de uma morfologia da História Universal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

SPENGLER, Oswald. *The decline of the West: form and actuality* (vol. 1). London: Allen & Unwin, 1918.

STALEY, David J. A history of the future. *History and Theory*. Middletown, v. 41, n. 4, Theme Issue 41: Unconventional History, p.72-89, Dez. 2002. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0018-656%28200212%2941%3A4%3C72%3AAHOTF%3E2.0.CO%3B2-R>>. Acesso em: 10 out. 2007.

STALEY, David J. *History and future*. Lanham: Lexington Books, 2010.

STEVENSON, Jonathan. *Thinking beyond the unthinkable: harnessing doom from the Cold War to the War on Terror*. New York: Viking Penguin, 2008..

TETLOCK, Philip E., LEBOW, Richard N., PARKER, Geoffrey (org.). *Unmaking the West: "what-if?" scenarios that rewrite world history*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2009.

WILLIAMS, Chester S. *Memo to members of the Institute*. New York: Hudson Institute, 03 de Jul. de 1962



INTELLIGERE, REVISTA DE HISTÓRIA INTELLECTUAL
EXPEDIENTE

Reitor: Vahan Agopyan
Vice-Reitor: Antonio Carlos Hernandez

CHC – Centro Interunidades de História da Ciência

Diretor: Gildo Magalhães
Vice-diretor: João Francisco Justo Filho

Conselho Editorial:

Sara Albieri

Mauro Lucio Leitão Condé

Gildo Magalhães dos Santos Filho

Estevão de Rezende Martins

Conselho Consultivo:

Allan Megil (University of Virginia)
André de Melo Araújo (UNB)
Daniel Brauer (Universidad de Buenos Aires)
Dario Horácio Gutierrez Gajardo (USP– FFLCH)
Dominic Scott (University of Oxford)
Elias Thome Saliba (USP – FFLCH)
Gildo Magalhães dos Santos Filho (USP–FFLCH)
Gregory Clayes (University of London)
Jaimir Conte (UFSC)
Jorge Luís Grespan (USP – FFLCH)
Leopoldo Waizbort (USP – FFLCH)

Luiz Carlos Soares (UFF)
Marisa Midori Deaecto (USP – ECA)
Mauro Lucio Leitão Condé (UFMG)
Milton Meira do Nascimento (USP–FFLCH)
Oswaldo Frota Pessoa Jr (USP – FFLCH)
Paulo Teixeira Iumatti (USP – IEB)
Raquel Glezer (USP – FFLCH)
Ricardo Navia (Universidad de la Republica- Uruguay)
Rolf Kuntz (USP – FFLCH)
Yamandú Acosta (Universidad de la Republica- Uruguay)

Comitê de Publicação:

Editora responsável: Sara Albieri
Editor gerente: Ana Paula Nobile Toniol
Francismary Alves Silva
Assessoria editorial: Camilie Cardoso
Lauro Fabiano de Souza Carvalho
Secretária: Adriana Antunes Casagrande de Luca

Contato: Revista Intelligere – CHC/USP
Av. Prof. Lineu Prestes, 338 – Térreo
Cidade Universitária – São Paulo – SP
CEP 05508-900
e-mail: intelligere.revista@gmail.com
telefone (11) 3091-3776

Capa deste número: autoria de Camilie Cardoso, a partir da ilustração de Sandro Castelli

Instruções aos colaboradores

A apresentação dos originais será realizada através do sistema de submissão eletrônica. Antes de submeter os textos originais, novos autores devem se registrar no site <http://www.periodicos.usp.br/revistaintelligere/user/register>

Após preencher todas as informações indicadas com asterisco, o novo utilizador deve marcar a opção “Cadastrar como Autor: Pode submeter à revista” no final do formulário. Um e-mail de confirmação será encaminhado. ATENÇÃO: é importante que os autores informem de maneira exata os dados pessoais e profissionais solicitados no cadastro, posto que os artigos submetidos não poderão conter informações de autoria. Em caso de dificuldade, por favor escreva para supportintelligere@usp.br

Após fazer o login no sistema, o autor poderá submeter seu texto e acompanhar o processo de avaliação.

A revista aceita originais em português, espanhol, inglês e francês. A expedição segue formato Word.

Os escritos não podem ter sido previamente publicados (em papel ou eletronicamente) ou enviados para avaliação em outras publicações.

O texto deve ser digitado em corpo 12, fonte Times New Roman, com espaçamento de 1,5 linhas, em laudas de até trinta linhas por cerca de setenta caracteres, preferencialmente até 40 laudas.

Solicitamos que o arquivo contenha nome(s) do(s) autor(es), instituição(ões) a que pertence(m), por extenso, endereço(s) completo(s) e até 4 linhas de informações profissionais, sobre cada autor.

Pede-se que o(s) autor(es) destaque(m) termos ou expressões no texto por meio de itálico. Citações, transcrições ou epígrafes em língua estrangeira devem vir entre aspas.

Figuras, gravuras, ilustrações e desenhos em geral devem ser apresentados em páginas separadas. Imagens devem ser escaneadas em tons de cinza, com resolução mínima de 300 dpi.

Todas as imagens devem vir acompanhadas de legendas, com a devida numeração.

Os artigos devem vir acompanhados de resumo em português ou em espanhol e abstract em inglês, com preferencialmente até 200 palavras.

Os autores devem apresentar cinco palavras-chave em português ou em espanhol e cinco keywords em inglês.

As notas de rodapé devem ser digitadas ao final do arquivo, utilizando-se os recursos para criação automática de notas de final de texto dos programas de edição.

Citações e menções a autores no correr do texto devem subordinar-se à forma (sobrenome do autor, data) ou (sobrenome do autor, data, página).Ex: (Alves e Luiz 2014, p. 22)

As referências bibliográficas deverão ser listadas ao final do artigo, em ordem alfabética, de acordo com o sobrenome do primeiro autor e obedecendo à data de publicação, ou seja, do trabalho mais antigo para o mais recente. Não devem ser abreviados títulos de periódicos, livros, nomes de editoras e de cidades.

As idéias apresentadas nos textos são de responsabilidade exclusiva dos autores, não refletindo obrigatoriamente a opinião da Comissão Editorial e do Conselho Editorial.

Todos os trabalhos serão submetidos a um sistema de arbitragem cega. Artigos não aceitos receberão parecer circunstanciado que justifica a recusa. Artigos submetidos à reformulação passarão por novo processo de avaliação.

A revista detém os direitos autorais de todos os textos nela publicados. Os autores estão autorizados a republicar seus textos mediante menção da publicação anterior na revista.

Declaração de Direito Autoral

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- a. Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista Intelligere o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a “Licença Creative Commons Attribution” que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.
- b. Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada na revista Intelligere (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- c. Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados na revista Intelligere serão usados exclusivamente para os serviços prestados pela publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.